



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

Maris Stella Schiavo Novaes

**PERCURSOS DE UM RECONHECIMENTO PATRIMONIAL:
MEMÓRIAS E PERMANÊNCIAS DO TROPEIRISMO
EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA**

Salvador
2024

Maris Stella Schiavo Novaes

**PERCURSOS DE UM RECONHECIMENTO PATRIMONIAL:
MEMÓRIAS E PERMANÊNCIAS DO TROPEIRISMO
EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em Museologia, Linha de Pesquisa Museologia e Desenvolvimento Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Museologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Mary Weinstein

Salvador

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

N936 Schiavo Novaes, Maris Stella
Percurso de um reconhecimento patrimonial: memórias e permanências do
tropeirismo em Vitória da Conquista, Bahia / Maris Stella Schiavo Novaes, 2024.
194 f.

Orientadora: Profª Drª. Mary Weinstein

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

1. Memória. 2. Museus. 3. Patrimônio cultural. 4. Tropeiros. I. Weinstein, Mary.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 069

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213



ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Às 15:00 horas do dia 30 de agosto de 2024, em sessão pública realizada de forma virtual na Plataforma RNP da Universidade Federal da Bahia (UFBA), deu-se início à apresentação, defesa e julgamento da dissertação realizada pela mestranda **MARIS STELLA SCHIAVO NOVAES**, aluna da Linha de Pesquisa 2 do Mestrado em Museologia – PPGMuseu, desta Universidade. O trabalho intitulado: *“Percurso de um reconhecimento patrimonial: memórias e permanências do tropeirismo em Vitória da Conquista, Bahia”* foi avaliado pela banca composta pela Profa. Dra. Mary Weinstein (PPGMUSEU/UFBA), orientadora da mestranda, pela Profa. Dra. Rita de Cássia Maia da Silva (PPGMUSEU/UFBA – 1ª Examinadora) e pelo Prof. Dr. Fabiano Lopes de Paula (IEPHA – 2º Examinador). Após a abertura dos trabalhos, a mestranda deu início a apresentação da dissertação, tendo trinta minutos para a sua explanação. Em seguida, foram iniciadas as arguições dos membros da banca, em tempo estipulado de vinte minutos para cada um, com o mesmo tempo destinado para as respostas da mestranda. Após esta etapa da sessão, a banca reuniu-se em separado para deliberar sobre o resultado da avaliação, divulgando, em seguida, a sua deliberação para a mestranda e público presente, indicando a **aprovação**. Ao final da sessão, foi lavrada esta ata, que após leitura, será assinada pela mestranda e pelos membros da banca e demais presentes. Salvador, 30 de agosto de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARY WEINSTEIN
Data: 31/08/2024 12:51:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br RITA DE CÁSSIA MAIA DA SILVA
Data: 05/09/2024 19:16:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIS STELLA SCHIAVO NOVAES
Data: 11/09/2024 14:05:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fabiano Lopes de Paula - M6352145



PARECER PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MESTRANDO: MARIS STELLA SCHIAVO NOVAES -

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: *“Percurso de um reconhecimento patrimonial: memórias e permanências do tropeirismo em Vitória da Conquista, Bahia”*

PARECERISTAS:

- Orientador(a): Profa. Dra. Mary Weinstein (PPGMUSEU/UFBA)
- Parecerista 1: Profa. Dra. Rita de Cássia Maia da Silva (PPGMUSEU/UFBA)
- Parecerista 2: Prof. Dr. Fabiano Lopes de Paula (IEPHA)

PARECER:

A mestranda apresentou o seu trabalho demonstrando a alta qualidade da sua pesquisa e da sua formulação. A dissertação aborda tema relevante e contribui para a área de estudo, trazendo uma abordagem inovadora. Os professores componentes da banca fizeram suas considerações sugerindo futuras investigações com vistas à continuidade do trabalho. A banca enfatiza a pertinência e a lacuna que a pesquisa preenche, recomendando a sua publicação e delibera pela aprovação, com distinção.

Defesa realizada de forma virtual na Plataforma RNP. Salvador, 30 de agosto de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARY WEINSTEIN
Data: 31/08/2024 12:54:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br RITA DE CÁSSIA MAIA DA SILVA
Data: 05/09/2024 19:16:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIS STELLA SCHIAVO NOVAES
Data: 11/09/2024 14:08:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fabiano Lopes de Paula - RG MG 352145

À Nossa Senhora da Conceição Aparecida,
padroeira dos tropeiros e do Brasil,
aos meus pais Hélio (*in memorian*) e Noemea,
ao meu esposo Manoel Neto, amor de minha vida,
aos nossos filhos
Leonam e João Paulo (*in memorian*), Marco Aurélio
e ao Tropeirismo do Brasil, causa e razão desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim deste trabalho é se dar conta de que nas páginas que se seguem está a realização de um projeto que foi construído durante toda uma vida, mesmo que fora do âmbito acadêmico eu não tivesse ainda consciência disso. Entretanto, no longo período de construção desta dissertação, contei com o auxílio, generosidade e amizade de várias pessoas, às quais não posso deixar de agradecer.

Esta é a oportunidade de agradecer imensamente à professora Mary Weinstein por aceitar se conduzir comigo neste caminho no Programa, e também por ter garantido minha orientação. Por todo apoio, paciência e sensibilidade, serei sempre muito grata!

Gratidão, aos meus amores e grandes companheiros Manoel Neto e Marco Aurélio, por construirmos juntos desde o início cada mínimo pedaço de sonho e esforço palmilhado nesta longa e bonita estrada que nos une. Sem vocês, insistindo na trilha, eu não teria conseguido sequer iniciar esta jornada, quanto mais organizar a bagagem e chegar a bom termo no final da viagem. Aliás, por critério de justiça, sem vocês esse mestrado não existiria!

À Elizângela Santana, a prestimosa secretária do PPGMuseu, meu mais sincero agradecimento por seus direcionamentos, indicando os caminhos da burocracia e trâmites no cumprimento dos ritos acadêmicos dentro do Programa, sempre com paciência e imensa boa vontade. Muito obrigada por tudo!

Aos tropeiros e familiares que são depoentes, amigos e parceiros na realização de pesquisar e documentar o Tropeirismo como fenômeno sociocultural de relevada importância. Estendo com pesar o registro de saudades eternas aos meus amados tombados durante a pandemia de Covid19: Mané Rico, Raymundo Barreto, Gerson, Bidô Andrade, Crésio Lima, D. Fidelcina. Descansem em paz!

Aos meus irmãos e irmãs: Marcos Vinícius, Marilene Aparecida, Libertad Rossana, Líbero Cesário e Thalia Ruallece, com todos sobrinhos, sobrinhas e quem mais couber no coração, amores ainda que fisicamente distantes, estão sempre muito próximos, pois que nunca estiveram apartados de dentro de mim.

Por último, mas não menos importante, às bancas de qualificação e defesa que validaram a importância e a aprovação deste trabalho!

Sem cada uma dessas pessoas, e mais todas aquelas que a lembrança não identifica, mas o coração não esquece, minha gratidão. Sem vocês não teria sido possível essa conquista!

CATROP, UM MARCO NO TEMPO

*Nas caminhadas duras pelo agreste brasileiro
Montados nos burros e jumentos carregados
Sob sol e chuva era a marcha diária do tropeiro
Pelos rincões sertanejos nas histórias do passado!*

*A Catrop hoje resgata tudo isso por inteiro
Visando, recolher depoimentos desse herói cansado
De romper lajedos sob perigo eminente do despenhadeiro
No trabalho de sentinela como mensageiro e estafeta do Estado!*

*Cartas, remédios, mercadorias nas bruacas e no caçuré
Enfrentando quiabento espinhoso sem de dor queixá
Às vezes longe da família unida e coesa no aguardo do regresso!*

*Não podemos enterrar indiferentes um tempo de luta dessa gente brava
Rasgando horizontes do país desde as sequelas das pressões escravas
Para lembrar e louvar conquistas advindas apenas do progresso!*

(Hélio Schiavo, 2011)

RESUMO

O Tropeirismo é um sistema de transporte de cargas com o uso de animais iniciado no período colonial do Brasil, que se seguiu através do Império e declinou na República. Nesse movimento, para além de alimentos, cartas ou documentações, eram também transportados animais de produção, pessoas, culturas, valores e modos de vida que influenciaram na formação de muitas rotas comerciais e no surgimento de diversas cidades. De modo a tratar sobre os temas como memória, permanência patrimonial, sertanidade e Tropeirismo como fenômenos inseridos dentro do campo museológico e das ciências sociais aplicadas, teve-se por objetivo nesta dissertação estudar, analisar e contribuir com a valorização e reconhecimento do Tropeirismo enquanto elemento constitutivo do patrimônio cultural brasileiro. Bem como, colaborar com a preservação e conservação dessa memória, presente também na constituição social do Nordeste, conforme protagonizado neste estudo, que teve por eixo norteador ações socioculturais de preservação desenvolvidas em Vitória da Conquista, Bahia, pela ONG Carreiro de Tropa (Catrop). A partir de um vasto levantamento etnográfico em fontes documentais e bibliográficas em torno da temática tropeira, abordada por teóricos de diferentes áreas, muitos pontos de análise foram possíveis, alguns dos quais inéditos sobre este objeto de estudo. Com isso, foi possível observar que a construção de um imaginário estereotipando a figura do tropeiro manteve o Tropeirismo segregado, como elemento histórico, dentro de ciclos econômicos e regionais do eixo Sul e Sudeste, em detrimento de sua presença também no Nordeste do país. Por fim, foi constatado também que esta condição de apagamento da imagem do tropeiro, em relação a sua sertanidade, comprometeu a formação de uma identidade tropeira nordestina. Esta dissertação constitui-se não somente como uma restituição de reconhecimento da existência deste fenômeno sob uma perspectiva maior que a sustentada pela historiografia tradicional, mas que se faz presente também em outros campos, como a Comunicação, o Patrimônio e a Museologia, e que, do mesmo modo, ocorre em toda extensão do território brasileiro.

Palavras-Chave: Tropeirismo, Memória; Musealização; Patrimônio; Sertanidade.

ABSTRACT

Tropeirism is a cargo transportation system with the use of animals started in the colonial period of Brazil, which followed through the Empire and declined in the Republic. In this movement, in addition to food, letters or documentation, production animals, people, cultures, values and ways of life were also transported, which influenced the formation of many trade routes and the emergence of several cities. In order to deal with the themes of memory, patrimonial permanence, outbackness and Tropeirism as phenomena within the museological field and applied social sciences, the objective of this dissertation was to study, analyze and contribute to the appreciation and recognition of Tropeirism as a constitutive element of Brazilian cultural patrimony. As well as collaborating with the preservation and conservation of this memory, also present in the social constitution of the Northeast, as protagonized in this study, which had as its guiding axis socio-cultural preservation actions developed in Vitória da Conquista, Bahia, by the NGO Carreiro de Tropa (Catrop). From a vast ethnographic survey in documentary and bibliographic sources around the tropeirist theme, addressed by theorists from different areas, many points of analysis were possible, some of which were unpublished on this object of study. Thus, it was possible to observe that the construction of an imaginary stereotyping the figure of the *tropeiro* kept Tropeirism segregated, as a historical element, within economic and regional cycles of the South and Southeast axis, to the detriment of its presence also in the Northeast of the country. Finally, it was also found that this condition of erasing the image of the drover, in relation to his outbackness, compromised the formation of a Northeastern drover identity. This dissertation constitutes not only a restitution of recognition of the existence of this phenomenon from a perspective greater than that supported by traditional historiography, but which is also present in other fields, such as Communication, Patrimony and Museology, and which, in the same way, occurs throughout the Brazilian territory.

Keywords: Tropeirism , Memory; Musealization; Patrimony; Outbackness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Bruacas que pertenceram ao tropeiro Emídio Batista da Rocha.....	34
Figura 2	Cartilha Memória Histórica do Tropeirismo em Vitória da Conquista.....	37
Figura 3	Sesi Museu Digital de Campina Grande.....	80
Figura 4	Memorial do Cinquentenário de Planalto/BA.....	83
Figura 5	Lista de compra e venda (s/d) registrada pela Catrop.....	88
Figura 6	Exposição Rancho Tropeiro nos festejos de São João de Vitória da Conquista, em 2010.....	92
Figura 7	Canuto Araújo no Rancho do Tropeiro, em 20 de junho de 2010.....	95
Figura 8	Tropeiro Zé Mosquito em entrevista à emissora de TV.....	97
Figura 9	D. Anália, d. Durvalina e Mané Rico na 2ª Roda de Conversa, em 2011.....	105
Figura 10	Transmissão on line durante a 3ª Roda de conversa, em 2012.....	107
Figura 11	Apresentação da peça Tudo segue o tempo: memória, poesia e Tropeirismo.....	109
Figura 12	Registro de público em visitação ao <i>stand</i> expositivo da Catrop.....	111
Figura 13	Stand expositivo Catrop na 2ª Semana de Museus da Bahia.....	112
Figura 14	Registro da participa�o da Catrop na 5ª Primavera de Museus.....	113
Figura 15	<i>Card</i> de divulga�o da programa�o Catrop/12ª Primavera de Museus.....	114
Figura 16	Registro da turma da Pastoral do Menor atendida pela aço da Catrop.....	115
Figura 17	<i>Card</i> de divulga�o da programa�o Catrop/13ª Primavera de Museus.....	117
Figura 18	Quadro Imperial Vila da Vitória: Dia de feira em Conquista, de J. Murilo.	120
Figura 19	Oficina Memória Histórica do Tropeirismo em Vitória da Conquista.....	121
Figura 20	Apresenta�o de grupo de Terno de reis no evento Natal da Cidade/PMVC.....	126
Figura 21	Apresenta�o da peça Memória de Tropeiro, dramatiza�o do poema Colheitas.....	14
Figura 22	Rotas comerciais e pousos de tropas em terras de Gonçalves da Costa.....	154
Figura 23	Localiza�o aproximada de algumas fazendas da família Gonçalves da Costa.....	155
Figura 24	Rua Grande barracão da feira com presença de tropeiros.....	164
Figura 25	Rua Grande ou Larga em dia de feira, atual Praça Tancredo Neves, com os tropeiros em primeiro plano em meio a movimenta�o da feira.....	166

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Associação Brasileira de Cinematografia
APMVC	Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista
CATROP	Carreiro de Tropa
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DIMUS	Diretoria de Museus
FEB	Força Expedicionária Brasileira
GEPECC	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Conhecimento Científico
GRECOM	Grupo de Estudos da Complexidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IEED	Instituto de Educação Euclides Dantas
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABECET	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Conhecimento Científico
MACG	Museu do Algodão de Campina Grande
MINC	Ministério da Cultura
MINOM	Movimento Internacional por uma Nova Museologia
MRVC	Museu Regional de Vitória da Conquista
MTG	Movimento Tradicionalista Gaúcho
MUHNE	Museu do Homem do Nordeste
MUSEUBR	Rede Nacional de Identificação de Museus
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PPGMUSEU	Programa de Pós-Graduação em Museologia
PMT	Ponto de Memória do Tropeirismo
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PNM	Política Nacional de Museus
REM	Rede de Educação Museal
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SECTEL	Secretaria de cultura, turismo, esporte e lazer

SESI	Serviço Social da Indústria
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	TROPEIRISMO: UM MARCO NO TEMPO.....	21
1.1	TROPA.....	22
1.2	TROPEIRO.....	27
1.3	TROPEIRISMO.....	37
1.3.1	Tropeirismo: escravidão, mineração e transporte de cargas.....	42
1.3.2	Nas fronteiras entre o rural e o urbano.....	47
1.3.3	Conceitos de identidade: os rostos disformes de uma nação imaginada.....	48
1.3.4	A fragmentação da nação imaginada: nordestinidade e sertanidade.....	53
1.3.5	Tropeirismo, capital mercantil e pré-industrialização.....	61
1.3.6	Tropeirismo dentro do campo museal brasileiro.....	71
1.3.7	Tropeirismo como estereótipo gaúcho.....	73
1.3.8	O Tropeirismo em Campina Grande.....	75
1.3.9	Sesi Museu Digital de Campina Grande.....	79
1.3.10	Monumentalização do Tropeirismo em Planalto/ BA.....	82
2	EXPERIÊNCIAS MUSEOGRÁFICAS DO PONTO DE MEMÓRIA DA CATROP.....	85
2.1	UM RANCHO DO TROPEIRO NO ARRAIÁ DA CONQUISTA.....	90
2.1.1	Em 2010: Um tropeiro no rancho.....	93
2.1.2	Em 2011: Memória de tropeiro.....	96
2.1.3	Em 2012: Uma mudança de rota foi inevitável.....	98
2.2	RODAS DE CONVERSA SOBRE TROPEIRISMO EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....	100
2.2.1	Em 2010: 1ª Roda de Conversa.....	101
2.2.2	Em 2011: 2ª Roda de Conversa.....	104
2.2.3	Em 2012: 3ª Roda de Conversa.....	107
2.2.4	Em 2017: 4ª Roda de Conversa.....	108
2.3	FEIRA DE MUSEUS NA BAHIA E 10ª SEMANA NACIONAL DE MUSEUS	111

2.4	PRIMAVERA DOS MUSEUS.....	113
2.5	MEMÓRIA HISTÓRICA DO TROPEIRISMO EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....	118
2.5.1	Tropeirismo e as ações educativas continuadas.....	119
2.6	TERNOS DE REIS E TROPEIRISMO: FUSÃO, TÉCNICAS E GERAÇÕES...	122
2.5.1	Tropeirismo e terno de reis: isso é coisa de família.....	124
2.6	BLOG CARREIRO DE TROPA: O TROPEIRISMO ACESSA OUTROS CAMINHOS.....	129
2.6.1	Um sistema comunicacional a passos de mula.....	133
2.6.2	Tropeirismo: correia de transmissão do folclore.....	135
2.6.3	O caso das pombas poedeiras: um folclore tipicamente conquistense.....	137
2.6.4	Influência do tropeirismo na arte e cultura local.....	139
2.6.5	Fundação casa dos carneiros: o sertão profundo de Elomar.....	140
2.6.6	Estética do sertão: tropeirismo sob novas linguagens artísticas e culturais...	144
3	JOÃO GONÇALVES: O PRIMEIRO TROPEIRO DE CONQUISTA.....	151
3.1	CONTEXTO HISTÓRICO DO PASSADO.....	152
3.1.1	A bem do interesse público: é preciso pra limpar as estradas.....	156
3.1.2	Ampliação das rotas e formação do mercado interno.....	161
3.1.3	O tropel da Rua Grande não deixa Conquista dormir.....	162
3.1.4	Arriba estrada, tropeiro, que o século XX chegou!.....	168
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
	REFERÊNCIAS.....	178
	GLOSSÁRIO.....	193

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida para tratar de memórias, desmemórias, ressignificação conceitual e Tropeirismo como fenômenos inseridos no campo museológico, das ciências sociais aplicadas, tendo como eixo norteador ações socioculturais de preservação desenvolvidas em Vitória da Conquista, na Bahia, pela Organização Não Governamental Carreiro de Tropa (Catrop). O Tropeirismo é um fenômeno histórico e sociocultural cujas origens e importância remontam ao Brasil Colônia dos séculos XVII e XVIII, mais precisamente ao período em que os interesses portugueses se voltaram para o interior do extenso território brasileiro com o objetivo de desbravar os sertões em busca de riquezas. Desta atividade, emergiu um tipo humano ainda hoje singularizado na figura masculina: o tropeiro. Neste trabalho, o Tropeirismo em Vitória da Conquista é tratado em seus aspectos singular e plural, arcaico e contemporâneo, como canal de exposição e como mídia que se move em um processo de contínuo andamento, e que se materializa como narrativa museográfica. Esta dissertação tem como objetivo primeiro contribuir com a valorização e o reconhecimento desse fenômeno como elemento constitutivo do patrimônio cultural, tanto em aspecto local quanto nacional. Bem como, mais especificamente, contribuir para a garantia da preservação e conservação do Tropeirismo presente também na constituição social do Nordeste.

Orientada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na linha de pesquisa Patrimônio e Comunicação, a partir do eixo apontado, objetiva também analisar e problematizar assuntos e temas referentes ao estereótipo tropeirista, conforme difusão midiática relativa ao gauchismo no Brasil. O recorte empírico, ou seja, o que embasa a existência deste estudo, são as diversas experiências ocorridas e identificadas a partir das ações desenvolvidas na e pela Catrop, a qual é reconhecida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) como Ponto de Memória do Tropeirismo (PMT)¹, em Vitória da Conquista, Bahia.

Convém esclarecer de antemão que, nesta dissertação, quando o tropeirismo estiver sendo tratado como sistema de transporte, sua grafia estará em minúsculo, já quando observado e conceituado como fenômeno social e cultural será grafado em maiúsculo. Ao compreendê-lo como fenômeno significativo, o fazemos considerando os seguintes fatores:

¹ Cf. “O Programa Ponto de Memória nasceu articulado com a Política Nacional de Museus, com o Plano Nacional de Museus e com o Plano Nacional Setorial de Museus, os quais apresentam diretrizes e propostas construídas a partir de diversas instâncias de consulta pública e com ampla participação de profissionais envolvidos com a área museológica no Brasil” (IBRAM; OEI, 2016, p. 6).

1. Integração econômica: O transporte de gado e mercadorias por meio das tropas de animais contribuía para a integração econômica de diferentes regiões, permitindo o comércio e a circulação de bens em áreas distantes;

2. Abertura de rotas e estradas: O movimento das tropas influenciou o desenvolvimento de rotas e estradas, facilitando a comunicação e o comércio entre diferentes localidades;

3. Intercâmbio cultural: Os tropeiros eram agentes que carregavam não apenas mercadorias, mas também informações, costumes, tradições e influências culturais entre as regiões por onde passavam;

4. Impacto na sociedade: O Tropeirismo influenciou as relações sociais e econômicas das comunidades por onde passava, deixando marcas na cultura, nas festividades populares, na culinária e na arquitetura das cidades.

Em síntese, é um fenômeno de alargada abrangência em diversas áreas, tais como: econômica, geográfica, histórica, social e cultural, deixando rastros que impactaram diretamente as regiões por onde as tropas transitavam, o que pode ser observado em diversas cidades, dentre as quais Vitória da Conquista.

Em se tratando da justificativa para este estudo, o argumento imperativo é de que, ainda hoje, este município passa por um acelerado processo de expansão urbana que, por consequência direta, provoca e amplia, perante a sociedade conquistense, os efeitos de desmemorialização das heranças culturais de fundo identitário. Diante disso, pergunta-se: em relação a cultura local, donde e a partir de que sujeitos² se identificam e como se localizam as heranças culturais em traços materiais e imateriais do Tropeirismo, expressos por saberes e práticas? Como organização comprometida com a memória e valores patrimoniais da cultura tropeira, a partir das ações que defende e desenvolve no enfrentamento contra o apagamento dos rastros históricos, a Catrop pode ser considerada um museu? Quais os critérios e autorias conformariam proposições explicativas a esta suposição? Conforme estará demonstrado ao longo de todo esse trabalho, esta dissertação tem a pretensão de oferecer respostas a estes questionamentos, se direcionando sempre no sentido de enfrentar a consequente fragmentação que altera a rota entre memória e desmemória, o que provoca os atravessamentos na relação da tríade inseparável sujeito/sociedade/patrimônio tropeiros.

² Na Catrop, a categoria *sujeito* no seu fazer histórico avançou do inicial entendimento de fundamentação marxista de tomada de consciência de si em relação ao meio em suas confrontações de força e poder. Caminhamos para fora do alcance do paradigma binário para a vigência de ações cada vez mais assentadas sob a perspectiva da teoria do pensamento complexo, que elaborada por Edgar Morin, define que: “Ser sujeito é se autoafirmar situando-se no centro do seu mundo. O que é literalmente expresso pela noção de egocentrismo” (Morin, 2011, p. 19). Daí que todo sujeito é centro de mundo, porém, só o ser humano é capaz de ter consciência disso.

É importante destacar, ainda, que para efeito da apreensão temporal e enquanto instituição social não vinculada diretamente como extensão universitária, na condição de organização autônoma, a Catrop é pioneira e referência nos estudos do Tropeirismo como fenômeno social no Nordeste. Em contraste, outras iniciativas, algumas das quais vinculadas a academias e espaços museais, estão presentes em outras regiões, como Sudeste e Sul, donde, pelo nosso ponto de vista, no seio dessas instituições, aliadas às mídias as quais possuem acesso, se produzem visões de mundo que normalizam o *imprinting* cultural (Morin, 2008)³ do Tropeirismo nacional personificado em estereótipos que o identificam como elemento cultural sudestino. É esse *imprinting* que fundamenta as injunções socioculturais de conhecimento do fenômeno sobre as bases restritas da tradição histórica, disseminadas na e pela cultura, que na atualidade tem sido abaladas pelo “calor cultural” (Morin, 2008)⁴ gerado pela atualização de pesquisas que tangenciam suas discussões em torno da temática, por autorias como Jurema Paes (2001), Idelma Novais (2008), Schiavo Novaes (2004; 2005), Antonieta Miguel (2000), Gervásio Batista Aranha (2001), Belarmino de Jesus Souza (2010), Evandro Elias de Barros Neto (2017), que em seus trabalhos em alguma medida também evidenciam o Tropeirismo como elemento constituinte da cultura no Nordeste.

Quanto à estrutura organizacional desta dissertação, no capítulo 1, o texto se concentra em dissecar histórica e culturalmente o conceito de *tropa* e seus derivativos: *tropeiro* e *tropeirismo*. O propósito foi conformar, o mais detalhadamente quanto possível, contextualizações acerca do tropeirismo em seus diversos aspectos, desde sua implantação como sistema de transporte que substituiu o trabalho braçal realizado por pessoas escravizadas até o percurso de sua constituição como fenômeno histórico-social com capacidade simbólica de grande importância na história cultural do Brasil. Avançamos na direção de analisar as condicionantes do desenvolvimento do sistema e apresentamos um

³ O conceito de *imprinting* foi tomado por Edgar Morin (2008) do zoólogo Konrad Lorenz, que ao estudar o comportamento de filhotes de aves recém saídas dos ovos, observou que essas seguem instintivamente a qualquer objeto que se movam, podendo ser sua mãe ou não. Ao empréstimo do termo, Morin o converteu a ambientação humana como sendo um *imprinting* cultural: condutas que demarcam os seres “humanos, desde o nascimento, com o selo da cultura, primeiro familiar e depois escolar, prosseguindo na universidade ou na profissão”. (MORIN, 2008, p. 29). *Imprinting* pode ser compreendido como sendo a formatação da mente individual ou coletiva pela cultura. Essa formatação é a impostura da sociedade que se dá através das trocas sociais, normas, valores, ritos, religião, etc.

⁴ Em Edgar Morin (2008), “calor cultural” é um conceito metafórico extraído do campo da Física, que explica que onde há calor, ou seja, onde há agitações dos átomos dentro de um sistema estável e determinado mecanicamente, há abertura de brechas provocadas pelo próprio meio turbulento. Pelas brechas, ocorrem certas instabilidades que podem inclusive, alterar a estabilidade e o determinismo do sistema, provocando rupturas. Assim, portanto, na metáfora proposta por Morin, o mesmo ocorre no devir social e cultural. Sob as ideias complexas, no campo das relações sociais, a aplicação do critério de “calor cultural” desconsidera qualquer determinismo ou rigidez, provoca, e ao mesmo tempo é consequência das condições de turbulência e instabilidade.

roteiro acerca de como se deu a disposição da atividade tropeira ao longo de sua história que se desenvolveu mediando a relação entre o rural e o urbano, configurando contextualizações que se iniciaram como transporte de carga e culminaram na formação do capital mercantil, num largo espectro de tempo que se estendeu da colônia até período republicano, já com a implantação da pré-industrialização do país. Passaremos pelas análises conceituais de discursos formadores e estratificações regionais em torno da ideia de nação imaginada, suas fragmentárias concepções, onde também aventaremos tratar das categorias de sertão e nordestinidade como unidades de representações. O foco nesses subitens se concentrará em refletir como essas categorias tem suas concepções utilizadas na construção de imaginários, formando estéticas próprias, e como a presença do Tropeirismo, que em prática e ofício se estende como elemento de extensão e ocupação de território, é inserido dentro do universo simbólico que caracteriza a sertanidade. Considerando contextualizar como está retratada e qual a adesão da relação entre o campo museal brasileiro e o Tropeirismo, buscou-se a partir da plataforma Museubr observar onde estão situadas e quantas são as instituições dedicadas ao temário tropeirista. A partir dessa matriz foi elaborada uma análise crítica das demarcações regionais e estereótipos midiáticos em torno da personificação da figura do tropeiro, e mesmo em torno da própria memória do movimento tropeirista no Brasil. Em se tratando de Nordeste, nesta dissertação está evidenciado o pioneirismo paraibano nas iniciativas de validade e registro de suas memórias tropeiras incorporadas aos monumentos e instituições museais em Campina Grande.

No capítulo 2, pensando em museografia como definição de museologia prática e aplicada (Desvallées; Mairesse, 2013), foram descritas algumas das ações realizadas pela Catrop ao longo de mais de dez anos de atividade, principalmente no município de Vitória da Conquista, cujo histórico lhe conferiu o prêmio de reconhecimento como Ponto de Memória do Tropeirismo⁵. Assim, são apresentadas ações práticas que, a partir das funções de preservação, comunicação e pesquisa, evidenciam o Tropeirismo dentro de uma cadeia de operações museográficas que se assentam em sua função social, na Arte/Educação e na relação de preservação entre anseios de memória e esquecimento, acionados em torno das exposições do patrimônio tangível e intangível de seus acervos, seja em eventos, feiras, escolas e parcerias, ou nas redes informacionais de comunicação. Extensivamente,

⁵ Ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS EDITAL Nº 04/2015 – RESULTADO FINAL DO PRÊMIO PONTOS DE MEMÓRIA 2014. Classificação Edital Prêmios Pontos de Memória - 2014 44º 199419 ONG Carreiro de Tropa - CATROP Memória do Tropeirismo em Vitória da Conquista – Bahia Vitória da Conquista BA. Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Edital-de-Resultado-Final-Pontos-de-Memoria-2014.pdf>. Acesso em 30 mar. 2024.

descreveremos um breve histórico da influência do Tropeirismo na arte e cultura local, nas representações de diversas linguagens artísticas e culturais em Vitória da Conquista, como nas manifestações identitárias de relevância das criações do compositor e reconhecido menestrel cantador Elomar Figueira Mello, descendente direto do colonizador João Gonçalves da Costa. Considerando as influências culturais, o fenômeno tropeiro também está historicamente vinculado ao primeiro filme “O Tropeiro”, realizado em Vitória da Conquista, obra do cineasta Osaná Rocha, primo do premiado Glauber Rocha, ambos também descendentes do núcleo familiar de João Gonçalves da Costa. Ainda é possível reconhecer o Tropeirismo em seus aspectos de sertanidade em influência direta na arte naïf de J. Murilo, e também na literatura em poesia de Bruno Bacelar, Euclides Dantas e Hélio Schiavo.

No terceiro e último capítulo, tratamos da figura histórica de João Gonçalves da Costa (1719–1819)⁶, o polêmico colonizador do Sertão da Ressaca e a saga de implantação do tropeirismo a partir de suas iniciativas e parentela. Na historiografia local sabe-se que seu núcleo familiar deu origem a endogamia conquistense (Souza, 2010, p. 43) de poder repartido por seus descendentes e agregados, empreendendo, assim, uma dinâmica de expansão e ocupação de territórios que inicialmente atendeu à configuração de um crescimento bastante lento, mas que ainda assim manteve a expansão do tropeirismo ao longo de séculos enquanto sistema de transporte, até a sua destituição definitiva, ocorrida em meados do século XX.

Em relação a compreensão de musealização de acervos, Bruno Brulon afirma que “tradicionalmente apoiada nas coisas materiais, a musealização está voltada a uma ação de produção coletiva de sentidos. Assim, ela assume um papel proeminente na constituição de uma memória patrimonial efetiva no presente” (Brulon, 2008, p. 129). E podemos argumentar que somente através da produção de sentidos o objeto é convertido em museália e assim adquire *status* de musealidade. Nesse sentido, Marília Xavier Cury entende que os objetos se tornam museália tanto pela “qualidade histórica, antropológica, sociológica, técnica, artística, econômica” (Cury, 2005, p. 32-117), relativo ao patrimônio, quanto pelas atribuições concedidas pelo próprio público, que acionado pelos processos comunicacionais⁷ são afetados

⁶ Cf. Tranquilino Leovigildo Torres, (1859-1896), João Gonçalves da Costa é natural de Chaves/ Portugal e tem data provável de nascimento entre os anos de 1719 a 1727 e faleceu em 1819, ocorrido na fazenda Cachoeira, onde hoje se localiza a cidade de Manoel Vitorino/BA. **O município da Conquista**. Vitória da Conquista, BA: Museu Regional / Universidade Estadual do Sudoeste, (Série Memória Histórica nº 02), 1996, p.98-99.

⁷ Nesta dissertação, a lógica dos processos está ancorada nas ideias de Cury (2005, p. 39) sobre comunicação museológica. Para esta autora, a comunicação só “se efetiva quando o discurso do museu é incorporado pelo visitante e integrado ao seu cotidiano em forma de um novo discurso”. Ou seja, desta premissa, está subentendido que a correia de transmissão, recepção e trocas de mensagens que se operam através de métodos e convenções, como a linguagem em suas diversas formas de expressão, impulsiona a troca que se materializa em todo o processo pressupondo a existência de um sistema de significação operacionalizado em dinâmicas que se reproduzem entre os diversos “sujeitos que participam dela.”

pela dúbia condição material e imaterial dos acervos com os quais entram em contato, seja por meios físicos ou virtuais.

Assim, entendemos que a musealidade se dá por força dos afetos que admite ao objeto estar despojado de sua função inicial de sentido utilitário, e que só assim adquire valor ressignificado, seja pelo contato direto e objetivo, seja pela relação interpessoal e subjetiva. Porém, não acreditamos fosse possível qualquer proeminência de musealização ou a aceitação sem a adesão de um processo educacional que reconheça e atualize, a partir das mediações⁸, as informações sobre este universo tão fragmentário quanto nos parece ser o Tropeirismo. Fiéis à condução do proposto por Cristina Bruno em *Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória* (2006), tendemos a considerar que, em se tratando de caráter de musealidade, nada acontece sem a execução de um processo educacional junto à comunidade, atuando de maneira programada e permanente em favor da mediação de uma pedagogia da memória. No contexto da formação de sentidos sobre as coisas, um aspecto a se destacar diante do que está sendo dito é entender que:

A musealidade é reconhecida por meio da percepção que os diferentes grupos humanos desenvolvem sobre a relação, de acordo com os valores próprios de seus sistemas simbólicos. Como valor atribuído (ou assignado), a percepção (conceito) de ‘musealidade’ poderá mudar, no tempo e no espaço, ajustando-se aos diferentes sistemas representacionais de cada grupo social (Scheiner, 2004, p. 95).

No campo da museologia, para tratarmos da ideia de Tropeirismo como patrimônio musealizado também recorreremos à Scheiner em *Imagens do não lugar: comunicação e os novos patrimônios* (2004). Para esta autora, a musealização de um patrimônio se edifica por “representação material ou expressão em ato” (Scheiner, 2004, p. 107), e em potência como um circuito social de produção comunicacional que se estrutura pela memória ou esquecimento através de gestos de poder e de vontade. Marcados pela seletividade e pela presentificação, os patrimônios se anunciam como instâncias vivas capazes de evocar todos os tempos: passado, presente e futuro (Scheiner, 2004, p. 106), e, desta maneira, são

⁸ cf. DESVALLÉES; MAIRESSE. Conceitos-chave de museologia. (2013, p. 53 grifo dos autores): Na museologia, o termo designa essencialmente toda uma gama de intervenções realizadas no contexto museal, com o fim de estabelecer certos pontos de contato entre aquilo que é exposto (ao olhar) e os significados que estes objetos e sítios podem portar (o conhecimento). A mediação busca, de certo modo, favorecer o compartilhamento de experiências vividas entre os visitantes na sociabilidade da visita, o aparecimento das referências comuns. Contudo, sem mediação, aqui compreendida como ato ou efeito interpretativo acionado pela evocação de memórias e pelas apreensões sensoriais, a musealidade não se efetiva. Isto porque, a despeito de toda a cadeia produtiva que se inicia na seleção, coleção, conservação, preservação e exibição da musealias, sem os dispositivos, individuais, sociais e cognitivos, sem a “vontade de memória” da qual nos fala Pierre Nora (1993), a musealidade não acontece.

conflagrados pela permanência na memória coletiva (Halbwachs, 2006) e social (Pollak, 1989).

Em resumo, os eixos expositivos da dissertação, desde a introdução até as considerações finais, registram a evolução, a potencialidade e as abstrações do Tropeirismo, consideradas a partir de sua condição como elemento estruturante que caracteriza os graus culturais e identitários presentificados como sinais ressonantes de práticas culturais. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se caracteriza como de natureza exploratória e descritiva, podendo ser classificada como pesquisa qualitativa. Em relação aos elementos comunicacionais, a sistematização se deu a partir dos resultados investigados e adquiridos em atividades da organização Carreiro de Tropa, documentações captadas por meio de observação participante, interação social direta com os agentes, procedimentos de amostragem e transcrição de acervo sonoro, sendo todo o material pertencente ao arquivo da Catrop, o qual foi construído ao longo de mais de uma década de existência da organização, e se mantém em permanente expansão.

Os registros fotográficos e entrevistas com agentes em seus meios de origem e vivência sempre possibilitaram documentar, preservar suas memórias e entender a trajetória e importância do Tropeirismo através da fala e expressões dos próprios agentes tropeiros, identificados em seus saberes tradicionais, dentro de seu contexto e de suas relações pessoais. Reconhecidos esses agentes como detentores de saber não erudito e não produzido nos bancos escolares, é factível inserí-los dentro do paradigma de uma nova ecologia do conhecimento (Morin, 1986), identificando-os como Intelectuais da tradição⁹ (Almeida, 2010). Nesta estrada inclusiva na qual acreditamos também se tem conduzido a ciência museológica, principalmente em seus aspectos identificados e assumidos na Museologia Social.

⁹ Para Maria da Conceição Almeida (2010, p. 72): “Intelectual [...] é aquele que se esmera em manter viva a curiosidade do mundo à sua volta [...] Eles são os artistas do pensamento, que distantes dos bancos escolares e universidades, desenvolvem a arte de ouvir e ler a natureza à sua volta. Entretanto, de fato, o intelectual da tradição é uma das faces de um mesmo intelectual que ganha visibilidade na destreza cognitiva dos pensadores da Ciência”. A autora reconhece que pela tradição, homens e mulheres são em suas práticas sociais e histórico culturais detentores e promotores de seus saberes. Pessoas capazes de interpretar, elaborar leituras de si e do lugar construindo entendimentos que a partir da perspectiva apontada por eles próprios e transmitidas de forma lúdica, são capazes de provocar transformações ao modo de pensar o conhecimento. Portanto, manifestação da intelectualidade humana.

1 TROPEIRISMO: UM MARCO NO TEMPO

Pedindo licença ao poeta que abre em epígrafe esta dissertação, e recorrendo ao lirismo de sua verve que relaciona marco histórico ao transcurso do tempo, tomamos de empréstimo seu mote para abriremos nossos argumentos. Como forma de localização interpretativa, a fim de sermos didáticos, neste capítulo, estabelecemos como ponto de partida para tratarmos da objetificação do Tropeirismo, compreendendo-o como fenômeno sociocultural musealizado, ora pela memória, ora pelo esquecimento, a conceituação dos termos a partir da elucidação do que seja tropa e seus derivativos: tropeiro e tropeirismo. Para tanto, haveremos de preferencialmente nos fundamentar em autores considerados pela comunidade estudiosa ao tema como clássicos impostergáveis.

Quando o Brasil ainda não havia caminho de ferro nem estrada de rodagem; quando o carro de bois, gemendo nos cocões, era veículo preferido para o transporte de cargas em terreno pouco acidentado; quando os caminhos nada mais eram do que os espaços naturais entre as árvores ou não passavam das trilhas abertas pelos carregadores humanos e pelas patas da gadaria; quando uma população escassa pulverizava-se numa base física de imensas proporções; quando os núcleos de ocupação se perdiam na vastidão da hinterlândia brasileira, foi a tropa de muares, silenciosa e heróica (sic), varando sertões, atravessando ravinas, rasgando matas, vadeando rios, galgando paredões escarpados, equilibrando-se em abruptos declives, que assegurou – e manteve – a circulação de produtos e de mercadorias, canalizando vida e civilização para o grupos humanos que se haviam enfurnado Brasil a dentro (Goulart, 1961, p. 15, grifo do autor).

Em sua longa exortação à importância das tropas que canaliza “vida e civilização” para os habitantes do “Brasil a dentro”, ainda que de modo diluído na longa citação, buscamos evidenciar que, antes do emprego das mulas, o transporte de cargas era feito pela exploração da mão de obra indígena e de negros escravizados. Neste outro trecho de seu livro este autor detalha que:

O índio e o negro, escravizados, e o mameluco assalariado é que se constituíam nos meios de transporte usuais, não só nos curtos trajetos, como nas longas viagens, inclusive trafegando pelo célebre caminho do mar que ligava o litoral santista ao planalto piratininguense, vencendo a abrupta Serra de Paranapiacaba. Caminho de torturas. Via de sacrifícios por onde o homem, animalizado, para se sustentar na ascensão tinha que deixar o sulco de suas unhas gravado fundamente nas penedias” (*Ibid*, p. 28).

As afirmações acima são da autoria de José Alípio Goulart em *Tropas e tropeiros na formação do Brasil* (1961), conforme já mencionado, um dos clássicos da historiografia comumente aceita sobre o tropeirismo no Brasil. A seu juízo, e nisso diante do contexto, somos concordantes ao autor neste grave relato que descreve a transição da tortuosa utilização de seres humanos para o transporte de cargas, entendendo que, nos difíceis

contextos da época, a mudança do sistema tropeirista para transporte de mercadorias foi a solução de melhor acerto.

1.1 TROPA

No mundo contemporâneo a palavra tropa, seja pela informação midiática via jornalismo, indústria de audiovisual, de jogos eletrônicos, teatro, literatura ou pela exposição e forças militares, tem um rápido apelo vocativo ao senso comum, geralmente atribuído ou relacionado a cenários de violência. Na concepção analisada por esta pesquisa, o termo está diretamente relacionado aos seus derivativos tropeiro e Tropeirismo.

De maneira resumida, Alípio Goulart (1961) define que a palavra tem ascendência germânica *trupp*, do francês *troupe*, italiano *truppa*, e que, no Brasil, em decorrência do latim *tropus*, no castelhano e português, usa-se o derivativo *tropa*; significando, em qualquer desses idiomas, dois possíveis significados: “de multidão de animais e homens” ou “expedições militares” (*Ibid*, p. 36).

Tropa é termo genuinamente brasileiro com essa significação etimológica. Moraes, no seu Dicionário da Língua Portuguesa, foi talvez quem primeiro assim se referiu a esse vocábulo, consignando-o com o seguinte verbete: ‘térmo do Brasil, bestas de carga, que fazem o transporte de mercadorias, onde não há vias férreas, ou fluviais, e seguem com os seus condutores como que em caravanas.’ O mesmo dicionarista registra o derivado tropeiro, dizendo ser ‘térmo do Brasil, condutor de tropas; homem que viaja com cavalgaduras de carga, e cáfila, onde não há vias férreas e fluviais, negociante que compra e vende tropas de muares’ [...] As tropas eram formadas por um grupo de animais, como burros ou bestas, às quais se somavam o tropeiro, os camaradas e o cozinheiro. Eram acompanhadas por cães, responsáveis pelo reordenamento do extravio de cargueiros e pela ajuda na vigilância noturna (*Ibid*, p. 63-64).

Por certo que o termo é polissêmico e suscita muitas interpretações. Vejamos que Homero da Costa Araújo, em *Caminho das tropas* (2003), também trabalhou em busca de uma especificidade para esse entendimento, reafirmando a genuinidade brasileira para o conceito de tropa. Segundo este autor:

Tropa é um termo bastante antigo, tanto na língua castelhana quanto na portuguesa; porém, a sua associação a uma porção de animais agrupados e postos em marcha por um grupo de homens, substantivados tropeiros – signo de uma profissão, uma ocupação -, nasceu nas bandas do Prata. [...] A história de ocupação desses campos e da gradual introdução da pecuária confunde-se com o nascimento do tropeiro no Brasil (Araújo, 2003, p. 15-16).

Uma outra definição de distinção ao termo é cunhada por Francisco Filipak (2010), na manutenção da nomenclatura de que tropa arreada: “destinava-se ao transporte de mercadorias entre as cidades em *mulas arreadas* que carregavam no lombo duas bruacas de couro cru, as quais comportavam cada uma 45 quilos de mercadorias”. As tropas de trânsito em pé, gado ou mulas foram conceituadas por ele como: “tropas *semoventes*” [que] percorriam as quatro rotas geográficas: Curitiba-São Paulo; Viamão-Vacaria-Rio Negro-Castro-Sorocaba; São Borja-Passo Fundo-Lagoa Vermelha-Campos Novos-Rio Negro-Castro-Sorocaba; São Borja-Santo Ângelo-Nonoaí-Palma-Guarapuava-Castro-Sorocaba (Id., p.115, grifo do autor).

Segundo Carlos Roberto Solera, que trabalha as origens da formação do sistema tropeiro no Brasil no livro *História e bruacas* (2006), entre 1711 e 1726, o crescente uso das tropas foi influenciado pelas demandas do ciclo da mineração.

As tropas de muares que vinham do sul arreadas com mercadorias para o abastecimento só chegariam ali anos mais tarde, criando então um sistema satisfatório de abastecimento. Passariam a trazer produtos como, charque, toucinho, aguardente, açúcar, sal, mel, milho, trigo, paçoca, mandioca, panos, algodão, calçados, remédios de boticas, marmelada, frutas, enxadas, sal, azeite, vinagre, vinhos e muitos outros produtos, e desenvolveriam ainda os tropeiros o papel de correio, trazendo e levando cartas, encomendas diversas, livros e jornais. Além disto as tropas cargueiras passariam a desempenhar o papel do pesado transporte dos minérios em direção aos portos, eliminando este castigo que era imposto aos índios e escravos, que acabavam morrendo em grande quantidade ao fazer tal tarefa (Solera, 2006, p. 374).

De acordo com Solera, as tropas de muares chegaram às zonas de mineração localizadas nos sertões do interior da colônia, agilizando as demandas de trabalho e sustento das populações residentes no entorno das minas e substituindo os seres humanos utilizados nos transportes de cargas. Esforço que se tornava ainda mais penoso quando realizado nos montanhosos caminhos dos sertões, conforme disposto na descrição encontrada na obra *Homens de Caminho: Trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa, século XVIII*, obra da autoria de Isnara Pereira Ivo (2012):

As tropas de mulas foram utilizadas pelos homens de caminho dos sertões para levar e trazer os produtos a serem comercializados, diferentemente dos imersos paulistas que preferiam a marcha a pé para adentrarem as estradas dos sertões e do mar, uma vez que as cavalgaduras adaptavam-se mal aos íngremes caminhos. Consta que no século XVII tentou-se importar lhamas do Peru para substituir os cavalos que já eram usados pelos paulistas, mas a opção pelos muares intensificou no início do século XVIII. As mulas enviadas para as Minas vinham do Rio Grande do Sul, substituindo a força indígena usada na condução das cargas (Ivo, 2012, p. 248).

Prosseguindo na polissemia conceitual, no *Dicionário do Tropeirismo*, Moacyr Flores (2006) utiliza os mesmos conceitos de tropa apontados acima por Alípio Goulart. Porém, trata o verbete com maiores detalhes, especificando as tipologias de tropas registradas na historiografia tradicional. Convém salientar também que Flores (2006) reconhece que houve tropas xucas e arriadas circulando pelo sertão nordestino, muito embora se esforce por singularizar os condutores por categorias específicas, demarcando assim a diferenciação em relação ao sul e sudeste:

Tropa arriada: lotes de mulas equipadas com cangalhas são dependuradas as canastras, bruacas ou jacás, contendo mercadorias. O mesmo que tropa cargueira. Tropa xuca: grupo de mulas não domadas, conduzidas por peões a cavalo. Na região Norte e Nordeste usam o termo **caravana e comboio para designar a tropa de cargueiros**. Na condução de tropas vacuns, o ponteiro ia à frente para evitar a mistura de animais com outra tropa que estivesse na trilha ou no corredor (2006, p. 94-95, grifo nosso).

Embora o autor enfatize a distinção de tropa xuca para grupos de mulas não domadas, outros animais também se constituíam em tropas xucas, tais como porcos, carneiros e até mesmo aves, que eram transportados em lotes caminhantes em bandos ou manadas pelas estradas até as feiras e postos de venda ou abates.

Lucimara Koss, em sua dissertação *Comércio & Sociedade: as múltiplas funções dos armazéns de Ivay-PR na primeira metade do século XX* (2013), muito embora tenha por foco e tema em sua pesquisa práticas comerciais em espaço e tempo localizados no Paraná, e trabalhe muito especificamente com tropas xucas de porcos para formação do complexo suíno dos frigoríficos do sul do país, no trecho abaixo a autora desvia seu foco de atenção e se refere a importância e especificidade da tropa arriada e seu uso intensivo e prolongado na história brasileira. Nas palavras desta autora:

[...] o comércio realizado via animais de cargas, não ficou preso somente as “famosas” rotas dos tropeiros como, por exemplo, o caminho do Viamão. Apesar do fluxo de tropas e as feiras de Sorocaba terem declinado em meados do século XIX em função das locomotivas, o transporte realizado por animais de carga persistiu em muitos povoados longe das vias férreas. Em locais interioranos, a produção continuava a ser escoada em lombos de muares até as ferrovias mais próximas. Portanto, apesar do surgimento das locomotivas o luar ainda continuava sendo utilizado como meio de transporte em muitas regiões brasileiras (Koss, 2013, p. 107-108).

O que não se pode perder de vista em conceituações como estas, conforme os autores citados, é que a História é dinâmica, que pode e deve ser lida a partir das pegadas que deixa

na longa duração¹⁰, sendo assim, a construção e reconhecimento de patrimônios culturais, conforme entendemos ser o próprio Tropeirismo e suas fontes de origem enquanto conceitos, são sempre contados a partir de uma lente do presente projetada sobre um tempo, um fenômeno, uma cultura etc. De maneira análoga, o mesmo acontece com as palavras e com os sentidos em que as populações aplicam em seus significados. Com o conceito relativo à tropa e seus derivativos no tempo e no espaço não têm sido diferentes disso.

Na Cartilha *Memória Histórica do Tropeirismo em Vitória da Conquista*¹¹ (2011, p. 07) produzida pela Catrop, para efeito didático e considerando os aspectos históricos desta região, o conceito de tropa ficou assim demarcado: “É um sistema de transporte composto por animais cargueiros. Eram utilizados jegues¹² ou jegas para cargas menos pesadas e distâncias curtas, enquanto mulas e burros serviam para distâncias maiores e cargas mais pesadas. Este conjunto era conduzido por tropeiros”. Em seu estudo sobre povoamento, tropeirismo e relações comerciais, Jurema Paes atribui às tropas o surgimento e a consolidação de um ativo mercado interno a interligar entre si as várias regiões do sertão baiano.

Graças às tropas foi possível a existência e a sobrevivência das cidades e vilas do Alto sertão, oxigenando através dos caminhos e estradas, as relações socioeconômicas do interior. Acampamentos, simples e estradas, grupos vicinais, lugarejos, esquecidos, vilas e províncias foram pouco a pouco, se

¹⁰ Cf. Em *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*, (Burke, 1991)¹⁰, aprendemos que a marca da dinamicidade é a variedade temporal convivendo em estruturas de longa e curta duração. Para isso, a História não obedece a linearidade de causa e efeito, mas se constitui no movimento e nas trocas. Como os tempos mudam, a interpretação do passado também muda, sendo que cada tempo interpreta o passado de acordo com sua projeção e de seus valores de permanência. Peter Burke é um historiador cultural que se ocupa em analisar nesta obra todo o processo histórico e interdisciplinar que resultou no que o autor se recusa a identificar como tendo sido um campo de formação de estudiosos e pensadores da ciência histórica, mas, sobretudo “seja preferível falar em um movimento dos Annales, não em uma escola. [...] A longa vida do movimento permitiu que os historiadores se apoiassem, através de suas obras, mutuamente (ou também reagissem contra). Nomear apenas as mais importantes contribuições da história dos Annales significa escrever uma lista por si só impressionante: história-problema, história comparativa, história psicológica, geohistória da longa duração, história serial, antropologia histórica” (BURKE, 1991, p. 8-89).

¹¹ Esta cartilha é resultante de um projeto em arte-educação, memória e história local desenvolvido pela Catrop e teve por objetivo “divulgar o tropeirismo junto aos estudantes das escolas públicas da cidade” em ações realizadas pela Catrop nas dependências do MRVC. A execução desse projeto estará melhor detalhada no posterior capítulo desta dissertação.

¹² Jumento Nordestino: “Altamente rústico e adaptado às condições do semiárido brasileiro, o jumento Nordestino, é o animal usado pelo homem do Nordeste brasileiro em uma variedade de atividades (Nobre, 1980). Na segunda metade do século XX, a população de jumentos Nordestinos sofreu uma redução de aproximadamente 75% da população, passando de 2.7 milhões em 1967, a aproximadamente 700 mil em 1981, sendo esta uma redução aproximadamente 75% da população efetiva. A razão principal para esta redução, foi o abate indiscriminado de animais de todas as idades, para a exportação da carne e derivados, especialmente Japão e Europa. Preocupada com o desaparecimento da raça a EMPARN (Empresa de Pesquisa do Rio Grande do Norte) manteve durante algum tempo um Núcleo de Conservação desta raça (Mariante & Cavalcante, 2006). Entretanto, com a diminuição da utilização destes animais pelo homem do Nordeste brasileiro, os mesmos passaram a ser abandonados a deriva, o que com que se reproduzissem indiscriminadamente, e hoje são encontrados em grande número, porém vistos como problema, devido principalmente por serem causa de acidentes de trânsito nas estradas da região (ALMEIDA, 2009, p.6).

integrando e se desenvolvendo através dos circuitos comerciais de exportação e de circulação interna. Tropas de burros permitiram que o fumo das terras altas do “Sertão de Baixo”, bem como, o algodão, o couro, o ouro e diamantes de alto Sertão se ingressassem no mercado de exportação (Paes, 2001, p. 53-54).

Avançando em seu entendimento, esta autora identifica como passível de conceituação a incorporação do termo “tropa de mercancia”, que designa as tropas carregadas que percorriam os sertões de forma autônoma, comprando e vendendo mercadorias entre fazendas e povoações que interligavam as rotas. Mas também, essas tropas eram as mesmas que:

[...] tinham ligação direta com as encomendas feitas pelos caixeiros viajantes, que antes da tropa viajavam sozinhos com as amostras de mercadorias, aquelas de mercadores ambulantes que vendiam tecidos, novidades que vinham dos centros coloniais e trabalhavam sob encomenda (*Ibid*, 2001, p. 69).

Levando em conta a definição geral quanto a estrutura da formação básica, o mais comum em Vitória da Conquista era que uma tropa cargueira fosse composta por 10 a 12 animais, sendo sua figuração demarcada com a seguinte disposição: 2 animais de montaria, sendo 1 deles o madrinheiro; 9 animais de carga; 1 animal pra cozinha, tocador e arreador que geralmente caminhava a pé.

A madrinha da tropa também fazia a alegria da garotada. Normalmente, um cavalo de menor porte que os outros animais, a viajar a frente do grupo conduzindo-o. conhecia todas as trilhas, sabia de cor todos os carreiros. Havia algo de especial nesse animal sim, pois não qualquer um servia a essa missão. O tropeiro, afeito às lides durante anos, escolhia-a a dedo. Fazia-o com o maior cuidado, visto que de seu desempenho dependeria o êxito e a tranquilidade das viagens. (Orrico, p. 224)

O que é inegável considerar é que, no ambiente da tropa, seja animais ou humanos, todos os componentes obedecem a um padrão de hierarquias, que no caso dos animais diz respeito ao temperamento e função de serviço dentro da composição, conforme observou o autor ao considerar o apuro do tropeiro na escolha de sua madrinha de tropa.

Madrinha mal preparada, ou pior, sem as aptidões exigidas pela função, poderia embrenhar-se no mato, fora da trilha, perdendo-se a carga, ou dias e dias na viagem. Destacava-se logo do grupo. À frente, ornamentada de belos enfeites, seguia altaneira. Centenas de guisos de metal potosi e prataria prendiam-lhe do peitoral, onde, também, em forma de colar, assentavam-se flores silvestres. Da testa, caía-lhe, ora uma estrela prateada, ora o medalhão ricamente trabalhado em prata (*Ibid*, 1982, p.224).

No que se refere à hierarquia dos animais que compunham uma tropa, dentro do contexto estrutural e quanto às funções exercidas, encontra-se registrado na mesma *Cartilha*, material didático-pedagógico com fins específicos, a seguinte descrição:

Em geral, 12 animais formavam uma tropa, onde dois tinham funções especiais, não sendo utilizados no transporte de cargas comerciais. O primeiro da tropa era o burro-madrinha e destacava-se por receber adornos e enfeites, que, muitas vezes, identificavam o dono da tropa. O contra-guia, carregava mantimentos e utensílios culinários, como trempe, panelas, temperos, talheres, etc. os demais classificados em dois grupos: o coice, animais que não estavam, ainda, acostumados ao trabalho de carga e em grupo; e, o contra-coice, animais conhecedores das rotas, já acostumados com a lida e costumes do tropeiro. Eram alternados de modo que os animais mais bravos ficassem no meio e os mansos nas extremidades, evitando acidentes e facilitando o manejo e condução da tropa (Cartilha Memória Histórica, 2011. p.13).

Tendo por referência sua jornada de trabalho, o dia das tropas começava sempre muito cedo, por volta das três horas da madrugada, e terminava ao cair da tarde. Eram percorridas entre cinco a seis léguas por dia, aproximadamente 25 a 30 quilômetros, em média.

Depois paravam nos pousos e rancharias localizadas ao longo das estradas, descarregavam as cargas, cuidavam dos animais, os alimentavam e soltavam nas mangas e pastos. No dia seguinte, os animais eram novamente carregados e as tropas seguiam viagem (*Ibid*, 2011, p. 18).

Em suas rotas, quando não conseguiam local de abrigo em rancharias, os tropeiros improvisavam acomodações em campo aberto, se utilizando dos couros, cangalhas, bruacas e cargas como suportes de proteção e abrigo. Os tropeiros da região do sudoeste baiano chamavam esses expedientes de encosto. Essas acomodações improvisadas frequentemente ficavam próximas a tanques, riachos e outros cursos d'água.

1.2 TROPEIRO

Estando relacionada a ciclos de povoamento e sistema de transporte, a definição de tropeiro como categoria de identificação também foi sendo alterada a partir da polissemia consequente de variada interpretação, tempos históricos e atualização de conceitos. Perseguindo nesta direção, o livro de Francisco Filipak se propõe a contextualizar semelhanças e diferenças entre o *Tropeirismo Platino-Peruano & [o] Platino-Brasileiro* (2010). Ancorado numa ampla pesquisa bibliográfica, etimológica e documental, o autor aponta variadas perspectivas de interpretação para termos e ocorrências e toponímias referentes ao Tropeirismo no Brasil e países vizinhos. Sua descrição é lacônica: “Tropeiro era o dono dos animais em marcha, o dono da tropa, o dono do negócio, ele chefia e decidia” (Filipak, 2020, p. 195).

Moacyr Flores, em *Dicionário do Tropeirismo* (2006), também opta por uma resumida digressão do significante tropeiro ao longo dos séculos. Porém, discrimina em poucas palavras a distinção hierárquica de posses e funções:

No início do século XVIII apenas o comerciante, dono da tropa, recebia denominação de tropeiro, os demais integrantes eram denominados capataz, comboieiro, arrieiro, camarada, peão.

Nem sempre o tropeiro acompanhava a tropa, ficando o capataz encarregado de organizá-la e negociar as mercadorias. Na metade do século XVIII e no século XIX, o termo designa o capataz e o dono da tropa. No século XX todos os que conduziam a manada passaram a ser chamados tropeiros, inclusive os peões (Flores, 2006, p.96).

Está é uma definição ainda clássica, posto que, apoiada no truísmo histórico de origem de que “o comércio de muares fez nascer o tropeiro na América”, na concepção exposta por Homero da Costa Araújo (2003), os tropeiros eram grupos de homens que transportavam de forma regular tropas e manadas de gado vacum, cavalar ou muar das zonas de criação para as áreas de consumo. Alargando um tanto mais suas impressões, o mesmo Araújo restitui sua conceituação e conclui: “Num sentido amplo, os homens que estavam envolvidos na condução e no costeio de uma tropa poderiam ser chamados de tropeiros (Araújo, 2003, p. 15-30). De acordo com Solera (2006, p. 586), as, estalagens, ranchos, pousos e vendas ao longo das estradas, se tornaram possíveis devido a necessidade de oferecer aos viajantes repouso, pastagens e suprimentos, formando a partir desses núcleos povoados, vilas e cidades.

A partir de seu trabalho com documentação primária e objetivando analisar as redes de formação de identidades mestiças e interligações das atividades comerciais executadas no Império português nas regiões limítrofes entre o sertão da Bahia e o norte de Minas Gerais durante o século XVIII, Isnara Pereira Ivo (2012) concluiu que, sob a designação “homens de caminho” é possível abarcar diversas categorias que, dada a capilaridade de suas funções, muito contribuíram também pelos descaminhos como agentes de integração de territórios e que influenciaram diretamente na circulação e enriquecimento das trocas culturais desses sertões.

Comboeiros, **tropeiros**, viandantes e passadores são algumas das nomenclaturas utilizadas na documentação para designarem entre pessoas que, ao conduzirem suas vidas nos caminhos, transportavam também alimentos, animais e objetos consumidos pelos moradores dos sertões. Comumente chamados homens de caminho pelos oficiais dos registros fiscais, esses integralizadores eram, também, atores de descaminhos e responsáveis pelas aberturas dos caminhos proibidos, que se tornaram artérias do comércio ilegal e da aplicação das ações de confisco pelas autoridades (Ivo, 2012 p.250- grifo nosso).

Para Eurico Boaventura (1989, p.139-140) estudioso da sertanidade baiana, a pretexto de sua visão hierarquizada e classista para ambas categorias, considera que o tropeiro, ainda que subalternizado em comparação ao fazendeiro, é personagem de relativa importância considerada a grande tarefa de conquista do sertão. Ambos inseridos dentro de “um novo ciclo econômico e social”, o fazendeiro tem no tropeiro o seu ajudante, podendo esse até ser reconhecido como agente influente dentro da história¹³.

O valor desta figura é bem nítido e apenas esquecido, porque desenvolvido no anonimato da paz, envolto nos novelos de poeira que as bestas de carga provocavam. É ele figura de real valor na civilização do pastoreio, que a denunciava às cidades ensurdecidas no litoral e lhe trazia o fulgor da vida da vizinhança do mar. Era o tropeiro móvel sombra andante da casa-da-fazenda. Dava bom sinal à mansão o estrupido da sua tropa. Com ela iriam chegar notícia da Corte, das modas para as sinhazinhas, ressonância dos casos da cidade. Viriam novas dos partidos políticos, da marcha do episódio de 88. Faria o tropeiro ligeiro movimento no casarão fidalgo (*Ibid*, 1989, p. 141-142).

Porém, quando levado em conta o entendimento de Sérgio Buarque de Holanda, há uma inversão na lógica apresentada por Boaventura, a seu juízo, o tropeiro “é o sucessor direto do sertanista e o precursor em muitos pontos, do grande fazendeiro” (Holanda *apud* Boaventura, 1960, p. 132-133).

Dada a polissemia do termo, sob alegada justificativa de ser o Nordeste longe da zona de influência castelhana, para a mesma função e conjunto, Alípio Goulart (1961, p. 38), afirma que o condutor de animais cargueiros, “o tocador de boiada será sempre vaqueiro, campeiro, nunca tropeiro ou peão”:

[...] a tropa de muares foi sistema de transporte que, pode dizer, cingiu-se a uma área demarcada, embora imensa, qual seja a compreendida pelos atuais Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. [...] Onde se podia fazer transporte de carga em canoas, barças e outros barcos, não se recorria a muares (Goulart, *op. cit.* p. 87).

Contudo, tendemos a considerar que não se deva tomar ao pé da letra tais considerações. Longe disso, essa compreensão pode e deve ser atualizada, tendo por referência o volume de novas publicações, bem como pela revisão dos conceitos que também contrariam Goulart ao afirmar que as tropas de muares ficaram restritas, “praticamente, a determinada área do território nacional”, a que ele delimitou “parte central do Brasil” (*Id.*, p. 87), desconsiderando

¹³ A distinção que Boaventura apresenta substancia o entendimento de que há uma lógica de evolução social e econômica como elemento constituinte da formação cultural do país, e que esta se credita sob a importância de uns agentes sobre outros, conforme o cânone organicista do paradigma dominante, ancorado sobre leis e causas. Contudo, esse distanciamento classista, em sua origem explicativa, este desprezo por certos segmentos populares e suas manifestações culturais, causou uma ruptura entre o povo e as classes mais intelectualizadas.

em sua descrição o tropeirismo existente no Nordeste brasileiro. Ademais, no Nordeste, por verossimilhança, a literatura registra a palavra *almocreve*¹⁴ para mesma função e ofício.

Evandro Sathler, autor de *Tropeiros & Outros viajantes* (2003, p. 28), especifica em detalhes o significado e a origem do conceito de *almocreve*:

o indivíduo engajado na atividade de transporte de cargas, bagagens e mercadorias em bestas, representado no Brasil pelo vocábulo “tropeiro”, em Portugal é representado pelos vocábulos “almocreve” e “recoveiro”, ambos de origem árabe. A primeira deriva de “almukari” ou “almoqueire” ou “almokarive”, de origem mal definida, mas que significa *o que aluga, o que dá em aluguel*, segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de José Pedro Machado. A segunda, derivada de “récova” ou “récua”, do árabe “rākuba”, significa *o que tem a ver com montaria* e, ainda, significa cáfila, caravana ou *grupo de viajantes montados em bestas*. De *récova* vem a *recovagem*, que é a atividade de transporte de mercadorias ou cargas em bestas, palavra que aparece na língua portuguesa desde o século XV, segundo o Dicionário citado acima e o Dicionário Etimológico Resumido, de Antenor Nascentes (grifos do autor).

Goulart, um dos autores clássicos da história do tropeirismo, conforme já referenciado nesta dissertação, em citação recuperada por Sathler, registra que o veterano pesquisador tropeirista não recomenda o termo *almocreve*, nem mesmo se comparado ao tropeiro brasileiro:

Os vocábulos almocreve e recoveiro, que em Portugal servem para designar o alugador e o condutor de bestas não exprimem, na sua etimologia, o tropeiro e o camarada do nosso Brasil. E vai mais além afirmando ser o tropeiro um termo do Brasil, condutor de tropas; homem que viaja com cavalgaduras de carga; negociante que compra e vende tropas de muares, preferindo entender o tropeiro com seu negócio de transporte organizado, ao invés daqueles tangedores de manadas que recebiam a mesma denominação (Goulart apud Sathler, 2003, p. 28-29, grifos do autor).

Todavia, podemos perceber ao longo das confrontações de ideias entre autores diversos, tropa e seus derivativos são objetos de temas sempre controversos. No contexto da historicidade nordestina também se registram especificidades e distinções de ideação.

Para Lorena Sá, pesquisador dos sertões pernambucanos e autor do livro *Serra Talhada 250 anos de história, 150 anos de emancipação política* (2001), a distinção entre os termos não se aplica. No entendimento desse autor, *almocreve* significa tangedor de animais de

¹⁴ Em detalhado estudo sobre o conceito de **almocreves**, Maria Antônia Pires de Almeida (2002), ratifica que o termo de origem árabe/ marroquina foi introduzido na Península Ibérica durante a Idade Média, sendo incorporado aos usos linguísticos e funcionais dos portugueses. Se baseando numa extensa bibliografia, em resumo, Almeida expõe numa linha do tempo que a prática da *almocrevaria* ainda foi realizada em Portugal até meados do século XX. “A palavra *almocreve* aparece registada nas fontes portuguesas desde o início da nacionalidade, com as grafias *almoqueri* (1111), *almokeri* (1145), *almoquéuer* (1162), *almoqueire*, *almoqueves*, *almocreve* (1174), *almuquéuer* (1176), *almogreue* (1229), *almocreue* (1388) ou simplesmente o *Recoveiro*, é aquele que trabalha com bestas ou as aluga” Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3571/1/Almocreve.pdf>. Acesso em: maio, 2018.

carga, profissão desenvolvida pelos sertões do Pajeú ao longo de 60 anos, período ocorrido entre 1870 a 1930, ou seja, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A almocrevaria teve em Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, antes de virar o temido e famoso bandoleiro, o sertanejo mais famoso representante deste ofício, tanto quanto se tornou representação máxima do cangaço. É Lorena Sá (2001) que nos conta em detalhes que Vila Bela é o antigo nome da atual cidade pernambucana de Serra Talhada, berço da família Ferreira da Silva. Da sede de sua fazenda, José Ferreira da Silva, junto com seus três filhos mais velhos: Antônio, Livino e Virgulino, administrava todo o trabalho. Saíam percorrendo os sertões por onde transportavam e negociavam bebidas, gêneros alimentícios, tecidos, sal, querosene, entre outras mercadorias. Das rotas de Vila Bela, os Ferreira da Silva seguiam para Triunfo, Ouricuri, Bodocó, Exu, Petrolina e avançavam em direção ao Cariri cearense, até ao Piancó e Rio do Peixe, na Paraíba.

De acordo com Lorena Sá, para ser reconhecido como almocreve, o proprietário deveria possuir em sua tropa um mínimo de 24 burros. O plantel de menor porte despertava a desconfiança dos comerciantes no transporte suas cargas e também inviabilizava o carregamento de mais mercadorias. José Ferreira e seus filhos tangiam nas estradas do Nordeste uma burrama constituída de 25 animais, dos quais 12 em sociedade com o fazendeiro José Clementino, do riacho de São Domingos, da região do Pajeú, e uma mula, a burra guia, que portava campainha de aço para abrir caminho à tropa.

Em seu *Dicionário do Tropeirismo*, Moacyr Flores (2006) escreveu um longo e detalhado verbete para descrever a categoria de tropeiro. Dada a especificidade desta descrição, vale a reprodução integral do autor:

No início do século XVIII apenas o comerciante, dono da tropa, recebia a denominação de tropeiro, os demais integrantes eram denominados de capataz, comboieiro, arrieiro, camarada, peão. Nem sempre o tropeiro acompanhava a tropa, ficando o capataz encarregado de organizá-la e negociar as mercadorias. Na metade do século XVIII e no século XIX, o termo designa o capataz e o dono da tropa. No século XX todos os que conduziam a manada passavam a ser chamados de tropeiros, inclusive os peões. O tropeiro levava encomendas, cartas, recados e aviava as receitas de remédios nas boticas. Ganhavam uma porcentagem sobre a venda das mercadorias que transportavam. O tropeiro era um comerciante que vendia animais e transportava mercadorias. Não podemos confundir o tropeiro com o colono ou o pequeno proprietário rural que leva seus produtos para o mercado em mulas ou cavalos, porque esses condutores não se organizavam como tropa cargueira (Flores, 2006, p. 96).

Dissenções à parte quanto a exatidão dos termos referentes, o fato é que as definições nesse campo de estudos são sempre objeto de debates, correções e adaptações que pouco se

acomodam em consensos. Principalmente a depender da região, observação teórica e dimensões interpretativas dos debatedores.

Seguindo na direção apontada por Emerson Pinto Araújo (2017) em seu ensaio sobre a história de Jequié, aqui na região semiárida da Bahia, embora se reconheça as boiadas como tropeirismo de gado, a distinção era evidente nos apetrechos, acessórios e funções específicas de cada modo e conduta de manejo empregado no sistema:

As tropas chegaram a apresentar um certo requinte, o que não ocorria com as boiadas. Nas boiadas, os apetrechos se restringiam ao estritamente necessário: os mantimentos, o ferrão, o laço, o berrante, que quando assoprado produzia um som plangente e roufenho, e algo mais. [...] nas tropas as coisas se processavam de forma diferente. Sempre à frente, ao lado do tocador ou tropeiro, seguia a madrinha, quase sempre uma mula, cheia de guizos que tilintavam durante o percurso. Completando a tropa, apareciam os muares carregando mercadorias nas cangalhas e panacuns, o arreador, responsável pelo comércio da carga, e por último o culateiro, que nada mais era do que o animal que conduzia os mantimentos. Quanto mais equipada a tropa, mais importante o tropeiro ou o proprietário. (Araújo, 2017, p. 87)

De qualquer forma, seja qual for a conceituação que melhor se aplica, grandes eram as dificuldades enfrentadas pelos tropeiros na execução de suas atividades, pois eram muitas as responsabilidades a que precisavam dar conta. No seu amplo estudo sobre as relações de produção e comércio na Imperial Vila da Vitória do século XIX, Idelma Novais (2008), destaca as dificuldades vivenciadas por homens e animais em suas rotinas errantes, sempre a exigir força, disciplina e atenção aos caminhos e rotas perseguidos:

[...] longos percursos, tocando os burros e prestando atenção para que nada de errado pudesse acontecer e machucar um animal ou danificar as mercadorias. Além do mais, o tropeiro precisava ter condições físicas para o trabalho, pois pegavam muito peso, caminhavam muito e dormiam e se alimentavam em condições inadequadas. O trabalho era árduo e a disciplina rigorosa: levantavam cedo, pegavam os animais, arriavam e começavam a andar até chegar em outro pouso ou ao seu destino (Novais, 2008, p. 105).

Na ambientação das tropas, uma rota era trecho a ser percorrido do ponto de partida, porto, estação de trem, fazenda, qualquer outro centro fornecedor ou entreposto e o ponto de entrega da carga viva, gado, muares, porcos ou mercadorias, cartas, livros, recados, etc. Vez por outra, a tropa estancava quando se deparava com as bifurcações no caminho. Se ambos os trilhos apontados seguissem para o mesmo fim, a decisão a tomar teria de ser pragmática e lógica, conforme método próprio de avaliação do tropeiro que considerava avaliar distância, obstáculos, riscos a serem contornados, carreiros a ser abandonados e o que fosse passível de ser melhorado por esforços e em favor da coletividade, como: construção de pontes, abertura

de picadas, sinalização da rota, adaptação do rancho em condições de abrigo, retirada de pedras do caminho para evitar atrasos ou a perda da carga entre outros atropelos possíveis. Uma vez mais recorremos a Araújo em sua minuciosa descrição sobre o cotidiano tropeiro e da distinção de classe apresentada na aparência e composição da tropa que percorriam o sertão baiano:

Eram consideradas tropas de primeira classe as que contavam com mais de cinco lotes de muares, usavam cabeçadas ornadas de prata, enfeites de montinetes, peitorais cheios de guizos, cruzetas feitas a capricho. Antes de penetrarem em uma vila para venda ou troca de mercadorias, aquisição de víveres, apoio dos ferradores, compra de cordas e utensílios ou outros, tinha lugar a operação de limpeza, sendo a madrinha cuidadosamente enfeitada para causar boa impressão. E não era sem motivo. Mal chegavam as tropas com seus carregamentos, eram envolvidas por grupos de pessoas ansiosas na busca de novidades e encomendas, inclusive de tecidos, perfumes, pechisbeques, adornos, e outros componentes de agrado das mulheres. (Araújo, 2017, p. 88).

Conforme o exposto por Idelma Novais, dentro do sistema tropeiro o trabalho era árduo. Era preciso enfrentar longas caminhadas em terrenos incertos, alagados, íngremes e demais outras agruras que se encontrasse pelos carreiros que as tropas rompiam pelos sertões. Se considerados valores contemporâneos de civilidade de direitos, definitivamente não eram ambientações ou condições por onde deveriam estar crianças. Entretanto, aqueles eram outros tempos dentro da escala de produção e valoração da humanidade. No caso das tropas cargueiras locais, o ciclo de produção das atividades do tropeirismo contava com o trabalho de crianças, ou melhor dizendo, de meninos para executar algumas funções as quais a força e a destreza de homens adultos estariam subutilizadas.

Tanto na literatura de suporte quanto nos depoimentos coletados pela Catrop temos relatos de que na tropa o menino tinha também a função de madrinheiro. Ou seja, seguia à frente da composição montado na mula-madrinha e tinha a responsabilidade de chegar primeiro à rancharia ou pouso para encosto, acender o fogo, iniciar o preparo das refeições e depois auxiliar os tropeiros no trato com a limpeza e cuidado dos animais.

A propósito de registro de precoce iniciação na lida tropeira, é representativa a experiência de vida de José Batista da Rocha, o tropeiro Zé Mosquito. Segundo seus relatos, Emídio Batista da Rocha, seu pai, também exerceu função de tropeiro, trabalhando como empregado de um fazendeiro de nome Pracides (sobrenome ignorado pelo depoente):

A gente fazia mais era a rota de Conquista- Poções- Planalto- São Paulino, que hoje é Caatiba, né? E nós ia também pra Acaraí, hoje Itapetinga, transportando mercadorias fretadas sob encomenda, ou da própria produção da fazenda de Pracides, o sobrenome eu não 'alembro' não. Eu mais meu pai 'comandava' um lote de 12 animais. Eu tinha 08 pra 09 anos e já ia mais ele.

E trabalhei nas tropas de 1954 a 1962. E o apelido é porque eu era, franzino e traquino demais, comecei muito cedo na labuta de tropa e não sossegava, os mais ‘véi’ falava que eu era que nem um mosquito zunindo de lá pra cá, de cá pra lá. As tropas acabaram e o apelido ficou. E daquele tempo antigo ainda tenho duas bruacas que eram do meu pai.

Figura 1. Bruacas que pertenceram ao tropeiro Emídio Batista da Rocha.



Fonte: acervo Catrop.

Nas mesmas condições em que Zé Mosquito iniciou sua lida de tropeiro, adentrou às tropas o menino Odilon Reis. Natural da fazenda Bela Vista, distrito de Coquinhos, região hoje pertencente a Anagé, segundo seus relatos (2008)¹⁵, Odilon trabalhou por 16 anos com seu pai em rotas de Vitória da Conquista até o Sul da Bahia. “Dos 08 aos 24 anos, trabalhei até casar. A vida era dura e muito penosa. Depois que eu me casei abandonei aquela vida. Casei em 1944 e fui fazer outras coisas pra viver e criar meus filhos”.

O pai de Odilon era o tropeiro Teodorico José dos Reis, que foi proprietário de 18 animais entre mulas e burros, perfazendo duas tropas de 09 animais cada. No relato sobre sua infância foi relatado pelo depoente: “Trabalhei muito mais meu pai. O pão que os ‘pai’ davam aos filhos era tropa”, mas tem uma coisa, os ‘animal’ era dele, não era meu. Eu mesmo nunca tive de meu mesmo. Nunca tive”:

Aonde tivesse frete a gente ia embora. Pra dormir a gente parava em qualquer lugar... Às vezes conseguia uma rancharia, uma rebuçada e aí a gente tocava um pandeiro, uma viola e entretinha o tempo. A gente vendia carrego. A vida era segura. A gente vinha com dinheiro, guardava debaixo

¹⁵ Esta entrevista foi concedida à autora por Odilon Reis, 88 anos, no dia 25 de abril de 2008, em Vitória da Conquista/BA. O material coletado em gravações e sistematizado por transcrição se constitui em acervos da Catrop e do PMT.

do couro e quem que mexia? Mexia não. Só uma vez que sumiu um burro. Só uma vez. Mas, depois eu achei. Aquele era um tempo diferente. O que um homem falava era falado, ‘tava’ falado. Os homens eram direitos, não tinha coisa de duas palavras. O que era certo era certo e pronto. Nos ocos do mundo, suçarana é que metia medo. Se a rebuçada demorava, nós ‘caçava’ o que comer.

Seria um erro considerar que as memórias e histórias ligadas ao Tropeirismo em Conquista estejam apenas na narrativa de homens e ou antigos tropeiros, as mulheres também auxiliam bastante na formação do banco de dados e constituição de acervo memoriais sobre o cotidiano das antigas tropas. Nesse sentido, uma grande contribuição ao registro do Tropeirismo local foi deixada pelo depoimento de Iracema Prates Brito (1919- 2013)¹⁶. De acordo com esta depoente:

Do que eu ‘alembro’, a feira era onde hoje é a Praça dos Caixeiros. Era lá. Depois passou pra onde é hoje a Lauro de Freitas, os pontos de ônibus, ‘cê’ não sabe? Era lá! Eu cansei de botar um pote de água assim perto da porta com uma canequinha que era para os tropeiros que passavam beber água. Tinha menino trabalhando nas tropas sim, tinha. Mas era o jeito daqueles tempos. Só existia feira porque tinha tropa, nem um tinha caminhão, camionete nada disso. Era carro de boi e tropa. Mas a feira era sortida e o dinheiro era difícil.

Um outro relato que vale o registro das memórias de infância foi concedido por Maria Amélia Brito (1939-2018). Esta depoente relatou sobre as apreensões e curiosidades infantis pelo movimento das tropas, pelas cantorias à beira de fogueiras e suas incansáveis contações de causos e prosas que ela vivenciou junto aos seus familiares nos pousos que os tropeiros faziam na região antigamente conhecida como ‘Cachorros’, atual povoado São Sebastião, zona rural de Vitória da Conquista.

Na chegada dos tropeiros era muito bom... E arrumam as ‘carga’, e soltava os ‘burro’ tudo; e ainda ‘alembro’, ‘quano êis’ ia buscar água pra ‘jogá’ nos lombo dos burros e lavava ... E depois iam preparar as ‘comida’ e pegava as trempe, pegava uns ferros e batia no chão e pindurava um caldeirão de ferro. E agora... Fogo! E os coitados iam ‘comê’ as meia-noite naquele sofrimento todo... E enquanto cozinhava cantava entrelaçado e côco. E monte de coisa assim... E cantava...Tinha uns que era ‘cantadô’... A gente perdia era hora... Também que aquilo pra nós era muito bonito... Esses tropeiros cantar e ‘batê’ viola, que a gente não via nada. A gente não conhecia era nada. Pra nós era uma alegria. Nossos pais iam ‘tamém’. ‘Adivertia’ a ‘famia’ toda (Schiavo Novaes; Moreno Rocha, 2011, p. 09).

Nosso propósito na apresentação desses relatos foi assinalar algumas definições conforme compreensão de personagens locais, a partir das quais, e da elaboração de

¹⁶ Este depoimento foi concedido à autora por Iracema Prates Brito, 92 anos, no dia 05 de março de 2011, em Vitória da Conquista/BA. O material coletado em gravações e sistematizado por transcrição se constitui em acervos da Catrop e do PMT.

conhecimento decorrente de pesquisas de campo, poder afirmar nossa própria compreensão a respeito do ideário tropeirista local, no qual temos trabalhado ao longo dos anos de estudos cobertos pela Catrop na região de Vitória da Conquista. E, conforme registrado na citada cartilha utilizada como material didático nos eventos realizados por essa organização, o conceito de tropeiro conforme adotamos é:

Dono ou condutor de animais de carga, responsável pelo transporte de mercadorias ou outros serviços entre o interior e o litoral e vice-versa. Conduzia a exportação de produções agrícolas locais como cachaça, açúcar, farinha de mandioca e de milho, carnes, feijão, couro, rapadura, dentre outros. Trazia sal, cerveja, querosene, tecidos, grãos, produtos manufaturados pelas indústrias europeias como óculos, leques, livros, revistas, chapéus e bebidas finas, e artefatos em aço, como armamentos, ferramentas, cadeados, fechaduras e cofres, etc. Nesse trânsito, valores e culturas eram compartilhadas em ranchos e povoados ao longo dos caminhos (Cartilha Memória Histórica, 2011, p. 08 grifo nosso).

Considerando que o conceito de tropa é uma grande controvérsia entre estudiosos, a exata conceituação de tropeiro também se configura como sendo um elemento de muitas identificações e importância sociocultural, o caminho adotado pela Catrop na elaboração da cartilha objetivou conceituar de forma simples e para uso pedagógico. O livreto, oferecido à rede municipal de ensino em Vitória da Conquista, compõe mais um acervo a contribuir para ilustração e transmissão de conhecimento acerca da história local e agregando valores na composição de elementos que acreditamos ser primários na formação identitária da sociedade conquistense e regional.

O tropismo [corruptela local para tropeirismo], desempenhou função fundamental, vencendo distâncias, intermediando o fornecedor com o consumidor. Sua ação não se restringiu apenas à integração do interior, ao abastecimento e permuta das mercadorias, à integração dos núcleos urbanos, e entrega de encomendas, a troca de informações, chegando até mesmo, em alguns casos, a substituir a função do correio no que tange a distribuição de correspondência. [...] o tropismo chegou a exercer papel preponderante na formação da unidade nacional (Araújo, 2017, p. 86-87).

Figura 2. Cartilha Memória Histórica do Tropeirismo em Vitória da Conquista



Fonte: Catrop/ Acervo Projeto Memória Histórica (2011/2012).

A partir da data de publicação da cartilha, e também com a ampliação das pesquisas e atualizações conceituais, na região de Vitória da Conquista, o entendimento sobre a definição desta categoria foi reconsiderado e ganhou mais abrangência tanto histórica quanto sociocultural, sendo esse mesmo entendimento incorporado no corpus geral desta dissertação, bem como em toda concepção de trabalho e expressão referente ao termo utilizado nas ações e eventos da Catrop.

1.3 TROPEIRISMO

O tropeirismo é um fenômeno mundial, que aparece na época em que o principal meio de transporte para vencer distâncias era a tração animal. A atividade tropeira pertence à época das trilhas em lugar das estradas, quando os rios eram vadeados nos passos e a produção dos agricultores precisava ser transportada a distantes consumidores (Flores, 1998, p. 05).

Durante todo o período colonial, a administração portuguesa não se consumava de modo absoluto e despótico na relação metrópole/colônia, mas fundamentava-se na concessão de autoridade a representantes que aplicassem seus poderes em favor da gestão do império metropolitano. Com esse procedimento, o monarca objetivava, sobretudo, ocupar de modo

mais eficiente o território brasileiro. Com a mineração acentuou-se a política de dominação lusitana por resultado. Assim, o governo português esperava fortalecer sua posição perante outras monarquias do período, dedicando-se principalmente em resolver com a Espanha os inconvenientes decorrentes do Tratado de Tordesilhas pela ocupação das terras disputadas em intensos conflitos entre as duas potências pela posse do continente sul americano. Após os esforços de negociação comandados pela diplomacia brasileira a cargo de Alexandre de Gusmão (Rio-Branco; Mariz, 2010, p. 25), em 13 de janeiro de 1750, os reis D. João V, de Portugal, e D. Fernando VI, da Espanha, assinaram o Tratado de Madri ou dos Limites, com vistas a delimitar fronteiras ao sul.

As estradas terrestres, junto com os rios, eram organicamente parte da consumação de práticas que ambicionavam, sobretudo, monopolizar o mercado externo e interno, regulamentar a vida dos vassalos colonos, arrecadar mais impostos, reprimir o contrabando e acentuar a formação e atuação de forças militares na Colônia. Segundo escreveu Aluísio Almeida em *História de Sorocaba* (1969), o trânsito de boiadas já se fazia crescente, exigindo atenção administrativa desde os finais do século XVII:

O caminho de Curitiba começou a ser feito pelos criadores de gado desde 1693. Em 1720, o Ouvidor Pires Pradinho estabeleceu a divisa de Curitiba com Sorocaba pelo rio Itararé. A fazenda de gado de São Pedro de Itararé começou e existir nessa época. Em 1735 moravam em Itapeva os Pedrosos (Almeida, 1969).

A busca do ouro de aluvião já devastava territórios e populações nativas desde meados do século XVII e o Caminho do Peabiru¹⁷ já se fazia uma realidade cortada pelos cascos dos muares que seguiam do Sul em direção aos “arraiais mineradores e os principais centros de comércio – os portos - [que] dependiam de uma constância no abastecimento de carne e de um meio de transporte adequado: a mula” (Trindade, 1992, p. 25 - grifo do autor). Na esteira dessas iniciativas, de acordo com Jorge Caldeira em *História do Brasil: a história por quem viu* (2008, p. 245), o paulista Bartolomeu Paes de Abreu (1674-1738), em 1720, enviou uma

¹⁷ Em *Mulheres no caminho da prata*, Jorge Caldeira (2006, p. 105), apresenta esta descrição: “o caminho que ligava São Paulo ao Paraguai era fartamente conhecido por todos os tupis e guaranis da região, e por eles chamado Peabiru, mesmo antes da chegada dos europeus”. Mais do que um caminho, Caldeira considerou o Peabiru “todo um sistema de transportes” e complementando seu argumento abre citação a Bueno (1988, p.144): “O Peabiru podia ser alcançado tanto a partir da foz do Itapocu, quanto de Cananéia, de São Vicente e de São Paulo. Em algum lugar do planalto sul-brasileiro, nas proximidades da atual cidade de Ponta Grossa (PR), essas trilhas se juntavam ao Peabiru e, cruzando pelas nascentes dos rios Tibaji, Ivaí e Piquiri, seguiam pela margem direita do rio Iguaçu até sua foz, no rio Paraná. Cruzando o Paraná, o Peabiru conduzia até o rio Paraguai e acaba na confluência deste com o rio Pilcomayo”. [...] O ponto final na foz do rio Pilcomayo não era gratuito: este rio levava diretamente ao coração do império inca – a nascente está a pouco mais de cinquenta quilômetros de Potosí.

carta ao rei mostrando seus serviços e pedindo concessão para abrir uma estrada para levar gado até as minas, ficando com a terra e o monopólio da cobrança de impostos

Caldeira não diz se Bartolomeu Paes conseguiu realizar seu objetivo. Porém, somado a problemática apontada por Paes de levar gado às zonas de mineração, a falta de meios de transporte eficiente da produção era de fato uma questão que demandava muita atenção por parte das autoridades administrativas. A partir da problemática e oportunidade apontada por Bartolomeu Paes, Jaelson Bitran Trindade, no clássico *Tropeiros* (1992, p. 30), afirma que em 1725 começam officiosamente as ocupações de regiões ao sul da Colônia em territórios que compreendiam “Campos do Viamão, ao longo do estuário do rio Guaíba, Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim”. Porém, somente em 1728 Francisco de Souza e Faria teriam ordens oficiais para empreender viagem e abertura de caminhos. Assim, partiram da Colônia do Sacramento com uma expedição exploradora, abrindo caminhos pela Serra Geral e seguindo em direção à Vacaria dos Pinhais, para em 1730 atingir a vila de Curitiba.

Da iniciativa de Souza e Faria (*apud* Trindade, 1992), o objetivo era romper até chegar em São Paulo, o que não obteve êxito. O intento somente foi realizado em 1732 por Cristóvão Pereira de Abreu “com a passagem do primeiro comboio de animais e dos primeiros tropeiros”. Assim surgiu a primeira rota dos tropeiros, originando que a partir de toda essa epopeia se “fez nascer o longo Caminho São Paulo ao Viamão [...] o grande canal de fornecimento dos meios de transporte mais utilizado no Brasil durante dois séculos que se seguiram: os cavalos e as bestas muares” (*Ibidem*, 1992, p. 30-31). Trindade finaliza: “Cristóvão morreu em 1755. Seu nome, historicamente, serve de referência: a tropeada de 1732 inaugurou um modo de viver -o do tropeiro- e um eixo que ataria definitivamente o extremo sul ao resto do Brasil”. Com efeito, no Sul e Sudeste esse feito é motivo de orgulho e lembranças em instituições dedicadas ao tropeirismo, conforme ratifica Florbela Zimmerman em: *Biribas: a contribuição do tropeiro na formação histórico-cultural do Planalto Médio Sul-rio-grandense* (Zimmerman, 1991, p. 15):

Quando em 1732, o tropeiro português Cristóvão Pereira de Abreu, partindo da Colônia do Sacramento, vem retificando o caminho traçado poucos anos antes por Souza Faria e nele lança trezentas pontes e estivas, tangendo em direção de Sorocaba uma tropa de mais de três mil bovinos e muares, estava iniciando o ciclo do tropeirismo no extremo Sul do Brasil.

O já citado em nossas referências como clássica fonte nos estudos tropeiros, Aluísio de Almeida (1971, p. 14), apresenta uma outra versão para a saga de Cristóvão Pereira, porém, não contraria sua condição de marco histórico da saga tropeirista. Segundo esse autor, “o pai é o protótipo de todos os tropeiros”, arrebanhou não uma tropa de bovinos, e sim de muares

chucros capturados na Bacia do Prata, e seguiu com destino às minas de ouro de Vila Rica e de diamantes do Tijuco, ao invés de se dirigir à Sorocaba.

Em concordância, para Carlos Solera (2010) o protagonismo do tropeirismo também se deve ao português Cristóvão Pereira, por isso, o autor o insere na categoria como “Patrono do Tropeirismo” (2010, p. 344-345)¹⁸. Assim como Aluísio de Almeida, Solera também afirma que a rota aberta por Pereira é o marco zero do tropeirismo e que abriu os caminhos para passagem das primeiras tropas de muares, e não de bovinos, e que esta façanha “originaria o mais extenso ciclo econômico do Brasil e um dos mais importantes social e culturalmente – **o Ciclo do Tropeirismo**” (grifo do autor).

A abertura dos caminhos das tropas a partir da região dos pampas gaúchos “avolumou-se de tal forma o comércio, que se instituiu a grande Feira de Sorocaba, cuja importância culminou em princípios do século XIX e onde se reuniam representantes do Norte, Nordeste, Centro e Sul brasileiros” (Simonsen, 2005, p. 229). Trabalhando com dados da econometria e outras ciências como sociologia, antropologia e história, Jorge Caldeira cruzou o banco de dados, atualizou informações acerca do fenômeno e concluiu que “em torno do movimento dos tropeiros foi constituindo-se uma rede de distribuição nacional, foi interiorizando-se a economia de mercado. O tropeiro comprava e vendia em todos os pontos de seu caminho” (Caldeira, 1999, p. 188). Uma revolução comercial sem precedentes na história do país.

De Norte a Sul do território, a importância histórica do ouro¹⁹ impulsionou “profundas alterações no Brasil e no comércio colonial” (Noya Pinto, 1979, p. 325). Semelhante raciocínio defende Sérgio Buarque (1997): “ambas as áreas estiveram vinculadas à zona da mineração. O ouro com que ligou, por meio de boiadas e tropas de muares, o Norte e o Sul do país”, estimulou paralelamente o comércio e tráfico de pessoas escravizadas, a concentração urbana, o surgimento de povoados e arraiais, o crescimento de vilas, transformadas em entrepostos para acomodação, e o abastecimento de viajantes e das tropas. Em sua obra *Monções* (1995), Sérgio Buarque descreve que a pecuária foi fonte de lucros bem maiores que

¹⁸ Em conversações informais com Carlos Solera, ocorridas em ambiente de aplicativo de mensagem por smartphone, esta iniciativa de proposição desse patronato atribuído ao fidalgo português Cristóvão Pereira, não se deve à sua origem, mas, sim por sua condição de tropeiro. Decorre daí também sua indicação de que a data batismal referente ao mesmo Cristóvão, seja reconhecido o dia 13 de julho como “Dia Nacional do Tropeiro”. Mais uma vez, a sugestão não comporta uma reificação heroica desse agente, e sim, o insere como representação figurativa para inúmeros, incontáveis e anônimos que ao longo dos séculos de empreendimento do sistema tropeiro em todo o território nacional construiu a memória e a história dos tropeirismos em nosso território.

¹⁹ Cf. Segundo Noya Pinto (1979), desde os primeiros anos do século XVIII, a importância do ouro brasileiro através do comércio Inglaterra e Portugal, possibilitou ao governo inglês o acúmulo de riquezas, e com isto favoreceu as condições estruturais para inovações técnicas e consolidação do capitalismo industrial. Os dados e apontamentos desse autor têm sido objeto de reavaliações e análises por historiadores dedicados em ampliar o campo de compreensão em torno da relação anglo-lusa-brasileira e a produção de ouro no período colonial.

os considerados de importância obtidos com a mineração e a agricultura comercial. Lucros que, segundo ele, “foram incorporados ao país, contribuindo para o seu progresso material, apesar do pouco que fez a metrópole no sentido de auxiliar esta atividade econômica (1995, p. 99).

Ao tratar dos sistemas de abastecimento das zonas de mineração, Zemella (1990) reforça o argumento de importância das tropas apresentado por Buarque de Holanda. Segundo a autora, é inegável que, paralelo ao aumento no contingente populacional, as demandas em relação a aquisição de alimentos e bens ficou inteiramente dependente do trabalho das tropas. Essa é uma das chaves de leitura sobre o período proposta por Mafalda Zemella no livro *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*.

Não é fácil abastecer centros populacionais nascidos quase da noite para o dia. Havia gente demais para ser alimentada, vestida, calçada e abrigada. O abastecimento das minas tornou-se um problema que por vezes se apresentou quase insolúvel, sobrevivendo crises agudíssimas de fome, decorrentes da total carência de gêneros mais indispensáveis à vida (*Ibidem*, 1990, p. 191).

Seja observando pelo viés técnico, econômico ou qualquer outra matriz a que se queira investigar, uma ocorrência se faz inegável como objeto histórico e das ciências sociais, o tema do Tropeirismo é sempre muito controverso e apresenta uma miríade extensa de interpretações. E ao longo dos anos, pelas novas abordagens, metodologia e formação de conteúdo, a bibliografia de fundamentação “clássica” e positivista vai sendo questionada, reavaliada e atualizada na construção de conceitos referentes ao tema.

No que se refere ao aspecto da compreensão econômica acerca do alcance do sistema, parece haver entre os autores clássicos dedicados ao assunto um nível menor de dissensões e favorável ideia de consensos. Para autores mais contemporâneos, porém, como Carlos Eduardo Suprinyak (2006), este trajeto também se evidencia em tortuosos caminhos.

Apesar destes importantes avanços, em diversos aspectos nosso entendimento sobre o tema ainda não é satisfatório. Em especial, no que se refere às tentativas de mensuração do volume do comércio e outras abordagens de orientação quantitativa, os resultados obtidos até agora, embora de relevância inquestionável, apresentam-se fragmentários e, frequentemente, contraditórios. Um esforço de síntese, que coloque lado a lado as diversas evidências disponíveis, procurando reconciliá-las de forma a desvendar o panorama mais geral da evolução do negócio de animais de carga do sul do Brasil em todas as suas peculiaridades, ainda está fazendo falta (Suprinyak, 2006, p. 1).

O que chama maior atenção na observação feita por este autor é que ele está se dirigindo muito especificamente às pesquisas e publicações que tratam em “desvendar o

panorama mais geral da evolução do negócio de animais de carga do sul do Brasil”, ao qual acrescentamos também o Sudeste, como insuficientes.

No entanto, são nestas regiões que o volume de sistematização sobre o tropeirismo é mais significativo, tendo produzido um patrimônio cultural identitário de ampla fundamentação, com diversas organizações, corporações, grupos folclóricos e museus que tratam do histórico memorial tropeiro, o que não se observa acontecendo ainda no Nordeste. Não obstante, já existem em nosso meio pesquisas que subsidiam um satisfatório percurso já realizado. A esse respeito, convém aqui considerar muito oportuna a dissertação de Idelma Novais em *Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1884-1888)*, que em sua pesquisa sobre a história local testifica que “a prática do tropeirismo apresenta características semelhantes em todo o Brasil, embora alguns autores, apontam algumas diferenças quanto a linguagem, vestimenta e o tipo de mercadoria que transporta [...]” (Novais, 2008, p. 102), ao que somos inteiramente concordantes aos seus argumentos. Não tiramos o mérito da inquietação demonstrada por Suprinyak, apenas observamos que, no terreno em que ele sinaliza atrasos, em termos de reconhecimento do Tropeirismo, temos sim muito a caminhar e construir para alcançar ao menos o nível onde essas regiões já se encontram. Porém, nossos esforços regionais o comprovam, já nos pusemos em marcha.

1.3.1 Tropeirismo: escravidão, mineração e transporte de cargas

Até o final do século XIX, durante mais de 350 anos no Brasil utilizou-se mão de obra escravizada, tanto indígena quanto africana, nos trabalhos com extrativismo, agricultura, pecuária, mineração, outras atividades econômicas, domésticas e de toda ordem onde o trabalho e esforço humano pudesse ser utilizado. No transporte de volumes, antes da implementação do tropeirismo como sistema, nas distâncias e terrenos onde não era possível o trânsito de carros de bois (Simonsen, 2005, p. 229), indígenas²⁰ e negros eram explorados como carregadores, ou seja, seres humanos utilizados como animais de carga. Em complemento a esta afirmação, em Alípio Goulart, encontramos:

²⁰ Na verdade, desde a chegada dos portugueses, houve emprego da mão de obra indígena pelas autoridades e exploradores coloniais. A mão de obra indígena era utilizada e disputada nas mais variadas atividades por colonos, missionários e autoridades coloniais. “Longe de estarem na condição de vítimas passivas da nova experiência histórica que lhes fora imposta, eram sujeitos autônomos no processo em foram inseridos pela colonização portuguesa, no qual, concomitantemente, resistiam, negociavam, cediam, faziam conquistas, escolhiam aliados entre estrangeiros, etc., ou seja, vivenciavam e pensavam suas experiências cotidianas nas relações com os invasores, como autores de sua história.” Ver: Souza Júnior (2012, p.57).

Ao iniciar-se a mineração e, digamos, até meados do século XVIII, a carência de animais de carga, de tração e mesmo de sela era quase absoluta não só nas regiões douradas e rebrilhantes das Minas Gerais como também de São Paulo. O índio e o negro, escravizados, e o mameluco assalariado é que se constituíam nos meios de transportes usuais, não só nos curtos trajetos, como nas longas viagens (Goulart, 1961, p. 28).

De acordo com Jurema Paes em *Tropas e Tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano* (2001, p.45), durante o período da mineração nas trilhas controladas por Portugal, as chamadas estradas reais, concomitante ao carregamento humano os muarees eram também utilizados: “as cargas partiam das Minas em lombo de escravos ou de burros, transportada em grandes cestos e baús de madeira”. Porém, acrescido o volume de animais cargueiros, paulatinamente o transporte humano foi sendo dispensado para longas distâncias, mesmo porque para os proprietários que faziam uso desses serviços forçados esses tipos de carregamentos não possuíam a eficiência necessária, e ainda desviavam os braços humanos das tarefas mais diretamente ligadas à exploração e demandas do ciclo da mineração, das lavouras e outros serviços.

Em se tratando de mão de obra indígena, no contexto da mineração, houve especificidades. A partir da segunda metade do século XVIII entrou em vigor a Lei da Liberdade dos Índios de 1755 (Domingues, 1998)²¹, que extinguiu o poder temporal dos jesuítas e abolia por completo a escravização desses povos. Entretanto, conforme Souza Júnior (2013, p. 205), os luso-brasileiros “nunca desistiram de utilizar o trabalho indígena, que coexistiu com o dos africanos nas lavouras e nos serviços públicos ainda por muito tempo” e por certo também, nos transportes. Em relação à escravização africana, as leis caminharam em sentido inverso. “Os negros eram empregados, em grande parte, no transporte de gêneros do Rio para as Minas” (Garcia, *apud* Goulart, 1961, p. 29).

Se esses (sic) dois percursos não fossem (sic) suficientes para dar uma ideia das distâncias percorridas pelos carregadores humanos, saiba-se, pois que também dos sertões da Bahia e de outros pontos mais ao norte vinham eles (sic) envergados ao peso de cargas destinadas ao povo das minas. Nas costas, nos ombros, no pescoço e na cabeça de homens é que se arrebatavam não só os fardos e caixas de mercadorias como também viajantes (*Ibidem.*, 1961, p. 29).

²¹ Sobre maior aprofundamento sobre as contextualizações e conflitos nas desiguais relações de poder entre índios e luso-brasileiros na Amazônia, ver: DOMINGUES, Ângela Maria Vieira (1998).

Uma outra referência sobre o mesmo tema em outra abordagem: SOUZA JÚNIOR. **Negros da Terra e/ou Negros da Guiné: Trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório**. Afro- Ásia, 48 (2013), 173-211.

Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6499/1/Artigo_NegrosTerraNegros.pdf. Acesso em 10 fev. 2019.

Portanto, “para atender às novas demandas, o tráfego irregular dos carregadores indígenas foi substituído pela circulação de tropas de muares, organizadas em comboios de comerciantes” (Reis Filho, 2014, p. 29-30). Assim como Alípio Goulart, Sérgio Buarque nos dá conta de que, mesmo nessas condições tão limitantes, mamelucos e bastardos também realizavam o serviço de carregador, porém, “mediante remuneração” (Buarque, 2008, p. 131). Todavia, esses autores não especificam localização, distâncias, valores nem formas de negociações ou pagamentos.

De qualquer forma, do ponto de vista empírico, levando-se em conta a dificuldade das condições de trabalho, tanto nas bandeiras e entradas que percorriam os sertões em busca de ouro, quanto no serviço de transporte, é plausível se pensar que muito provavelmente milhares de nativos e de negros perderam a vida vencidos pela exaustão, pelas dificuldades dos caminhos e por toda a contingência de violência em torno de tão penosa tarefa. Muito de acordo, portanto, com a estrutura embrionária da própria condição de acumulação da riqueza, que nunca se faz de forma isenta, sem violência e sem exploração, conforme ilustra a citação abaixo:

Atrás desse soberbo aventureiro [o sertanista] caminhava a sua caravana, reforçada pelos escravos tupis ou tapuias, seminus, alquebrados de cansaço e de maus tratos, às voltas com a mulama entorpecida pelos grandes pesos dos fardos e, depois por escravos nagôs [...], que o chicote de caroá, e as pontas dos estoques faziam andar arrastando os animais da tropa, se não eram eles mesmos que vergavam e suavam sob a bagagem imensa dos exploradores (Calmon, 1929, p. 29).

Aproximando a perspectiva de observação do transporte de cargas na região baiana em tela nesta pesquisa, se fez conveniente conhecer a situação do negro no estudo realizado por Katia Almeida em *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII* (2012, p. 220), sobre a exploração das jazidas em Rio de Contas, região da Chapada Diamantina. A autora constatou que muitos escravizados que atuaram nas empreitas de carregamento eram empregados em serviços que movimentavam “o pequeno comércio da região, além do transporte de mercadorias, desde o porto de Salvador até o Alto Sertão da Bahia, e desta região para os sertões da capitania de Minas Gerais”. Os trabalhadores escravizados eram utilizados ainda na mineração, lavoura, pecuária, e atuavam também como mecânicos, ferreiros, carpinteiros, sapateiros, barbeiros, músicos ou quaisquer outras atividades de ganho que atendessem ao pequeno comércio da região.

Para Sérgio Buarque de Holanda (2008), tendo São Paulo como referência do principal centro distribuidor de mercadorias e serviços para as regiões mineradoras, no contexto do século XVIII, a presença de carregadores humanos era um imperativo devido ao alto preço

cobrado nas feiras “pelos cavaleiros e muareis”. O autor enfatiza que o uso dos animais “representaria, sem dúvida, progresso notável na rapidez dos negócios, além de poupar os trabalhadores”, não porque houvesse, sob sua observação, alguma reprovação, mas porque, segundo sua análise, havia carência de mão de obra indígena e os “negros eram excessivamente dispendiosos”, portanto, seguindo um raciocínio fundamentado apenas em valores de custo/benefício, segundo a concepção de Sérgio Buarque, o investimento em animais renderiam melhor proveito “às fainas agrícolas” (Holanda, 2008, p. 130).

Imbuído de todo o pensamento racista da época, para o historiador paulista, o emprego humano no serviço de carregamento tinha também uma função socialmente disciplinadora e preventiva ao evitar o aumento do número de “desocupados e vadios”, conforme acontecia em Curitiba, onde já havia a substituição e a população já “tinha nos serviços de transporte, sua principal ocupação e fonte de sustento”.

A substituição do trabalho humano pelo cavalari e muar se fez de forma lenta, processual e sob conflitos. Em todo o sertão era preciso a formulação de autorizações régias, investimentos financeiros, construção de pontes, adaptação de picadas utilizadas pelos carregadores em filas indianas ao trânsito de cavalgaduras, enfim, de “melhorar as condições do caminho”, e, por fim, enfrentar a burocracia governamental que “sempre cuidou de estorvar por todos os meios a multiplicação dos muareis, mais apropriados do que os cavalos aos serviços de transporte e carga”, como também deixou registrado o historiador paulista (*Ibidem*, 2008, p. 131-132).

Durante o ciclo do ouro as atividades de lavra e exploração das minas eram realizadas por sistemas de catas e veeiros, como em Minas Gerais, e por aluviões, conforme encontrado em rios e córregos, como em Rio de Contas, Bahia. Técnicas de mineração mais apuradas e eficientes eram desconhecidas dos mineiros, e assim, as extrações eram realizadas apenas em superfície (Oliveira, 1937) ou com pouca profundidade, o que segundo mineralogistas da época explicava a baixa produção²², apesar do enriquecimento da metrópole, irmandades religiosas, fidalgos e investidores. O grande volume produzido pelas minas exigia a abertura de estradas para um sistema de transporte que operasse com mais vantagem e rapidez.

Já não eram caminhos a serem percorridos por seres humanos em fila indiana, levando os fardos nos ombros, mas vias que tinham que comportar tropas de dezenas de animais ou boiadas de em numerosas cabeças. Pouco a pouco, ainda no século XVIII, os caminhos se tornaram estradas. Vias

²² Essa versão considerada eurocêntrica e eivada de preconceitos, é contestada por pesquisas mais recentes que problematizam a historiografia tradicional, principalmente reavaliando a participação e contribuição dos escravizados africanos. Para maiores detalhes sobre a mineração ver: Souza e Reis (2006).

antigas, possivelmente oriundas de milenares trilhas indígenas, estreitas, com poucos pontos de abastecimento e de manutenção precária se converteram progressivamente em estradas batidas, largas, servidas por inúmeros postos de apoio [...] (Santos, 2001, p. 155).

Com o difícil acesso às minas, geralmente localizadas em terrenos acidentados, e com a crescente demanda que as necessidades das populações das zonas mineradoras exigiam, o incipiente e cruel sistema de transporte sustentado por carregadores humanos precisou ser substituído. “Lá ia o tropeiro preencher a insubstituível função” (Simonsen, 2005, p. 229).

A carência por víveres e alimentos também era outro grave problema, somado à falta de meios para escoar a produção das minas até os portos. Diz a historiografia tradicional, a solução encontrada foi recorrer aos rebanhos de bovinos e muares, que após a expulsão dos jesuítas²³, cresciam e se procriavam soltos nos pampas gaúchos. Foi dessa maneira que “as rotas de percurso do ouro e de mercadorias e gêneros alimentícios formaram os elos que vincularam as várias regiões e as integraram no império português” (Noya Pinto, 1979, p. 326).

Visto pelo prisma dos historiadores tradicionais, dentro de uma lógica de totalidade, os ciclos de produção humana tem começo, meio e fim. Pelo resultado de novas pesquisas e publicações, conceituações que ultrapassem esta visão generalista e que influenciem o modo como somos e nos vemos, aos poucos, estão sendo revistas e desconstruídas. Os novos métodos e abordagens da pesquisa social apontam que toda essa base interpretativa sustenta problematizações e provoca novas perspectivas de observação e compreensão acerca dos paradigmas e truísmos da história e da cultura no Brasil. E, nesse contexto, o fenômeno tropeirista, surgido no âmbito de uma cultura mercantilista, dentro do concerto da brasilidade, também vai pouco a pouco sendo revisitado, comunicando outras formas e possibilidades de interpretação de sua existência e permanência simbólico-cultural.

Seja como for, todo o desencontro de versões entre os autores citados não altera o fato de que, na historiografia oficial do Brasil, os feitos do português Cristóvão Pereira sinalizam o marco do tropeirismo nacional. E para Jaelson Bitran Trindade, mais do que uma viagem ou um marco histórico, essa façanha “inaugurou um modo de viver – o do tropeiro” (1992, p. 31).

O Tropeirismo acompanhou os diversos ciclos econômicos e sociais do Brasil, entre os quais, o da mineração, o do açúcar, do café, da cana, do cacau, da erva mate, da madeira, etc. Foram os muares, as molas mestras na implantação e colonização do Brasil interior, por cerca de mais de duzentos

²³ Sobre a expulsão dos jesuítas e consequências decorrentes dessa medida ver: Jorge Caldeira. **História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

anos. A ferrovia e as estradas rodoviárias, em metade do século XX, vieram tomar o seu lugar, mas até então, quando isso aconteceu, já existia um Brasil exuberante, feito por tropeiros, nos lombos de suas mulas e burros. Por isso é preciso estudar, resgatar, valorizar e transferir aos nossos jovens esta página de glória da história brasileira. É preciso que eles conheçam que existiu um Brasil antes e um outro, depois do Tropeirismo! (Solera, 2011)²⁴.

É recorrente nos autores e pesquisadores do Tropeirismo essa concepção heroica, romântica e pouco crítica de tratamento ao tema. Assim sendo, predominam publicações descritivas que se apoiam em razões fundacionistas, em sua maioria divulgadas a partir de ensaios e memoriais que criaram um arcabouço teórico permeado de representações nas quais o gaúcho é o protagonista desta figuração, guardião maior das tradições tropeiras. Em outras palavras, metafísicas que justificam um tipo humano diferenciado, muito característico, folclórico, deslocado de contradições em seu meio, que se desenvolve na sociedade sem rupturas, de forma quase canônica e linear. Um tipo que se construiu na aventura monumental de persistência pessoal e que, apesar dos enfrentamentos, se convencionou historicamente como o grande elemento unificador que se formou desde a Colônia, a partir da mineração, a promover a mediação entre dois Brasis, o rural o urbano.

1.3.2 Nas fronteiras entre o rural e o urbano

Neste subitem faremos um traçado que se origina nas concepções de densidade em torno da conceituação do termo sertão como categoria e sua utilização como elemento para criação de imaginários, buscando localizar a inserção do Tropeirismo dentro desse alargado universo simbólico que se estende entre o rural e o urbano. Para estas reflexões, levaremos em conta a associação entre o processo de ocupação do território brasileiro a partir do litoral para o interior sob o contexto da presença do tropeirismo que se construiu a partir das lógicas coloniais discutidas e revistas na contemporaneidade.

De acordo com Jorge Caldeira (2017), no Brasil, o entendimento crítico da história da produção de riqueza e da própria noção de brasilidade enquanto discurso formador de nação, a critérios da atualização de fontes e dispositivos tecnológicos de confrontação de dados, possibilita compreender em profundidade toda a dinâmica estabelecida entre o mercado

²⁴ Cf. exposto em: SOLERA, Carlos. **Relatório Técnico**: 1º seminário internacional de tropeirismo- Ipoema Itabira-Minas Gerais, 2011. Distrito de Ipoema- Itabira- MG. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/valter1962/relatrio-tecnico-sit-ipoema-30012012-nata-01-11616607>. Acesso em 07 fev. 2019.

interno, suas redes de comunicação, formação de pessoas e costumes para além do cenário tradicional incorporado pela historiografia nacional.

Sob a lente apontada por Caldeira, em função da conjuntura de domínio territorial exercida no século XVIII ser composta “de pontos descontínuos e dispersos por todo o sertão”, e a despeito de que muitos desses pontos “não passavam de ranchos” e “áreas descontínuas de currais de gado (no caso do Nordeste, em especial), locais de descanso de tropas (sobretudo no Sudeste)”, ao largo de “todo o território, do Rio Grande do Sul ao Amapá, da Paraíba ao interior do Amazonas”, despontavam “áreas de produção econômica regular e moradores permanentes produzindo para o mercado e comprando-lhe os produtos”, sendo que “a comunicação entre os mercados se fazia por meio das tropas de mulas”, que ao fim e ao cabo muito contribuiu para criar e alavancar a “dinâmica mercantil da ocupação do território” (Caldeira, 2017, p.154-157).

Temos por fio condutor a admissão de que por onde a tropa passou, em cada pouso, em cada rancho, em cada povoado que surgiu a partir das pegadas dos homens e das patas dos animais, seja por sua atividade estar no campo do trabalho braçal, mediado por organicidade e técnica natural, seja por transportar sertão adentro as novidades dos mundos civilizados d’além-mar, seja por disseminar comunicação e cultura, muito mais do que a poeira levada pelos ventos, sua passagem deixou rastros que ajudaram a dirimir as fronteiras entre o rural e o urbano. Dessa maneira, foi dada sua contribuição na elaboração do imaginário do que veio a ser a nação brasileira.

1.3.3 Conceitos de identidade: os rostos disformes de uma nação imaginada

Em Afonso Romano de Sant’Anna (1997), as tensões pela construção e legitimação dos discursos de identidade remontam à formação dos Estados Nacionais. Contudo, ressalva-se que, naquele contexto, a incorporação de territórios e a necessidade de defesa de ameaças exteriores requeriam maiores investidas por parte das forças de contenção e controle do governo e grupos de poder das comunidades. O que significava dizer que os Estados Nacionais implicavam em paradigmas para a formação de agrupamentos humanos cuja atenção dos governantes se concentrava em três principais fatores: defesa dos territórios conquistados, a constituição de um ideal de povo e a formação de uma consciência nacionalista. Seguindo a lógica apontada, no caso do Brasil por séculos de dominação, Portugal priorizou a defesa e a posse do território, deixando à margem de seus interesses os outros dois princípios. Entretanto, após os históricos acontecimentos de 1822, celebrado como

ano da independência de subordinação a Portugal, junto a elite governante e intelectuais, iniciam-se os desejos de demarcar a historicidade, a busca por um gentílico definidor de seu povo e vai se estreitando a formação de discursos que culminarão no princípio do conceito de brasilidade. Ou, sob a ótica de Jessé de Sousa (2008), na elaboração do “mito nacional da brasilidade”²⁵.

Avançando um pouco mais, observou Sant’Anna que “no século XX, sobretudo a partir das décadas de 20 e 30, e depois nos anos 50, 60 e 70”, os monopólios estatais, pelo argumento do poder econômico, promoveu a exacerbação nacionalista, alterando a lógica anterior muito influenciada pela cultura europeia. A esse tempo:

A ameaça não era mais guerreira nem fronteiriça, mas econômica. Brasilidade e nacionalismo se confundiram e iniciou-se uma verdadeira disputa ideológica para ver que partido, que líder ou quem era mais e melhor brasileiro. O modernismo literário com comunistas e integralistas, a disputa entre esquerda e direita são trilhas nessa estrada (Sant’Anna, 1997, p. 12).

Seja como for, por configuração conceitual, mítica ou disputa ideológica, a ideia de brasilidade tem a ver com cultura, que tem a ver com disputas por lugares em percepções de poder. Poder que se apresenta ou se faz representar por um discurso narrativo de caráter identitário. Nesta dissertação, são compreendidos como sinônimos os conceitos de *Brasilidade* e *Nacionalidade*, considerando suas condições históricas e sociológicas de formação criadas e lidas alegoricamente na emersão de práticas culturais e administrativas estimuladas ou produzidas pelo e com o Estado fomentando tradições inventadas.

Dentro da cadeia interpretativa para criação dos discursos narrativos da época, por sua raiz agrária/mercantil, ao tropeirismo ficou relegado à condição de atrasado, exótico ou folclórico, dentro da noção geral de brasilidade construída, sobretudo, a partir do pensamento modernista. Ainda assim, foi possível acomodá-lo e monta-lo como alegoria à luz da tradição, se efetivando dentro da ideia de nacionalidade como valor cultural a ser identificado como elemento mais diretamente ligado como representação estética do Sul e Sudeste.

Sérgio Buarque de Holanda (1996, p. 41), citando Silvio Romero, concorda com este autor ao afirmar que “o nacionalismo não é uma questão exterior, é um fato psicológico, interior, é uma questão de ideias, é uma formação demorada e gradual de sentimentos”, muito embora advirta Sérgio Buarque que essas palavras não devam ser tomadas ao pé da letra.

²⁵ Fundamentalmente ancorado no conceito apresentado por Anderson (2008), Jessé Souza em *Ralé Brasileira* (2009), desenvolve seu entendimento de que o mito da brasilidade ou “mito nacional” é a forma moderna por excelência para a produção de um sentimento de “solidariedade coletiva”, ou seja, por um sentimento de que “todos estamos no mesmo barco” e que, juntos, formamos uma unidade. Sem a construção de um sentimento de “pertencimento coletivo” desse tipo, não existe nação no sentido moderno, nem sentimento de compartilhamento de uma mesma história e de um mesmo destino (SOUZA, 2009, p. 29).

Ainda assim, para ele, o modernismo se inicia com uma proposta universalista, mas também nacionalista e regionalista. Mas levando em conta seu ponto de vista, Buarque não define com clareza a que nacionalismo e regionalismo exatamente se dirigem suas afirmações. Nas primeiras décadas do século XX, o *Manifesto Pau Brasil*, publicado em 1925 por Oswald de Andrade em contraposição ao academicismo e na defesa da transformação da cultura estrangeira em culturas nacionais, aposta em uma visão futurista e apresenta a necessidade de implementação do nacionalismo na literatura. O Manifesto de Oswald ainda era resultado da grande impulsão cultural ocorrida em São Paulo no ano de 1922, um movimento registrado na história nacional como *Semana de Arte Moderna*.

Em 1926, em Recife, em resposta ao movimento paulista, liderado por Gilberto Freyre, é lançado no Primeiro Congresso Brasileiro Regionalista *O Manifesto Regionalista*²⁶. No âmbito dos debates nacionais e regionais, Freyre faz do seu movimento um propulsor a convidar o Brasil a olhar para o passado nacional, à valorização das manifestações culturais regionais e ao reconhecimento da necessidade de valorização das singularidades presentes no contexto da criação das ideias de nacionalização e brasilidade. Ambos movimentos são marcos ilustrativos importantes nesse palco de disputas intelectuais e regionais, que somadas a outras vozes, anunciavam a necessidade de criação de uma identidade nacional, mas que desse conta de acomodar suas imagens e tradições de regionalidades. Ao se debruçar sobre a construção desses discursos representativos e buscando localizar a sertanidade dentro desse contexto, Cláudia Vasconcelos desenvolve em maiores detalhes como se deu a construção desse acervo de controversas mentalidades. Em suas palavras:

Aceitar a multiplicidade e a diversidade de vozes e presenças no Brasil nunca foi fácil para as elites do país. Os sentimentos ambivalentes de fascínio e repulsa, preconceito e aceitação, envolvimento e distanciamento e a dificuldade do reconhecimento do “outro” em si mesmo compõem a história da construção de identidade nacional (Vasconcelos, 2011, p.45).

A constatação identificada pela autora quanto as dissenções paradoxais que construíram o discurso nacional têm total relevância apoiada nos fatos e fontes históricas. Os participantes do movimento regionalista acreditavam em uma identidade cultural brasileira que privilegiasse a mestiçagem e o popular em detrimento da erudição. Para esta corrente, o Nordeste, à época ainda referenciado como Norte, pela temporalidade histórica e variedade de manifestações culturais, seria o berço da nacionalidade, portanto, da brasilidade. A arte, a

²⁶ Para melhor compreensão dos ideais propostos pelo movimento nordestino organizado e dirigido por Gilberto Freyre e a extensão de suas proposições, confira em: FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 7^a ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996, p.47-75. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

literatura e outras manifestações estéticas deveriam enfatizar e manifestar essa brasilidade, e não a desconsiderar por princípio, conforme se posicionava a corrente paulista. Contudo, o debate nunca foi conclusivo.

Dentro desse contexto ainda em aberto de análise da ideia de brasilidade, autores contemporâneos como Marcelo Ridenti, em *Brasilidade revolucionária: um século de cultura política* (2010), defendem que, enquanto categoria, brasilidade é, muitas vezes, erroneamente compreendida como sendo sinal de patriotismo ou nacionalismo. Decorre desta distorção que tradicionalmente a categoria seja capturada e associada à direita nacionalista dos anos de 1920 e 1930. No entanto, Ridenti contesta essa aceitação tácita como mal elaborada e afirma que pensadores ativistas de esquerda também tiveram um papel relevante na elaboração e aceitação dessa representação.

Ainda sob as expressões analíticas de Marcelo Ridenti, para além do patriotismo e do nacionalismo, brasilidade é “propriedade distintiva do brasileiro e do Brasil, fruto de certo imaginário da nacionalidade própria de um país de dimensões continentais” (*Idem*, 2010, p. 09), ao que acrescentamos que o sentido e a existência desse imaginário não pertencem a nenhum extremo político ideológico. Contudo, é inegável considerar, e nesse ponto há consenso entre os pensadores do tema, que a década de 20 e 30 a qual se refere Ridenti foi o período em que houve um alinhamento entre a geografia, a história e a sociologia, que resultou na busca de um direcionamento para criação de um discurso nacional para construção de uma identidade brasileira. No livro *A invenção do Nordeste e outras artes* (2006), sob a compreensão de Albuquerque Júnior discorrendo sobre as redes de poder na construção das instituições que formalizam a existência dos discursos identitários, para este autor: “a identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual” (Albuquerque Júnior, 2006, p.27).

No caso da Bahia, quando o discurso identitário emergiu como potência de legitimação da baianidade, em paralelo negou-se a “presença de uma tradição rural/sertaneja”, e assim ficou sem considerar nesse conteúdo de identidades, por qualquer medida que fosse, os “elementos culturais ligados ao Sertão baiano” (Vasconcelos, 2011, p.88). Deste modo, pela afirmação de interesses específicos na autonomização do campo cultural que identificou a Bahia como zona litorânea e festiva, a confrontação à hegemonia desta estrutura narrativa foi assumida por Eurico Alves Boaventura na obra *Fidalgos e vaqueiros* (1989), ensaio dedicado a exaltação da cultura rural na qual cunha *sertanidade* como categoria de essencial importância não só na história baiana, mas também e tanto, na historiografia nacional.

Neste ensaio, a narrativa euriquiana fundamenta suas argumentações nas figuras do

fazendeiro, do vaqueiro e do tropeiro, exaltando o fazendeiro como o grande desbravador do sertão e colocando as outras categorias como coadjuvantes no processo do desenvolvimento. O tropeirismo baiano é reconhecido e visibilizado em curtas citações e referências dentro de todo o corpo do texto, mas ainda um tropeiro heroico e mitificado, bem ao modo daquele apresentado nas obras literárias regionalistas do Sul/Sudeste. Exposto em citações como:

Era assim a vida agitada do tropeiro, baseada na hombridade. E somente por uma agressão de inopino, inevitável, por motivo alheio à sua vontade, se registraria desvio de alguma mercadoria. E lá se iam os tropeiros, sustentando o sertão e alguma mercadoria. E lá se iam os tropeiros, sustentando o sertão e enriquecendo as cidades do mar. Uma sugestão de vida nova o rastro da tropa a chegar na volta da cidade. Levavam os tropeiros, a moda para as Sinhazinhas das casas-de-fazenda. Penosa a vida destes emissários sertanejos (Boaventura, 1989, p. 174).

Ainda que seja um contradiscurso em relação ao discurso nacional e de baianidade, o autor reproduz a mesma lógica de argumentação hierárquica, econômica, classista e de estratificação social, considerando que o “fazendeiro realizou a sua conquista da terra. *Com o auxílio do tropeiro*”. Conquanto faça questão de também registrar: “Sem esse poderoso auxílio seria impossível a obra do fazendeiro” (op. cit, 1989, p. 139, grifo nosso)²⁷.

Nessa relação de pesos e contrapesos discursivos, de investimentos nas máquinas culturais, políticas, governamentais e econômicas, polarizadas por relações de força entre as elites regionais, é que também se construiu o conceito de nordestinidade, baianidade e sertanidade. Em todo esse contexto, paralelamente também se construiu o próprio conceito estético no qual o Tropeirismo não teve lugar de visibilidade dentro da instituição do debate formador da invenção das autênticas manifestações culturais da região Nordeste.

O desenvolvimento do Tropeirismo como conceito a partir dos referenciais analisados detém em sua dianteira especial atenção ao ritmo de sua ambientação, compreendido no âmbito do discurso formador dos conceitos de nordestinidade/sertanidade, conforme apresentado por Freyre em seu *Movimento Regionalista* (1996), Eurico Alves Boaventura em *Fidalgos e Vaqueiros* (1989) e Cláudia Pereira Vasconcelos no livro *Ser-Tão baiano: o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana* (2011). São conceitos de caráter identitários, mas também fluxos comunicacionais/informacionais, donde se faz possível compreender a emergência do Tropeirismo²⁸, naquilo que dele emerge das relações rurbanas

²⁷ No ensaio identitário de Boaventura, concentrado na contraposição ao discurso nacional, ele não aprofunda considerações acerca da problematização de baianidade e, seguindo um padrão de escrita muito comum nos autores de sua época, se refugia na exaltação ufanista de valorização das culturas rurais, em seu caso em específico, vivenciadas na estética da sertanidade.

²⁸ Para melhor compreender o Tropeirismo dentro da lógica de produção expansionista dos sertões, nossa atenção também tem como interlocução para aspectos econômicos e sociais referentes ao objeto, o historiador

que se estabelecem entre o sertão e o litoral, entre as trocas e formações culturais.

No perene confronto de ideias sobre o projeto nacional de busca de identidade coletiva, adentrou os regionalismos, e os grandes questionamentos continuaram sob os embates da confrontação de ideias e prosseguiu seu andamento por todo o século XX, e já se avança em muito no século XXI. Em relação ao Tropeirismo, reiteramos que autores do Sul e Sudeste brasileiro como Afonso Arinos de Melo Franco (1921), Ellis Jr. (1950), Daniel Parish Kidder (1951), Dornas Filho (1958), Alípio Goulart (1961), Aluísio Almeida, Noya Pinto (1979), Alcir Lenharo (1993), Moacyr Flores (2006), Carlos Solera (2010), entre outros tantos autores, instrumentalizaram uma comunidade imaginada²⁹ em torno do conceito de idealização do Tropeirismo. Esse ideal o reteve a ser visto como objeto de cultura extinta, vencido pela ânsia de progresso da modernidade, mas incorporado como estética e patrimônio cultural das populações Sul/Sudeste do Brasil, celebradas e primordialmente festejadas pela memória, folclore e história dessas regiões. Na hierarquia das construções conceituais dentro da ideia de brasilidade, restou ao Tropeirismo no Nordeste a funcionalidade do lugar de uma representação marginalizada em relação ao discurso hegemônico das culturas nacionais.

1.3.4 A fragmentação da nação imaginada: nordestinidade e sertanidade

Tomando como objeto de análise as obras de Eurico Boaventura, a partir de um roteiro detalhado do pensamento do autor, Valter Guimarães Soares em *Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja* (2009), se referindo ao ensaio clássico euriquiano e aos esforços literários de inserção da sertanidade no roteiro da construção do imaginário de identidade nacional, conclui que da parte de Boaventura:

Seu trabalho é marcado pela busca de inserção do sertão pastoril no conjunto da História do Brasil. O assentamento deste registro, o tracejar de uma historiografia onde haja lugar para vaqueiros rudes, **tropeiros**, coronéis e jagunços, requer um outro olhar para a história. [...] Seu trabalho de revisão se dá consoante o desejo de inscrever o sertão pastoril e a aristocracia dos currais nas malhas do discurso oficial (*Idem*, 2009, p. 82-83, grifo nosso).

e sociólogo Jorge Caldeira nas obras *A Nação mercantilista* (1999), *O Banqueiro do Sertão* (2006), *História do Brasil com Empreendedores* (2009) e *História da Riqueza no Brasil* (2017). Este autor fundamenta suas abordagens em dados econométricos, antropológicos e histórico sociais, com o propósito de atualizar e revigorar o entendimento sobre os processos de implantação e desenvolvimento da história, economia e valores socioculturais brasileiros. E, nesse sentido, embora o sistema operacional das tropas não seja o foco de nenhum de seus trabalhos, os resultados que apresenta em sua extensa bibliografia reposicionam também os paradigmas colocados sobre o sertão e sobre o Tropeirismo em novos patamares conceituais.

²⁹ De acordo Anderson (2008), o conceito de comunidade imaginada, é a convicção de pertença acionada a partir da noção de nacionalidade é consequência de uma rede de sentidos formada por imaginários compartilhados. Ou dito de outra forma, por uma comunidade imaginada cuja expressão se faz pela “camaradagem horizontal”, pelo “estilo” e recursos com que são acionados por particularidades ou uma suposta “rede de parentesco”.

Na consecução de todas as tensões, em relação ao Nordeste, já no século XX, em meio aos estatutos fundadores da indústria cultural enquanto conteúdos que fomentam estéticas como sendo ‘cultura nordestina’, os elementos que se consagram como representações identitárias, com narrativas discursivas de contraponto e impõe uma forma de ser e se ver como nordestino imprimem uma marca de pejorativa singularidade, a exemplo de todo fluxo de mimetismo cultural em torno do cangaço.

O Nordeste é, portanto, filho da modernidade, mas é filho reacionário, maquinaria imagético-discursiva gestada para conter o processo de desterritorialização por que passavam os grupos sociais da área, provocada pela subordinação a outra área do país que se modernizava rapidamente: o Sul (Albuquerque Jr., 2006, p. 342).

Formatado nos terrenos da tradição revoltosa, presa aos acontecimentos de vingança e honra, se pavimentou a estrada e cercas que retém o imaginário referente aos nordestinos nos condicionamentos da memória ancorada em época rural e pré-capitalista, dotada de uma rusticidade perene e de uma humanidade embrutecida. Literalmente, um amplo tecido social no qual o nordestino está permanentemente inscrito em “uma verdadeira idealização do popular, da experiência folclórica, da produção artesanal, tidas como mais próxima da verdade da terra” (*Ibidem*, 2006, p. 77)³⁰.

Trata-se de um imaginário estereotipado, conforme utilizado por Gilberto Freyre na constituição do Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), referendando a conformação de existência do “sertanejo-nordestino”, propagado pela literatura, fotografia, música e cinema como típico sobrevivente, demarcado pela geografia, pela valentia, pelo fanatismo e pela miséria, ou tudo isso junto. Tipos humanos fartamente explorados pela indústria cultural: o vaqueiro, o retirante, o místico, o beato, o cangaceiro, o jagunço, o coronel, o ignorante engraçado que expõe em pantomima a própria desgraça. Implicações sociais e culturais que motivaram Gilberto Freyre na grande empreitada de construção de um museu que contivesse a heterogeneidade nordestina. Porém, o Tropeirismo não fez parte do seu corolário de sonhos, esforços estéticos, teóricos, políticos e empírico para e sobre o Nordeste.

Segundo Mário Chagas (2009), a orientação teórica culturalista que impulsionava Gilberto Freyre foi consequente da influência recebida da orientação do antropólogo Franz

³⁰ Convergente ao entendimento de Muniz Albuquerque, segundo Maura Penna, “o discurso regionalista das elites nordestinas procurava criar uma coesão interna, tanto com relação ao espaço - visão da região como um conjunto próprio – quanto em relação à esfera social”. Para esses autores, formou-se daí uma estratégia de unificação discursiva que projetou em excesso o flagelo, a seca, a violência, a economia agrária, como ‘justificativa’ de exploração do homem pelo homem. Contingenciado pela servidão do apadrinhamento, sustentado por um regionalismo autorreferente e de acomodação aos mandos e desmandos criados e coordenados pelas elites locais dentro e fora da região. Ver: (PENNA, 1992, p. 50).

Boas, quando aluno da Universidade de Columbia/EUA. Ao retornar ao país, Freyre chegou disposto a construir no Nordeste, especificamente em Recife, um museu para ‘abrigar’ e ‘preservar’ o ‘homem rústico’. Confeccionando lenta e de forma perseverante ao longo de sua vida uma *imaginação museal*, que segundo Mário Chagas, há tempos de hoje poderia ser conceituada como fartamente comprometida com bens patrimoniais tangíveis e intangíveis. Nesta invenção freyreana, o sistema tropeirista não teve tangenciamentos, caminho ou pouso.

Para Cláudia Vasconcelos em obra já citada, a partir de Eurico Boaventura, a categoria sertanidade passa a ter marca contemporânea de se pensar as relações histórico-sociais e culturais dos sertões baianos no campo da estrutura da identidade nacional. Ressalta-se, porém, que ao tempo dos embates culturais e regionais, o país estava na época em que as regiões do Brasil ainda eram dimensionadas por critérios quase essencialmente geográficos. Naquele contexto, ampliaram-se as bases de dissensões entre as diversas elites regionais e fragmentaram-se as lutas de poder pela primazia de identificação. No conflito em tela, àqueles tempos a Bahia fazia parte do Leste, e os demais estados, que hoje entendemos como Nordeste, eram identificados como Norte. Foi na conflituosa esteira dessa construção narrativa que também foi sendo discutido, e sendo tecido, o discurso identitário de nordestinidade, formado como consequente do próprio conceito de Nordeste enquanto região geograficamente demarcada³¹.

Na base de toda orientação pela busca de uma afirmação da cultura de identidade do Nordeste, está o já citado movimento regional capitaneado pelo “Manifesto Regionalista de 1926” de Gilberto Freyre³². O movimento nordestino tinha várias frentes e contava com nomes como: Câmara Cascudo, Raquel de Queiróz, José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Marques Rebelo, entre outros. A partir dos anos dos anos 50 do séc. XX, razões sociais, econômicas e de produção rural prevaleceram sobre o critério geográfico na construção dos discursos nacionais³³. Com a mudança de paradigma passaram a considerar a Bahia como

³¹ No já clássico livro de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2006, p. 22), a elaboração conceitual de Nordeste enquanto região é antes de tudo disposto estabelecido a partir de diversas linguagens, enunciados, estéticas, valores e tradições inventadas e perpetradas sobre “uma identidade espacial, construída em um preciso momento histórico”.

³² Num interessante artigo publicado na Revista Cordis, Fábio Brito (2023), analisa criticamente o que identificou como culto academicista durante os anos 1960 e 1970, aos autores e instituições que se dedicaram a estabelecer conceituações acerca da relação cultura brasileira e política durante o regime da ditadura militar. A abordagem central do artigo, expõe como os discursos e a luta dialética entre as ideologias e visões de mundo manifestas em circunstâncias de forças opostas dos autores disputavam os “seus lugares de saber e poder” da narrativa nacionalista. Sua síntese de observação se concentra na proposição luso-tropicologia de Gilberto Freyre, na sociologia marxista de Caio Prado Júnior e no movimento armorial de Ariano Suassuna.

³³ Fosse no campo histórico, social, cultural, político e econômico, esses debates sempre ocorreram sob algum tipo de conflito. Pelo menos é o que nos relata os bastidores detalhados por Celso Furtado em sua autobiografia, quando da polémica em favor da visibilidade e reconhecimento do Nordeste como produtor rural

inclusa na região Nordeste, conforme dito, anteriormente identificada como Leste.

Importante registrar que são guardadas as especificidades, inclusive ideológicas, de cronologia, de relações de força e grupo de cada um desses agentes sociais e de seus movimentos dentro do campo social de formação do conceito de nordestinidade. Este posicionamento é apresentado por Cláudia Vasconcelos (2011, p. 66), e ao qual fazemos eco ao compreender, em conjunto com a historiadora, quando enfatiza que dentro de todo o contexto de disputas e luta simbólica no Brasil naquele período, “o projeto de emergência do Nordeste” primava por se igualar, ou melhor dito, se sobrepujar ao “novo centro econômico do país, a região Sul/Sudeste”, sede do antigo polo econômico, e criador do discurso de identidade nacional.

Na formulação desse texto identitário, não se observa a vigência dos elementos que compõem a sertanidade e/ou a nordestinidade [...]
Para dissimular o grave problema da falta de um projeto político para o estado e visando proteger a Bahia o isolamento em que se encontrava em relação ao resto do Brasil, a elite local passará então a investir numa imagem que a projete como uma terra singular, “uma terra sem igual!”, com um ritmo próprio que encantaria a todos que a visitam (*Ibidem*, 2011, p. 87).

Ainda sob os entendimentos propostos por Cláudia Vasconcelos, no grande debate, iniciado ao mesmo tempo em que outras elites regionais impulsionavam seus discursos de construtos sócios culturais identitários, ou seja, primeiras décadas do séc. XX, a elite cultural baiana, composta de intelectuais, artistas e políticos também tensionavam forças na criação de suas construções simbólicas. Privilegiou-se os “conceitos de tradição e herança cultural” circundantes de Salvador e o Recôncavo em detrimento das demais regiões do estado, tanto quanto igualmente se divergiam “da organização de referências identitárias que se amalgamaram em torno do Nordeste”, polarizando, sobretudo, com “Pernambuco como principal referência dessa região” (*Ibidem*, 2011, p. 89).

Dentro de toda a confrontação, entre litoral/Recôncavo no âmbito do imaginário da baianidade, de um modo geral ficou relegado ao sertão a estereotípia assinalada pela constatação histórico-cultural de Euclides da Cunha (1998), da prosa romanesca de Guimarães Rosa (1982), da poesia popular de Patativa do Assaré (1980), do cancionero, mentalidade e estética de Luiz Gonzaga (2006)³⁴, do misticismo católico e popular do padre

e formador de cultura foi retomada nos anos 50/60, embasando suas contribuições em ideias desenvolvimentistas que terminaram por favorecer na criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ocorrida por força da lei 3.692 de 15 de dezembro de 1959. (1997, p. 131).

³⁴ Dentro das narrativas encontradas em *A invenção do nordeste e outras artes*, há um cuidadoso exposto sobre Luiz Gonzaga como referência simbólica nordestina donde “Ele vem atender a necessidade de uma música nacional para dançar, que substituísse todas aquelas de origem estrangeira. Daí sua enorme acolhida num momento de nacionalismo intenso, fazendo-o frequentar os salões mais sofisticados em um curto espaço de

Ibiapina, de Antônio Conselheiro e Padre Cícero. Cenários estes nos quais, após as décadas de 60 e 70 do século XX, vão se incorporar a este corolário do sertão nordestino o enredo medievalizado pela junção do erudito ao popular das criações do conquistense Elomar Figueira Mello e do paraibano/pernambucano Ariano Suassuna, ambos fortemente influenciados pela cultura ibérica. Fato é que todos esses ‘sertões’ são conteúdos sociais e imagéticos que posteriormente foram assimilados e multidimensionados por ampla e diversificada mídia e produção cultural exposta na cinematografia identitária e provocativa de Glauber Rocha, no movimento armorial de Suassuna, na cantoria de menestréis como Elomar, Xangai, Vital Farias, entre outros. Imagéticas que sempre expuseram o sertão como refúgio étnico, culturalmente mestiço, lugar de seca, miséria, violência, atraso, alienação e confrontações nas relações sociais e do trabalho. No que mais diretamente nos interessa como foco da dissertação, sertão é, assim, o lócus constitutivo da segregação do Tropeirismo com todo o seu capital simbólico e cultural, marginalizado no campo da interação social do povo baiano.

Celso Furtado (1997), em uma sequência de análises sobre o desenvolvimento econômico do país, empreende uma lógica de raciocínio que auxilia na compreensão das razões que influenciaram o fim do ciclo do tropeirismo no Brasil, ainda que devido ao que autor identificou como “imobilismo social e estagnação econômica” decorrente da “rígida hierarquia social”, explique a manutenção do sistema no sertão nordestino. Em relação a Vitória da Conquista, pesquisadores como Fonseca (1998) testificam a veracidade desse argumento em relação ao tropeirismo local, que embora extinto no Sul e Sudeste em fins do século XIX e primeiras décadas da República, ainda tenha perdurado como sistema em nossa região até meados do século XX. As especificidades do Nordeste contextualizam essas singularidades.

É difícil não exagerar com respeito ao Nordeste do Brasil. Aí tudo escapa a explicações fáceis. A sociedade não é fruto, nem de conquista nem de um projeto de colonização. Desde seus primórdios, tudo se apresenta como indefinido, com os traços básicos que persistiriam por séculos. [...] A sociedade que emergiu na zona semiárida, cujo povoamento se deu com base na pecuária extensiva, tinha como traços característicos a dispersão espacial dos camponeses e a total dependência destes com respeito aos proprietários de terras. (Furtado, 1997, p. 39-49).

No que se refere a Vitória da Conquista, localizada no semiárido nordestino, região a qual esta pesquisa se dirige mais especificamente, desde os primeiros momentos de sua

tempo. O Baião será a música do Nordeste por ser a primeira que fala e canta em nome dessa região”. (Albuquerque Jr., 2006, p. 115).

colonização faz parte de um território que frustrou as prospecções para a mineração, só passando a ser prioridade na política portuguesa como tentativa de impedir a evasão de tributos e o contrabando de minérios. Abrir estradas, montar cancelas e registros de fiscalização era prioridade para o governo colonial. Porém, esta iniciativa era de alto investimento em estradas e precisava estar atrelada a uma política de povoamento e ocupação de território. Incumbência que, de acordo com Maria Aparecida de Sousa em *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia* (2010), foi recebida e cumprida pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa que em fins do século XVIII, iniciou “o processo de fundação do arraial da Conquista” e oficialmente “como profundo conhecedor daquelas matas, rasgou estradas ligando o arraial a Ilhéus, Camamu e rio das Contas, tentando diminuir o isolamento do sertão, aproximando-o do litoral” (Sousa, 2010, p.50). Por reconhecimento governamental em razão de seus serviços, em 1782 o capitão recebe do desembargador e ouvidor de Ilhéus, Francisco Nunes da Costa, a incumbência de:

Estabelecer uma nova povoação indígena no lugar denominado Funil, no rio das Contas. A finalidade era afastar os índios pataxós das vilas ao sul da capitania [Camamu, Maraú, Cairu] e que impossibilitavam a conclusão da estrada que seria utilizada para passagem do gado que saía do Sertão da Ressaca e se destinava aos habitantes dessas localidades. (Sousa, 2010, p. 51- grifo da autora).

No mesmo ano de 1782, o Intendente Geral do Ouro, João Ferreira Bittencourt e Sá, emite correspondência ao governo da Bahia sugerindo que João Gonçalves era o nome mais indicado para contenção dos contrabandistas de ouro e diamante que em prejuízo ao erário da Real Fazenda, se utilizavam dos caminhos que ligavam as Capitânicas da Bahia e de Minas Gerais. Ao gosto do Intendente, o sertanista era quem deveria ser o agente responsável pelos registros, por sua bravura e lealdade à Coroa “o capitão era a pessoa indicada não só para fundar os registros e evitar os extravios, como também prosseguir na conquista do ‘gentio bárbaro’, rasgar estradas e fornecer os meios de sobrevivência das vilas da região” (Sousa, 2010, p.56). E assim, por aqui se instalou, desde os primeiros momentos de ocupação do conquistador um tropeirismo de boiadas e trânsito entre os portos e zonas mineradoras, inserindo essa região naquilo que mais tarde será identificado pelos estudiosos como sendo o ciclo do gado. Estabelecido esse panorama, convém explicar que, no Nordeste, o ciclo do tropeirismo está inserido dentro do “ciclo do gado”, conforme afirma Frederico Pernambucano de Mello (2004, p. 48), em suas pesquisas sobre os sertões, seus habitantes e costumes.

Desenvolvido nos sertões, principalmente nas zonas semiáridas, de acordo com Joana Medrado (2012), o ‘ciclo do gado’, identificado no vaqueiro desde seu “mito de origem” como figura central da cultura do Nordeste, se estabelece como figura idealizada desde o “momento da colonização dos sertões”. É o vaqueiro “um dos tipos sociais mais romantizados pela literatura. Seus hábitos e vestimentas, sua lida diária, a relação com os animais, sua moral e prestígio são todos aspectos reiterados de maneira quase poética por estudiosos e curiosos” (Medrado, 2012, p. 126). Ainda segundo Pernambucano de Mello, a partir da pata do boi, de uma sociedade pastoril, do isolamento geográfico e das heranças mestiças se constitui um tipo humano de características “particularmente tenaz”, curtido pelo sol, forjado pela seca, pela mestiçagem, formadora de cultura popular.

Seguindo na mesma linha de entendimento de Pernambucano de Mello, mas se restringindo a um foco local, Itamar Pereira de Aguiar (2007, p. 52) compreende que nos sertões do semiárido conquistense se observa a existência de uma “cultura do boi”³⁵, e decorre daí um *ethos* de sertanidade que identifica e distingue o povo desta região, sobretudo quando comparado a outras regiões baianas. Conforme definido por Aguiar, a sociabilidade que se formou em torno do gado chegou junto com os primeiros colonizadores, “com as tropas, os tropeiros e suas tralhas”, e se mantém como cultura identitária desta região.

Para este autor, é parte do *ethos* das comunidades que vivem em economia baseada na agricultura e na pecuária forjarem “uma cultura mágico-religiosa” (*idem*, 2007, p. 231), e, assim, desenvolverem suas místicas e rituais que movimentam singularidades herdadas de antigas tradições locais, fabricadas nos rincões isolados do sertão e, seguramente, disseminadas pelos vaqueiros, boiadeiros e tropeiros de pouso em pouso.

Portanto, é canhestra a visão que conceitua o tropeirismo unicamente como subciclo da mineração do eixo central de produção em Minas Gerais e Goiás e sinaliza que o sistema teve como principal função apenas a condução de mercadorias das zonas de produção para as vias de escoamento e exportação, principalmente para os portos do Rio de Janeiro. Tropeirismo é bem mais que isso. E no caso do Nordeste, também vai muito além de apenas conduzir para os sertões as mercadorias que chegavam nos portos de Salvador e Ilhéus, por exemplo. Mas, esse é um tipo de entendimento mais recente acerca do sistema, mais observado na contemporaneidade como fenômeno, entendimentos que são resultantes de

³⁵ Pela perspectiva desse autor, por cultura do boi entenda-se o conjunto de atividades desenvolvidas na cidade e na região que envolve o modo de vida dos seus habitantes nas relações de socialidades manifestas ou herdadas a partir da lida com o gado, tal seja: o modo de trabalhar e a jornada de trabalho, profissões, vestuários, os diversos utensílios, a alimentação, as festas populares, a música, a dança, negócios, religião, enfim, o conjunto das atividades necessárias à produção da economia local, tendo o boi como vetor. (AGUIAR, 2007, p. 52).

pesquisas e narrativas mais atuais, e que dentro da historiografia atualizam o lugar do Tropeirismo como um dos elementos formadores da cultura no Brasil.

Ocorre que durante muito tempo as pesquisas sobre abastecimento, comércio e transporte no contexto colonial se sustentaram no argumento de que no sertão nordestino a inexistência de um amplo mercado consumidor não justificava o uso intensivo da circulação e serviços das tropas direcionadas ao mercado exportador. Ainda que tenham existido na capitania baiana exceções amplamente estudadas como a interação Cidade da Bahia/Salvador, Recôncavo e os sertões em torno do complexo econômico da cana-de-açúcar, do fumo e do couro proveniente da tradicional pecuária³⁶ nordestina, o sistema de transporte atuante nesses complexos não obteve ainda ampla pesquisa que notifique sua existência ou os localize dentro da ampla historicidade do tropeirismo brasileiro atravessando os sertões do Nordeste.

Para o cearense Gustavo Barroso (1962), tratando do sertão nordestino, este possui uma alma que personifica o próprio sertanejo, homem e natureza são filhos da penúria, do sol, da falta d'água e tanto da “fartura”, quanto da “abundância”. Já para Jorge Caldeira (2006), o sertão são os descampados percorridos e dominados por indígenas, colonizadores, tropeiros e mercadores nos territórios do Sul, sudeste e Centro-Oeste brasileiros durante os períodos de implantação da colônia e do Império brasileiro. Para Guimarães Rosa, “O sertão está em toda parte” (1986, p. 1), atende a todos os territórios e fantasias. Cláudia Vasconcelos (2014, p.212), trabalhando com o conceito de sertão e sua construção no imaginário brasileiro, tem razão quando diz que “no Brasil, as imagens de sertão vão se transformando de acordo com o período histórico”, ao que acrescento, de acordo com o narrador, sua visão e compreensão do mundo.

Frederico Pernambucano de Mello, em *Guerreiros do sol* (2004, p. 47- 48), seguindo o paradigma weberiano de tipos ideais trabalha com conceito de sertão como lócus geográfico e influenciador de tipos humanos. Nas palavras do autor, o “isolamento” em que o sertão esteve imerso por séculos, a longa convivência com o clima de traição, a familiaridade de aceitação da morte e o destemor, fizeram do sertanejo um tipo sempre desconfiado, arredio e que fez com que nele:

se conservassem e mantivessem vivas certas formas primitivas de vida social chegadas ao Brasil e aqui mescladas ao padrão nativo [...] Curiosamente, quando as estradas de ferro e rodagem conseguiram devassar, em caráter

³⁶ Tendo por suporte as pesquisas de Nardi (1996) sobre a indústria fumageira, na indústria de exportação, o couro era utilizado para acondicionamento do fumo produzido no Recôncavo Baiano ao mercado internacional. Além desse uso em específico, atanados e curtumes era negócio muito lucrativo pelas amplas aplicações do couro para as atividades mercantis, tendo também no aspecto social, toda uma historiografia identitária em relação a cultura nordestina, sendo enaltecido pelos mais diversos usos, funções e possibilidades pelo sertanejo.

definitivo, os domínios até então reservados à pata de burro dos almocreves – que, ao lado dos ciganos, eram quase que os únicos novidadeiros daquelas paragens [...] Nas zonas rurais, ainda mais que nas escassas manchas urbanas sertanejas, isto se deu de modo acelerado e doloroso.

Peculiaridades de um biotipo que impacta na imaginação e ideias preconcebidas a respeito da população sertaneja e mantém aceso o divórcio litoral/sertão, Sudeste/ Nordeste, ao passo que também incentiva outros pesquisadores ao contraditório.

Ainda sobre o Tropeirismo no Nordeste, o livro do historiador Lycurgo Santos Filho, *Uma Comunidade rural do Brasil Antigo* (2012, p. 255 - 256), é obra de essencial importância na literatura historiográfica dos sertões baianos. Entre suas páginas, encontra-se de forma detalhada a composição e cotidiano das tropas cargueiras que percorriam os sertões do século XVIII e XIX.

A tropa cargueira compunha-se de muares, bestas e burros carregados de algodão, aguardente, açúcar, fazendas, etc., etc. No sertão nordestino, cada animal carregava uma carga de 6 arrobas, em dois “costais”, um de lado, cada um pesando três arrobas. Noutras regiões, como em Minas Gerais, a carga era maior. Compreende-se. A travessia da caatinga exigia maior esforço dos animais, daí ser menor a carga.

Duro e penoso era o ofício de tropeiro. Caminhos ruins e estreitos, pouca água, contratempos que acarretavam perda de carga e até dos animais...exigiam do condutor a maior atenção, o maior cuidado.

Mais especificamente, Lycurgo teve por lente de observação a reconstituição social, econômica e histórica da fazenda “Brejo do Campo Sêco”, pertencente à época em análise a “Bom Jesus dos Meiras”, hoje o município de Brumado, Bahia. A rigor, a região na qual está embasada a obra, na atualidade, está sob o domínio da influência político-cultural do município de Vitória da Conquista.

1.3.5 Tropeirismo, capital mercantil e pré-industrialização

Uma lógica simplista parece anunciar que houve pequena produção no sertão nordestino e disso resultou em pouco comércio, e, por consequência, na dispensa de uma engenharia de transportes conforme se observou necessária, expansiva e muito eficiente em outras regiões. Segundo essa lógica, houve inexistência de uma praça³⁷ comercial com peso na balança exportadora, portanto, diante desta ausência, o tropeirismo nesta região foi

³⁷ Nesta pesquisa o conceito de praça está apresentado como centro de poder da comunidade mercantil. Local onde tropeiros, feirantes, arrematadores e comunidade em geral se reuniam para comprar e vender, adquirir e trocar informações, enfim, fazer negócios. Essa compreensão encontra amparo na mesma lógica e sob o mesmo contexto conforme expresso em: SAMPAIO, Antonio (org.). **Conquistadores e Negociantes: histórias da elite no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (2007. p. 225-264).

dispensado de função que lhe tivesse dado vigor e estrutura, conforme ocorreu nas regiões mais ao Sul.

A análise bibliográfica de consulta para a pesquisa apontou uma base teórica que, em certa medida, subsidia conceitualmente essa orientação de obscuridade ao tema. Exemplo disso, pela teoria da economia de subsistência (Prado Jr., 2000), adotou-se na historiografia nacional o conceito de que imperava no Nordeste sociedades eminentemente agrárias, em sua maioria residentes em fazendas localizadas a grandes distâncias entre si, cuja produção local se fazia autossuficiente, voltada para o consumo de toda a propriedade, que muito pouco se comunicava com as demais propriedades.

Essa explicação adquiriu critérios de verdade e ganhou ampla aceitação entre os pesquisadores que versam sobre temas afins. Sob a ótica da economia de subsistência durante o período de vigência do tropeirismo como sistema de transporte, para as regiões sertanejas, reconhece-se a existência de núcleos urbanos, porém, pouco povoados, com uma incipiente rede de comércio voltada basicamente para o mercado interno da Colônia, com produtos de pouco peso na balança comercial para exportação.

Erivaldo Fagundes Neves (2008, p. 184) contesta esses assentados critérios de isolamento atestando que, ao contrário disso, o homem sertanejo estabeleceu redes de integração para manutenção do “convívio social, econômico, político e cultural, associados a outros grupos semelhantes, e formaram comunidades mais amplas, que alargaram as fronteiras com suas tropas e boiadas para além do desconhecido”. Neves não nega de que no sertão existiam de fato dificuldades de abastecimento, e a disponibilidade de transporte para grandes produções eram comprometidas pela falta de meios, no entanto, a policultura e a diversidade agropecuária supriam as impossibilidades. Nas suas palavras:

Desde o século XVIII, consolidou-se a autossuficiência da policultura sertaneja, tanto das lavouras quanto da pecuária. Os excedentes dinamizaram o segmento mercantil interno da economia colonial, sem controle direto da metrópole, ao contrário da monocultura canavieira litorânea que produzia para o monopolizado comércio externo (*Ibidem*, 2008, p. 185).

Para escoamento de tais produções, “boiadeiros e tropeiros do alto sertão da Bahia expandiram seus negócios até o Recôncavo da baía de Todos os Santos, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo (op. cit., 2008, p.184-185). Também da lavra do mesmo autor extraímos o significativo registro de que o tropeirismo possibilitou a formação de riqueza, conforme identificada ao ocorrido com o “paulista Antônio da Silva Prado (1788-1875), mais tarde barão de Iguape, avô do historiador Caio Prado Júnior, quando fixou “residência na pequena cidade baiana de Caetité, onde se engajou no comércio em uma escala pequena,

porém rendosa”. Em negócios lucrativos que envolveram “o abastecimento regional e compras de produtos locais, como algodão”, regressando a São Paulo em 1886 como “grande comerciante e arrematante da maior parte das rendas públicas nessa Capitania”.

Complementando essa mesma linha de argumentação quanto a produção de excedentes e escoamento de mercadorias, em estudo sobre a produção, comercialização e estocagem de farinha de mandioca, a maior parte do transporte desse gênero alimentício tão presente nas mesas do soteropolitano chegava à capital por navegação de cabotagem, mas a distribuição do produto a partir dos portos se fazia no trabalhoso sistema tropeiro. Nazaré se destacava por ser “um importante entreposto comercial, cuja farinha era mais barata do que das vilas distantes”, onde o grande movimento de tropeiros animava o comércio local. Semanalmente, cerca de “mil e quinhentos cavalos” para lá se dirigiam “carregados de quatro, cinco, seis, sete e às vezes nove mil alqueires de farinha”:

Por este motivo há na dita povoação muitas lojas de fazendas, ferragens e molhados onde se fazem e proveem os condutores das mesmas farinhas vendendo-as bem como os mais gêneros que trazem quais sejam algum milho, bastantes víveres, bandas de capados mortos e grande cópia de rapaduras, que fazem do melaço, nas muitas engenhocas, que já há para aqueles sítios e cujo estabelecimento tem sido a época, como logo direi da decadência da mesma lavoura de mandioca (Almeida *apud* Simões Filho, 2011, p. 36).

Rompendo grandes distâncias e as intempéries regionais, ainda que no ritmo lento da animália, o tropeirismo avançou e se afirma de forma incontestável na historicidade nordestina, demonstrando que a presença de tropas e tropeiros vai muito além da circunscrita influência numa economia de subsistência. Mesmo porque “as pequenas policulturas sertanejas não se subordinavam à grande lavoura de unicidade de cultivo, nem dependiam dela, embora lhe vendessem seus excedentes”, conforme bem adverte Erivaldo Fagundes Neves (2008, p. 184). O sistema tropeirista interferiu de forma ativa na dinâmica da circulação, manutenção e expansão de mercados locais e inter-regionais, garantindo suporte às relações de implementação e distribuição por vias internas das mercadorias advindas do comércio internacional que chegavam aos portos do Brasil e possibilitando aos exportadores escoar suas produções, conforme ocorreu no alto Sertão da Bahia quando da região se “exportavam-se para a África mais o fumo em rolo e aguardente de cana, no intercâmbio escravista” (*Idem*, 2003, p.238).

Caldeira (2017), escritor contemporâneo, historiador completamente ancorado no seu tempo, ainda dispõe a ‘olhar’ o sertão pelo retrovisor, porém, não o apresenta como o lugar inóspito onde até a natureza recusa auxílio, lá é o lugar onde a dinâmica mercantilista

aconteceu com mais sucesso, pela força e engenho empreendedor do sertanejo, que atuando em várias frentes, soube vencer adversidades e fazer riqueza. Assim como Alípio Goulart (1961), seu argumento tende a considerar o tropeiro um empresário do ramo do sistema de transportes.

A visão desse pesquisador sobre o tropeirismo elenca considerações onde o tropeiro é identificado como um empreendedor que, somado aos outros dos setores agrários, de artesanatos, ferreiros e várias outras profissões, e que junto às unidades de família, atuavam na produção e comércio interno da colônia, quadro que foi inflado após a chegada da família Real ao Brasil em 1808. Uma economia que cresceu e se tornou pujante não mais a partir do litoral para o sertão, da metrópole para a Colônia, mas no sentido inverso. Nesta nova dimensão, o conceito de tropeirismo como um sistema de transporte e integração social ancorado no contexto da acumulação primitiva de capitais também se atualiza e favorece avançar em novas conceituações.

Contrariando a versão hegemônica de que o tropeirismo é umbilicalmente ligado à mineração interna do ouro, através das proposições apontadas por Caldeira podemos considerar releituras que apresentam novos quadros, cores e perspectivas sobre a *História da riqueza no Brasil* (2017), e dentro desses novos olhares, focos novos ao tropeirismo. Em se levando em conta a implantação de um sistema de transportes, mercadorias e riquezas, esta reavaliação conceitual direcionou suas lentes de observação à negligenciada história do ciclo da prata no Brasil.

Ocorrido no séc. XVII, conforme apresentado no livro *O Banqueiro do Sertão- vol.2 Padre Guilherme Pompeu de Almeida* (2006), antes mesmo dos grandes ciclos da mineração e do tropeirismo, conforme descrito na historiografia oficial, as tropas do capitão-mor Guilherme Pompeu de Almeida e do seu filho homônimo e padre Guilherme Pompeu de Almeida já cruzavam o interior do Brasil, saindo dos sertões paulistas promovendo o mercado interno, a mobilidade social e financiando empreendimento como expedições de bandeirantes, transporte clandestino de prata, etc. Assim, nas palavras de Caldeira (2017, p.114), pai e filho se tornaram “empresários e acumularam grandes fortunas para o padrão da época. Eram também sertanejos, vivendo em pequenas vilas do interior, negociavam com o sertão, financiando caravanas de parentes indianizados, e com o exterior”.

As caravanas desciam pelos territórios do Sul, passavam por Assunção e iam até Potosí, a capital da bacia do Prata. À época do padre Guilherme, esse era o centro da mineração nas Américas, tudo o que se consumia em alimento, vestimenta e ferramentas era produzido ou comercializado através do Brasil.

Vemos aí surgindo, do fundo dos sertões, sem qualquer formação prévia, o que poderíamos chamar de um banqueiro tomador de riscos, crescendo na sociedade com empreendimentos lucrativos. Banqueiro que via surgir bons negócios por todo lado, mesmo sem nunca chegar a uma mina – e que encontrava empreendedores raciocinando com o mesmo cálculo em várias direções: enriquecer. Tão grande era a demanda a ser suprida, que todo o velho sistema de transporte foi inteiramente reformulado. Até a descoberta do ouro, o principal meio de transporte no Brasil eram as costas dos índios escravos (Caldeira, 1999, p. 188).

Pela perspectiva apontada por Caldeira, “o cenário tradicional de análise” oferecia também uma visão distorcida “na noção de sertão selvagem ficavam englobados nativos, caboclos e até mesmo autoridades interioranas”, e também tropeiros, os responsáveis por conduzir, negociar e toda a logística referente às tais caravanas. Que nada mais eram do que tropas cargueiras atuando no circuito do ‘ciclo da prata’

O mérito de Caldeira é oferecer outras perspectivas ao debate de produção, abastecimento, economia e transporte e do valor do tropeirismo dentro de um contexto muito mais amplo e presente na história brasileira, atualizando a própria ideia de sertão não mais apenas como um lugar inóspito, “antes descartado e tido como marginal na formação da riqueza e no modo de governo- de maneira muito ampla, o chamado **sertão** (termo que aparece já na Carta de Caminha, em 1500) – pôde ser analisado de outra maneira” (*Idem*, 2017, p. 14-18 grifos do autor).

Ao analisar o mercantilismo e a história de produção de riqueza no desenvolvimento da economia no Brasil, esse autor apresenta um passado colonial, que dado o regime de monopólio do comércio externo, a seu juízo, o mercado interno cresce mais que o mercado exportador. Sem dúvida, trata-se de uma visão muito inovadora no panorama da história econômica, social e cultural que provoca aos estudiosos na historiografia brasileira outras perspectivas de compreensão e que aguçam a arena de debates para além dos paradigmas existentes.

Sob a égide desse pensador, as conclusões a que se chega revisam e desmontam pressupostos nos quais se fundamentam dois paradigmas muito caros aos historiadores brasileiros: o da economia da subsistência e da subserviência colonial em relação a metrópole. Sob essas concepções, o tropeirismo sempre é observado como um meio coadjuvante, bem como marginalizados também ficam seus principais agentes de trabalho, caboclos, negros e indígenas, que em sua maioria compunham o contingente humano de formação das tropas.

Sob esse novo entendimento, Caldeira localiza o indígena tupi-guarani e o caboclo, entre eles os tropeiros, como sujeitos ativos dentro do processo de mercantilização, da acumulação de capital que irá se desdobrar em ativos financeiros que engendrará na

engrenagem que vai gerir a rota de pré-industrialização do país. Sob sua lente de observação dentro da estrutura de expansão do domínio português, toda essa conjuntura de mobilidade não se deu de forma rápida nem linear, mas impulsionando por um longo espaço de tempo rumo à expansão interna de mercados onde o tropeirismo, detendo protagonismo, favoreceu a “ocupação e segurança do território”, ao mesmo tempo em que possibilitou e alavancou “o desempenho da economia colonial superando a economia metropolitana” (*Ibidem*, 2017, p. 149-153). Em sendo o tropeirismo um sistema de transporte, observá-lo pelas lentes apontadas por Caldeira é compreendê-lo por uma lógica econômica e social que pouco difere daquela com a qual convivemos desde a era moderna: “trabalhar para enriquecer, empreender em função da rentabilidade do negócio – mesmo que este negócio não fosse uma mina de ouro” (*Idem*, 1999, p. 186), mas um sistema integrado de prestação de serviços.

Por isso, pode se considerar que as tropas tiveram um impacto material na vida de toda a Colônia, movimentando o mercado consumidor das minas na demanda de circulação de mercadorias, depois no Império, adentrando a República. Dessa forma, é possível inferir, seguindo a lógica dos argumentos que Caldeira exemplifica, que mesmo a análise do tropeirismo como sistema de transporte já merece novas reavaliações, e que não deve tão somente continuar restrita aos ciclos interpretativos da historiografia tradicional³⁸.

“Toda a história bandeirante é a história comercial do Brasil”, disse Oswald de Andrade em seu já citado *Manifesto da Poesia Pau Brasil*. O que ele não disse, no entanto, é que essa é muito mais a história do tropeirismo do que propriamente a do bandeirante.

As tropas e tropeiros, de todas as proveniências, para todas as direções, são os vasos e nervos que comunicam os órgãos brasileiros entre si. A economia desparticularizou o Brasil: deu ao todo fracionado pela extensão, pela servidão, pelas necessidades, pelos interesses, uma unidade, malgrado dos homens transitórios, às vezes injustos, maus, reprováveis... (Peixoto *apud* Simonsen, 2005, p. 30).

³⁸ Por historiografia tradicional entende-se o explicativo modelo de isolamento e produções embrionárias, baseada na dicotomia: lavoura de exportação, com preponderância majoritária e lavoura subsidiária, representada por uma agricultura de subsistência com produções para consumo familiares, pouco expressivas no desenvolvimento na economia comercial mercantil. Essa concepção sugere forçosamente ter havido baixos reflexos sobre todo o conjunto da sociedade, tendo influenciado pouco na formação cultural, nos costumes, nas comunicações interpessoais ou intergrupais. Sob análise de Caldeira (1999; 2006; 2017), a história cultural e socioeconômica do país demonstra que se pode observar tal cenário sob outras perspectivas. A seu juízo, o que aconteceu pode ser considerado como tendo circulado pela Colônia e Império uma extensa rede de mercado interno interligando todas as regiões conquistadas. Como signatária da mesma linha de pensamento, nesta pesquisa o tropeirismo é tratado sob esta perspectiva, ou seja, como um movimento de consequências impactantes e de grande importância para as formas de socialização, e que tem um contexto muito mais amplo do que o registrado como subgrupo dentro dos ciclos econômicos conforme é recorrente no pensamento histórico brasileiro.

Em *História Econômica do Brasil*, Roberto Simonsen (2005) dedica diversas e detalhadas páginas sobre a importância do sistema tropeirista para a formação econômica do país, desde a Colônia até o período republicano, inclusive afirmando que, sim, as tropas foram imprescindíveis para a ocupação do sertão. Segundo Simonsen:

Se a indústria mineradora originou o rápido crescimento da população e a construção de cidades no interior do país, foi por intermédio da pecuária e dos laços criados pelo comércio do gado bovino e cavalariço, pelos transportes organizados pelas tropas de muare, que se estabeleceram elos indestrutíveis da unidade econômica brasileira. [...] Foi a acumulação desses dois elementos, pela mineração, que facilitou a rápida expansão da cultura cafeeira, cultura esta que pela sua natureza espacial, exigiria fartos braços³⁹ e amplos meios de transportes (2005, p. 241).

Para Fernando Azevedo (1971, p. 51), a tangência que aproxima o fim e extingue o movimento das tropas, ou melhor dizendo, que atravessa, o Ciclo do Tropeirismo (sic), começa ainda no século XVIII com o fim do ciclo da mineração.

No entanto, a afirmação de Azevedo não se sustenta, pois o ciclo do eixo cafeeiro de São Paulo e Rio de Janeiro, que sustentou toda a dinâmica social e econômica do Império de acumulação de capital mercantil, se prolongou até à República e estendeu o fluxo do sistema tropeirista convivendo com os trilhos, fomentando o ciclo da pré-industrialização, até definitivamente ser superado pelo caminhão, já no século XX. Diante do exposto, é preciso concordar com Celso Furtado quando afirma que “é quando o serviço de transporte passa da tração animal para a mecânica que se coloca o problema” (1997, p. 56), ou seja, o começo do fim do tropeirismo como sistema de transportes. É nesse contexto que, para o tropeirismo, as porteiras também se fecharam.

No entanto, no bojo do problema ao qual Furtado se refere iniciou-se não somente na transição da tração animal para a mecânica, mas no declínio do sistema que ocorreu em razão da transição de investimentos de capitais. O processo de esgotamento ainda em finais do século XIX da crise na lavoura cafeeira se deu sobretudo pela evasão dos investimentos dos barões do café paulista, em sua maioria tropeiros ou investidores de tropas, para a nascente indústria de transformação. Ou seja, urbanização de capitais, transição do capital mercantil para capital financeiro. O que também por sua vez, segundo o economista Celso Furtado (1997), provocou o primeiro surto de êxodo rural do Brasil.

³⁹ Entendemos aqui a expressão “fartos braços” como um eufemismo racista do autor. Contudo, compreendemos também ser este tipo de subterfúgio um procedimento usual na literatura do período, e desta maneira, o autor não se problematiza nem sequer evidencia em grau de importância que os “fartos braços” necessários ao trabalho e construção da riqueza dos investidores agrários, eram na verdade por força da expropriação desumanizada em busca de riquezas amparado pelo estatuto legal e moral da época: a escravidão.

Para este autor, o abandono da vida no campo não pode ser entendido fora de um contexto de compreensão da troca do capital mercantil para o capital financeiro iniciado em fins do século XIX, e que teve o auge da transformação a partir da crise econômica mundial dos anos 30. Segundo Furtado, o colapso do sistema financeiro internacional, a implementação da teoria desenvolvimentista de dominação norte-americana nos países da América Latina e Brasil são vetores a que não se pode desconsiderar, pelo grau de importância dentro do processo de formação de um plano político e econômico para o Brasil. Período que desencadeou no fim do tropeirismo e intensificou o êxodo dos trabalhadores rurais.

Em se tratando das controvérsias, muitos autores consideram a construção de ferrovias como marco do declínio e extinção do tropeirismo. Guilherme Grandi em *Estado e capital ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre 1930 e 1961* (2010), é um dos autores que defende essa ideia. Muito embora Grandi considere que, como sistema, o tropeirismo foi “uma das primeiras atividades geradoras de riqueza capazes de possibilitar a acumulação do excedente econômico na esfera mercantil durante o período colonial e parte do período imperial”. Acumulação segundo o autor de “um seleto grupo de indivíduos que participou da fundação do Estado-nacional entre as décadas de 1830-1840”, sendo que alguns de seus membros participou da “constituição da primeira estrada de ferro genuinamente paulista: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.” (Grandi, 2010, p. 34).

Portanto, o autor não desconsidera que o sistema teve importante papel dentro dos limites dos ciclos econômicos onde esteve inserido, mas argumenta que, em virtude do alto custo de manutenção e da tecnologia de serviço limitada, o tropeirismo foi substituído com eficiência pelos carros de boi que conduziam até as estações de trem quantidades maiores das sacas produzidas pelas lavouras de café. Um posicionamento discordante com os fundamentos apresentados por Jaelson Bitran Trindade (1992, p. 12):

Predomina até hoje a visão decorrente da historiografia tradicional de que o tropeirismo findou quando a Feira de Sorocaba, em 1897. Equivocadamente. [...] O tropeirismo ainda se prolongou pela metade do século XX, ainda que o século XX tenha descartado a história do tropeirismo.

No caso da revisão historiográfica apresentada por Caldeira, cuja teoria trabalha com o argumento de troca de investimentos, acumulação financeira e insere os tropeiros na condição de empreendedores, dentro de sua lógica, o dito ciclo do tropeirismo não se extinguiu nem sofreu quedas abruptas nem mesmo em períodos de crise do capitalismo, a exemplo da economia cafeeira, durante o Império ou da Grande Depressão, já em 1929, início do século

XX, adaptando-se aos percalços de contextos, venceu dificuldades e se manteve em atividade residual de comunicação e transportes por mais de 200 anos.

Nas diretrizes apontadas por este autor, a pretexto de exemplificação, na crise de 29, a mais severa do capitalismo até então, e mesmo nesse contexto, o sistema tropeirista ainda teve fôlego para seguir suas rotas e manteve o fluxo das mulas cargueiras em andamento. Nessas condições, apesar do imenso abalo na economia mundial, essa sobrevida ao tropeirismo se deu, pois esta crise encontrou no Brasil um governo que tinha por política econômica um programa conservador com vistas a: “garantir um valor fixo de moeda com base no padrão-ouro. Por conta disso, recusou-se a mexer na política de câmbio e a lidar com a política do café”, principal produto das exportações brasileiras. “O comércio internacional, que sustentava o crescimento de todas as economias do mundo desde o início do século XIX sofreu derrocada ainda maior, caindo a um quarto do que era em 1929 em apenas quatro anos. Com sucessivas quedas do café nacional, Getúlio Vargas “reuniu apoio para um golpe” (Caldeira, 2017, p. 527-528), tomando o poder. Caldeira cita Mario Henrique Simonsen para contextualizar sua argumentação:

Oswaldo Aranha percebeu, que em 1931, que cabe ao governo articular os mercados em época de crise. Se isso é intervenção, dane-se o *laisse faire*. [...] Pôs em prática, entre 1931 e 1934 uma política econômica altamente intervencionista e nacionalista, mas que era recomendável no quadro da Grande Depressão (Simonsen *apud* Caldeira, 2017, p. 528).

E detalhando sua compreensão do período em tela, o autor explica que aquela política estava ancorada em “dois pilares fundamentais, um relacionado aos fluxos financeiros e o outro aos fluxos comerciais na economia”. Os impactos internos foram amplamente favoráveis ao país, com isso, devido às medidas intervencionistas do governo federal, já no ano de 1932,

[...] o Brasil conseguiu equilibrar sua situação externa em um período muito curto, bem antes de muitos países, inclusive os Estados Unidos. Na frente interna, a disposição para comprar café com moeda nacional permitiu que a renda dos produtores em moeda nacional caísse bem menos do que aconteceria se a solução se desse a preço do mercado. E a compra foi possível porque se fez apenas com moeda nacional. [...] a economia retomou o crescimento, puxado pelo mercado interno, uma vez que esse foi o ano de maior queda nas exportações. E como a redução fora maior na agricultura que na indústria, em 1933 este setor superou a produção rural e se tornou o mais importante da economia (*ibidem*, 2017, p. 530-531).

Neste ponto, dentro de uma lógica de análise da formação do pensamento econômico brasileiro, com uma cobertura automotiva ainda incipiente e com pouca capilaridade, dentro desse cenário é imprescindível considerar o lugar do tropeirismo na manutenção e formação

de fortunas. Atuando como a principal estrutura de transportes e distribuição de mercadorias que sustentava o mercado interno na promoção das trocas entre o sertão e as cidades, favorecendo inclusive as manobras fiscais em favor do estado.

Com efeito, o reverso dessa medalha foi o acúmulo financeiro em oligopólios agrários e posterior migração de capitais para outras áreas de investimentos, a exemplo da implantação de parques industriais, que impactaram negativamente na manutenção do sistema, contribuindo em conjunto com outros fatores e variáveis para a extinção do sistema de transporte, que ainda teve uma sobrevida agregada aos troncos ferroviários. Nessas condições, as tropas recebiam as mercadorias nas estações e seguiam em direção ao interior do país, distribuindo aos comerciantes e negociando com compradores avulsos encontrados ao longo das rotas.

Daí que a extinção do tropeirismo como sistema integrado de transporte só aconteceu em definitivo a partir da implantação de técnicas mais eficientes de transportes e do impulso ainda maior para os ideais de industrialização do Brasil. A industrialização promoveu a ascensão de determinados grupos sociais e abriu espaço para formação da classe média e a grande onda de urbanidade que marcou socialmente o período.

A constatação apontada por Caldeira, guardadas as proporções, se soma a ideia semelhante compartilhada também pelo pesquisador da geografia histórica Rafael Stranforini em *No caminho das tropas* (2001, p. 34-35). Para ambos autores, o tropeirismo não foi extinto com as estradas de ferro, pois essas não cobriram toda a extensão territorial e operavam por troncos de distribuição. Enfatizando especificamente a situação de transporte em São Paulo, de acordo Stranforini, o tropeirismo, como sistema de transporte integrado, cobria todas as localidades onde o trem não alcançava, sendo finalmente extinto apenas durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), quando enfim é instaurada no Brasil a indústria automobilística. O resultado imediato dessa instauração é a completa substituição das ferrovias como matriz do transporte de cargas e passageiros pelas rodovias. Concomitantemente a extinção do tropeirismo como sistema integrado às redes ferroviárias, o relegou a objeto da memória, patrimônio cultuado, tomando por empréstimo o senso comum: “peça de museu”.

1.3.6 Tropeirismo dentro do campo museal brasileiro

Para efeito de contextualização, convém nos determos na observação ao recorte que extraímos para análise: a localização do Tropeirismo como objeto dentro do campo museal brasileiro. Apenas para efeito demonstrativo, utilizaremos nesta exemplificação de recorte o subterfúgio de considerar os dados divulgados nos sites oficiais do governo federal sobre o quantitativo e a localização dos museus relacionados ao tema no Brasil. Contudo, também convém ressaltar que devido a falta de atualização do portal governamental trabalhamos com dados de 2016 e que, provavelmente, após sete anos passados, provavelmente já não correspondam à realidade do campo quanto a temática exposta.

Segundo registros na Rede Nacional de Identificação de Museus (Museubr)⁴⁰, levando-se em conta todo o território nacional, o país possui 3.789 museus. Destes, 179 instituições estão na Bahia, das quais Vitória da Conquista possui cinco instituições, sendo uma dessas, embora ainda não registrado no portal, o Museu do Tropeirismo, compreendido conforme o argumento já apresentado anteriormente. Seja como for, ainda que possivelmente defasado, o catálogo descrito no Museubr nos fornece um marcador especular do alcance do Tropeirismo no campo das potencialidades de formação de museus no Brasil.

De acordo com a plataforma colaborativa, são esses os museus de Tropeirismo no Brasil: Museu do Tropeiro – Seccional Casa de Sinhara, Castro- PR; Museu do Tropeiro e Centro de Artesanato Aloísio Magalhães, Lapa- PR; Acervo do Tropeiro de Carambeí, Carambeí-PR; Centro de Estudos do Tropeirismo/Casarão de Brigadeiro Tobias, Sorocaba-SP; Acervo Tropeiro de Tupã, Tupã- SP; Museu do Tropeiro (Itabira), Ipoema-MG; Museu do Tropeiro, Entre Rios de Minas-MG; Museu Tropeiro Velho, Chapecó-SC; e por último Museu do Tropeiro José Salomão Fadlalah, Ibatiba- ES (fechado pela Defesa Civil).

O reflexo obtido por esse espelho sinaliza em dados como o fenômeno ainda é um assunto periférico, o que parece exemplificar o baixo interesse por esse tema como dentro da cadeia museal para a criação de instituições dedicadas ou em convergência a esta tipologia conceitual.

⁴⁰ Criado pela Portaria nº 6, de 9 de janeiro de 2017, Museubr é o sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros. A plataforma tem como princípios a utilização de *software* livre, a colaboração, a descentralização, o uso de dados abertos e a transparência. Ela tem como finalidade a disponibilização, por meio eletrônico, de informações atualizadas sobre os museus brasileiros, em toda sua diversidade, para a produção de conhecimentos sobre o setor de museus no Brasil. Dessa forma, integram a plataforma as informações provenientes do Cadastro Nacional de Museus e do Registro de Museus, podendo ainda virem a fazer parte informações de outros instrumentos da Política Nacional de Museus existentes ou que venham a ser implementados pelo Ibram. Disponível em: <http://museus.cultura.gov.br/>. Acesso em 22 out. 2019.

Uma variável a se considerar como possibilidade para que seja tão premente esta ausência pode ser o fator identitário em torno da figura estereotipada do tropeiro, fabricada como elemento cultural sob as bases de imagem do gaúcho. Figuração criada na década de 40 por movimentos tradicionalistas do Rio Grande do Sul, o gauchismo. Toda a movimentação que se fazia em torno da valorização do passado rural era operacionalizada por agentes culturais urbanos, os quais faziam uso de todos os meios e recursos tecnológicos na construção de um ideário que teve no tropeirismo um preponderante catalisador para esse imaginário embasado em “características étnico-regionais da cultura” (KAYSER, 1999, p. 31).

Dito isto, voltemos ao universo demonstrativo do Museubr no qual é possível constatar que apenas 10 espaços museais no país possuem temáticas referentes ao Tropeirismo, das quais uma das instituições foi interditada pela Defesa Civil do Espírito Santo por apresentar risco de segurança, permanecendo fechada ao público desde 2017⁴¹. Incluindo este museu, são seis instituições públicas e três museus privados. Observa-se nos dados que todas as instituições são localizadas em cidades no interior dos Estados, sendo: três no Paraná (Castro, Carambeí e Lapa), duas em São Paulo (Sorocaba e Tupã), duas em Minas Gerais (Itabira e Entre Rios de Minas), uma em Santa Catarina (Chapecó) e uma no Espírito Santo (Ibatiba). Considerando como soma a todo esse contingente o Museu do Tropeirismo da Catrop, teremos 10 instituições. Sendo a Catrop o único Ponto de Memória sobre Tropeirismo no país e única instituição dedicada ao tema no Norte e Nordeste. Isto, segundo os dados apresentados pelo Museubr.

De acordo com as tipologias de acervo registradas no Museubr, apenas cinco instituições se identificaram, sendo apenas uma de Antropologia e Etnografia e outras quando se identificando como instituições de História. Por fim, nos aproximando do fechamento das considerações acerca dos dados do Museubr, uma ocorrência bastante emblemática exige nossa rápida análise: como se explica a ausência de um museu referente ao Tropeirismo no Rio Grande do Sul, se a figura do tropeiro, conforme dito acima, é tão personificada no estereótipo gaúcho? Buscamos referenciar nosso entendimento a esta inquietação conforme

⁴¹ Informações mais recentes dão conta de que a licitação para reforma do museu já foi regularizada e as obras de reparação já tem calendário previsto para execução da obra. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/apos-interdicao-museu-do-tropeiro-em-ibatiba-sera-reformado-0720>. Acesso em 15 out. 2020.

Convém registrar também que em 26 jun. 2020 a prefeitura municipal de Ibatiba/ES divulgou edital para reforma e reabertura do Salomão José Fadlallah e de Ibatiba -ES.

Disponível em: <https://www.ibatiba.es.gov.br/noticia/ler/1363/museu-do-tropeiro>. Acesso em 04 set. 2023. Por outros meios de divulgação on line foi possível certificar que o mesmo já se encontra de portas abertas em atendimento ao público.

Jakzam Kayser (1999, p. 101). Em suas palavras, “o imaginário do rio-grandense sobre si próprio é o do cavaleiro errante”, andarilho-aventureiro, figura com a qual o tropeiro por sua prática muito se assemelha. Sendo o tropeiro um andante por ofício, esta talvez seja uma explicação que nos aproxime da resposta que buscamos alcançar. Mas, ainda é insuficiente diante da forte presença estética e representativa do gauchismo no Tropeirismo.

1.3.7 Tropeirismo como estereótipo gaúcho

No aspecto da significação de identidade cultural, conforme Josélia Gomes em *Significações e ressignificações do patrimônio cultural: as fazendas históricas e o turismo nos Campos Gerais do Paraná* (2007), os muares e tropeiros gaúchos do Rio Grande do Sul são os precursores do Tropeirismo como mediador de bens culturais de natureza simbólica, pois carregaram para o Brasil Central práticas como a linguagem, modos de preparo dos alimentos e de negociar, idiossincrasias construídas em comum ao longo dos séculos XVIII e XIX, “os quais estão presentes no cotidiano social de modo acentuado ou não, mas que de certa maneira sempre são focalizados para a identidade paranaense e da região dos Campos Gerais” (Gomes, 2007, p. 40), ratificando essa dubiedade de pertença identitária.

O *gauchismo* é personificado, sobretudo, na figura do pesquisador e folclorista do Rio Grande do Sul Paixão Côrtes, imortalizado como Tropeiro Cultural: vida e obra de Paixão Côrtes, conforme apresentado no documentário produzido por Luzimar Stricher, para divulgação de sua importância no contexto cultural daquela região. A apropriação e disseminação da estereotípia da figura do tropeiro na personificação gauchesca, tendo como o modelo ideal o Tropeiro da Tradição (Dutra, 2017) de Côrtes, foi amplamente divulgada pelos Centros de Tradição Gaúcha⁴² e pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho. Côrtes, junto com Barbosa Lessa, Glaucus Saraiva e outros pioneiros, empreenderam as pesquisas e organizações iniciais das heranças e matrizes campesinas e dedicaram décadas de esforços na visibilidade das antigas culturas do Rio Grande do Sul.

⁴² Cf. histórico apresentado no site do MTG: A história do Movimento Tradicionalista Gaúcho pode ser contada a partir de vários momentos. Alguns reconhecem como ponto de partida a fundação do Grêmio Gaúcho, por Cezimbra Jacques, em 1889. Outros, a ronda gaúcha, no Colégio Júlio de Castilhos, de 1947. Ainda há quem defenda como marco inicial a fundação do 35 CTG, em abril de 1948 ou a realização do 1º Congresso Tradicionalista Gaúcho, em 1954, ou, ainda, a constituição do Conselho Coordenador, em 1959. Para outros, independente do ponto de partida, o que consideram importante é que, em 1966, durante o 12º Congresso Tradicionalista Gaúcho realizado em Tramandaí, foi decidido organizar a associação de entidades tradicionalistas constituídas, dando-lhe o nome de Movimento Tradicionalista Gaúcho, o MTG. Cf. História do MTG. Disponível em https://www.mtgrs.ubtg.com.br/documentos/17/20190831011540_6972.pdf. Acesso em 17 dez. 2019.

Nesse sentido, o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), fundado em 1966 para agregar os variados grupos já existentes a partir da década de 40 do século XX, de todos os surgidos a partir daquele pioneirismo de pesquisas sobre o folclore gaúcho, é reconhecido pelos estudiosos da temática gauchesca como um determinante neste processo. De acordo com Jocelito Zalla no livro *O centauro e a pena: Barbosa Lessa e a invenção das tradições gaúchas*, o MTG foi a instituição “responsável hoje pela difusão e regulamentação do tradicionalismo no Rio Grande do Sul e no mundo” (Zalla, 2018, p. 20).

Josélia Gomes, em conformidade com a ideia apresentada por Zalla, mas apresentando problematização, considera com certo diletantismo que, em relação ao gauchismo como representação, mesmo com todo o empenho das sociedades gaúchas em estabelecer como critério de identificação um sentimento gauchesco de pertença, em se tratando de “cultura, tradição e história”, a maior percepção identitária do gaúcho se observa nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina:

a sociedade rio-grandense inventou o ‘gaúcho’ e disseminou, através do tropeirismo, os elementos de sua cultura. Traços comuns são evidenciados nas populações do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, especialmente em relação aos trajes, expressões artísticas e artesanais (música, dança, artesanato em couro, ferro, arreios e facas), expressões linguísticas (GOMES, 2007, p. 40).

Acerca disso, nos valemos ainda um pouco mais do argumento de Jakzam Kayser em *O Brasil dos gaúchos: etnografia sobre a diáspora gaúcha* (1999, p. 31). Para o autor, os agrupamentos e movimentos tradicionalistas disseminam uma ideia facilmente assimilada de que “a cultura gaúcha é um sistema simbólico que avaliza estigma e estereótipos, sustenta a invenção das tradições e a formação de grupos de interesse e solidariedade”. Para este autor, são estes grupos que promovem o “culto dos valores éticos, morais e práticas sociais consideradas seletas e o estabelecimento de tradições que justifiquem e glorifiquem as características étnico-regionais da cultura”. Dessa forma, por seu organizado movimento e capilaridade, mitificaram figuras estereotipadas de representação, como aconteceu com a personificação imagética do homem tropeiro.

Seguindo os argumentos desses autores sobre a construção do estereótipo gauchesco, incorporado como ‘modelo tropeiro’, e analisando os sentidos apresentados, se colocados em convergência ao entendimento de ativismo midiático, torna-se factível considerar que as sociedades organizadas como centros de tradições e movimentos tradicionalistas, detém uma eficiente articulação entre produtores intelectuais das academias e sua difusão pela indústria cultural. Através de músicas, filmes e textos literários, reforçados e propagados pelo mercado;

festas de caráter ‘tradicional’; apresentações em programas de mídia avançadas, como rádio, televisão e cinema; o ‘tropeiro gauchesco’, perpetuado como figura de referência, foi facilmente apropriado como imagem simbólica pelas grandes massas.

Feita esta observação, retomemos a partir deste instante a finalização dos dados encontrados no cadastro divulgado no site Museubr⁴³. Entretanto, retomamos este debate abrindo espaço para duas ressalvas, as quais, muito embora não estejam descritas na rede de dados que consultamos, se faz necessário registrá-las. A primeira consideração a ser feita está diretamente vinculada a um museu paraibano. A pretexto de não estar divulgado como uma instituição dedicada exclusivamente ao tema tropeiro, o Sesi Museu Digital de Campina Grande/PB faz parte do complexo monumental em homenagem aos “antigos tropeiros da Borborema”⁴⁴, construído pela Prefeitura Municipal entre 2013 e 2015 e repassado ao Serviço Social da Indústria (Sesi) em 2017, quando da inauguração do museu digital. Antes de tratarmos especificamente deste museu, apresento um breve histórico sobre o tratamento dedicado à memória do Tropeirismo na capital paraibana.

1.3.8 O Tropeirismo em Campina Grande

No horizonte da comunidade imaginada por Gilberto Freyre para a construção do seu Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), conforme dito, o Tropeirismo ficou de fora. Mediante as condições colocadas até então naquele momento histórico-cultural e aos recortes de interesses dos demais agentes envolvidos, o tropeiro nordestino não foi acionado como representativo e assim não ‘coube’ na concepção do projeto de museu regional ao qual o pernambucano se empenhou durante toda sua vida, culminando em 1979 na fundação do MUHNE⁴⁵. No entanto, em outro estado nordestino, a Paraíba se encarregou do registro e manteve o tropeiro incorporado como memória cultural, expresso através da poesia, músicas e

⁴³ IBRAM. **Rede Nacional de Identificação de Museus**. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/tag/portal-museubr/> Acesso em 05/10/2019. “Os referidos dados coletados não puderam ser atualizados em virtude do cadastro do site por razões de manutenção conforme exposto pela instituição: “Por **questões de ordem técnica**, a qualidade dos serviços integrados pela Plataforma Museubr se encontra comprometida, não oferecendo aos seus usuários internos e externos segurança quanto às informações ou ao seu próprio uso, apresentando erros e inconsistências importantes”. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/>. Acesso em 23 ago. 2023.

⁴⁴ Sobre a importância dos tropeiros no desenvolvimento da formação de Campina Grande, ver: SILVEIRA, Regina Paula da Silva (2014).

⁴⁵ De acordo com Vânia Brayner (2009): o Museu do Homem do Nordeste, vinculado à Diretoria de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, nasceu da fusão de três outros museus: o Museu de Antropologia (1961-1979), pertencente ao então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (hoje Fundação Joaquim Nabuco); o Museu de Arte Popular (1955-1966), ligado ao Governo do Estado de Pernambuco; e o Museu do Açúcar (1963-1977), do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool.

monumentos. A exemplo da canção/homenagem “Tropeiros da Borborema”, gravada por Luiz Gonzaga⁴⁶, fundamentada na mesma construção idílica de um Nordeste rural, pré-industrial, pré-tecnológico e, logo, pretensamente pré-capitalista (Alves, 2017, p. 213). Numa circunstância específica, assinalado como função histórica, houve a elaboração dos mitos fundadores da capital da Paraíba, situada no Planalto da Borborema.

A exploração comercial do algodão aliada ao sistema tropeiro de transporte de cargas contribuiu para o enriquecimento de investidores em duas frentes: tanto no fornecimento de matéria-prima, quanto no consumo das manufaturas produzidas no exterior e distribuídas ao comércio interno pelas tropas que transitavam dos portos aos sertões mais longínquos do território brasileiro. [...]

Para demarcar no imaginário contemporâneo a importância dos áureos tempos, em meados do século XX os campinenses entenderam ser imperativo prestar homenagens aos fundadores do progresso local. Surgiu aí o monumento *Os Pioneiros da Borborema*. Alicerçado junto com mais duas presenças primordiais na formação da memória social campinense, o Tropeirismo possui lastro público de visibilidade e de caráter identitário embasado em lógica de pertencimento social de registro histórico (Schiavo Novaes, 2021).

Ao povo paraibano, a evocação monumental instituiu uma tríade de representação que evoca a expansão e afirmação de Campina Grande como centro econômico, social e político. Nestas três representações estão contemplados indígenas, como origem territorial, trabalhadores/as da cotonicultura, representados por figura feminina, e tropeiros, emulando a coragem e relevância econômica como fundadores do progresso local.

Elpídio Almeida, em *História da Campina Grande* (1978), renomado historiador paraibano, tinha por convicção que a capital de seu estado não foi apenas lugar de pouso ou descanso para as tropas, mas sim “parada obrigatória, o ponto terminal da longa caminhada”. Na estalagem campinense os tropeiros faziam suas “permutas, [e suas] trocas comerciais. Vendiam-se produtos do sertão, principalmente algodão, couro e queijos”, bem como, ali adquiriam “em maior quantidade gêneros alimentícios, de preferência rapaduras e farinha de mandioca”, enfim, mercadorias que iriam suprir as necessidades para o abastecimento das populações em zona da seca (Almeida, 1978, 107).

Em relação a excelência do lugar histórico do tropeiro nos registros de memória do povo paraibano, Thiago Acácio Raposo em *Um barco que veleje nesse (in)formar: a história pública digital em campina grande (2009-2020)*, considera que há distinção em grau de importância em favor do tropeiro em contraposição ao índio e à figura feminina, pois são eles que:

⁴⁶ A toada-baião, composição da autoria de Raimundo Yasbek Asfora e Rosil Cavalcanti. Foi lançada por Luiz Gonzaga em 1964 pela RCA Victor, no compacto duplo nº 0 LCD-1095-B1, matriz P2CAQ-5953.

[...] são elencados como os responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região e como um dos principais agentes que provocaram o crescimento demográfico daquilo que se transformaria em Campina Grande. Esse elemento econômico parece compor o princípio motivacional que designa a escolha desse personagem como principal símbolo da “cidade do trabalho”, colocando em segundo plano os demais grupos formadores (Raposo, 2020, p. 91 – grifo do autor)

Ocorre que nas três primeiras décadas do século XX ocorreu na Paraíba a valorização do chamado “Ouro Branco”, o algodão. O tropeirismo foi o principal sistema de escoamento dessa matéria prima das zonas produtoras até a estação ferroviária, ou até mesmo para os centros exportadores, como a cidade do Recife e de lá para a Europa, preferencialmente, para a Inglaterra. No site institucional da *Natural Cotton Color* está descrito que, na Paraíba a proeminência do tropeiro se explica, pois, para contar a história da cotonicultura é indispensável o registro das tropas de mulas estruturando o transporte e a distribuição da produção algodoeira:

Estes corajosos homens conduziam tropas de burros em uma serra perigosa. Na época, era até mais conhecida como “Serra da Viração” devido ao alto número de acidentes. Os percursos das comitivas de tropeiros podiam durar um mês. No caminho paravam em ranchos de madeiras cobertos de galhos de árvores. Ali acendiam uma fogueira e assavam carne de sol e comiam com farinha de mandioca e rapadura. [...] Voltavam pra casa com mantimentos como milho, arroz e feijão.⁴⁷

Pesquisadores regionais somados à literatura acerca do Museu de História e Tecnologia do Algodão, ou simplesmente Museu do Algodão (MACG), reforçam argumentos de que Campina Grande chegou a ser a segunda maior região exportadora de algodão do mundo⁴⁸. Importante crítica sobre o discurso expositivo apresentado pelo MACG é feita por Severino Cabral Filho (2014) no artigo: *A memória em disputa: o Museu do Algodão de Campina Grande-PB, 1973-2013*, sobre a escolha da memorização e musealização, que segundo sua concepção, “toma partido dos cotonicultores de tal forma que por pouco não alija os trabalhadores desse processo. As máquinas, equipamentos e utensílios que ele guarda quase nada dizem sobre os homens e as mulheres que os manipularam” (*Idem*, 2014, p. 12). No entanto, o autor se limita a apenas levantar questionamentos e também não se direciona a

⁴⁷ Cf. **A Serra da Borborema tem muito a contar sobre os tropeiros e o algodão**. In: Natural Cotton Color. Disponível em <https://www.ecofriendlycotton.com/2016/05/a-serra-da-borborema-tem-muito-a-contar-sobre-os-tropeiros-e-o-algodao/?lang=pt-br>. Acesso em 11 jul. 2019.

⁴⁸ “[...] O comércio sempre ocupou lugar de destaque entre as atividades econômicas do município. Entre as atividades comerciais destacava-se o algodão, ou o “ouro branco” como era conhecido no ápice da cultura algodoeira no Estado. Com a comercialização do algodão, a cidade ficou conhecida internacionalmente e tornou-se o centro comercial de toda região que compõe o compartimento da Borborema.” (LIMA, 1999, p. 121).

nenhuma categoria de trabalhadores e trabalhadoras em específico. Tanto por isso, também o tropeirismo, mesmo como fato histórico dentro de todo o sistema da cotonicultura paraibana, fica nos limites do invisibilizado conforme proposto em sua análise.

Por outro lado, dada a importância do tropeirismo na historicidade paraibana, em 2016 foi apresentada ao Congresso Nacional uma proposta de Projeto de Lei nº. 6.046/16 (2016, p. 13) para conferir à Campina Grande a titulação de “Capital Nacional do Tropeirismo”. Anterior ao desejo paraibano, Bom Jesus/RS já havia solicitado tal titulação, apresentada sob o Projeto de Lei nº. 98/2015 (2016, p. 532). Tendo sido aprovado pela Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, foi reapresentado como PL 983/2022 e aguarda análise conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania⁴⁹. Na justificativa ufanista da proposição paraibana, sem maiores considerações, o autor equiparou o pioneirismo do sistema campinense em comparação a cidade de Bom Jesus/RS. Não foram encontrados registros que atestem que a proposta paraibana tenha tramitado entre as comissões internas do Congresso Nacional, sendo, portanto, desconhecido o destino de tal proposição. Ressaltamos que, apesar dessas iniciativas, a nenhuma cidade no país se registra o reconhecimento nacional de ‘capital do Tropeirismo’ conforme objetivado por estas duas cidades.

1.3.9 Sesi Museu Digital de Campina Grande

A propósito do lugar simbólico atribuído aos tropeiros perante a sociedade campinense, por ocasião do aniversário da capital, em 2017, foi inaugurado o Monumento ao Sesquicentenário de Campina Grande, trata-se do Sesi Museu Digital⁵⁰. O projeto arquitetônico do prédio, obra de autoria do artista plástico e arquiteto paraibano Alexandre Azedo, configura uma cápsula do tempo da qual desponta uma tropa cargueira. A intenção estética, interligando o tempo trípico, se edifica numa escultura que interliga o presente tecnológico, impulsionado pelo passado, seguindo em direção ao futuro. A rigor, toda a proposta do museu, elaborada por uma equipe multidisciplinar, responde a esse impulso, contando com profissionais das mais diversas áreas, como: história, sociologia, museologia,

⁴⁹ cf. Na data de 24/04/2022 a proposta foi reapresentada à Mesa Diretora do Congresso Nacional sob o registro: PL 983/2022 e em razão da dubiedade, devolvida ao parlamentar autor da proposta no dia 17 maio.2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2320234> <https://www.camara.leg.br/noticias/460762-comissao-aprova-titulo-de-capital-do-tropeirismo-ao-municipio-de-bom-jesus/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁵⁰ “suas instalações foram inauguradas em 2017 [...] O projeto foi realizado com recursos do Serviço Social da Indústria (SESI/PB), da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) e [...] da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), o espaço compõe uma das unidades pertencentes ao Sistema Indústria” (LIMA, 2021, p. 2-3).

arquitetura, ciências da informação, da computação, telecomunicação, artes plásticas, vídeo, sonorização, transmídias, e entre outras.

Segundo o site institucional do Museu, seu acervo está todo estruturado sobre os “os mais modernos recursos interativos e audiovisuais para possibilitar uma imersão na história do desenvolvimento social, econômico e humano da cidade de Campina Grande”. Trata-se de um museu digital, mas, não virtual, e se objetiva a ser uma experiência ancorada em inovação, tecnologia, arte digital e múltiplos sistemas multimídias que promovem ao visitante experienciar sensações de imersão e interatividade provocadas pelo acesso das percepções sonoras e visuais. Problematizando a observação do Museu Digital como história pública de reificação identitária, Thuca Kércia Morais de Lima em seu artigo: *História pública, memória e identidade no Museu Digital de Campina Grande* (2021, p. 2-3), considera que em relação à narrativa museológica apresentada é provocativa, pois:

Ao nos deparar com um ambiente inovador, permeado de tecnologias informacionais, como tablets, projeções mapeadas, painéis interativos, e até mesmo a própria realidade virtual somos chamados a romper com a visão tradicional da maioria dos museus, banindo a cultura material, vemos que não há naquele espaço uma única peça, objeto palpável ou artefato que remonte ao passado da história campinense, mas, produções artisticamente montadas para que esta história seja encenada e revelada ao público. Assim, lidamos com um museu sem acervo material, apenas produções digitais com finalidade de resguardar o patrimônio cultural da cidade.

De acordo com Santos Júnior, em *Implementação de recursos interativos através do protocolo open sound control: um experimento com arte digital no Sesi Museu Digital de Campina Grande* (2021), com um acervo totalmente imerso na interatividade, o museu dispõe de 11 áreas de exposições, contemplando cultura e acervos socioeconômicos referentes a história local, projetadas através de “recursos digitais como: realidade virtual, jogos eletrônicos, piso interativo, totens interativos, totem fotográfico, videowalls, karaokê, projeção panorâmica, sistema de som setorizado e sistema de controle e automação”. Do legado tropeiro regional, ao adentrar o museu, o visitante tem contato com a obra *Tropel*, exposição em videoarte do cineasta paraibano Helton Paulino.

A videoarte traça um paralelo entre o passado e o presente, com uma narrativa que expõe a trajetória dos tropeiros que, cortavam os sertões nordestinos, carregando produtos de matéria prima (como grãos e sementes) até os locais onde se desenvolvia sua cadeia produtiva. O espectador se insere em meio a um universo sensorial que apresenta a saga desbravadora dos tropeiros que desencadeou o desenvolvimento da região. (Santos Júnior, 2021, p. 64-65).

Figura 3. Sesi Museu Digital de Campina Grande



Fonte: <https://sesimuseudigital.com.br/fotos.html>.

Em pesquisa sobre a história pública de Campina Grande observada a partir das novas tecnologias, Thiago Raposo em sua obra já citada, descreve suas experiências sensoriais vivenciadas no Sesi Museu Digital. Em contato com a exposição filmica *Tropel*, segundo Raposo, a mesma perdura 18 min. projetando imagens e sons que se articulam a partir do próprio nome da obra, fazendo referência direta aos barulhos provocados pelo intenso movimento dos homens e seus animais. Assim, o visitante, exposto a ambientação imersiva, se “encontra” em similar contato direto “com os milhares de grupos de tropeiros que vieram a Campina Grande para comprar e vender [seus] produtos”. *Tropel*, “essa única palavra resume uma atividade tão intensa que marcou a trajetória da cidade”.

Os trotes dos burros acompanham os visitantes por toda a exposição, complementando as demais seções e contribuindo para a performance de uma história digital carregada nos lombos de velhos burros e puxada por experientes tropeiros [...] **Nas imagens, notamos uma forte presença do estereótipo em relação ao bioma da caatinga**, que se esforça por ocultar as várias formas de vida que afloram nesse espaço, destacando apenas a seca. [...] **o sol escaldante desse lugar parece habitar a pele rachada** dos tropeiros como se fosse uma tatuagem, acompanhadas das cicatrizes e das feridas provocadas pela vegetação ou pelo ataque de animais silvestres. Em um trecho, o filme foca na pele **rasgada e ensanguentada do tropeiro e do burro que o carrega**. A empatia provoca em alguns uma série de reflexões sobre **a dureza da vida desses homens**, assim como também dos animais, evidenciando o afloramento de práticas educativas em torno dos sentidos que são a todo momento requisitados, ampliando as experiências do visitante do espaço. [...] **Cansado, ferido e longe de casa**, vez por outra, o olhar do tropeiro parece substituir a própria câmera, elencando discursos que exigem para si o princípio de veracidade. Ao anoitecer, o bando de tropeiros prepara,

no meio do nada, um acampamento. Uma das telas foca na fogueira enquanto a outra observa os comportamentos individuais dos sujeitos. **Um prepara o feijão tropeiro, outro monta sua rede, um terceiro é visto perto de uma santa**, referenciando as práticas religiosas desse grupo. Juntamente **com o nascer do sol, o bando retoma seu caminho. Aproximando-se de Campina Grande, são ultrapassados por um caminhão [...]** Em seguida, **saem da estrada de terra e passam a caminhar por ruas calçadas**, onde podemos identificar a presença de postes de luz elétrica. Por fim, há-se um retorno para o bando, que parece se dividir em várias direções por meio de uma série de duplicações dos caminhos, que acabam por formar o desenho da rosa dos ventos [...] Quando os tropeiros são ultrapassados pelo caminhão, podemos identificar claramente a relação de que **o trabalho desenvolvido por aqueles homens pôde ser substituído por algo com mais agilidade e segurança – um automóvel –**, marcando uma espécie de marcha em direção ao progresso (Raposo, 2020, p. 95-96-97, grifo nosso).

Percebe-se nesta longa e detalhada descrição que cada etapa na construção desse museu resultou na total eficiência de todo o projeto pensado, com o intuito de responder a uma cronologia linear de como o tropeirismo se desenvolveu ao peso do sacrifício de homens e animais, vencidos pelo “progresso”. A vivência e história do tropeirismo é sim um evento datado em espaço e tempo, que remete a um mundo de cultura agrária e rurbana. Mas no Museu, a narrativa apresentada para o tropeiro nordestino demarca característica própria e que muito o diferencia daquela figuração estereotipada pela estética gauchesca. Sobrevivente no semiárido nordestino, tendo a caatinga e seus estigmas como cenário, o Sesi Museu Digital de Campina Grande, fiel ao discurso coletivo acerca do sertanidade, apresenta um tropeiro que muito se assemelha ao mesmo tipo humano residente e documentado pela Catrop em Vitória da Conquista.

Em referência ao tratamento museológico tecnológico e transmidiático de suas exposições, a contar com o relatado por Thiago Raposo, a fórmula contemporânea de exposição do museu paraibano consegue, a partir desse conjunto de elementos sonoros, visuais e com fortes impactos sensoriais, demonstrar o cotidiano das tropas de maneira tão idílica quanto a jornada de um herói mitológico, e o faz de modo muito convincente, ao ponto de gerar e manter no espectador a conexão necessária para subjetivamente absorver sentidos que instauram ao tropeiro em sua difícil jornada, remetendo ao arquétipo de quem transpõe com honra e coragem qualquer obstáculo para cumprimento de sua tarefa. Uma narrativa na qual não sobra lugar para contradições e estratificações sociais de nenhuma espécie.

Aqui no Sudoeste da Bahia, as pesquisas e reconhecimentos públicos sobre as permanências e influências tropeirísticas ainda requerem maiores interesses e articulações que possam se converter em monumentos e edificações que melhor oficializem a presença do

tropeirismo na região, conforme o que já se observa sendo realizado em Campina Grande/PB, por exemplo. Nossa tarefa enquanto Catrop tem sido, ao longo dos anos, auxiliar a alterar este quadro e fundamentar argumentações que atestem a viabilidade de tais propósitos no município de Vitória da Conquista e região. Conquanto é importante que se registre o pioneirismo da iniciativa de monumentalização do tropeirismo ocorrida no vizinho município de Planalto.

1.3.10. Monumentalização do Tropeirismo em Planalto/ BA

Localizado no núcleo de integração do Território de Identidade Cultural de Vitória da Conquista, o município de Planalto possui o histórico de suas origens identificada por dois marcadores bem distintos: um que relaciona seu nascedouro com o surgimento da comunidade afro-brasileira Cinzento, reconhecida em 2005 pela Fundação Palmares como agrupamento de remanescente quilombola; e um outro justifica que o município tenha sua gênese relacionada ao arraial do Peri-Peri.

Em *Cinzento: memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo*, (1999), Grazielle de Lourdes Novato Ferreira considera que o quilombo do Cinzento teria se formado entre os anos de 1810-1860 por negros fugidos da escravidão realizada na região de Rio de Contas.

A outra versão desconsidera por completo qualquer relação de origem com o surgimento do quilombo e no registro institucional do site da prefeitura⁵¹ descreve com acentuado detalhamento que:

A origem do arraial de Peri-Peri (o nome deve-se a uma lagoa de mesmo nome), no distrito de Lucaia, ocorreu motivada pela facilidade de comercialização dos produtos agrícolas em virtude da abertura da estrada BR-116 (Rio-Bahia), cujo traçado passou pela fazenda Peri-Peri, do Sr. José Pereira, onde surgiu uma feira livre que se realizava aos domingos, atraindo grande afluência de comerciantes e produtores que ali realizava seus negócios.

Em 1946 o prefeito municipal de Poções, tomou iniciativa de criar um arraial no local, onde pudessem os comerciantes se estabelecer e desapropriou uma área na fazenda Peri-Peri e doou ao público para edificar o arraial o qual tomou grande impulso provocando a decadência da vila de Lucaia, que era sede do distrito, cujos moradores se transferiram para o novo povoado, atraídos pela nova rodovia e pelo centro comercial nascente. Com o desenvolvimento da povoação foi criado o distrito de Peri-Peri de Poções (ex-povoado), pela Lei Estadual nº 628, de 3-12-1953, com território

⁵¹ Muito embora seja um site institucional da Prefeitura do município de Planalto, observa-se que são bem poucas as informações históricas acerca da cidade, conforme disposto no endereço: <https://www.planalto.ba.gov.br/site/dadosmunicipais#historia>. Acesso em 12 jun. 2024.

desmembrado do distrito sede e Lucaia, sendo por conseguinte elevado a categoria de vila, a qual continuou a se desenvolver constantemente.

Entretanto, somente em 5 de abril de 1962, Planalto teve seu território desmembrado de Poções e oficialmente pela Lei Estadual nº 1658, tornou-se um município com os mesmos limites territoriais que ainda existem.

Figura 4. Memorial do Cinquentenário de Planalto/BA



Fonte: Catrop/ Acervo Monumento Tropeiro no Sudoeste baiano (2019)

Muito embora não configure nenhuma menção ao tropeirismo nas duas versões de marcações históricas de origem, a existência do sistema fica subentendida na descrição que identifica o surgimento do povoado “ocorreu motivada pela facilidade de comercialização dos produtos agrícolas em virtude da abertura da estrada BR-116 (Rio-Bahia)”, originando dali uma “feira livre que se realizava aos domingos, atraindo grande afluência de comerciantes e produtores que ali realizavam seus negócios”. Dada a essa memória sua relevada importância para representação identitária do município, o tropeiro teve reconhecido seu valor junto à comunidade com a inauguração de uma estátua em sua homenagem erguida por ocasião das comemorações de 50 anos da emancipação política da cidade de Planalto ocorrida no ano de 2012. Durante os festejos comemorativos foi oferecido à cidade o *Memorial do Cinquentenário*, o Hino Oficial de autoria de José Ramos da Silva e Carlusmar Moreno de Aguiar, onde o passado de rota tropeira do antigo povoado ficou imortalizado nos versos:

[...]

Ainda Peri-Peri

Rota de tropeiro

Rio-Bahia marcou tua memória

Emancipada por teu povo altaneiro

No progresso e construção de tua história

[...]

2 EXPERIÊNCIAS MUSEOGRÁFICAS DO PONTO DE MEMÓRIA DA CATROP

Este será o capítulo onde estão expostas e problematizadas as ações que a Catrop desenvolveu periodicamente desde sua fundação objetivando despertar o interesse da comunidade conquistense para o conhecimento e preservação das matrizes culturais herdadas do Tropeirismo local. Compreendidas como registros que interligam quadros de memória (Halbawachs, 2006) compartilhados pela dinamicidade das atividades realizadas pela organização como ideia representativa, as ações mediadas por uma potente capacidade imaginativa em torno do fenômeno tropeiro possibilita que dentro do campo da museologia seja possível concebê-lo sob perspectivas totalmente novas, dada a sua capacidade experimentação social.

Em se tratando de museus, no Brasil e no mundo, dentro do panorama da formação e disseminação de discursos na contemporaneidade, essas instituições adquiriram centralidade na criação e elaboração de planos, reavaliação de metodologia de gestão, atualização na comunicação, na aquisição de ferramentas e linguagens tecnológicas, conforme o citado exemplo do Sesi Museu Digital de Campina Grande, entre outras considerações que possibilitaram a construção de novas imaginações/criações e de padrões a serem incorporados ao campo dos museus. Imaginação que levada à práxis instituiu o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), e a partir dele, todo um conjunto de normas para implementação de uma Política Nacional de Museus⁵² (PNM). Entre essas normas, a partir da Lei nº 11.904/09, foi instituído o Estatuto dos Museus. No estatuto, encontra-se especificado em parágrafo único que: “Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o

⁵² O histórico de implantação desta política nasce sob os imperativos da “comemoração aos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em maio de 2002” do comprometimento de MinC que “convidou a comunidade museológica para participar democraticamente da construção de uma política pública voltada para o setor”, que em 16 de maio de 2003, resultou no lançamento da Política Nacional de Museus. [...]. Ainda que a Política Nacional de Museus tenha sido lançada como um documento, avaliado e amparado pelo Estado republicano, o segredo do seu funcionamento está no seu caráter de movimento social, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais” (BRASIL, 2007, p.21-22-28). Entretanto, durante os governos dos presidentes Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, foram diversas as iniciativas governamentais de ataques e desmontes de toda a política cultural do país e dentre elas a desmobilização da PNM. Durante esses governos, até mesmo o MinC foi destituído e o setor cultural, a pretexto de toda importância, e sob o governo Bolsonaro ficou administrativamente subjugado a uma Secretaria Especial da Cultura, lotada primeiramente dentro do Ministério da Cidadania, tendo sido posteriormente transferida para o Ministério do Turismo, essas medidas promoveram por esses meios um grave retrocesso em relação ao ambiente cultural do país. Cf. BRASIL. **Nota sobre transferência da Secretaria Especial da Cultura.** Disponível em: <http://cultura.gov.br/nota-sobre-a-transferencia-da-secretaria-especial-da-cultura/>. Acesso em: 12 nov. 2019. Em 2023 com a instauração do terceiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, o Ministério da Cultura foi restituído e se reorganiza com todas as suas autarquias buscando recompor a ambientação cultural prejudicada pelas medidas anteriores. Cf. **Ministério da Cultura.** Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br>. Acesso em 08 jun. 2023.

trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades”.

E foi assim que, no bojo de toda essa contextualização, tanto no plano conceitual, quanto na maneira de promover interações, que as pretensões desenvolvidas na e pela Catrop encontram respaldo de conduta na PNM para se incluir nesse “exercício de uma nova imaginação museal” (Brasil, 2007, p. 20-21), se apropriando por esses meios da conceituação autorreferente como sendo ela mesma um museu em processo⁵³ (Scheiner, 2008, p. 41), que se desenvolve como fenômeno em permanente experimentação social (Scheiner, 1999).

Diante de todo o pensamento exposto até aqui, instituído sobre uma dimensão de reciprocidades embasadas em caráter interpessoal, a Catrop é o estado processual de museu encarnado nas experiências que no tempo e no espaço se constitui em si mesmo.

Em se tratando de estímulo, nas primeiras manifestações públicas da Catrop, a partir da regulamentação ocorrida em 2007, concedemos entrevistas em programas de rádio e TV, publicamos artigos em jornais, revistas e sites de informação estruturados com foco na comunicação local. O trânsito dessas exposições de ideias e argumentações resultaram em convites de escolas e na aproximação da Catrop com outras instituições.

Os dois primeiros anos de sua fundação foram de intensas atividades de divulgação junto a comunidade local. Por ocasião do amplo debate nacional acerca das movimentações realizadas pelo MINC em todo o território nacional sobre os ideias e mecanismos da cultura, estivemos presentes de forma ativa e propositiva em eventos amplamente públicos, a exemplo da I Conferência Municipal de Cultura (2009), onde aprofundamos esclarecimentos sobre a existência e propósito da ainda nascente organização. Por aclamação da plenária, e na condição de delegada eleita, estivemos também no mesmo ano como representantes na II Conferência Estadual de Cultura⁵⁴, realizada na cidade de Feira de Santana/BA, donde aliados na defesa dos interesses da coletividade no campo dos direitos da cultura, não nos descuidamos da apresentação do Tropeirismo pela história dos efeitos presentes na cultura da sertanidade baiana.

⁵³ [...] fenômeno, o museu processo, o museu que independe de um espaço e de um tempo específicos, mas que revela de modos e formas muito definidas como espelho e símbolo de diferentes categorias de representação social. Compreender que Museu (fenômeno) não é o mesmo que Museu (expressão limitada do fenômeno) permite-nos aceitar que ele assume diferentes formas; permite-nos, ainda, prestar atenção às diferentes ideias de Museu, presente no universo simbólico dos diferentes grupos sociais (Scheiner, 2008, p. 41).

⁵⁴ A I Conferência Municipal de Cultura, com o tema: “*Qual o lugar da cultura no município?*”, aconteceu em setembro de 2007, nas dependências do Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima, em Vitória da Conquista. A II Conferência Estadual de Cultura, com o tema: “*Cultura é o que?*”, aconteceu de 25 a 28 de outubro, no campus da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Com a preocupação da perda de documentos expostos às intempéries do tempo, do clima e da falta de tratamento para conservação, no ano anterior das atividades relatadas acima, em 2008, junto com Saulo Moreno Rocha, nos dedicamos ao trabalho de captação fotográfica e de catalogação de acervos documentais pertencentes em arquivos públicos e privados em Vitória da Conquista, Anagé, Condeúba e Barra do Choça. Por resultado, foi constituído um banco de imagens de um volumoso acervo de fontes. Do fundo coletado no Fórum João Mangabeira, em Conquista, que àquela época reservava ao subsolo do edifício um improvisado e amontoado arquivo de variados tempos históricos de Vitória da Conquista, entre outros documentos, constam registrados em imagens: levantamento patrimonial de antigas famílias locais; Processos Cíveis e Crimes da Imperial Vila da Vitória década de 1880; Levantamento de Censo Quantitativo dos Escravos no Arraial da Nossa Senhora das Vitórias da Conquista do Sertão da Ressaca 1780 a 1832. Já na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, também em Conquista, realizamos o levantamento de Termos de Batismos de Casamentos; dos documentos encontrados em Condeúba/BA foi organizado o levantamento de Termos de Batismos e Casamentos da Phreguesia de Santo Antônio da Barra (*sic*), dentre outros. Uma relação mais detalhada de acervos pode ser vista conforme exposto para conhecimento público no blog da Carreiro de Tropa, aba ações/2008 (<https://carreirodetropa.wordpress.com/acoes/>).

Convém salientar também que a iniciativa que assumimos, ainda que de maneira incipiente, movidos muito mais pelo impulso e senso comum, visto que não dispúnhamos de manejo e técnicas adequadas e nem de equipamentos que propiciassem uma visualização perfeita das imagens coletadas, devido as condições em que encontramos e já citado daqueles acervos, para muitos daqueles documentos estes são os únicos registros que sobraram deles. Conforme o caso desse avulso onde se encontra uma relação de bens moventes e semoventes e seus valores em moeda da época. Sem identificação de data, autoria ou definição de propósito, pela descrição apresentada, muito provavelmente trata-se de uma lista de negociação em compra e venda numa fazenda denominada Boa Sorte⁵⁵.

⁵⁵ Transcrição nominal: 4 vacas solteiras; 4 vacas paridas; 1 garrote de 3 anos; 4 novilhas de 2 anos; 2 novilhas de 2 anos; 6 garrotes de 2 anos; 3 burros arreados; 3 éguas solteiras; 1 jumento de dois anos; 1 cavalo russo velho. Semoventes: 1 casa com 4 janellas de frente e duas portas, no lugar denominado Boa Sôrte; 1 curral; 1 tanque com 8 quadros; 1 fábrica de cuzinhar farinha; 1 tanque na Boa Sôrte; 1 mangueiro; 1 silhão em bom uso com caçambas rabicho aparelhado, uma brida de ferro e baxeiro, 1 tacho. (Cf. grafia da época).

Figura 5. Lista de compra e venda (s/d) registrada pela Catrop.

4 vacas pretas	4100,000	1600,000
4 " pretas "	500,000	2000,000
1 par de 3 anos		400,000
4 vacas de 2 "	250,000	1000,000
2 " " ano "	150,000	300,000
5 par de "		900,000
3 burros arreados	1000,000	2000,000
3 equas soltas	400,000	1200,000
1 par de 2 anos		250,000
1 par de novo velho		500,000
Summa		11775,000
1 casa com 4 janelas de frente e duas portas no lugar denominado Boa Fort. por		1300,000
1 curral		200,000
1 tanque com 8 quadras		400,000
1 fabrica de alisar farinha		300,000
1 tanque na Boa Fort.		150,000
1 mangueira		200,000
1 latices em um vaso com capangas sobre o aparilhado, uma lida de ferro e latices		500,000
1 sacbo		150,000
		3400,000

Fonte: Acervo Catrop/ Avulsos.

Assim, um papel avulso encontrado perdido entre um amontoado deixa de ser ‘apenas isso’ quando ganha algum significado que transcenda os limites do exposto. Despertado por aspectos simbólicos comunicados por dialogia informativa, é nesse momento que o papel avulso se mostra um marcador de memória, se torna documento, registro histórico, referência cultural, e que no campo museal, adquire a aura de objeto musealizado.

Em 2009 ainda realizamos levantamentos de acervos em arquivos, e tanto quanto nos foi possível, sistematizamos as informações coletadas, agora já contando com maior respaldo perante a comunidade. Simultaneamente, nos foi chegando convites para palestras, oficinas e ações educativas que pudessem colaborar com os currículos escolares naquilo que fosse relativo à realidade histórica cultural de Conquista. Aquele foi ano também da II Conferência Municipal, cujo tema foi: “*Cultura é o que?*”, na qual estivemos presentes sempre fazendo valer em nossas menções públicas a necessidade de gerenciamento patrimonial do fundo tropeiro presente na reciprocidade entre história, memória, desmemória e cultura, e que estão desde as primeiras ações da Catrop a requerer da cidade um espaço para extroversão do acervo constituído.

Para a III Conferência, com o tema: “*Planejar é preciso: diretrizes para construção do Sistema de Cultura*” (ago. 2011), atendendo a uma convocação da Secretaria de cultura, turismo, esporte e lazer (SECTEL), estivemos presentes já na condição de parte integrante da

Comissão Organizadora do evento, na qual mais uma vez realizamos exposição de acervos e divulgação da musealização do Tropeirismo em Vitória da Conquista como elemento estruturante da cultura local. Entendendo as conferências como câmaras de eco, essas participações atenderam ao imperativo de ampliar ainda mais os caminhos de musealidade desse objeto no âmbito da sociedade e da provocação política.

Desde 2009, a Catrop passou a utilizar como vetor comunicacional de suporte o ambiente digital. Primeiramente com a criação de um blog hospedado na plataforma do blogspot, onde permaneceu por alguns anos até ser migrado para wordpress, em 2016. Em termos de produção de conhecimento, comunicação expográfica de acervo, manutenção da interlocução educativa e interatividade, a contribuição do suporte tecnológico se mostrou eficiente e, aos poucos, foi se afirmando sob as perspectivas contemporâneas como uma ambientação de experiência museográfica.

Ulpiano Meneses comenta que “o museu é por excelência o espaço da representação do mundo, dos seres, das coisas, das relações” (2009, p. 03). Muito provavelmente, essa observação de Meneses não foi pensada para a concepção de museu conforme a entendemos e está exposta nesta dissertação. Sua observação diz respeito ao museu edificado, e não ao museu ambientado no suporte digital. Contudo, há convergência entre nossos entendimentos. Assim como o autor também acreditamos que se não há como recriar a vida no museu, representá-la passa a ser um recurso. Recurso esse não de simulação do real, mas da possibilidade de percepção acima da trivial rotina que “vai embaçando e diluindo, tudo aquilo que não cabe nos limites da experiência pessoal”. A vida é um constante devir, não há como recriar seus ritmos no museu. Por conta disso, reforça Meneses: “é a representação que nos serve”. Devido ao fato de também acreditar de que “é a representação que nos serve”, temos nos recursos artístico-culturais, na literatura, nas exposições de artefatos, a oportunidade de perfazer a partir da estética a ruptura que dissolve o embaço das rotinas, reaviva memórias ou apresenta sentidos. Com a experimentação sensorial, acreditamos, se promove a conexão mediadora da sensibilização que favorece no auxílio da tomada de consciência quanto ao lugar histórico e social do Tropeirismo enquanto fenômeno de alargado alcance junto à comunidade local.

A combinação de todos esses elementos, em conjunto ou não, a intervenção de artistas, seja performando memórias coletadas reproduzidas em narrativas de ato cênico, em danças, fotografias, enfim, na abordagem em arte nas suas variadas linguagens, o que buscamos é a manutenção do fio que interliga objetos e afetos, obviamente que relacionando, sempre, com a proposição central da Catrop, isto é, a cultura tropeira. Ações que exortam no público

emoções, mas também apreensão da constatação histórica e a formação de perceptível capacidade de crítica quanto ao meio e a cultura local e seus legados. Esta tem sido ao longo dos anos uma ação muito bem sucedida junto ao diferentes públicos em geral presentes em nossos eventos, que via de regra se configuram como sendo experimentações museográficas.

2.1 UM RANCHO DO TROPEIRO NO ARRAIÁ DA CONQUISTA

Na lida do tropeiro, entre uma marcha e outra as opções de descanso poderiam ser uma dormida a céu aberto em meio a um pasto ou ermo, geralmente próximo a um curso d'água ou em ranchos cedidos por fazendeiros que se prestavam a esse socorro e alugavam mangueiro para acomodar os animais. Sobre rancharia e pouso, na Cartilha do Memória Histórica encontramos a seguinte descrição:

Rancharias e pousos eram abrigos localizados próximo às vendas comerciais ao longo das rotas tropeiras, no entorno das estradas, fazendas, vilas, povoados e cidades. Feitos de pau-a-pique, madeira, adobe ou alvenaria, eram cobertos com palha de coqueiro, palmeira ou sapê, cascas de árvore ou telhas de cerâmica. A estadia era paga, frequentemente, em negociações entre o tropeiro e o proprietário, levando-se em conta a ocupação do espaço físico, uso da água e do pasto, além de outras benfeitorias. Era comum aliar ao serviço de pouso a venda e troca de produtos, entre outras negociações comerciais. Ocorria, também, de ser abrigados sem custeio, nesse caso, o dono da instalação cedia espaço e as benfeitorias disponíveis para descanso da tropa, assim, estabelecia-se uma relação de dívida moral do tropeiro para com o proprietário, que, muitas vezes, era paga com a realização de serviços de correio e transporte de encomendas, dentre outros (2011, p.19)

O ano de 2010 foi importantíssimo na trajetória da organização, tendo em vista de que muitas foram as atividades que nos mantiveram em movimento dentro e fora do ambiente digital. Coincidiu que nossas necessidades de qualificação e melhor entendimento para realização das atividades em consequência do volume de doações recebidas, estado de conservação, técnicas de preservação, entre outros serviços do campo museológico, nos exigiam estudo e melhor atenção. A coincidência se deu em razão de que a Diretoria de Museus (DIMUS) se estruturava e investia na direção de oferecer noções iniciais aos neófitos do campo. Para tanto, naquele ano percorreu o Estado promovendo oficinas de ações culturais e educativas, aprimorando e potencializando a melhoria em todo o campo, ocorrida nas dependências do Museu Pedagógico/UESB, as quais tivemos a oportunidade de participar.

As iniciativas de capacitação oferecidas pela DIMUS atendiam às normativas do IBRAM, criado em 2009, e do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN para implementação da PNM. Os esforços empreendidos pelo campo museal brasileiro buscavam

reconhecer e conciliar a teoria produzida nas academias e as práticas de experimentação social do fenômeno museu (Scheiner, 1999). A participação nessas oficinas nos deu a oportunidade de melhor compreender e avaliar nosso entendimento acerca dos saberes na produção de valores museais, bem como nossas deficiências nos processos que executávamos até então. Mais que isso, as oficinas nos possibilitaram oportunidade de nos perceber totalmente imersos em uma vasta rede de Museologia Social, posto que, envolvidos em práticas experimentais, estávamos todos àquele momento tendo nossas presenças a partir das relações que empreendíamos com os patrimônios locais, sendo reconfigurados e aceitos dentro do próprio campo museal brasileiro, que através do seu corpo de intelectuais e gestores administrativos envolvidos também reviam e atualizavam seus conceitos.

Uma outra oportunidade que merece registro foi a inserção da Catrop durante as festas juninas com a implantação do *Rancho Tropeiro*, dentro da vila do Forró Pé de Serra do Periperi, promovido pela PMVC, entre os dias 18 e 27 de junho de 2010. Naquela ocasião, a SECTEL seguia com o projeto iniciado no ano anterior de retomada de uma antiga tradição popular local: comemorar o São João. O objetivo era de explorar o período junino, resgatar antigas práticas da sociabilidade conquistense e inserir a cidade nos circuitos turísticos de festejos juninos no sertão baiano. Com uma proposta arrojada, a iniciativa buscava homenagear artistas nordestinos e conciliar aspectos pedagógicos com composição artística e histórica, sustentando todo esse conjunto por valores tradicionais e representativos da região. A cenografia contemplava a criação de um espaço denominado *Memorial do Forró*, apresentação histórica, lúdica e estética acerca do artista homenageado como patrono daquela edição. No meio da rua, em frente ao Memorial, era edificada a reconstituição cenográfica do “Arraiá Vila da Conquista”, com montagem no centro histórico da cidade de uma vila em taipa, representativa das primeiras habitações e formação do povoado.

Para composição da proposta, a convite da SECTEL, a Catrop foi chamada a compor a programação do evento com representação do que ficou denominado pela equipe de criação contratada pela Secretaria como sendo a “Casa do Tropeiro”. Tendo por base os conhecimentos adquiridos em pesquisas de campo, como forma de resistência política e social e garantindo a voz dos próprios atores fundamentadas em suas experiências vividas, nossa organização utilizou a identificação conforme informações recebidas dos tropeiros, não ‘casa’, mas sim: rancho. Com o convite sendo renovado também pelos dois anos seguintes, o rancho sempre contou, em suas três edições, com muita aceitação e participação do público da festa. Por falta de recursos materiais e humanos que se somaram volumosos e indispensáveis

com a crescente demanda de exposição e formação do rancho, tivemos de abdicar de nossa presença no evento da prefeitura.

Em nossas participações, transcendendo a cenografia oficial do evento, a proposta conceitual do rancho da Catrop se constituiu como um espaço de experimentação museal onde estiveram expostas acervo de cultura material representativos do uso cotidiano das antigas tropas, como: cangalhas, couro de boi, relhos, laço, cabeçada, rebenque, estribos, selas, silhão, armamentos, bruacas, panacuns, vestimentas, entre outros acervos recebidos pela doação de antigos tropeiros e/ou familiares e que são ilustrativos de parte da história do Tropeirismo local.

Figura 6. Exposição Rancho Tropeiro nos festejos de São João de Vitória da Conquista, em 2010.



Fonte: Acervo Catrop/ Rancho do Tropeiro.

Desde sua implantação, a Catrop se organiza sob a lógica de operação como sendo um sistema complexo, aberto e auto organizativo,⁵⁶ centrado na busca por exercer comunicação eficaz com o público externo. Na perspectiva de sempre executar atividades que possam impactar o público, possibilitando na interatividade com o exposto uma mudança no seu estado crítico. O Rancho foi montado para possibilitar essa percepção.

⁵⁶ Tendo por perspectiva o referencial apontado para Edgar Morin para compreensão e adoção do conceito: “o sistema como *unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações e indivíduos*” (2008, 132 grifo do autor). Sob a ótica de Morin, o olhar complexo para uma organização atende a três princípios básicos: hologramático, contraposição aos reducionismos; recursividade, a unidade produz o sistema e o sistema produz as unidades; e, a auto-eco-organização, a existência de relação interdependente entre o sistema, o meio num contínuo processo de criação e degradação (Morin, 1998).

2.1.1 Em 2010: Um tropeiro no rancho

Na primeira edição do Rancho optamos por, além da exposição de artefatos, possibilitar aos visitantes um momento de conversação com o tropeiro que primeiro foi documentado pela Catrop, Canuto Rodrigues Araújo (1918-2012). A bem da verdade, ele foi a pessoa responsável por motivar a criação da organização e indicar outros agentes do sistema tropeirista, tão inconformados e inquietos quanto ele se demonstrava ser com a invisibilidade de sua antiga profissão na historiografia local. A ele se devem os créditos iniciais para, após 2007, ter se efetivado a criação de uma organização dedicada ao registro do Tropeirismo como elemento de referência da comunidade conquistense e do Sudoeste baiano. Sua presença no rancho foi um momento de reconhecimento e afirmação de sua importância no trajeto da ONG. Na ocasião desta visita, se entusiasmou pela curiosidade dos visitantes presentes e rememorou passagens de suas histórias junto ao tropeiro Moisés Lima. Essa disposição motivou os membros da Catrop a posteriormente organizar um outro momento para compartilhamento de memórias, daí surgiram as primeiras ideias para criação das rodas de conversas sobre tropeirismo em Vitória da Conquista.

Na ocasião de sua visita, com 92 anos de idade, Canuto lembrou que se tornou tropeiro ainda rapazote, vindo da região de Taboá de Nestor, zona rural de Condeúba/BA, para trabalhar na tropa de seu irmão Firmo, que àquela época havia expandido “seu negócio de troperar e precisava de gente da confiança dele para comprar e vender mercadoria em rota que ele mesmo não estava podendo ir em pessoa”. Em 1943, Canuto foi convocado para composição do contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para treinamento de combate nos conflitos da Segunda Guerra que se desenvolviam na Europa. Muito embora tenha participado de intenso treinamento, não chegou a embarcar para atuar nos conflitos. Depois de retornar das obrigações militares, o agora ex-pracinha⁵⁷ retornou de forma autônoma com o trabalho de tropeiro.

De acordo com Antônio Torres Montenegro (1992), existe um tipo de depoente que se enquadra na categoria definida por “pessoa comum”. Nessa condição, o conduto da memória não necessariamente obedece a um trajeto racional, metódico e organizado de modo a construir uma lógica de coerência e controle sobre o discurso apresentado, que se estabeleça por um cuidado à imagem que deseja passar ao público. Ao longo dos anos, durante as

⁵⁷ Pracinha, é um derivativo do termo militar sentar-praça”, ou seja, se alistar nas Forças Armadas. São reconhecidos como pracinhas os ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), recrutados para lutar na Segunda Guerra.

captações de fontes orais tivemos contato estreito com muitas dessas “pessoas comuns”, que revisitaram suas memórias sobre o assunto de maneira passional. Também tivemos contato com o outro exemplo de narrador memorialista categorizado por Montenegro, os que exerceram ou tem imagem de si como figuras de liderança ou proeminência social. A esta condição se enquadra a figura de Canuto Rodrigues de Araújo⁵⁸, ex-combatente da FEB, e também o primeiro ex-tropeiro a prestar depoimento para efeito de pesquisa documental em fonte oral.

Muito cioso de sua imagem e medalhas, quando foi entrevistado desde a primeira vez, Canuto Rodrigues (2007) fez um relato organizado de suas memórias e registrou com ênfase seu passado, com a ressalva de delimitar no tratamento de seu depoimento sua condição de proprietário de tropa, o que, segundo seus critérios pessoais, confirmados de forma subjetiva e não verbal, demarcavam hierarquia sobre o seu “homem de confiança”, o tropeiro Moisés Lima:

Então você veja, eu nasci em Condeúba, sou natural de um lugar chamado de Tábua de Nestor e vim rapazote de lá pra trabalhar na tropa de meu irmão Firmo aqui em Conquista. Ele tinha um lote, com mais de doze mulas e fazia os trechos de Conquista, pra Vila Nova (Anagé), São Paulino (Caatiba)... era assim. Trabalhei com ele e depois montei minha tropa mesmo. Mas, eu nunca troperei, eu mesmo não! Eu tinha um tropeiro, de nome Moisés. Eu andava junto com ele, eu negociava. Escreve aí, ele andava junto comigo. Ele já morreu. Pouca gente lembra dele. Eu não esqueço. Ele que trabalhou tanto só não é esquecido de tudo, porque ainda ‘tô’ aqui... Mas, quando eu morrer vai ser esquecido de vez. Então veja, isso é um tempo antigo, é a história da cidade, é justo morrer comigo? É certo a gente se acabar e ninguém lembrar da gente? Guardei essas coisas comigo porque queria algum dia que elas tivessem algum valor ‘pras’ outras pessoas, como tem pra mim.

É possível encontrar no relato do depoente Canuto Rodrigues a característica especular com a qual Tereza Scheiner (1998) conceitua suas argumentações quanto a viabilidade de existência de um Museu Interior. Acessado “tanto ao plano da consciência como aos processos do inconsciente”, acionado a partir da memória, sensações, relações experienciais, este é o Museu que se faz “naquele exato momento em que o indivíduo, ao perceber-se vivo e no mundo, se reconhece a si mesmo” (*Ibidem*, 1998, p. 40-41).

⁵⁸ Entrevista concedida à autora por Canuto Rodrigues de Araújo, 89 anos, e Maria de Lourdes Santos Araújo, 79, nos dias entre 14 a 28 de fevereiro de 2007, em Vitória da Conquista/BA. O material coletado em gravações e sistematizado por transcrição, se constitui em acervos da Catrop e do PMT.

Figura 7. Canuto Araújo no Rancho do Tropeiro, em 20 de junho de 2010.



Fonte: Catrop/ Acervo Rancho do Tropeiro.

Paralelo aos apelos individuais por reconhecimento de suas trajetórias pessoais, tomando como exemplificação o relato deste depoente, iniciou-se ali os primeiros movimentos de observação da permanência do fenômeno no cotidiano da cidade. Se, originalmente, o Tropeirismo apresentado na bibliografia local como objeto de menor importância, no trato com a memória para alguns consulentes se mostrava como uma espécie de incômodo ao relatar o passado que ficou restrito a pequenos grupos e relações familiares, com o avançar dos meios, eventos culturais e fontes de pesquisa, aos poucos o Tropeirismo se apresentou uma questão de fundo espontaneamente identificada em caráter amplo, fundamentando em alguns aspectos a estrutura societal que se afirmou em Conquista.

Em relação ao sujeito, uma outra característica ligada ao lugar social do tropeiro diz respeito à sua inserção na comunidade local ocorrida, não raro, pelos laços matrimoniais, e que, no mais das vezes, encerrava sua condição de nomadismo com as tropas. Sedentarizado,

o antigo tropeiro se dedicava a outros ofícios, geralmente voltados para a prestação de serviços e atendimento ao público. Naquele tempo, surgiu uma extensa cadeia de ciclos produtivos ligados direta ou indiretamente ao tropeirismo e que envolvia fazendeiros, comerciantes e artífices, como ferreiros, seleiros, cangalheiros, sapateiros, alfaiates, celeiros etc.

A pretexto de ter sido atividade estratificada e hierarquicamente definida, motivada por emulações de ordem técnica, temporal e de desejos de ganhos econômicos, conforme nos apontam os depoentes que revisitam suas memórias sobre esta vivência, em sua caracterização como patrimônio cultural imaterial, enquanto processo incorporado de valor extrínseco, podemos afirmar que o Tropeirismo adquiriu status de presentificação a requisitar visibilidade e reconhecimento na composição do tecido sociocultural. Essa constatação será melhor desenvolvida no capítulo posterior.

2.1.2 Em 2011: Memória de tropeiro

Para 2011, a programação oficial da PMVC restringiu o festejo entre os dias 15 a 26 de junho. Nesta segunda oportunidade, com o objetivo de apresentar uma interface ainda maior de compartilhamento que contribuísse na compreensão de que o Tropeirismo é um elemento-chave no processo histórico e social conquistense, a partir da maneira que a Catrop tem de tratar a herança cultural, com um trabalho pedagógico ancorado numa proposta sistêmica e sociointeracionista, considerando a disposição e abertura de alguns visitantes, foram realizadas coleta de alguns depoimentos no ‘Rancho’.

Entre os depoimentos, para efeito de registro na dissertação, apresentamos como primeiro o relato de Jailton Alves dos Santos⁵⁹ (34 anos), residente no distrito de Dantelândia. Com destacada ênfase e empolgação, repetiu por diversas vezes que seu pai, Antônio Pereira dos Santos, foi tropeiro. Mas, com indisfarçável contrariedade, também se fez repetir: “condutor de carga alheia” e que “a vida inteira trabalhou mesmo foi de empregado dos outros. Nas tropas de outros donos”. Na ocasião da visita ao ‘Rancho’, Antônio contava com a idade de 95 anos, e, segundo o filho, “as labutas nas tropas ficaram para trás, mas ele ainda permanecia ativo nos trabalhos e nos cuidados da roça”. Jailton não entrou em detalhes de quem seriam esses antigos patrões, proprietários das tropas, apenas deixou explicitar de que

⁵⁹ Cf. Schiavo Novaes, Maris Stella. O rancho tropeiro 2011 abre suas portas em clima de fortes emoções. In: **Carreiro de Tropa Memória e História do Tropeirismo na Bahia**. Vitória da Conquista, 21 jun. 2011. Disponível em: <https://wordpress.com/post/carreirodetropa.wordpress.com/750/>. Acesso em: 07 set. 2023.

eram fazendeiros e proprietários de casas de farinha e que abasteciam o comércio e feiras da cidade.

Também nesta segunda montagem houve o despertar do interesse da imprensa local para o registro das atividades do 'Rancho'. Os tropeiros Zé Mosquito, Zé de Grosso, Crésio Lima e D. Anália Rocha estiveram em visita e foram entrevistados pelas emissoras de TV locais. Conforme registro na figura abaixo da entrevista concedida pelo tropeiro José Batista da Rocha, que durante suas atividades nas tropas recebeu o apelido que o mantém conhecido até hoje: Zé Mosquito.

Figura 8. Tropeiro Zé Mosquito em entrevista à emissora de TV



Fonte: Catrop/ Acervo Rancho do Tropeiro.

Outro depoimento bastante relevante foi concedido por Helena Ferreira Bastos, 79 anos⁶⁰, que se mostrou emocionada ao relembrar fases de sua infância vivida no povoado da Roseira, zona rural de Conquista:

⁶⁰ Entrevista concedida à autora por Helena Ferreira Bastos, no dia 21 de junho de 2011, em Vitória da Conquista/BA. O material coletado em gravações e sistematizado por transcrição, se constitui em acervos da Catrop e do PMT.

Naquele tempo tudo era muito longe. As pessoas hoje em dia ‘num’ têm nem noção do que era a vida da gente no passado. Meu pai tangia uma tropinha pequena de 6 animais e vinha pra cá negociar e levar as coisas que a gente não tinha de como ‘fazê sozin’ lá na roça. Era assim, engordava uma criação, matava retalhava, salgava a carne pra conservar que era pra venda. Milho, mandioca, feijão-catador, de tudo a gente tirava um tanto e pai vendia a maior parte aqui na rua. Trazia nuns panacuns iguais a esses aí. Dividia bem, ‘pro modi’ os pesos e saía na estrada tocando, ele e meus dois irmãos.

A partir das ações, alcance e articulações do Rancho foi possível uma representatividade mais estabelecida do Tropeirismo junto ao público e mídias locais. Do blog *Conversa de Balcão*⁶¹, no artigo “*Um rancho tropeiro na praça*”, extraímos a seguinte descrição:

[...] Muitos desses objetos conhecemos só pelo nome por ouvir os mais velhos falar e também nas músicas de Gonzagão ou Elomar, por exemplo. O acervo ilustra parte da história do tropeirismo local, pouco contada quando retratam a fundação e formação de Vitória da Conquista e região - e daí sua importância em integrar a Vila Junina.

Nas margens do exposto, aos tropeiros e suas memórias, todo o traçado do trabalho de campo e as consequências advindas das contingências do universo simbólico que a Catrop acessa potencializam a esses indivíduos uma atenção a um tempo e vivências soterradas sob o peso das rotinas. Por trabalharmos o tempo todo como eixo estruturante com reparação de sujeitos, com o lugar dessa pessoa invisibilizada que está sendo reconhecida, era possível perceber nesses eventos que a reação manifesta pelos tropeiros é de satisfação no reconhecimento público advindo da exposição midiática. Por certo, não causa nenhum estranhamento em quem percebe a evidência de que na sociedade e na cultura a emoção está na base da própria condição de ser e estar no mundo.

2.1.3 Em 2012: Uma mudança de rota foi inevitável

Em 2012, aconteceu a última participação da Catrop dentro da programação da SECTEL. O calendário festivo daquele ano demarcou para a comemoração junina os dias 13 a 26 de junho. O blog *Luz de Fifó*⁶² esteve visitando o ‘Rancho’ e registrou em seu sítio na internet que: “O Rancho do Tropeiro vem afirmar as conquistas da ONG Catrop no

⁶¹ FERNANDES, Aílton. Um rancho tropeiro na praça. In: **Conversa de balcão**. Vitória da Conquista, 13 jun. 2011. Disponível em: <https://debalcao.blogspot.com/2011/06/um-rancho-tropeiro-na-praca.html>. Acesso em: 06 set. 2023.

⁶² FERNANDES, Aílton. Rancho Tropeiro na Vila Junina. In: **Luz de Fifó**. Vitória da Conquista. 15 jun. 2012. Disponível em: <https://luzdefifo.blogspot.com/2012/06/rancho-tropeiro-na-vila-junina.html>. Acesso em: 06 set. 2023.

desenvolvimento de um trabalho educacional, social e cultural com vistas à legitimação do tropeirismo e dos tropeiros como patrimônios materiais e imateriais de Vitória da Conquista”.

Para esta ocasião, o ‘Rancho’ contou com uma melhor estrutura, já apresentando uma marca própria e uma assessoria de comunicação bem mais eficiente com a participação voluntária do jornalista Danillo Bittencourt, que contou com a monitoria de estudantes de Comunicação da UESB na cobertura de divulgação e registros fotográficos que foram publicados no blog da Catrop em formato de galeria de imagens. Um outro diferencial em relação as duas edições anteriores, ficou a cargo da parceria da Catrop com o Coletivo 1x1 de Teatro. Desta parceria resultaram performances e intervenções teatrais, que foram apresentadas em meio ao público do ‘Rancho’. O destaque destas apresentações foi a peça teatral *Memória de Tropeiro*⁶³. O sucesso desta dramatização resultou em convites para apresentação em três escolas, sendo uma pública e duas privadas. A propósito, vale a pena reproduzir as observações do jovem Saulo Moreno, quando ainda pesquisador vinculado ao núcleo de Educação, Cultura e Memória da Catrop, em reunião interna de avaliação, a pretexto das dificuldades que enfrentamos quanto a viabilidade de execução e continuidade do projeto de exposição, disse:

Durante as três edições, o Rancho do Tropeiro representou uma inovação na forma de lidar com nosso passado e constituição histórica, dando visibilidade para o Tropeirismo e seus agentes, fato que muito dignificou o São João da cidade. Esse reconhecimento gerou muitos outros impactos positivos, extrapolando o espaço-tempo do Rancho e alcançando grandes dimensões no caminho de valorização positiva de nosso patrimônio cultural. Penso que a retomada do Rancho seja fundamental, as conquistas e avanços que conquistamos precisam ser aprofundados e qualificados ainda mais referência.

Apesar da avaliação positiva e mesmo por intenção de continuidade, fato é que por razões várias a retomada do Rancho não foi possível. Entretanto, o distanciamento de agora nos permite melhor avaliar e compreender que, dentro de todo o cenário, aquelas edições se fizeram, sobretudo, como experiência estética cultural, que apesar de apenas introdutórias, se afirmaram interventivas como experimentações museais. Circunstancial por excelência, a intervenção experienciada como fato museológico assim se entendeu, pois o que se observou foram manifestas conexões acessadas através das trocas simbólicas intersubjetivas. Musealizações, portanto, que tiveram como pontos de acessos as possibilidades de vivência

⁶³ O roteiro elaborado por esta pesquisadora a partir de transcrição de relato de memória, é uma representação fictícia do encontro entre o tropeiro-proprietário, o Sr. Canuto Rodrigues e seu tropeiro-condutor, Moisés Lima. Na cena, Moisés está prestando contas ao patrão de suas viagens e outras histórias ocorridas na lida pelas rotas da Bahia. O instante é interrompido pela chegada da Sr^a. Miquita, em busca de saber notícias de seu filho que está estudando na capital, de onde a tropa tinha chegado há poucos dias.

da vida cotidiana de todos os agentes envolvidos com a provocada intervenção. Uma experiência museológica que àquela data, ainda sem as chaves conceituais da teoria, já se compreendia em si mesma como sendo um elemento museal.

Sob o ponto de vista da nossa compreensão, cultura é a capacidade que o ser humano possui de viver sob uma interpretação e produzir seu entendimento com base no senso comum, na imaginação, em fantasia, medos e até na ciência com suas ideias, ideologias, conceitos e preconceitos. Enquanto ciência, é crível admitir que a museologia é uma ciência extremamente interventiva. É neste ponto que a Catrop pousa suas tralhas experienciais na rancharia da formação acadêmica e busca alimentar-se de seu cabedal conceitual. Por analogia, podemos também considerar que a museologia e a Catrop guardam em seu bojo relações com conteúdos inventados, imaginados, e seus elementos de sistematização racionalizada estão sob constituição das construções culturais. Análogos são os resquícios de origem como circunstâncias experimentais. De modo crítico, essas práticas, mesmo que em seus discursos internos se anunciem distintos, e são, possuem pontos de fricções onde elas mesmas produzem e caracterizam os seus experimentos através de direcionamentos e intervenções e análises.

Assim, a Catrop ao identificar, inventariar, catalogar e comunicar seus acervos, está em plena conformidade com a ciência que abraça nesta dissertação, o que não desconsidera o fato de que todo o percurso de construção conceitual da ideia de Tropeirismo, que é nossa defesa maior, está imbricada de muitos caminhos conceituais onde se reconhece o fenômeno como construção cultural ressignificado pela comunidade a partir das intervenções sociais que a organização identifica e realizou ao longo de sua formação. E no bojo de toda essa ressignificação as edições do Rancho Tropeiro cumpriram papel de excelência importância.

2.2 RODAS DE CONVERSA SOBRE TROPEIRISMO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Posto que toda pretensão que a Catrop defende é uma invenção com base na história, na tradição oral ou escrita, em acontecimentos e personagens, um outro grande evento digno de registro foram as quatro edições do projeto *Rodas de Conversa sobre Tropeirismo em Vitória da Conquista*⁶⁴. As três primeiras edições foram realizadas em parceria com Museu Regional

⁶⁴ A metodologia das rodas de conversa por sua natureza participativa e interacional é uma ferramenta com potencial formativo e informativo estabelecido na dialogia, na valorização da escuta compartilhada entre agentes com diferentes saberes e experiências. Ao exercício da pesquisa, a aplicação da roda como técnica pedagógica e ferramenta de pesquisa, possibilita a observação e análise de particularidades, modos e expressões emocionais, em suma, o levantamento de dados priorizando a revelação de sujeitos a partir de suas

de Vitória da Conquista (MRVC), que àquela época estava sob a direção da Prof^a Dr^a Irlândia Maria Serra Negra Coelho Rocha. O projeto das Rodas se organizou de modo a servir como um espaço de convivência com múltiplas funções, nas quais a troca de saberes se fez possível na intermediação entre os acervos museológicos expostos no MRVC, nos relatos compartilhados, nas atividades pedagógicas e outras interações que fomentaram conhecimentos, tanto quanto aguçaram sentidos e provocaram emoções ao ouvir dos próprios tropeiros ali presentes depoimentos de suas histórias e lembranças. Todas as Rodas aconteceram obedecendo a mesma dinâmica e metodologia, que inclui momentos distintos de participação divididos em dois dias de programação. Na primeira noite, a abertura era realizada com a conferência proferida por um convidado ou convidada que desenvolvesse o tema, conforme previamente informado/a. Após a exposição, era aberta a Roda para participação dos presentes que quisessem se pronunciar, sendo a finalização feita com uma atividade cultural. Na tarde do dia seguinte, os tropeiros, em sua maioria oriundos da zona rural, participavam da Roda, contavam ‘causos’, lembranças e animavam o evento, que terminava com mais uma atração cultural e com o café tropeiro servido a todos os presentes em uma grande celebração.

2.2.1 Em 2010: 1ª Roda de Conversa

A 1ª Roda de Conversa sobre Tropeirismo, em Vitória da Conquista, aconteceu nos dias 13 e 14 de agosto de 2010, nas dependências do MRVC. A conferência de abertura “*O tropeirismo e a valorização do sertão*” foi proferida pelo prof. Dr. Itamar Pereira Aguiar/UESB e, logo após, foi aberta a Roda para compartilhamento. Nesta primeira edição estiveram presentes os tropeiros Canuto Rodrigues, Crésio Lima, José Batista da Rocha (Zé Mosquito), José da Cruz (Zé de Grosso), Germínio Andrade (Bidô), Cícero Silva e Antenor Rodrigues. Conforme categoria distintiva elaborada na Catrop, na condição de tropeiro-proprietário, estiveram presentes Canuto, Crésio e Bidô, que compartilharam a Roda com os tropeiros-condutores Zé Mosquito, Zé de Grosso, Cícero e Antenor.

Para a realização desta primeira Roda a Catrop contou com a coordenação pedagógica de Ebeilde Pedreira Goulart, o apoio de estudantes do Instituto Federal da Bahia (IFBA), através do Grêmio Estudantil InterAção, do Colégio Oficina, e com o apoio logístico para transporte dos tropeiros com a SECTEL, e também com a UESB. O evento foi finalizado com

próprias vozes. Para melhor compreender a sistematização da “Roda” como instrumento pedagógico e de pesquisa, ver: Adriana Ferro Moura (2014).

um café tropeiro servido a todos os presentes ao som de uma roda de viola, que esteve a cargo dos artistas Manno di Sousa, Walter Lages, Papalo Monteiro e Dorinho Chaves.

Como parte da ação pedagógica, o público era estimulado a tomar nota, registrar suas impressões e avaliar o evento. A partir das notas tomadas, a equipe executora teve elementos para observação de impactos e posterior preparação dos próximos eventos. Alguns relatos foram publicados nos espaços digitais da Catrop. Pela especificidade do diálogo intergeracional expresso por visões de mundo distintas, e que tão bem identificam as considerações valorativas de cada um dos depoentes que, como parâmetros, ilustram o contexto geral do público presente, extraímos especialmente os depoimentos de Humberto Alves, 63 anos, e de Saulo Moreno, 14 anos.

Humberto relatou as memórias de sua infância onde, “menino de fazenda”, residia num “entroncamento entre várias estradas que debandavam para, Itarantim, Macarani, Jordânia, Estrela, e por ser uma região montanhosa, tinha também um rio, ali era uma um ponto crucial”, onde o seu pai possuía uma venda, um mangueiro a disposição das tropas e uma rancharia: “essa rancharia dele ficou até famosa na região por isso, tinha esse diferencial, tinha esse tratamento que chamava a atenção dos tropeiros”.

A ênfase do depoente sobre a existência do rio é significativa. Os pousos e rancharias próximos aos cursos d’água, em toda a história do tropeirismo, é uma variante muito bem documentada. Nos momentos de pouso e descanso também era comum que em volta das fogueiras houvesse entre os tropeiros e os moradores locais a troca de informações, a dispersão folclórica de mitologias na contação de causos, a sinfonia de canções, enfim, interações socioculturais. Humberto registra desses encontros a lembrança de festividades que rompiam a isolada rotina da fazenda de rememorada infância:

E quase que todas as noites era uma verdadeira festa com a reunião de tropeiros ali, com suas conversas, alguns até que tocavam como o João Viola, e era muito divertido e interessante. [...]

Essa reunião me deixou emocionado por isso, porque em mente, eu trouxe os meus familiares aqui pra dentro. Isso me reportou à época de garoto, porque eu conheci bem, apesar de não ter trabalhado como tropeiro, mas conheci bastante o *modus vivendi* daquele pessoal daquela época. Como eram transportadas as mercadorias, nessa região nossa não entrava nem sequer carroça, era tropa mesmo! Mercadorias transportadas no lombo de burro⁶⁵.

⁶⁵ Os trechos reproduzidos foram descritos por Humberto Alves e Saulo Moreno Rocha, encontram-se publicados no blog da Carreiro de Tropa.

Disponíveis em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2010/09/30/1a-roda-de-conversa-sobre-tropeirismo-em-vitoria-da-conquista-essa-reuniao-me-deixou-emocionado-por-isso-porque-em-mente-eu-trouxe-os-meus-familiares-aqui-para-dentro-humberto-alves/>. Acesso em 07 set. 2023.

Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2010/08/20/do-tropeiro-a-benedeira-ou-da-benedeira-ao-tropeiro-paixao-e-conhecimento/>. Acesso em: 07 set. 2023.

Em ambos os relatos extraídos para estas exposições, apesar das diferenças intergeracionais e de local de origem, se observa que nos depoentes há uma releitura elaborada com apreço pela tentativa de organização lógica tanto na descrição do cenário rememorado quanto na narrativa de caráter mais emotivo. Trata-se de uma característica de um tipo específico de depoente, aquele que cuida de forma direta ou indireta por cercar seu depoimento de certos cuidados decorrentes do padrão financeiro, do acesso à formação, entre outras variáveis de estratificação social. Essa é uma questão bem investigada e sistematizada, como referência por Montenegro (1992), para orientar pesquisadores que se apropriem das técnicas de história oral e memória.

Na outra ponta dos relatos destacados privilegiamos, pelos motivos já elencados e relevância, a descrição apresentada pelo adolescente Saulo Moreno Rocha. Muito embora, ainda muito precoce, a experiência de participação na Roda denunciou, desde seus primeiros movimentos, a presença de um jovem vocacionado para os estudos das construções sociais e, sobretudo, com os segmentos das ciências humanas e sociais. De forma direta, nos disse: “nasci em Vitória da Conquista, mas vivi até os meus 13 anos ‘num’ lugar chamado Lindo Horizonte, ou simplesmente Lagoa d’ Água, povoado simples, que está inserido numa zona muito árida do município de Anagé – Bahia”. Compreende na descrição as características conforme anunciadas por Montenegro.

Acerca de suas motivações, assim se definiu Saulo: “Desde muito novo me interessei pela história do lugar, e em extensão da minha família, que foi pioneira no povoamento daquela região e de todo o Sertão da Ressaca”. O marcador de lugar e de sua parentela dentro do discurso demarcam de forma pontual a hierarquia vivencial e de importância que se evidenciaram em suas interlocuções, se mostrando ricos em reconhecer de forma tão detalhada quanto possível todas as suas referências. “Lá, desde muito novo, me interessava em ouvir as conversas dos mais velhos, e eram tropeiros, vaqueiros, rezadeiras, benzedores, feirantes, criadores, comerciantes e muitos outros personagens que fizeram parte da minha infância”. Ao destacar seu ambiente de origem, desconsiderando sua precocidade e como se tratasse de uma pessoa rememorando a partir das distâncias temporais advindas da longa idade, sentencia ele:

Ao olhar para um tropeiro na Roda me veio a lembrança terna dos tempos de minha infância em que na casa de meu pai ouvia dele, de amigos e parentes as histórias de tantas pessoas, homens, mulheres, crianças e velhos, que da memória deles não saíam e que da minha nunca sairá. Era com entusiasmo que meu pai contava as façanhas dos seus parentes no Sertão da Lage do Gavião, [...] dos tempos em que meu avô tropeirava quase nada restou, quem sabe uma velha bride ou sela e uma cobra numa garrafa na varanda da casa

velha, o que ficou vivo na lembrança dos meus tios e do meu pai fora a vida sofrida, por qual passava seu pai, quando saía com a tropa, enfrentando chuva e sol, as onças e as mulas-sem-cabeça [...] (Moreno Rocha, 1ª Roda de Conversa, 2010).

Finaliza seu relato dedicando em suas exortações ao avô “José Almeida Filho, ou simplesmente Zé Almeida, que mesmo não o conhecendo, foi para mim exemplo de honradez e firmeza, tropeiro forte, sertanejo filho de boiadeiro”.

No âmbito geral de ambos os depoimentos se constata a influência da memória social nas trajetórias apreendidas a partir de transmissões simbólicas presentes nos núcleos familiares que, ao serem compartilhadas, conforme aponta Pollak (1989, p. 14), se tornam “instrumentos de reconstrução da identidade e não apenas como relatos factuais”. Vale ressaltar que as Rodas da Catrop se afirmaram na comunidade por se configurarem em permanente dialogia, possibilitando de maneira espontânea e descontraída um ambiente de ensino-aprendizagem mediado pelo compartilhamento de múltiplos saberes.

Como as propostas da Roda anunciaram perspectivas de aberturas de horizonte sobre os entendimentos acerca do Tropeirismo, a participação dos tropeiros como interlocutores preferenciais ratificaram suas presenças como agentes da comunicação direta. São eles os parceiros indispensáveis a todo o edifício que sustenta a Catrop ao proporcionar a todo escopo de elaborações à investidura do simbólico. Nas Rodas de conversas, eram eles que imprimiam a vitalidade, impulsionavam a todos ao movimento em diferentes tempos acessados sobre a memória, a história e as emoções amplificadas pelas experiências corporais e objetos em exposição. Por certo, são os tropeiros quem melhor identificam os objetos e suas funções, assim projetam efeitos de percepção que ultrapassam a dimensão de materialidade das coisas, ressignificam os corpos e acessam ancestralidades.

2.2.2 Em 2011: 2ª Roda de Conversa

Como convidada para proferir a palestra de abertura da 2ª Roda de Conversa, também realizada no MRVC, nos dias 12 e 13 de agosto de 2011, a professora Heleusa Figueira Câmara/UESB abordou o tema “*Tropeirismo: do Arraial da Conquista até os nossos dias – Recortes e Memórias*”. Nesta segunda Roda estiveram presentes os tropeiros: Manoel Bonfim (Mané Rico), José Batista da Rocha (Zé Mosquito), José da Cruz (Zé de Grosso), Crésio Lima, Gerson Almeida, Antenor Rodrigues, Admilson da Cruz (Roxo), Germínio Andrade (Bidô) e, excepcionalmente nesta oportunidade a presença da primeira mulher a se reconhecer como tropeira, d. Anália Rocha.

O objeto de nosso estudo é o Tropeirismo enquanto elemento de característica significativa como função sociocultural preservada no tempo, tomado em suas imagens múltiplas e complexas. A Roda se presta a observação e análise do fenômeno tropeirista para além da compreensão dos seus agentes primordiais. Ao tempo das marchas tropeiras, d. Anália Rocha confidenciou aos presentes que também ela, junto com outras mulheres da sua vizinhança, precisara recorrer ao sistema para escoamento e venda de suas produções caseiras:

Era dois dias de caminhada. Mas assim, da Mata Verde ‘inté’ a Vereda. Lá arranchava e no outro dia seguia. Na volta do mesmo jeito, pousava na Vereda e depois acabava de chegar. A gente trazia para ‘vendê’ na feira os biscoitos, mandioca, milho, ovo que a gente enrolava nas palha seca de milho pra não quebrar e chegava aqui na rua inteirinho. Era assim. A gente saía de madrugada ainda, noite alta, acabava de aprontar os ‘animal’ e seguia viagem. Zé nessa época ‘tava’ em São Paulo, ‘trabaiando’ lá. ‘Num’ era só eu sozinha, tinha outras companheiras na mesma lida. Os ‘marido’ fora, a gente mantinha as roças e a família. Morando longe demais da cidade, o jeito que tinha era esse (Anália Rocha, 2ª Roda de Conversa, 2011).

A intervenção da tropeira Anália demarca na Roda a distinção de gênero. Mais que isso, nos convoca com base no registro histórico que ela apresenta à compreensão diacrônica de sua fala. E, embora seja o único depoimento feminino em todas as edições da Roda de conversa, são muitos os laços que unem sua descrição aos relatos masculinos que tínhamos como registro até então. Ao passo que na sua versão como mulher tem uma referência muito específica: as mulheres se uniam na execução da atividade realizada quando os maridos estavam trabalhando em outra cidade ou estado. Do ponto de vista da percepção, observa-se aqui uma dimensão social e organização que se distingue da maneira e formato com que os homens lidam com a mesma função.

Figura 9. D. Anália, d. Durvalina e Mané Rico na 2ª Roda de Conversa, em 2011.



Fonte Catrop/ Acervo Rodas de Conversas

Sob a perspectiva da professora Heleusa Câmara em sua conferência na Roda: “o tropeiro é sobretudo, um cronista de seu tempo, que atua como memorialista”. Quando esteve como diretora do MRVC, Heleusa provocou aos servidores a realização de pesquisa para sistematização e registro do tropeirismo em Vitória da Conquista. Segundo seu relato, até esta sua iniciativa nunca tinha havido interesse acadêmico pelo tema do tropeirismo local. Sua motivação partiu como propósito de documentar os homens e as práticas, tendo como eixo de suas pretensões a história de vida do tropeiro Liordino, ou ‘seo’ Lió. A precisa observação da dileta professora restringe a tarefa tropeira sob atuação dos homens. Levando em conta a informação de D. Anália, implica reconhecer que, no conjunto de todo entendimento, a intervenção dela impôs uma chave de leitura a mais no universo de pesquisas sobre o Tropeirismo: a participação das mulheres no exercício dos afazeres tropeiros.

Por conseguinte, de acordo com Heleusa Câmara no que diz respeito à relação da ONG com os ambientes da universidade, como o próprio museu onde nos encontrávamos, espaços dialogais como a Roda realizada pela Catrop oportunizam, pelos encontros que se possam tecer coletivamente, uma rede de sujeitos que possibilitam mobilizações sociais de pertença que, ao persistir, podem tirar o campo acadêmico da inércia. Nas suas palavras:

Se, por um lado, não há uma pesquisa mais ampla, dentro do rigor cartesiano e acadêmico sobre o tropeirismo, por outro, nós temos a voz do tropeiro, outras facetas reveladoras de suas memórias e traços mais característicos. E para que essa voz ressoe o mais longe possível, é importante lançar mão de tudo o que estiver ao alcance para contribuir na formatação de novas imagens. Essas rodas de conversas, eu vejo como um movimento indispensável neste caminho de registro e preservação. Assim, é pra mim admirável que nesse mesmo museu décadas atrás foram iniciados os primeiros esforços de registro do tropeirismo em Conquista. E que agora o tema retorna retroalimentado pelo trabalho da Catrop (Heleusa Figueira, 2ª Roda de Conversa, 2011).

Noutro momento, na mesma conferência, a palestrante sentenciou que “todo conhecimento está circunstanciado como fruto do seu tempo e a ele transcende. Nesse caso, ver o Tropeirismo como objeto da realidade é vê-lo como elemento de um circuito retroalimentador disposto na cultura”. Essa expressão é perfeitamente cabível à Catrop, onde a polifonia de suas vozes e ideias soam como correias de transmissão entre as experiências vividas, trocadas por modos de expansão cultural que se atualizam na modalidade recursiva produzida na tríade indivíduo/sociedade/cultura.

2.2.3 Em 2012: 3ª Roda de Conversa

Ao avançar com o processo das Rodas de Conversa, chegamos ao ano de 2012. A 3ª Roda de Conversa ocorreu nos dias 17 e 18 de agosto com o tema “*Tropeirismo: uma herança cultural: Do passado ao presente de Vitória da Conquista*”, a conferência foi proferida pela Drª Irlândia Maria Serra Negra Coelho Rocha/UESB. Além da bem sucedida parceria com o MRVC, outras se somaram à Catrop: o Instituto Euclides Dantas (IEED), o Grêmio Estudantil Interação do Instituto Federal da Bahia (IFBA), o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Conhecimento Científico (GEPECC) e o Coletivo 1x1 de Teatro.

Desta feita, o diferencial do evento se deu com a apresentação teatral produzida a partir das informações levantadas no trabalho de pesquisa. Com criação e roteiro desta pesquisadora, direção e preparação de elenco de Wagner Silveira, com participação de alunos do Instituto de Educação Euclides Dantas (IEED), aconteceu a primeira apresentação da peça teatral *Memórias de Tropeiro*. Estiveram presentes os tropeiros José da Cruz (Zé de Grosso), Crésio Lima, José Batista (Zé Mosquito), Antenor Rodrigues e Admilson da Cruz (Roxo).

Figura 10. Transmissão on line durante a 3ª Roda de Conversa, em 2012.



Fonte: Catrop/ Acervo Rodas de Conversas.

Objetivando ampliar ainda mais os espaços de visibilidade do temário tropeiro e a viabilidade de propiciar a participação de membros da Catrop que, a esta altura, já residiam fora do estado, foi introduzida uma outra inovação nesta edição, as transmissões da Roda de Conversa no formato de videoconferência. Até então, devido as condições de infraestrutura, era um recurso disponível ao acesso de instituições e não a usuários particulares. No caso em questão, a Catrop pode se valer da estrutura do MRVC, que já à época dispunha de eficiente tecnologia de suporte.

A respeito do espetáculo apresentado durante o encerramento da 3ª Roda de Conversa sobre Tropeirismo em Vitória da Conquista, substrato das pesquisas de campo, teve seu argumento construído a partir do acervo de relatos coletados de fontes orais e da literatura de antigos escritores conquistenses. Através desta exposição artística, a sertanidade do Tropeirismo do Sudoeste foi encenada e ao longo dos anos subsequentes foi reapresentada também em escolas públicas e privadas da cidade de Vitória da Conquista.

Aquele foi um ano de variadas atividades que se configuraram como desmembramento da Roda. À título de registro nesta dissertação, elencamos alguns dos principais eventos onde a Catrop esteve presente: *Conferência Tropeirismo: Entretecendo Saberes no Século XXI – 2º Seminário do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Conhecimento Científico (LABECET) e 1º Encontro do GEPECC/UESB; Composição na Mesa Temática História Local/Regional: outros sujeitos, outras perspectivas para o ensino e pesquisa de História/UNEB- Caetitê; Participação no Colóquio Internacional Tributo a Um Pensamento do Sul 20 anos do GRECOM e o I Simpósio de Transdisciplinaridade e Complexidade – UFRN/ IFRN- Natal/RN*, entre outros.

2.2.4 Em 2017: 4ª Roda de Conversa

Houve um hiato de quatro anos sem realização das Rodas de Conversa, tendo a Catrop, num ritmo menor, mas perene, se dedicado a outras atividades. A 4ª e última Roda de Conversa aconteceu dentro das comemorações de 10 anos da fundação da ONG e cinco como PMT. Desta feita, a Roda aconteceu nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2017 nas dependências da Casa Memorial Governador Régis Pacheco. A conferência de abertura “*Museu, museologia e convergências*” foi proferida pelo prof. Dr. José Cláudio Alves de Oliveira/UFBA. Estiveram presentes na Roda os tropeiros: José Batista da Rocha (Zé Mosquito), Adebaldo Almeida, Raymundo Barreto (Mundinho da tropa), Crésio Lima, José da Cruz (Zé de Grosso) e Admilson da Cruz (Roxo).

A programação contou ainda com o lançamento de livros, duas exposições fotográficas – *J. Murilo: “eu sou um tropeiro das artes”*, com acervo iconográfico da Catrop; e com a exposição *Humanas idades do Sertão*, com imagens do fotógrafo e cineasta Micael Aquillah. Também como parte das programações para comemoração do decênio, no ano de 2016, em parceria com a Cia. Kagemi de Dança e Teatro, foi dado início às *Oficinas de Teatro, Produção e Montagem* para a peça “*Tudo segue o tempo: memórias, poesia e tropeirismo*”, cujo resultado final foi a apresentação nas atividades de encerramento desta edição da Roda de Conversa, tendo sido o roteiro elaborado por transcrição a partir das histórias coletadas junto aos tropeiros. Na finalização do evento houve uma roda de viola e o já costumeiro *Café Tropeiro*, que aconteceu em todos os eventos desta organização.

Figura 11. Apresentação da peça *Tudo segue o tempo: memória, poesia e Tropeirismo*.



Fonte: acervo Catrop/ Acervos apresentações Teatrais.

Por verossimilhança, ocasiões como esta oferecem aos participantes e também ao público uma fruição estética que provoca a subjetividade, possibilitando assim, através do contato afetivo, o acesso imediato a níveis até então desconhecidos de suas próprias consciências. E assim eventos como esses cumprem a função de museu vivo, geram empatia e lembranças no público, potencializam instrução lúdica e pedagógica aos alunos e participantes. Desta forma, atualiza-se e presentifica o Tropeirismo como ativo patrimonial e de real significação para a sociedade conquistense.⁶⁶

⁶⁶ SCHIAVO NOVAES, Maris Stella; MORENO ROCHA, Saulo. Tudo segue o tempo: relatos de memória, poesia e tropeirismo no sudoeste da Bahia. In: *Anais do Colóquio de História & Arte: “História e arte – encontros”* – Edição 2011. Recife: EDUFRPE, 2011, p. 315-326.

Nossa práxis é estender os espaços de diálogo para além das contingências da academia. Para tanto, realizamos participações em instituições escolares, feiras, congressos e outros encontros, visando efetivar nossas afirmações construídas no âmbito da intelectualidade, mas ampliando para dialogar com outros atores e instâncias, articulando possibilidade de sempre buscar pensar a partir de concepções onde nos sejam possíveis executar nossas metas em termos de ações proativas que ultrapassem a lógica da acumulação, produção e consumo, e ao mesmo tempo, anunciem um sol de novas manhãs para o tropeirismo, nesta aproximação entre história, arte, cultura e memória (Schiavo Novaes; Moreno Rocha, 2011, p. 5).

É deste modo que buscamos avançar ou romper com versões pontuais e que ainda triunfam sobre a visão de mundo que localiza o Tropeirismo como expressão identitária do Sul e Sudeste brasileiro, conforme se observa na maior parte dos estudos sobre o tema, em conformidade ao que também se verifica em Francisco Filipak (2010, p. 111):

O tropeiro, a partir de 1730, era um homem habilidoso em “armar uma tropa”, em escolher os melhores animais, em regatear preços, em compor a comitiva, isto é, em escolher homens aptos e práticos na condução de tropas de muares, cavalos e bois, enfrentar marchas difíceis e perigosas desde o Rio de Grande do Sul até Sorocaba/SP.

Ao considerar as coisas ditas desta maneira é perfeitamente razoável concordar com o autor e continuar sustentando o paradigma do que se convencionou como um ideal usualmente aceito, no qual termos e ideias sobre o tema correspondam, inexoravelmente, a características e propriedades fixas que desenham um mapa de análise que define uma agenda de identificação fortemente carregada de estereótipo do tropeiro. Contudo, esta visão está sendo confrontada por pesquisadores e pesquisadoras que atualizam registros e mapas conceituais sobre Tropeirismo, bem como por ações conforme as ações como as quais se dedica a Catrop e que estão descritas acima.

Ao tratarmos de mapas, consideramos que estes são indutores de representação e não a realidade em si mesma, e que, dessa maneira, se constituem como materialidade do campo das ideias. É assim que favorecem a aceitação de novos ajustes conceituais. Ajustes que, na lógica dos estudos tropeiristas, oportunizam possibilidades a novas formas de inscrição para conceitos, valores e princípios que não negam a matriz existente sobre o Tropeirismo, mas que promovem conexões que atualizam paradigmas consolidados, os localizam na contemporaneidade como elo integrado a uma cadeia de significados e pelo desempenho de seu papel como um privilegiado mediador cultural.

2.3 FEIRA DE MUSEUS NA BAHIA E 10ª SEMANA NACIONAL DE MUSEUS

Sob iniciativa do Conselho Internacional de Museologia (ICOM), a Semana Nacional de Museus (SNM), promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) sob gestão do Ministério da Cultura (MinC) em comemoração ao Dia Internacional de Museus, celebrado no dia 18 de maio, objetiva a promoção, divulgação e valorização dos museus no Brasil e ambiciona ainda intensificar a relação dos museus com a sociedade. No ano de 2012, entre os dias 14 e 20 de maio, aconteceu em Salvador a 10ª Semana Nacional de Museus e a 2ª Feira de Museus da Bahia, cujo tema foi “*Museus em um mundo em transformações: novos desafios, novas inspirações*”. Desde 2003 foi instituída no Brasil essa política nacional para o setor museal. Em sua primeira edição contou apenas com a participação de 57 museus, que localizados em 36 cidades, realizaram 270 eventos. Em nove anos a Semana de Museus contou com um crescimento vertiginoso, totalizando mais de 4.000 participações com quase 12.300 eventos sendo realizados em 600 municípios distribuídos em todo o país.

Figura 12. Registro de público em visitação ao *stand* expositivo da Catrop.



Fonte: Catrop/ Acervo Exposições.

De igual modo, na Bahia, a Diretoria de Museus do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (DIMUS/IPAC), sob a gestão da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos,

reconhecendo as iniciativas museológicas realizadas pela Catrop, emitiu à organização carta-convite para apresentação de trabalhos junto as demais outras participantes do estado. Naquela ocasião, havia em andamento uma parceria da Catrop com o MRVC, o que garantiu a logística necessária para deslocamento e atendimento ao convite. Tendo por base o histórico de atividades participativas com interações que proporcionam contato mais direto do público com objeto Tropeirismo, e como representante das culturas da sertanidade tropeira do sudoeste da Bahia, a Catrop atendeu ao convite para exposição e comunicação de alguns de seus acervos.

O *stand* demonstrativo foi organizado de maneira a prestar ao visitante uma experiência didática, porém sucinta, da organização e seus enunciados propositivos. Para tanto, priorizou-se a divulgação de sua finalidade e compromisso assinalado como missão: “Despertar, incentivar, fortalecer e contribuir para o desenvolvimento do potencial cultural, turístico, ambiental e educacional que manifestem em suas práticas interfaces com o Tropeirismo na região de Vitória da Conquista/BA”⁶⁷, bem como a exposição de artefatos, documentos escritos e iconográficos, distribuição de informativos impressos e exemplares da Cartilha do Tropeiro.

Figura 13. *Stand* expositivo Catrop na 2ª Semana de Museus da Bahia



Fonte: Catrop/ Acervo Exposições.

⁶⁷ Cf. Exposto na aba de apresentação do histórico publicado no blog da Catrop. Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/historico/>. Acesso em 21 set. 2023.

Levando em conta que os museus não são tão somente edifícios e vitrines, e sim a complexidade das relações que se desenvolvem entre o homem e o objeto, do recurso de observação direta e não-invasiva sobre reações e comportamento do público, os resultados indicaram que, em relação a atitudes de entusiasmo e curiosidade acerca do tema, a experiência se confirmou bastante positiva. Contudo, nas trocas de gestões do MRVC ao longo dos anos a parceria com a Catrop não foi mais renovada e por falta de meios próprios a organização não conseguiu confirmar presença em outros eventos que demandem maiores logísticas de deslocamento.

2.4 PRIMAVERA DOS MUSEUS

Seguindo a fórmula da dinâmica de modernização e interação do campo museal com o público, um outro programa desenvolvido anualmente pelo IBRAM é o projeto Primavera dos Museus. Em 2011 ocorreu a 5ª Primavera do Museus, com o tema “*Mulheres, Museus, Memória*”, tendo como objetivo sensibilizar a sociedade para os temas referentes aos direitos e lugar social da mulher na sociedade.

Figura 14. Registro da participação da Catrop na 5ª Primavera de Museus



Fonte: Catrop/ Acervo Primavera de Museus.

Neste evento, o MRVC organizou uma pauta de discussão onde a Catrop esteve compondo a mesa de debates. Aquela foi uma primeira oportunidade de nossa participação no evento Primavera dos Museus.

Em 2018 a Catrop foi convidada a participar da 12ª Primavera dos Museus, cujo tema proposto pelo IBRAM foi “*Celebrando a Educação em Museus*”, tendo como foco comemorar os 200 anos da fundação do Museu Nacional. Porém, em razão da tragédia do incêndio que vitimou aquela instituição, terminou por oportunizar que todo o campo museal brasileiro tivesse mesmo que registrar inconformismo, denúncia e luto pelo flagelo que devastou a histórica instituição. De nossa parte, aceitamos o convite e somamos forças à programação nacional.

Figura 15. Card de divulgação da programação Catrop/12ª Primavera de Museus

12ª PRIMAVERA DOS MUSEUS
CELEBRANDO A EDUCAÇÃO EM MUSEUS
17-23 SET

ONG CARREIRO DE TROPA #primavera:museus2018

PROGRAMAÇÃO

10h
APRESENTAÇÃO – Histórico de ações da Catrop

10h às 20h
EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA – J. Murilo: “Eu sou um tropeiro das artes” na Imperial Vila da Vitória

11h às 12h
ATIVIDADE INFANTIL – Contação de histórias e outras lendas – “O misterioso caso do museu incendiado”

14h às 17:30h
FILME – Exibição e comentário do filme Cafundó - (alunos da Escola Municipal Helena Cristália Ferreira)

18h
PERFORMANCE DE DANÇA BUTOH: Dança sobre o fogo

19:30
MESA REDONDA – Memória Histórica do Tropeirismo, um projeto que deu certo!

20:00
ENCERRAMENTO: Atividade cultural

OBS: Durante todo dia haverá distribuição de mudas de árvore e lobrobó

Blog: <http://carreirodetropa.wordpress.com/>
e-mail: carreirodetropa@gmail.com
Fone: (77) 3421 7725 - (77) 99160 5207 (WhatsApp)

Fonte: Catrop/ Acervo Primavera de Museus.

A programação apresentada na 12ª Primavera aconteceu no dia 18/09/18 nas dependências da Casa Memorial Governador Régis Pacheco, onde pudemos contar com a participação da professora Irlândia Maria Serra Negra Coelho Rocha, ex-diretora do MRVC, que presidiu a mesa redonda “*Memória Histórica do Tropeirismo, um projeto que deu certo*”, relatando sua experiência como supervisora deste projeto que estará como tema do próximo subitem a seguir.

Até o momento, a última participação da Catrop no evento do IBRAM ocorreu em 2019 sob o tema “*Museus por dentro, por dentro dos museus*”. Nessa ocasião tivemos mais uma oportunidade de atender ao chamado do instituto para participar da 13ª Primavera dos Museus. Desta feita, a programação executada pela Catrop teve como público preferencial crianças e jovens atendidos pela Pastoral do Menor do bairro Cruzeiro, periferia de Vitória da Conquista. A metodologia do evento priorizou atividades em ação educativa, apresentação com dança-teatro e visitação ao monumento dedicado ao naturalista Maximiliano Wied-Neuwied, que no séc. XIX esteve em passagem por esse território e deixou importantes registros sobre o trânsito das tropas, a paisagem, fauna, flora e diversidade étnica e social daquele período. A pretexto de sua visão de mundo, feito o devido recorte temporal, suas pormenorizadas descrições são indispensáveis objetos de consulta a pesquisadores dedicados aos estudos de origem sobre esta região.

Muito embora seja um equipamento público que possua uma importância histórica muito grande e esteja localizada na principal praça da cidade, a Casa Memorial nunca havia sido visitada por aqueles alunos da Pastoral.

Figura 16. Registro da turma da Pastoral do Menor atendida pela ação da Catrop.



Fonte: Catrop/ Acervo Primavera de Museus.

Pensando na parte educativa como proposta, esta foi uma das condicionantes de escolha feita pela Catrop para participantes da programação. Já na recepção não nos passou despercebido os olhares e sinais de maravilhamento daquelas crianças e adolescentes que,

residentes nas periferias e vivenciando condições de impostas exclusões sociais, tiveram nesse primeiro contato com uma instituição de museu a oportunidade de acessibilidade, da garantia do exercício aos seus direitos à cidadania respeitados ao usufruir da Casa Memorial como um lugar para aprender sobre arte, história e cultura local.

A ação-educativa, práticas e saberes aplicados a partir da ideia de uma “pedagogia museológica” (Bruno, 2006) se desenvolveu em atividade de vivência de como se materializa a cadeia operativa de um objeto exposto desde a chegada ao museu. Sua recepção, registro, tratamento de limpeza e conservação, enfim, os procedimentos museológicos necessários e indispensáveis a serem feitos até a sua exposição ao público.

Também como parte dos esforços de contribuir com o debate cultural de preservação, em outro momento do evento e para um público heterogêneo, o advogado Alexandre Aguiar realizou a palestra “*Tombamento e Patrimônio em uma perspectiva constitucional do Direito Cultural*”, com o objetivo de sensibilizar e esclarecer a comunidade para a legitimidade do uso do dispositivo jurídico do tombamento artístico, histórico e patrimonial, matéria complexa e que requer melhor fundamentação para a exata aceitação popular. A proteção e preservação do patrimônio cultural é fundamental para a manutenção da identidade e memória de uma sociedade. De acordo com o palestrante “o direito cultural contribui para a valorização e conservação de bens culturais, garantindo que as gerações futuras possam apreciar e aprender com as trocas de saberes desenvolvido na história e na arte do passado”.

Considerando que os museus desempenham um papel essencial na proteção, exposição e interpretação do patrimônio cultural, contribuindo para a sua valorização e transmissão às gerações futuras através das exposições e programas educativos, da promoção para conscientização sobre a importância do patrimônio cultural e seu significado dentro do contexto do direito Cultural, é de fato essencial que esses campos se entrelacem para garantir que a herança cultural seja preservada, apreciada e aplicada a interesses individuais e coletivos.

Em relação ao campo museal brasileiro e ao programa Primavera dos Museus, as implicações das ações empreendidas pelo IBRAM apresentam a sociedade a oportunidade de reavaliar o senso comum tradicionalmente construído de local formatado para acomodação e exposição de ‘coisas velhas’. As ações subvertem ainda outro truísmo conceitual de que o museu é local de contemplação e não possui ligação direta com uma efetiva ação educativa. Daí a frase de efeito de chamamento convocar a comunidade de fora e de dentro a pensar e dissecar os ideais dos *Museus por dentro, por dentro dos museus*, como a dizer: quem está fora, venha conhecer, quem está dentro se repense em como e por que se faz o que faz.

Conforme visto na introdução dessa dissertação, através do ICOM e demais instâncias nacionais como a PNM, as regionais como REM e cursos acadêmicos, o campo se encontra em permanente debate cujo propósito maior é a própria atualização dos conceitos e práticas que melhor exponham e comuniquem ao público os seus acervos e propósitos. De igual modo, o entendimento conceitual recoloca o museu como espaço de função social e instituição apegada a um sistema que também se deixa ler como uma ambientação cultural-educacional que atenda à sociedade em suas necessidades de pesquisa, educação e lazer. As atividades executadas pela Catrop, buscando uma abordagem metodológica que seja adequada aos contextos, visa sempre a atender e cooperar com esse cenário contemporâneo de novas considerações e experimentações atuando no campo museal brasileiro.

Figura 17. Card de divulgação da programação Catrop/13ª Primavera de Museus

13ª PRIMAVERA dos MUSEUS

**MUSEUS POR DENTRO
POR DENTRO DOS MUSEUS**

PROGRAMAÇÃO

CATROP PROMOVE

27/09/2019 - 14h30 às 17h
AÇÃO EDUCATIVA: Museu por dentro, por dentro dos museus
 Vivência de como se opera a cadeia interna e o universo de trabalho no museu da chegada do objeto até a exposição.
MINISTRANTE: Maris Stella Schiavo Novaes – Historiadora
Local: Casa Memorial Governador Régis Pacheco, Praça Tancredo Neves, Centro- Vitória da Conquista

27/09/2019 - 19h às 19h40
PALESTRA: Tombamento e Patrimônio: dentro da perspectiva constitucional do direito cultural
PALESTRANTE: Alexandre Almeida Aguiar - Advogado
Local: Casa Memorial Governador Régis Pacheco, Praça Tancredo Neves, Centro- Vitória da Conquista

27/09/2019 - 20h às 20h30
APRESENTAÇÃO CIA. KAGEMI DE DANÇA-TEATRO: Amazônia, ontem, hoje e amanhã.
 Butoh, resistência e preservação cultural em dança-teatro.
Local: Casa Memorial Governador Régis Pacheco, Praça Tancredo Neves, Centro Vitória da Conquista

28/09/2019 - 16h às 17h
ENCONTRO CULTURAL: Visitação ao Monumento em homenagem ao Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e conversatório: Tropeirismo pelo olhar e relatos de viajantes
CONVERSADEIRA: Maris Stella Schiavo Novaes – Historiadora
Local: Av. Olivia Flores, próximo à UESB, Vitória da Conquista

Logos: Catrop, Prefeitura de Vitória da Conquista, Ibram, Ministério da Cidadania, Pátria Amada Brasil - Governo Federal.

Fonte: Catrop/ Acervo Primavera de Museus.

2.5 MEMÓRIA HISTÓRICA DO TROPEIRISMO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Partindo do entendimento acima exposto, reafirmamos que ao tratarmos o Tropeirismo enquanto experimentação museológica, seja como fonte de informação, seja na arte, na exposição ou no campo pedagógico, ao elaborar projetos que promovam sua historicidade local como patrimônio cultural, instrumento de aprendizagem e identificação, reforçamos sua condição de patrimônio como manifestação da expressão dos afetos ressonantes. De acordo, portanto, com o seguinte enunciado:

um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público (Gonçalves, 2005, p.19).

Pensando nisso, objetivando provocar ressonâncias de sentidos para além da formalidade e como parte do esforço das ações para difusão do Tropeirismo como expressão cultural do patrimônio local, a Catrop concorreu com o projeto “*Memória Histórica do Tropeirismo em Vitória da Conquista*”⁶⁸ aos Editais de Patrimônio 2010 da Secretaria de Cultura (SecultBA), através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), contemplada na categoria Museus Privados e Comunitários. A execução do projeto de arte-educação se deu nas dependências do MRVC. Compondo a equipe de execução tivemos conosco a supervisão da Prof^a Dr^a Irlandia Maria Serra Negra Coelho Rocha, que à época estava como diretora do MRVC, a coordenadora pedagógica foi Ebeilde Pedreira Goulart e a monitoria ficou a cargo do pesquisador Saulo Moreno Rocha, sendo esta pesquisadora a ministrante de todas as oficinas, as quais resultaram num fluxo de 3.240 alunos ao longo de quase um ano de trabalho, que teve por culminância a publicação de uma cartilha e um dvd interativo, que foram distribuídos a todas as escolas públicas da cidade. Tendo sido divulgado através de um blog exclusivo do projeto e demais espaços virtuais de comunicação da Catrop, o *Memória Histórica* foi recebido com entusiasmo por pesquisadores e estudiosos do tropeirismo em todo o Brasil, conforme esse comunicado que foi encaminhado à Catrop pelo Museu do Tropeiro de Castro/PR.

Temos visitado as postagens da ONG Carreiro de Tropa, o que nos tem deixado muito satisfeitos por saber que a história do Tropeirismo está sendo contada e cantada por este Brasil afora. Parabenizando pela iniciativa do projeto "Memória Histórica do Tropeirismo em Vitória da Conquista",

⁶⁸ Espaço criado para a permanente divulgação das ações empreendidas no âmbito de todo o projeto e posterior documentação disponível em: <https://tropeirismoacoeseeducativascontinuadas.blogspot.com/2011/07/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

gostaríamos de receber mais informações a respeito do projeto e também ficamos a disposição para, caso queiram, colaborarmos com as informações que temos sobre o Tropeirismo na região Sul do Brasil⁶⁹ (2011).

Considerando que cada localidade possui suas particularidades e contribuições para a história do tropeirismo, a mensagem deixada pelo Museu do Tropeiro da cidade de Castro/PR no blog do projeto *Memória Histórica do Tropeirismo em Vitória da Conquista* atesta a disposição de formação de um intercâmbio mais ativo e direto com outras instituições relacionadas aos temas do Tropeirismo no Brasil.

2.5.1 Tropeirismo e as ações educativas continuadas

No universo das ações em arte-educação⁷⁰ e sob a abordagem triangular de “fazer, apreciar, contextualizar” (Barbosa, 2005), o Projeto *Memória Histórica* teve sua concepção assentada nas artes em suas diversas linguagens de expressão, singularmente calcada nas manifestações culturais produzidas em nossa região, onde o tema do Tropeirismo esteve inserido como elemento estético, um embasamento necessário e de relevada importância colocado como entidade de memória e representação cultural identitária. Atividades relacionadas às linguagens artísticas, como dança, música, artes plásticas e cênicas, foram os suportes fundamentais como elementos de contextualização oferecido aos alunos participantes. Amparados na transversalidade cultural onde o tema Tropeirismo era acessado direta ou indiretamente por meio do acervo de artefatos expostos no MRVC, de músicas, poesias, quadros de pintores, fotografias antigas e outros recursos pedagógicos significativos, o projeto se manteve atento à finalidade de interagir com os estudantes sempre utilizando o diálogo como mediador da proposta metodológica.

Com a ideia de sensibilizar os participantes das oficinas para que tivessem melhor capacidade de estudar e conhecer sobre os bens culturais do movimento, a história individual e coletiva dos tropeiros e a importância de valorizá-los como patrimônio cultural e imaterial do Brasil, e especialmente de nossa região Sudoeste, utilizou-se como elemento figurativo a obra “*Imperial Vila da Vitória: Dia de feira em Conquista*”, do artista J. Murilo, que ao ser

⁶⁹ Mensagem encaminhada pelo Museu do Tropeiro. A cidade de Castro, no Paraná originada do trânsito de tropas que percorriam o sul e Sudeste do país, tem na memória do Tropeirismo local uma marca de sua identidade.

Disponível em: <http://tropeirismoacoeseducativascontinuadas.blogspot.com/search/label/INFORMATIVOS>. Acesso em 16 ago. 2020.

⁷⁰ Segundo definição de educação não-formal de Maria da Glória Gohn (2005, p. 91): “atividade educacional organizada e sistemática, levada a efeito fora do marco de referência do sistema formal, visando propiciar tipos selecionados de aprendizagem a subgrupos particulares da população, sejam estes adultos ou crianças”.

informado da utilização do quadro como suporte pedagógico se sentiu motivado a integrar a Catrop como membro associado, dirigindo à instituição o seguinte depoimento, conforme publicado no blog desta organização⁷¹:

Eu sou um tropeiro das artes! Por aí tem isso de dizer que só teve tropeiro no Sul e São Paulo, mas isso é bobagem. Olha eu aqui, quem sabe o tanto que eu caminhei? Não tem tropeiro sem caminhar. Fui bancário de carteira rural e o que vi e me tocou a emoção, sinto como se tudo aquilo caminhasse dentro de mim. Quer sair... Aí eu pinto. E na pintura o tanto que andei para chegar nesse estilo? É francês. Mas, foi o que achei mais adequado pra pintar as coisas do sertão. Se é cultura popular francesa e parece tão bem ser um estilo pictórico nosso, é porque o que tem é matriz popular. É universal. Assim é o tropeirismo. Eu penso assim, então eu sou um tropeiro, só que das artes! (Carreiro de Tropa, 2011).

Figura 18. Quadro Imperial Vila da Vitória: Dia de feira em Conquista, de J. Murilo



Fonte: Acervo Público/ Casa Memorial Governador Régis Pacheco.

Consoante ao pensamento do artista somos levados a considerar seu ponto de vista. O quadro é rico em detalhes, cores, elementos decorativos e no apelo narrativo representa moradores locais, feirantes, tropeiros, vaqueiros, brincadeiras e jogos infantis e toda a faina que se desenvolvia no largo da igreja. A obra se traduziu como um importante canal a favor

⁷¹ Cf. J. Murilo, “eu sou um tropeiro das artes”. **Carreiro de Tropa Memória e História do Tropeirismo - Catrop**. Vitória da Conquista, 15 de abril de 2011. Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2011/04/15/j-murilo-sou-um-tropeiro-das-artes/>. Acesso em 15 jan. 2024

da mobilização e sensibilização para um resultado que diz respeito ao nosso comprometimento com a difusão do Tropeirismo. No caso da escolha dessa arte como veículo de comunicação popular do Tropeirismo como elemento de expressão estética do sertão, e como apelo testemunhal de uma obra de arte, teve como objetivo primeiro estabelecer um vínculo sensorial com os educandos participantes das oficinas de que como memória o sertão é um universo de cultura multifacetada.

Investindo ainda mais na abordagem de múltiplas linguagens, no âmbito da integralidade e apuro socioemocional, a música do conquistense Elomar Figueira Mello foi incorporada ao projeto das oficinas pela razão do primor em reverências aos valores culturais, a difusão do senso estético em relacionar sociabilidade e expressividade com registros de memórias e histórias de tropeiros e vaqueiros, expoentes das vivências do passado da cidade. O tropeiro decantado por Elomar carrega a sina do sofrimento e da resignação, da honra e dos valores da religiosidade popular. Da vasta obra do menestrel-cantador foram escolhidas duas de suas canções para serem apresentadas na didática das oficinas: “*Incelença do amor retirante*”, utilizada para trabalharmos a importância das tropas como mediadores de informação e como seu ofício quebrava os isolamentos dos sertões; e “*O Tropeiro Gonsalin*”, personagem que, junto ao seu irmão João Umburana, órfãos de pai, ambos trabalham numa tropa alheia. A narrativa na canção é direta e favorece a análise do lugar da infância dentro do sistema tropeiro, na vida difícil do antigo sertão, ou como diz Elomar: “do sertão profundo”.

Figura 19. Oficina Memória Histórica do Tropeirismo em Vitória da Conquista



Fonte: Catrop/ Acervo Tropeirismo e ações educativas continuadas.

Nas oficinas, a temática histórica do tropeiro do município conquistense, apresentada a partir de fotografias e objetos típicos utilizados pelas tropas, vídeos com depoimentos, músicas regionais, brincadeiras, jogos pedagógicos, criação de desenhos e produção de textos, alimentaram e dinamizaram um ambiente facilitador para nossa pretensão de difusão da musealização do Tropeirismo como um processo em curso na sociedade local. Processo que, no caso das oficinas, se fez acionado pelo museu interior de cada participante, sendo ainda mais repartido e pactuado pela disposição dos artistas.

2.6 TERNOS DE REIS E TROPEIRISMO: FUSÃO, TÉCNICAS E GERAÇÕES

Antes de adentrarmos no subtema do projeto “*Ternos de reis e Tropeirismo: fusão, técnicas e gerações*”, convém explicitar aqui uma outra experiência realizada pela Catrop. Por ocasião do aniversário de emancipação política da cidade, ocorrido em 9 de novembro de 2010, a ONG Carreiro de Tropa-Catrop foi convidada para junto com a Secretaria Municipal de Educação- SMED, montar na Praça Tancredo Neves o espaço *Museu Vivo*. A instalação exibiu mostra de oito estátuas vivas, representando personalidades do passado. Entre eles figuras consideradas ilustres na história local, como o colonizador João Gonçalves da Costa, o Príncipe renano Maximiliano e duas sinhazinhas representando antigas matriarcas conquistenses. A Catrop prestou também homenagem aos vaqueiros e tropeiros, que durante séculos de forma anônima e com muito trabalho ajudaram a construir a história de Vitória da Conquista. O aceite para tal composição se deu na direção de ocupar mais um espaço para viabilizar a comunicação direta com o público na divulgação do Tropeirismo em face das interconexões com outros marcos da historiografia local.

Entre todo o volume de atividades, fechamos o ano de 2010 com algumas conquistas importantes. Para citar algumas, celebramos com especial atenção a já citada parceria com o MRVC e o lançamento do projeto “*Memória Histórica do Tropeirismo em Vitória da Conquista*”; registramos o recebimento de Moção de Aplauso concedida pela Câmara de Vereadores; a conquista do segundo lugar na categoria cultura em concurso nacional de blogs mais acessados do ano na internet⁷²; tendo ampla aprovação tanto do júri técnico quanto o popular, a Catrop venceu o concurso de mini presépios⁷³ promovido pela PMVC, cuja

⁷² A importância e os dados acerca desta conquista será melhor detalhada nos próximos tópicos mais adiante.

⁷³ Ver: Conheça os vencedores do concurso de mini presépios. **Carreiro de Tropa Memória e História do Tropeirismo - Catrop**. Vitória da Conquista, 9 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2011/01/09/conheca-os-vencedores-do-concurso-de-mini-presépios/>. Acesso em 06 set. 2023.

proposta representou o nascimento de Jesus em uma rancharia tropeira. Sobretudo, essa conquista sinalizou que o alcance e a aceitação coletiva das atividades de comunicação e difusão de ideias da organização estavam sendo bem assimiladas pela comunidade local.

No ano seguinte, numa parceria com o Instituto de Educação Euclides Dantas (IEED), junto a turma do Prof. de História Nerisvaldo D. Santos foi iniciado o projeto “*Ternos de reis e Tropeirismo: Fusão de tempos, técnicas e gerações*”⁷⁴. Com objetivo central de investigar possíveis interfaces entre a formação dos ternos de reis com o sistema tropeirista, o grupo de trabalho formado por integrantes da Catrop e do IEED acompanhou 15 grupos de ternos de reis que se apresentaram nas festividades de natal promovidas pela PMVC em dezembro de 2011, todos reiseiros oriundos de povoados e distritos localizados na zona rural. Os estudantes foram divididos em 02 grupos, um sob a companhia do prof. Nerisvaldo e outro sob as orientações da Catrop.

A metodologia do trabalho de campo requeria o acompanhamento dos ternos desde sua chegada na cidade, o percurso de desfile pelas ruas, as apresentações no palco do Memorial do Natal e a realização de entrevistas com foliões e público. Do contingente de grupo investigado para efeito de sistematização do objeto foram consideradas apenas as respostas dos mestres e mestras dos ternos, dos quais: oito confirmaram ter relação do tropeirismo na formação do terno, quatro confirmaram ter algum ancestral envolvido com tropa, mas os ternos foram criados por razões que não envolvem o tropeirismo; e três expuseram dúvidas a respeito desta questão.

Após os trabalhos de campo, os estudantes foram motivados ao exercício do tratamento das fontes coletadas. Para tanto, nas dependências do IEED foram realizadas oficinas de sistematização, transcrição e edição de imagens. A partir desse projeto houve o desdobramento temático das variadas interpretações possíveis que surgiram em decorrência do universo de observação no todo da experiência. Com foco na transmissão e na

⁷⁴ Os Ternos de Reis observados nesta pesquisa, são em sua organização, de origem familiar, formados a partir de promessas alcançadas em favor de algum a graça atendida pelos Santos Reis. Fiéis em seus propósitos, traduzem, práticas de antepassados herdadas de um catolicismo popular. Em suas comunidades, peregrinam de casa em casa levando cultura, informações, religiosidade e respeito às tradições embasadas em um sistema de valores ligados ao passado rural desta cidade. São delicados laços, tecidos no seio das famílias, de fé e de esperança.

Ternos entrevistados: Deus Seja Louvado; Santos Reis é Brasileiro; Deus Segue Nossa guia; São José da Paz; Terno de Reis das Estrelas; Santo Rei dos Reis; Divino Espírito Santo; Santo Reis; Terno São Sebastião; Santos Reis Magos; Os 3 Reis Magos; Três Magos Uma Estrela Guia; Terno Rainha das Flores; Jesus é Rei dos Reis.

comunicação dos argumentos e reflexões resultantes, alguns artigos foram apresentados em colóquios, seminários, eventos e publicações acadêmicas⁷⁵.

Entendemos que todos os objetivos foram alcançados neste projeto, tendo por específico o registro e divulgação do Tropeirismo como fenômeno sociocultural, identificando suas interfaces com as manifestações culturais, o que se confirmou por diversos pontos positivos. Entre eles o de mostrar para a sociedade que o Tropeirismo tem uma participação expressiva na construção da história de Vitória da Conquista. Mais ainda, se confirmou também a percepção de que, como sistema de transporte, não com a mesma extensão e presença comunitária como antigamente, mas a atividade não ficou restrita e vencida no tempo quando preterida por outras técnicas. O Tropeirismo reivindica visibilidade, visto que se mostra presente e com o seu contexto simbólico ativo na memória cultural da cidade, principalmente, por meio de suas expressões artísticas e da cultura popular. Este projeto também objetivou contribuir para que agentes de manifestações culturais, como os reiseiros e reseiras, se percebam como colaboradores nos registros de sua própria história, pessoas que cada vez mais tomam posse de sua importância na construção do patrimônio cultural material e imaterial, de sua coletividade.

2.5.1 Tropeirismo e terno de reis: isso é coisa de família

Como tudo que diz respeito à cultura popular, as origens e motivações de formação dos grupos de folia e brincantes dos ternos reis, são variadas e remontam há tempos muito antigo na constituição dos costumes humanos. Adão Lopes Fernandes e Denise Dias de Carvalho Sousa no artigo: *Da Península Ibérica à colônia brasileira: a cultura do reisado numa cidade do sertão da Bahia* (2018), recorre a compreender como se dá a presença do folguedo na cidade de Saúde. Sob sua concepção, o grupo familiar tem importância dentro das origens de formação, mas não tão exclusivamente ao ponto de ser a única via para explicar todas as formações, podendo ser também pela união dos vizinhos. Em suas palavras:

Por se reconfigurar e hibridizar, o Terno de Reis não está posto no tempo como algo rígido e acabado; elementos novos de seu universo fazem com que novas gerações possam se identificar com a folia e assim ela seja passada de geração a geração. O estreitamento de laços e o sentido de comunhão e de pertencimento a uma família e à comunidade são as

⁷⁵ Cf. SCHIAVO NOVAES, M. S.; SILVA, R. de C. M. da; NOVAES, M. A. S. Terno de reis e Tropeirismo: Processos folkcomunicacionais entre brilhos e cargas culturais. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 91–105, 2019. DOI: 10.5212/RIF.v.17.i39.0006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/19187> . Acesso em: 12 set. 2022.

principais razões para a existência deste ritual, mas não as únicas (Fernandes; Souza, 2018, p. 15).

Tendemos a concordar com os autores. No entanto, no conjunto do universo pesquisado por nós, esta realidade diversa não se confirmou em campo. Por demonstração das razões práticas das ações que realizamos, trazemos dois registros que atestam por seus depoimentos a veracidade de nossas conclusões ao entender que em nosso meio, sim, terno de reis é coisa de família.

Do Terno Divino Espírito Santos, residente no povoado do Lajedinho (Cabeceira da Jiboia), o reiseiro Edmilson Lima Moreira, 54 anos, lavrador, contou que seu pai, Eulálio Rodrigues de Lima, conhecido a seu tempo como Noca do Espírito Santo, possuía uma tropa completa com 12 burros:

Ele carregava cachaça nos burros, assim, tonel de pau, barril, com cachaça. A rota era Iguá, Jurema, Lagoa de Caciano, Marimbondó, Campo Formoso e retornava pela Lagoa de Zé Luíz, por aquelas bandas. Era assim. Isso era década de 60. Ele voltava carregado de outras coisas e ia abastecendo as vendas pelo caminho. Mai, iantes de eu nascer, ele ia mais longe. Daqui pra Jequié e voltava de lá com açúcar, sal, rapadura, querosene. Ele só parou de transportar quando começou a vir de fora nos ‘caminhão’. Agora os reis ele gostava era muito. Nunca largou, mesmo tropeirando. Nunca largou porque era promessa. A gente lá em casa aprendeu a gostar com ele. Eu não sei a promessa que ele fez, mas enquanto eu viver, vou sustentar.

Pela clareza da exposição de Edmilson, outra vez podemos perceber que a mudança de tecnologia de transporte altera o fluxo, e em muitos casos, a própria existência do serviço prestado pelo tropeiro. Voltando a constatação da evidente interface Tropeirismo/Terno de reis, vejamos o relatado por Vivaldo Alves de Sena, 47 anos, servidor público como porteiro de escola municipal, residente no povoado Rancho Alegre, região do distrito do Iguá. Seu pai Antônio Alves de Sena e seu tio João Alves de Sena foram tropeiros e “viajavam juntos”, mas na época de fim de ano, “cumpriam as obrigações de natal e só parava no dia de reis”. Os irmãos possuíam tropa própria de 12 animais e:

Uma terrinha no Quatis da Fumaça, e lá era o mangueiro da tropa, de onde saíam pra toda a região onde fosse preciso. Levavam farinha, cachaça e outras produções da roça e voltavam carregados de coisas que eles compravam no comércio ou negociavam com outras tropas. Que isso também acontecia, sabe? Depois de largada a labuta com tropas, meu pai passou a trabalhar de vaqueiro pros outros. Meu tio foi ser peão em São Paulo. Essas coisas eu fiquei sabendo por contar meu pai e parentes, porque quando eu nasci, ele já era vaqueiro.

Sob a justa alegação de que seus informes foram recebidos por histórias narradas por heranças memoriais de seu pai e parentes, Vivaldo não soube explicitar informações sobre a constituições da tropa e detalhamento das rotas percorridas. Como pesquisadores, temos

consciência da fragilidade comprobatória de relatos que se sustentem apenas por fontes orais. Conquanto também entendemos que toda e qualquer fonte possui seu grau maior ou menor de limitação e fragilidade, posto que a nenhuma seja dispensado interpretação e tratamento adequado. Amparados nisso, cuidamos de observar na análise do que é dito, o contraste do rastro histórico na subjetividade apresentada.

Figura 20. Apresentação de grupo de Terno de reis no evento Natal da Cidade/PMVC



Fonte: Catrop/ Acervo Ternos de reis e Tropeirismo: Fusão de tempos, técnicas e gerações.

Pelo ponto de vista que defendemos, um exemplo concreto ao exposto se tornará mais acessível a compreensão se observada a seguinte passagem a partir das lentes que apontamos na resposta concedida pelo mesmo informante, Vivaldo Alves de Sena, à questão: existe alguma influência do tropeirismo na formação deste Terno de reis, por quê?

Eu penso que existe sim, esta relação. Porque segundo meu pai contava, quando conduzia tropas e estava chegando a época das festas e estavam fora de nossa casa, eles paravam para dormir, se organizavam em enviar um portador para descobrir um pouso nalguma propriedade que também cantasse reis. E assim, ele não quebrava a promessa que fez de ‘brincar’ os reis até a morte dele. Eu não sei qual é, porque ele nunca contou. Mas como eu comecei no Terno aos 07 anos e nunca faltei, quando meu pai morreu, eu peguei pra mim a obrigação.

Os elementos estruturantes em relação aos fatos estão todos presentes e documentados a partir do encaminhamento histórico, sendo passível de comprovações, potencializado pela ampliação das informações a partir do próprio grupo social de pertença do depoente. Acerca

da validade das fontes orais naquilo que diz respeito a sua credibilidade, somos depositários da disposição de entendimento de que a técnica nos “permite incorporar indivíduos e coletividades até agora marginalizados ou pouco representados em documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam em documentos escritos” (Garrido, 1992, p. 36).

Compostos em sua maioria por analfabetos ou semianalfabetos, os grupos de Ternos de reis, bem como os depoentes do Tropeirismo com quem trabalhamos ao longo dos anos, dificilmente teriam, por seus próprios meios, condições de elaborar registros de suas memórias e histórias de vida. Sob o enunciado da proposta de Edgar Morin em *O Paradigma Perdido: Natureza Humana* (2000, p. 4-5), lembrar e esquecer são manifestações do campo do biopsicossociologia humana. Isso porque pela nossa condição de seres interdependentes, de vivência gregária, também lembramos e esquecemos social e coletivamente tanto quanto elaboramos sentidos sobre as coisas. É nesse movimento que, estimulados pela capacidade cognitiva, formamos imagens mentais e simbologias que cobrimos e encobrimos por uma série de significações, emoções e sentimentos.

Na dinâmica de mobilização de todo o complexo sinalizado acima emerge o mecanismo pelo qual construímos memória individual, social e coletiva e que na manipulação da técnica de captação e tratamento da fonte oral se convertem em história. Da longa digressão distinguindo memória e história, retiramos de Pierre Nora (1993, p. 09), a seguinte definição: “A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”. Sobre tais condições, retomamos a descrição de informações coletadas junto aos grupos de reiseiros e reiseiras.

Teremos por referência um depoimento extraído em meio ao Terno de reis São José, sob regência do mestre Manoelito dos Santos. Desta feita, nas palavras da reiseira Maria do Rosário dos Santos, 56 anos, lavradora, residente no povoado Baixão. Sobrinha do mestre Manoelito, Rosário é filha de Emídio Machado dos Santos (*in memorian*), e semelhantemente aos depoentes anteriores, seu pai teria sido tropeiro e também reiseiro.

Pra nós, na nossa família, brincar o reis é sagrado. Não é dinheiro e nem posse, mas é uma herança vamos dizer assim que meu avô deixou pra gente. Pra família cuidar. Então assim, meu avô criou, meu pai seguiu e depois que ele morreu, meu tio vem cuidando e vai passar pra frente. É o que eu sei. Meu avô tinha a tropa dele e tinha essas duas obrigações, ia na romaria do Sagrado Coração na gruta da Mangabeira⁷⁶ e brincava o reis, as duas coisas

⁷⁶ A depoente se refere a festa religiosa dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, realizada em Ituaçu/BA, a 156,5 km de Vitória da Conquista. A romaria, um marco da religiosidade popular, acontece entre os dias 25 de

pra pagamento de promessa. Agora, que promessa era, não sei. A gente leva por respeito a vontade dele e também porque a gente gosta de estar no terno e apresentar pro povo.

O terno ao qual Emídio se dedicou durante toda a vida foi criado pelo seu pai, o também dito tropeiro João Machado dos Santos, a quem Rosário não chegou a conhecer. Com o falecimento de Emídio, seu irmão Manoelito assumiu a manutenção do terno de reis criado por João Machado. Seguindo a tradição de manutenção do terno na família Santos, Manoelito argumenta a continuidade sob a alegação de que já prepara o filho, o jovem Milton, para cumprimento da tarefa: “Se eu faltar, ele vai tomar conta do terno. Terno de reis é coisa de família”.

Trazendo para o campo museal a compreensão da família Santos sobre a manutenção das tradições do seu grupo, o que se observa é a operação da mesma cadeia lógica de musealização conforme utilizado no processo da preservação representacional de um patrimônio. Guardada a verossimilhança ocasional, ainda que não o saiba, a família promove a transmissão hereditária de um bem, no caso imaterial, que busca garantir sua existência, protegendo-o dos efeitos deletérios da passagem do tempo ao mesmo momento em que manifestam a valorização de representação emitidas a partir das significações imateriais produzidas pela manutenção de suas práticas enquanto grupo social familiar que privilegiam em sua conduta uma “vivência patrimonial” (Scheiner, 2004, p.125).

Segundo Maria do Rosário, o trabalho da tropa de Emídio perdurou até 1967, quando ela já contava com a idade de 11 anos. A rota percorrida incluía Sonhinho, Pradoso, Retiro, Malhada, Imburana, Mocó, Baixão e Saguim; donde também seguiam do dia 01/01 a 06/01 de casa em casa cantando reis. No percurso, os reiseiros iam recebendo doações como galinhas, bodes, outros pequenos animais e outras produções que, no Dia de Reis (06/01), se convertiam em alimentação numa grande celebração que incluía “gente de tanto canto”, numa festa que comportava de 300 a 400 pessoas, segundo rememora Rosário: “hoje não tem mais nada disso, porque o povo tá virando crente e renega as tradições dos pais pela vontade dos pastores”, sentenciou com evidente gestual de contrariedade aos efeitos da cultura evangélica pentecostal junto a sua comunidade.

agosto a 3 de setembro e atrai um grande fluxo de romeiros para acompanhamento das missas e ritos devocionais, pagamentos de promessas e entrega de ex-votos, bem como curiosos e turistas interessados nos festejos profanos que acontecem em paralelo aos eventos religiosos. De acordo com Luís Américo Silva Bonfim (2007, p. 139), em estudo realizado sobre as práticas votivas em religiosidade popular no Brasil, a gruta de Ituaçu, também conhecida por Gruta da Mangabeira: “Lá, o culto ao Sagrado Coração de Jesus é conduzido pela Igreja Católica, que construiu altar e estruturou um Santuário dentro das galerias”.

2.6 BLOG CARREIRO DE TROPA: O TROPEIRISMO ACESSA OUTROS CAMINHOS

Uma vez que admitimos avançar por rotas cibernéticas, lançamo-nos à deriva nos caminhos em busca de novos nos campos do conhecimento, do desenvolvimento humano, das tecnologias de informação e comunicação e nas distinções todas que esta nova realidade implicaria em relação ao Tropeirismo. Enfim, buscamos ampliar o campo informacional acerca do tema e estar em consonância com os acontecimentos que resultam da explosão da cultura de massas e seus desdobramentos técnicos e eletrônicos de produção e transmissão de mensagens. Assim como arsenal técnico e com a finalidade de coletar material, formar banco de dados e avançar para além das pesquisas analógicas e empíricas realizadas em campo, Catrop se lançou também a explorar na internet todo tipo de conteúdo e produção variada de acervo publicado sobre o tema do Tropeirismo, visando na posterior formação de museu virtual dedicado ao assunto. Entretanto, convém ressaltar que, ancorados no arcabouço teórico da cultura participativa possibilitada pelas redes de interações virtuais, na captura de conteúdos digitais, sempre o fizemos compreendendo os acervos encontrados como registros ou fontes históricas. Sendo que, em tal exploração, são observadas e guardadas as precauções e direitos caracterizados pelos aspectos morais e patrimoniais reservados aos legítimos autores dos conteúdos replicados nas redes da organização.

No campo das pesquisas em ciências humanas e sociais aplicadas, as disputas por direitos digitais é um tema inconcluso, alvo de intensas reflexões e sempre presente na arena dos debates. É o que nos informa Jenkins em *Cultura da convergência*⁷⁷ (2008), livro no qual discute a relação de interdependência presente no contexto da cultura participativa. Nesse terreno, por nossas pesquisas serem parte das ações que se constroem também por dentro de uma organização sem fins lucrativos, lidando com um objeto estereotipado como elemento tradicional “antigo”, nosso trabalho atualiza o debate em torno do tema ao mesmo tempo em que, no âmbito da era digital, tropeiros, mulas e cargas de ressignificação se entrelaçam em uma espiral que engloba passado, presente e futuro, e assim se confrontam todas essas temporalidades em posição de total convergência com as conquistas e compartilhamentos culturais na contemporaneidade.

⁷⁷ Cf. “Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando”. Sobre a expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras (Jenkins, 2008, p. 30).

Seja como for, à revelia do debate patrimonial de autoria, no que se refere ao Tropeirismo, de repente nos vimos diante um grande volume de conteúdo intelectual disperso em suportes variados que exigiam tratamento técnico para questões básicas como organização e difusão. Nessas condições, levando em conta a relevância pública das informações das quais a Catrop se faz portadora, a partir de 2009 o formato de blog foi o mais adequado para compilação de todo o conteúdo, tanto como registro, quanto como prospecção histórica ativa no trânsito da inteligência coletiva e da era digital, propiciando e acessando para uma nova cultura o conhecimento compartilhado sobretudo do modo tradicional, registrado no âmbito do mundo tropeirista tanto local quanto nacional.

Dentro desta perspectiva, da rede colaborativa proporcionada pelas ferramentas digitais, àquele tempo o âmbito de proliferação da blogosfera brasileira foi o ambiente que melhor acolheu as pretensões quanto à exploração, produção e circulação de conteúdo sobre a história local e Tropeirismo. Sendo esse um dos fatores que mais contribuiu para favorecer o desenvolvimento e a capilaridade do temário tropeiro, o blog se afirmou como fonte de pesquisa e de acervos digitais, um espaço de consulta da comunidade para temas referentes, a exemplo do que foi registrado nas referências de consulta para o Caderno Pedagógico da escola pública paranaense “*Tropeirismo no Paraná: Documentos para a memória e o ensino de História*” (Pollo, 2009, p. 47).

Neste chão histórico, paralelo à disposição pública de disseminar conhecimento sobre Tropeirismo em escolas e centros de formação, com o intuito de provocar reflexão sobre a ambiguidade da ideia essencial acerca do sistema tropeiro como adendo na história dos ciclos econômicos ou de transportes, paralelo ao fomento e difusão das artes, palestras e apresentações em mesas redondas, rodas de conversa etc., utilizar os recursos da comunicação interativa no contexto do ciberespaço⁷⁸ e da cibercultura (Lévy, 2005), ou dos espaços da hipermídia, foi um potencial a mais fartamente utilizado, e ainda se mantém muito útil e permanentemente alimentado.

Com a crescente popularidade da web 2.0⁷⁹, possibilitando a maior participação de usuários no mundo digital e online para produção e transmissão de dados, a partir daquele ano

⁷⁸ Sobre ciberespaço o termo é criação do escritor William Gibson (2008), utilizado no romance *Neuromancer*. O texto trata de uma realidade ficcional em um mundo distópico onde a vida se opera por um conjunto de trocas simbólicas e transacionais incorporadas como práticas sociais, culturais e afetivas que se realizam através da tecnologia e das redes integradas por computadores.

⁷⁹ A ideia da Web 2.0 foi introduzida em uma conferência do O'Reilly Media Group, em 2004. Na formulação de Tim O'Reilly, as empresas de Web 2.0 contam com a internet como plataforma para promover, distribuir e aperfeiçoar seus produtos, tratando o software como um serviço concebido para ser executado em múltiplos dispositivos, contando com dados como o “*killer app*”, e aproveitando a “inteligência coletiva” de uma rede de usuários (O'Reilly, 2005). Desde a sua introdução, a Web 2.0 tornou-se a lógica cultural para o comércio

de 2009 assumimos o pioneirismo de fazer o Tropeirismo sair dos livros de história, dos círculos restritos de cultivo da memória e integrar toda a sua problemática no ilimitado universo infocomunicacional. Donde defendemos que nesta revolução o ambiente de compreensão e de divulgação do tropeirismo, que deixando de ser compreendido com um sistema restrito no tempo e no espaço, passou a ser observado sob nova ótica, sendo objeto de modificações conceituais e se integrando ao contexto da comunicação em um ambiente totalmente novo e desafiador.

Foi com este propósito, e seguindo a expansão tecnológica disponível nos ambientes digitais, que a Catrop considerou disponibilizar conteúdo através de uma vasta rede informacional acionada por endereços e espaços na web: e-mail, blog e páginas nas plataformas digitais Facebook, Instagram, Twitter e Youtube, iniciativas que possibilitam à organização, de forma inédita até então, fomentar um permanente ativismo dentro do ecossistema midiático das hiper mídias⁸⁰. Ineditismo este que foi assumido como fato incontornável da realidade contemporânea e da qual entendemos que o Tropeirismo não poderia estar alijado. Mediante esta premissa, o blog foi criado e subsequente todos os demais espaços interativos da Catrop na rede.

Tendo em vista tanto no sentido denotativo quanto conotativo em termos de narrativa, quando foi dado início à criação do primeiro blog, localizado de forma gratuita na plataforma Blogspot, como ONG, ainda erámos movidos pela ideia de registros tropeiros, priorizando a história local. Desta forma, era nossa ambição inserir no ciberespaço a utilização do tema como meio social de contribuição a um discurso de pertencimento, mas também de fidelização de seguidores. A produção de conteúdo útil e relevante para o desenvolvimento de um tema muito específico, as vantagens de contar com ferramentas de edição que a cada vez possibilitavam postagens mais dinâmicas e interativas, facilitaram a conexão e o exponencial crescimento de leitores para fora da região previamente definida e nos colocou em um centro de gravidade muito positivo dentro da blogosfera brasileira daquele período.

Tanto assim que o blog foi convidado a participar da terceira edição do Prêmio TopBlog Brasil 2010. O movimento promovido com intenção de fomentar o crescimento da blogosfera brasileira premiava blogs que se destacavam nos focos de interesses dos internautas. Naquela ocasião, foram mais de 15.000 inscritos, quase 128.000 blogs indexados

eletrônico, com uma série de práticas empresariais que buscam captar e explorar a cultura participativa (Jenkins, et. all., 2014 p.94).

⁸⁰ Por ecossistema de hiper mídia, segundo Landow (1994 *apud* Santaella, 2005, p. 390), compreende que se trata de “uma linguagem inaugural em um novo tipo de meio ou ambiente de informação no qual ler, perceber, escrever, pensar e sentir adquirem características inéditas”.

em 15 categorias⁸¹. A Catrop concorreu na categoria Cultura - Blog Corporativo e ficou entre os três finalistas recebendo dois títulos: Top3 em votação popular e Top2 de acordo com a votação acadêmica, fechando sua participação no concurso com o segundo lugar.

Com o passar dos anos, as premissas daqueles momentos iniciais fizeram do blog, tanto pelo uso dos recursos e tecnologias digitais da informação quanto pela formação de seu valor histórico e documental, afirmado como linguagem e meio comunicacional do processo fenomenológico que considerávamos de importância comum para a sociedade, uma bem sucedida experimentação museológica. Porém, empiricamente atuávamos à revelia de qualquer encaminhamento teórico e sem nenhum conhecimento de causa, estávamos a rascunhar um processo de musealização e de criação de um museu virtual que se encontra em andamento, o que coloca a Catrop em total convergência frente a um dos debates mais atuais do campo das ciências sociais, dado que a pauta de cibercultura museológica se encontra em aberto e fomenta estudos e discussões na museologia contemporânea quanto a viabilidade teórica, contextualizações e aplicação destes recursos.

Hoje sabemos, a rede de hipermídia e os espaços web da nossa organização são utilizados como estratégia infocomunicacional de musealidade, de reconhecimento e de registro do fenômeno sociocultural do Tropeirismo. Dentro do ambiente da museologia, sob um contexto de ideias abertamente consideradas a partir de designações propagadas como marcadores menos rígidos dentro do campo, entendemos que, embora se desenvolvam no ciberespaço, os procedimentos se desenvolvem em uma versão de escolha que aposta no desafio de empreender meios de olhar o Tropeirismo como relações de significados, dessa forma, compreendê-lo como objeto musealizável, uma abstração que se afirma muito mais como enaltecimento de características universais que singularismos particulares.

Conforme dito, inicialmente o trabalho de pesquisa que se realizou visava trazer à tona as dimensões da influência tropeira na cidade de Vitória da Conquista e da importância do Tropeirismo como fenômeno sociocultural de relevância como patrimônio, todavia, o que se observou é que esses objetivos foram alcançados pouco a pouco, pois a extensão desses interesses rompeu fronteiras e afirmou suas interfaces e narrativas no mundo virtual. Neste

⁸¹ O concurso de blogs foi: “Criado no ano de 2008 pela Inere Comunicação Web Ltda, o Prêmio TopBlog era um incentivo cultural destinado a reconhecer e premiar, mediante a votação popular (Internauta), e acadêmica (Júri acadêmico TOPBLOG), os blogs brasileiros mais populares, que possuísem a maior parte de seu conteúdo focado para o público brasileiro, com melhor apresentação técnica específica a cada grupo (Pessoal e Profissional) e suas respectivas categorias”. Cf. O prêmio. **Topblog**. São Paulo, s/d. Disponível em: <https://topblogbrasil.com.br/sobre/>. Acesso em 12 ago. 2020.

caminho se seguiu todo um processo que alinhou projetos, possibilitando a ressignificação de memórias e histórias coletadas junto aos depoentes remanescentes do tropeirismo local, convertidas em encenação teatral e performática, peças de montaria, vestuário e tralhas de uso como bruacas, facas, panacuns, tacas, chicotes, esporas etc., fossem transformadas em documentos carreadores de consideração e estima, em atributo de acervo museológico que se comunica com seu público através da linguagem disponibilizadas nos canais da internet.

Contudo, tendo suas origens nos tempos em que as condições fisiográficas (vegetação, clima, recursos hídricos, de relevo etc.) imprimiam às tropas necessidades humanas, ritmos e dificuldades várias, como não tinha de ser diferente, os meios de comunicação também obedeciam aos mesmos sistemas e conveniências das precárias vias de interligação, fossem essas terrestres ou fluviais. Aqueles eram tempos em que eram dos passos das animálias do nascer ao pôr do sol que se demarcavam o tempo dos homens. Por tudo que foi exposto, temos a plena convicção de que ao adentrarmos o ciberespaço, avançamos para bem longe daquelas rotas iniciais que demarcavam o percurso das tropas.

2.6.1 Um sistema comunicacional a passos de mula

A comunicação e a tentativa de domesticação da natureza são elementos formadores e norteadores do progresso humano com profundas raízes no campo da formação da cultura. O alcance e a importância desses acontecimentos para nossa sobrevivência enquanto espécie é uma das teorias mais intrigantes das ciências humanas e sociais aplicadas. Ainda que de forma imprecisa, infinitos debates e argumentos teorizam que desde ancestrais mais remotos com suas linguagens corporais, seus desenhos e expressões, nossa preservação se deve ao domínio de um eficiente sistema de comunicação aliado à insistente tentativa de domar a natureza às nossas necessidades enquanto espécie.

Com efeito, ao longo do processo evolutivo surgiu um homem aprimorado ao longo das eras, que deu corporeidade e sons como rosnados, roncões, trinados e guinchos e conseguiu transpor a oralidade rudimentar para a posterior habilidade em tornar-se agricultor e criador de animais, avançando para a criação e interpretação de imagens até a construção da escrita e negociador de excedentes.

A partir do séc. XV, após a invenção da imprensa, começa a era da comunicação em massa, provocando uma mudança sem precedentes na história da humanidade. A capacidade de reprodução em série de escritos e imagens favoreceu a quebra de monopólio no domínio do conhecimento e do saber, até então restritos a números muito reduzido de privilegiados

pertencentes às elites religiosas e de classe. Esse histórico favoreceu ao surgimento da Revolução Industrial inglesa, ao avanço tecnológico e na implantação de sistema e meios de transportes que pudessem transladar pessoas e cargas de modo mais eficiente.

No âmbito das comunicações, a revolução na transmissão informacional provocou mudanças de forte impacto no meio político-cultural-social, que influenciaram na criação de formatos e suportes como o telégrafo, a fotografia, o telefone, o rádio, o cinema etc. Atingindo um maior número de pessoas a cada invento, a comunicação e a velocidade com que se propagavam informações logo se tornou um instrumento de controle das massas. Alterados os processos de fabricação e distribuição informacional, toda essa revolução tecnológica se converteu em uma ferramenta a mais na instrumentalização do domínio da construção e disseminação conforme interesses do Estado e/ou de grupos socialmente elitizados.

Seja como sistema ou como fenômeno, observado sob o aspecto de patrimônio simbólico dentro dos processos comunicacionais, as feiras e mercados abastecidos pelas mercadorias dos tropeiros ao longo dos percursos por onde transitavam operavam também como centros de trocas informacionais onde circulavam comunicações relativas a uma variedade de temas que envolviam acontecimentos cotidianos e fomentavam ambientes de sociabilidade e trocas culturais, somado ao primordial serviço de abastecimento das feiras. Estas eram também pontos de negociação fundiária, de financiamentos pessoais de créditos, de venda direta aos criadores, enfim, o movimento das tropas explicitava um panorama geral da riqueza da região e com o fluxo de vetor de radiação possibilitavam desde o surgimento até o crescimento ou extinção de povoados, vilas e cidades dos sertões.

Olhando para o Brasil e mais acuradamente para o Nordeste, através das tropas chegavam as mercadorias, desde as produções locais de fazendas e cidades próximas até as importações trazidas da Europa, China e demais mercados internacionais. Eram sortimentos estrangeiros de variadas procedências e fabricações, tais como: louçaria fina, tecidos, bebidas, queijos, trigo, livros, almanaques, querosene, ferramentas e produções locais de fazendas e povoados, que poderiam ser: animais em pé e carnes em retalho, couro cru e artefatos produzidos por seleiros, artesanato e móveis em madeiras, peças de barro, estanho, bucha vegetal, cabaços e mais uma infinidade de produtos que junto aos manufaturados que chegavam ao Brasil pelos navios e desembarcavam nos portos tinham nas redes tropeiras os veios de distribuição adentrando os sertões.

Junto com as tropas também adentravam às cidades cantadores-repentistas, artistas mambembes, menestréis, dançarinos, folhetins e vendeiros de literatura de cordel, jogos,

corridas, curadores e enganadores, farmacêuticos e dentistas práticos, barbeiros, ladrões e salteadores de estrada, enfim, infinitas oportunidades de trocas de produção cultural, informacional em um integrado processo de comunicação interpessoal e grupal. Nesse sentido, enquanto correia de transmissão, o tropeirismo contribuiu de maneira direta e indireta para a tessitura folclórica da nação brasileira.

2.6.2 Tropeirismo: correia de transmissão do folclore

Em sendo imprescindível tratar dessa tessitura, não há como nos furtar de antemão evidenciar brevemente o que é folclore. É uma expressão genuína que identifica gostos e fazeres da cultura popular, ou o que os folcloristas chamam de: alma do povo. Para Câmara Cascudo (1967, p. 9), o folclore é um patrimônio de tradições, uma representação transmitida e conservada pelos costumes e pela linguagem popular, “sendo uma cultura do povo é uma cultura viva, útil, diária, natural. As raízes imóveis do passado podem ser evocadas como indagações da antiguidade”⁸².

Seguramente, muitas das manifestações folclóricas brasileiras têm origem nas vivências e interações dos tropeiros durante suas jornadas. Por exemplo, a música caipira, as danças tradicionais e as lendas do interior do país possuem influências do trânsito das tropas junto as comunidades. Estudo após estudo descobriu-se que, de maneira orgânica e ao acaso, sem que os tropeiros intencionassem resultados, o sistema foi elo estruturante na cadeia de formação e difusão, ajudando do lastro que, em boa medida, auxilia na identificação da cultura popular no país⁸³. Segundo Benedicto Cleto em *Tropeirismo e folclore* (2020, p. 23), “todo e qualquer grupos social tem a sua maneira de ser, sentir, pensar e agir. Ora, o

⁸² Em relação ao folclore, Alfredo Bosi amparado no argumento de Oswaldo Elias Xidieh (1993, p. 26) comenta que: Enquanto há e enquanto houver um cotidiano popular e rústico, a tradição se reapresenta e se reelabora, não como uma reprodução compulsiva do passado, mas como respostas às carências sofridas pela comunidade. De novo, o Folclore lida com o aqui e agora das necessidades vitais do povo: ele não é uma peça de museu. A sua mumificação só ocorreria se e quando a vida popular deixasse de existir, substituída inteiramente pela racionalização burguesa. Caso contrário, a cultura popular sempre encontra meios de sobreviver e desempenhar um nítido papel de coesão social e moral.

⁸³ No ano de 1989, a Unesco, órgão das Nações Unidas que objetiva a garantia da paz por meio da cooperação intelectual entre os países membros, aprovou em assembleia o documento: *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*. Nesse tratado o conceito de folclore foi empregado como sinônimo para cultura tradicional e popular, com esta definição: “A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem a expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 1989, p. 2).

tropeirismo como um fenômeno de interação humana de transações socioeconômicas organizadas, não podia fugir à regra – e não fugiu.”

Folcloristas como Paixão Cortês (2006) e Alves & Oliveira (2012) se dedicaram em dissecar os acervos de origem tropeira e se notabilizaram no ofício. Para esses pesquisadores a aptidão observada no homem e no trabalho do tropeiro consolidou um estilo de vida de atitudes e de ideias que, somadas às conjunturas de isolamento das populações sertanejas, culminou em muitas narrativas que, se ficcionais ou não, foram reproduzidas ao longo dos tempos. Essas narrativas se constituíram como acervo de valor popular, como lendas, *causos*, danças e práticas culturais variadas. As práticas se resignificaram em folclore, repassadas na maior parte das vezes de forma oral por contação de histórias, cantorias, repentes de feira ou escritas como cordéis e panfletos, lendas de casas, rotas e caminhos assombrados por almas, mulas sem cabeça etc. São infinitos os exemplos retratados em canções, obras literárias, visuais e adaptações de toda ordem.

Em se tratando de obras literárias com a finalidade de registros dos saberes tropeiristas, é referência o livro *Linguajar Tropeiro* (Alves; Oliveira, 2012). Nesta obra encontra-se um significativo exemplo de compilação do ambiente folclórico de fundo tropeiro. Ainda que ambos autores não tenham demonstrado qualquer referência direta ao tropeirismo nordestino, a obra evidencia como resultado um contributo importante para registro e preservação da cultura popular. E, nesse aspecto, dialoga favoravelmente com conformação que defendemos acerca da relação imbricada entre Tropeirismo e folclore.

Muito embora restrito ao regionalismo sudestino, a obra tem seu mérito ao registrar verbetes, informações e expressões da cultura popular no Paraná, Rio Grande do Sul e em São Paulo. Esta compilação apresenta uma série dos saberes e falares populares cujas origens remontam ao tropeirismo gaúcho e caipira, mas que pela dinâmica das trocas e mediações culturais são presentes também em outras regiões, podendo ser reconhecidas também em expressões no sudoeste baiano. Entre os tantos provérbios incorporados ao cotidiano popular fundamentados no tropeirismo são usuais e amplamente compartilhadas algumas dessas expressões: “burro velho não pega marcha”, “quando um burro fala, o outro baixa a orelha”, “amarra-se o burro de acordo à vontade do dono”, “não se deve facilitar com dianteira de padre e traseira de burro”; ou expressões tais como: “deu com os burros n’água”, “é uma besta quadrada”, “fico bestificado”, “cara de burro quando foge”, “fulano desembestou” entre outros⁸⁴.

⁸⁴ A respeito da relação tropeiros, disseminação do folclore nacional e apropriação pelo sistema de transmissão, a observação encontrada em Alves & Oliveira (2012), evidencia como se efetiva a operacionalidade desta

No campo dos estudos e interesses pelo universo do Tropeirismo são iniciativas como essas de Alves & Oliveira, somada aos esforços acadêmicos e tecnológicos, que registram a cultura popular que se expressa pelas mais diferentes formas e nunca se deixa vencer completamente, se ressignifica para continuar existindo, apesar das forças em contrário. E, neste contexto, com os olhos voltados para esse passado é que se torna possível esquematizar um percurso cujo intercâmbio seja do sistema transportador de bens materiais para mediador e transmissor de patrimônio imaterial incorporados à cultura como legados que mantém viva a linguagem e costumes de antigos brasileiros.

Decorre disso que, ao trabalhar com memória de antigos tropeiros, se torna desafiante se desvencilhar das trilhas que envolvem convergências entre possíveis relatos de experiência ou criação folclórica, o que seria um *causo* ou um fato, uma ficção ou uma realidade. Ademais, no ato de coleta de depoimentos, lembranças e relatos, não cabe a pretensão de estar diante da ‘história’ vivida, mas da representação. Existem elementos discursivos expressos pelo folclore nacional que foram sendo apropriados ao longo do tempo e, embora decorrentes ou transmitidos dentro do sistema tropeirista, pertencem ao patrimônio de domínio público. São *causos*, fábulas, provérbios, cantorias, danças e outras tantas infinidades de expressões que ao longo dos séculos foram sendo compartilhadas.

No caso de nosso horizonte local de observação entre o vivido e o inventado ambientado na cenografia do sertão catingueiro, na região semiárida onde está localizada Vitória da Conquista, a passagem de tropas e tropeiros deixou um contexto folclórico de grande extensão. É esse material que nos interessa considerar como elemento analítico de real importância à abordagem com a qual trabalhamos. As narrativas que se constroem do alinhamento entre a topografia, as condições geoclimáticas, os costumes, a linguagem e os trânsitos e que se fundiram em uma mescla de cultura popular é o que a Catrop se dedica a investigar e documentar.

2.6.3 O caso das pombas poadeiras: um folclore tipicamente conquistense

Em Vitória da Conquista, das marcas culturais de origem folclórica que ilustram o imaginário do Tropeirismo nesta região transmitido pela oralidade local e a qual o jornalista

ocorrência por setores como instituições e mercados de bens de consumo como festas e eventos aliadas, por exemplo, à cadeia operatória do turismo. Segundo os autores: "Com os tropeiros todo o conjunto foi transportado para várias regiões e o significado de folclore se insere em outros conceitos, explícita ou implicitamente, no processo social e histórico. Com toda a modernização dos meios de comunicação e matrizes científicas a tradição e a cultura popular permaneceram rendendo discussões no sentido de entender melhor a “**alma do povo**” (2012, p.65-66 grifo dos autores).

Aníbal Viana registrou na *Revista Memória Histórica de Conquista- vol.2*, está o caso das *pombas poedeiras* (1899). Consta que a estiagem daqueles anos foi rigorosa, dizimou rebanhos, deixando um rastro de misérias e mortes e arrasando, segundo descreveu o memorialista: “todas as plantações de cereais inclusive a lavoura de mandioca que sempre foi o nosso sustentáculo por ser muito resistente ao tempo” (1982, p. 137). Prosseguindo sua narrativa ilustrada com as imagens de um épico mitológico, argumenta ele que naquelas duras condições impostas pelas adversidades, um tropeiro que seguia para Conquista pela rota conhecida à época por Matas de São Paulo, que alguns depoentes dos trabalhos empíricos da Catrop dizem ser a mesma rota São Paulino, hoje cidade de Caatiba/BA, chegou no barracão da feira localizada à Rua Grande, no centro de Conquista “trazendo cargas de víveres” e contou aos presentes que havia passado na região do “Capão Grande”, distante uma légua da estrada de Barra do Choça. Disse o tropeiro que por lá “viu uma grande quantidade de pombas verdadeiras” em tão grande revoada “esvoaçando pela estrada de um lado para outro, ao ponto de chocarem-se com os animais que conduziam as cargas de gêneros alimentícios”. Com a notícia dada pelo tropeiro, alguns conquistenses se organizaram e empreenderam uma comitiva para caçada com a finalidade de amenizar as agruras da seca, obtendo dessa caçada um grande êxito e dessa maneira, aliviaram a população local das agruras da fome e da seca inclemente.

Baseado em Lübbe, Da Mata (2017, p. 534) explica que, para o pensador alemão, “uma consciência histórica cientificamente disciplinada sempre é chamada a nos representar aqueles passados, tornando-os novamente compreensíveis e adaptados a nossas demandas atuais por identidade”. Acontece que na muda batalha pelas identidades, narrativas locais são construídas em detrimento de outras, que podem ser modificadas em partes ou destruídas por complemento mediante os interesses dos “formadores” da consciência histórica na coletividade. Neste sentido, um exemplo a considerar é a alteração de identidade na segunda versão da anedota das *pombas poedeiras*. Na primeira, conforme registro do memorialista, o agente principal é um tropeiro o anunciador da boa nova redentora da fome e da miséria que assolava a população. Todavia, descrito sem nome e identificado apenas por sua categoria, implica nesse tipo de narrativa a invisibilidade do agente humanizado enquanto sujeito histórico.

Na versão publicada por Israel Orrico no livro *Mulheres que fizeram história em Conquista* (1982, p. 20), o anúncio ‘milagroso’ do socorro das aves exclui completamente a presença do tropeiro e atribui a mensagem à Henriqueta Prates, famosa matriarca local descendente direta da endogamia que governava a cidade. Desta feita, o discurso é carregado

de emotividade para reforçar a bondade e religiosidade da laureada matriarca, alçada à condição de mito pela memória popular e construtos intelectuais de memorialistas e historiadores que sempre exaltaram sua figura lhe rendendo poemas, peças teatrais e o maior dos registros de sua importância, a preservação de sua casa e pertences pessoais que serviram para a edificação do MRVC, instituição organizada e mantida pela UESB.

Uma outra versão a respeito da mesma fábula é divulgada pelo historiador conquistense Durval Menezes⁸⁵ e já apresenta uma versão bem menos extensa, excluindo tropeiros e a matriarca, mas que mantém elementos que unificam alguns pontos das versões anteriores, a exemplo da seca e suas consequências. Na sua versão, Menezes imprime alusão direta de que o povo teve a fome mitigada pela fé católica. Por esta narrativa, as pombas aparecem em imensa quantidade sobrevoando a Serra do Periperi e a nenhum sujeito é atribuído o mérito do “milagre” decorrente do sobrevoo, mas às orações e clemência da providência divina.

Fato é que a relação entre o Tropeirismo e o folclore sempre foi de intensa proximidade e suas tramas compõem o vasto tecido da diversidade cultural do país. Mas, que no caso de Vitória da Conquista, isto não é diferente. No conjunto, o que se pode concluir sem maiores rodeios é que entre um *causo* e outro, superstições, rezas, lendas, carreiros e pousadas, toda uma trama de histórias circulavam e formavam um vasto e profundo tecido sociocultural que até hoje embala narrativas e identifica lugares, saberes, modos, usos, costumes e falares do nosso jeito singular e plural de ser povo. Em suma, em se manifestar culturalmente.

2.6.4 Influência do tropeirismo na arte e cultura local

Neste subtópico, vamos discorrer sobre a crescente influência do Tropeirismo como meio e corrente de transmissão junto aos fazedores de cultura atuando até mesmo como vetor de impulso ao turismo em Vitória da Conquista. De acordo com o turismólogo Luiz Ferraz (2022)⁸⁶:

Conquista é um município de muitas oportunidades e uma delas é o Turismo, que já acontece mas até pouco tempo atrás não tinha despertado para a

⁸⁵ Cf. MENEZES, Durval. Mistério na Serra do Periperi. **Conversas de Balcão**. Vitória da Conquista, 10/11/2012. Disponível em: <http://conversadecalcao.com.br/durval-menezes-misterio-na-serra-do-piripiri/>. Acesso em 2 out. 2019.

⁸⁶ FERRAZ, Luiz. Catrop presente no lançamento do Plano Municipal de Turismo Sustentável em Vitória da Conquista. **Carreiro de Tropa**. Vitória da Conquista, 17/06/2022. Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2022/06/17/catrop-presente-no-lancamento-do-plano-municipal-de-turismo-sustentavel-de-vitoria-da-conquista/>. Acesso em 23 mar. 2024.

maioria das pessoas este interesse. Com a construção do novo aeroporto e a organização dos municípios da Chapada Sul em explorar este equipamento a cidade parece que começou a vislumbrar essa nova oportunidade econômica, que não deixa de também impulsionar outros setores como o caso da cultura e despertou para alavancar o turismo em sua região.

Com efeito, devido ao seu comércio forte, aos constantes investimentos em setores de serviços como educação e saúde, bem como de logística, no município tem crescido proporcionalmente o interesse no campo do “turismo empresarial ou turismo de negócio, seguimento que explora a realização de eventos, reuniões, seminários e palestras promovidas por empresas, organizações públicas ou instituições acadêmicas. Com destaque ainda por seus aspectos em ascensão nos segmentos “culturais, acadêmicos, sociais, esportivos, climáticos, dentre tantas outras tendências” (Ribeiro, 2016, p. 212-222).

Entre as “tantas outras tendências”, conforme infere Ribeiro, podemos considerar a valorização da cultura da sertanidade como valor identitário. E, nesse sentido, alguns exemplos auxiliam na compreensão da influência do Tropeirismo como potencial valor agregado no campo da economia criativa, que se pontencializa na direção de possível segmentação para um circuito de turismo no sertão do sudoeste. E, nesse caso, um importante sinal a considerar já foi citado nesta dissertação no evento Forró Pé de Serra do Periperi, inserindo a cidade no calendário de turismo das festas juninas celebradas no Sudoeste baiano. Um outro exemplo tão significativo quanto o pontual festejo, e que projeta a cidade em escala nacional e internacional, é a Fundação Casa dos Carneiros.

2.6.5 Fundação casa dos carneiros: o sertão profundo de Elomar

A organização é de caráter particular e sem fins lucrativos, tem sede na zona rural do município, e foi formada para cuidar e salvaguardar memória e acervo em torno da pessoa e obra de Elomar Figueira Mello⁸⁷, sendo ele mesmo filho de um tangedor de boiadas, portanto, de um tropeiro de gado. A Fundação, iniciada em 2007, dedica-se ao tratamento de recuperação, registro e divulgação do aclamado compositor conquistense e favorece com um grande impulso a cultura da sertanidade como vetor de empreendimento da cidade, pois apresenta imenso potencial para essa forma de atração de público e expansão de polo turístico.

Através da intensa mobilização em torno do legado estético e artístico de Elomar, pelos concertos sinfônicos realizados na propriedade localizada em plena zona rural, povoado

⁸⁷ Informações, biografia e discografia, coletadas em: MELLO, Elomar Figueira. **Porteira Oficial de Elomar**. Vitória da Conquista, s/d. Disponível no endereço eletrônico: www.elomar.com.br/. Acesso em 09 out. 2019.

da Gameleira, distrito do Iguá, cerca de 20 km da sede da cidade, a sertanidade tem se firmado como vetor de interesse de público e pesquisadores dedicados na poética do cancionero imagético do sertão encantado desse artista único, descendente direto na linhagem de João Gonçalves da Costa. Criador do conceito de “Estado do Sertão”, locus de habitação de vaqueiros, tropeiros, retirantes e toda uma matriz que se corporifica em elementos simbólicos que se coadunam na criação imaginária de um sertão profundo, que identifica resistências do imaginário popular, e onde o tropeirismo se fez materialidade como comunicação estetizada.

Desde tenra idade, o tropeirismo se fez presente na vida de Elomar e tornou-se fonte ressignificada, virou Tropeirismo. Em toda sua poética, o fenômeno pode ser percebido como resultante de uma de “duplicidade fenomenológica” (Bachelard, 1993, 188)⁸⁸, manifesta através do binômio: “ressonância-repercussão”, dos registros de memória, do cancionero e de toda estética elomariana como uma de suas referências identitárias.

Segundo descrição do próprio artista de suas memórias infantis em sua porteira virtual, que é como ele identifica o seu site pessoal, eram tempos de grandes dificuldades da sua família, que entre as fontes de renda com a qual sempre contavam estava o aluguel de mangueiro aos tropeiros. Criado em casa de sua avó, na fazenda Boa Vista, devido a extrema simplicidade em que a família vivia, tinha no recurso do aluguel concedido aos pousos das tropas considerável fonte de sustento e um indispensável auxílio.

O escolhemos por interlocutor e imagem especular pela influência que o Tropeirismo local presentifica em sua visão de mundo, na sua musicalidade, literatura, construção poética e uso da linguagem dialetal, expressão de falares e expressões colhidas da cultura popular e imortalizada por suas criações, atributos que se firmaram a partir das memórias incorporadas e que se evidenciam na personificação do artista/escritor tanto na imagem pública⁸⁹ quanto na postura corporal, vestuário, forma de cantar e falar, enfim, em demonstrações características

⁸⁸ De acordo com Bachelard (1993), as ressonâncias se dispersam nos diferentes planos da nossa vida no mundo, a repercussão nos chama a um aprofundamento de nossa própria existência. Na ressonância, ouvimos o poema, na repercussão nós o falamos, pois é nosso. A repercussão opera uma revirada do ser. Parece que o ser do poeta é nosso ser. A multiplicidade das ressonâncias sai então da unidade do ser da repercussão. [...] É depois da repercussão que podemos sentir as ressonâncias, repercussões sentimentais, recordações do nosso passado.

⁸⁹ Por seu histórico pessoal e produção estética, o músico exerce como mediador privilegiado no papel que desempenha, a representação da junção entre o erudito medieval e a cultura popular de fundo tradicional, detentor de conhecida e já folclórica figura de resistência à domesticação da indústria cultural e aos padrões de consumo musical impostos pela mídia. Segundo Simone Guerreiro: “o caráter mercadológico da música baiana enfatiza o espetáculo como perspectiva de ascensão econômica. Deste modo, produções como a de Elomar são marginalizadas, pois exigem uma atitude reflexiva, uma nova postura diante do preconceito no que concerne ao regional e o entendimento de que o dialeto é uma ponte do sertão com o mundo. [...] Visando a demarcar um lugar marginal diante das produções massivas, Elomar adota independência e pobreza como ideais simbólicos do violeiro” (Guerreiro, 2005, p. 21).

de profunda densidade simbólica relacionadas aos tipos sertanejo do vaqueiro, dos cantadores e tropeiros que habitaram os sertões locais.

Na extensa obra do compositor conquistense, a cantata *Auto da Catingueira* (1983)⁹⁰, com sua retórica cheia de caminhos, descaminhos, assombrações sertanejas que vicejam em um mundo onde a lei é a medida da moral e da valentia que determina quem vive e quem morre, a narrativa apresenta um drama épico, carregado de elementos da cultura tropeira no sertão.

A cantata, apresentada em seis atos através de um narrador misterioso, lembra a saga do desafio de viola e faca entre o tropeiro Chico das Chagas e o Cantador passante. Conta o narrador que o ocorrido se deu porque Dassanta, a mulher de Chico das Chagas, tinha “*uma buniteza que mitia medo... adonde ela tivesse, a véa da foice tava*”, essa beleza toda foi pretexto para o desafio. No segundo ato, *Dos Labutos*, o narrador apresenta detalhes da rotina do tropeiro e o impacto que sua presença causava quando chegava em um povoado. Tal qual um príncipe, ganhava a atenção apaixonada das moças solteiras da localidade. Mas Chico das Chagas se apaixona por Dassanta, se assenta na vida de companheiro dela e deixa a vida nômade de tropeiro.

No quarto ato, *Do Pidido*, a feira entra como palco principal da ópera com o narrador reportando em detalhes a lista de pedidos encomendados por Dassanta ao companheiro. A feira retratada não é só o local do comércio e do abastecimento de víveres e alimentos, é também o lugar do lúdico, das brincadeiras, dos jogos, de se ouvir cantoria e adivinhação de cego. E no último ato, *Das violas da Morte*, o desfecho fatal que acontece em uma noite de lua cheia durante a quermesse: o trágico destino de cumprir os códigos masculinos do sertão de matar ou morrer em nome da honra.

⁹⁰ **Auto da Catingueira** (1983) - Obra-prima definitiva da poética sertaneza brasileira, o Auto da Catingueira foi gravado inteiramente na sala de visitas da Casa dos Carneiros, na Fazenda Gameleira, com a colaboração de grandes malungos, artistas do porte de Juracy Dórea, Marcelo Bernardes, Jacques Morelembaum, Andréa Daltro, Dércio, Xangai entre outros Ernani Maurílio, Adeline Renaut e ainda Cici Corecoré no comando das gravações.

Faixas:

Disco I:

Bespa (Introdução à Cantoria)

1º Canto: Da Catingueira

2º Canto: Dos Labutos

3º Canto: Das Visage e Das Latumia

4º Canto: Do Pidido

Disco II:

5º Canto: Das Violas da Morte Disponível em: <http://www.elomar.com.br/discografia/>. Acesso em 09 out. 2019.

O sertão tropeiro que Elomar presentifica é um território de vidas em transição. Lugar de encantamentos onde a “véa da foice”, figuração da morte, descarnada como as gentes sertanejas e pela própria ambientação onde se apresenta, é sempre companhia certa de qualquer caminhante. *O Auto do Tropeiro Gonsalin* é outra obra magistral na qual os “labutos” tropeiros são retratados com crueza e beleza. O canto fala da vida de adversidades do personagem em sua lida iniciada aos dez anos de idade, após a morte de seu pai, em consequência da grande seca que assolou a região Nordeste em finais do século XIX.

A possibilidade de intercâmbio entre o interior e o litoral, do período colonial até meados do século XX, era favorecida, principalmente, pelos tropeiros, viajantes e andarilhos, que levavam os produtos do interior para abastecer o litoral, conduzindo tropas pelas rotas das estradas até as cidades de Rio de Contas e Caetité, universo estradeiro presente nas canções de Elomar, especialmente, no auto *O Tropeiro Gonsalin* (Guerreiro, 2005, p. 101).

Tropeiros, êxodo, migração, peregrinos e retirantes são categorias de análise que compreendem epistemologias próprias e tratamento adequado, a depender da ciência e contextos a qual esses objetos estejam sendo observados. Entretanto, um aspecto é comum a todas as abordagens trata de elaborações e discursos que busquem compreender e explicar ações humanas a partir dos afastamentos de seu local originário. Sob esses entendimentos, Elomar produz documentação de registros indispensáveis a quem objetiva olhar as relações sociais, ambientais e de poder dos sertões antigos.

Os chamados peregrinos da seca, identificados nas obras literárias sobre o sertão antigo também como flagelados, possuem registros e estéticas singulares que perturbam quando tomamos contato com seus agentes, seja em sentido concreto ou imaginado. Retirar-se envolve mais que sair da terra de origem, sobrepõe camadas de calamidades humanas e ambientais.

E nesse contexto, em Vitória da Conquista, retirantes e tropeirismo possuem íntima conexão, retratada nas artes plásticas, expressa em literatura e nos mais variados meios artísticos e culturais.

A poesia de Elomar, além de falar dos anseios do tropeiro, reflete também as dificuldades da vida estradeira. Como a estória do tropeiro Gonsalin se passa no final do século XIX, o autor faz referência a uma das secas mais violentas que ocorreu no sertão nordestino, a seca do noventinha. [...] esta seca diminuiu o fluxo de tropas em todo o interior da Bahia. *A escassez de alimentos não era um fenômeno regional. A longa seca atingia toda a Bahia e outros estados nordestinos* e gerou aumento do preço das mercadorias. A população tinha que se deslocar na busca de mantimentos para sobreviver (Paes, 2001, p. 104, grifos da autora).

O *Auto do Tropeiro Gonsalin* é uma obra de singular significação para o desenvolvimento argumentativo em torno do Tropeirismo como fato museológico. Elomar reuniu neste trabalho mais de 30 composições baseadas na vida de Gonsalin. São minúcias e detalhes que expõem o cotidiano, os sonhos, a labuta e as dificuldades da vida tropeira no sertão baiano em fins do século XIX e início do século XX. Período no qual, para muitas regiões, esses agentes eram importantes tanto como comerciantes quanto pela circulação das novidades e informações de outras terras, imersos em permanentes trânsitos nas estradas, pousos, vilas e cidades.

Na cantiga *A Pergunta* registra-se o encontro com outro tropeiro, Quilimero. Novamente, recorreremos ao trabalho da historiadora Jurema Paes, que na ocasião de sua pesquisa teve a oportunidade de conversar com o próprio Elomar a respeito de suas criações.

De acordo com Elomar, Quilimero foi tropeiro nas margens do Rio Gavião, região de Vitória da Conquista, no período da seca de Noventinha. Forçado pela seca, ele teve que abandonar sua rota costumeira – que ia do sudoeste da Bahia ao norte de Minas, comercializando material de construção, tecidos, algodão, ouro e mantimentos – para buscar farinha em Nazaré, no Recôncavo Baiano. No caminho encontrou-se com Gonsalin e sua tropa, que vinham de Salvador, já de retorno para o Rio Gavião, ansioso por notícias do sertão, repleto de esperança e otimismo (Paes, 2001, p. 106).

A chamada seca do final do séc. XIX deixou marcas traumáticas e também culturais na memória da cidade. Elomar surpreende sempre. Tanto em sua capacidade de nos emocionar com o dramático sofrimento da seca, quanto em transformando em lirismo e beleza um *Campo branco*, ressecado pela miséria, quanto pela esperança humana, quanto por sua maneira excêntrica de se relacionar com a cidade, com seu público e sua obra.

2.6.6 Estética do sertão: tropeirismo sob novas linguagens artísticas e culturais

Essa inspiração decantada em histórias de tropas, homens e mulheres cobertos de poeira, valentia e sorte desafortunada, e todo esse universo sertanejo também serviu como alimento para tantas outras diversas expressões e manifestações culturais. Na produção audiovisual, a sertanidade com suas crenças, causos, mitos de assombrações e corpos “fechados” a rezas foi objeto do documentário cinematográfico *Contra o Veneno Peçonhento do Cão Danado* (2016, 79 min.)⁹¹, de realização da TV Local e do Instituto Mandacaru de

⁹¹ “O documentário, pretende alinhar narrativas de guerra e violência, disputas de poder político e mitos populares, retratando principalmente um universo histórico e mágico que vem se perdendo na contraposição do campo com a urbanização dos nossos dias”. Essa produção contou com o patrocínio da Secretaria de Cultura da Bahia (SecultBa). Oliveira, Bia. Produção de documentário lança site oficial em Conquista. **Blog da Bia**

Inclusão Sociocultural, com o qual a Catrop, a partir de seus primeiros movimentos e argumentações, participou na condição de parceira do projeto.

Porém, antes da inserção dessa peça no ambiente do audiovisual conquistense, o marco que define a entrada desta região na cinematografia brasileira é o filme *O tropeiro*⁹², produzido por Ozaná Rocha, com direção de Aécio Andrade, (1951-2013), ambos primos do cineasta conquistense Glauber Rocha. O longa-metragem de 1964 teve como locação a zona rural, mais precisamente o povoado do Iguá, a 20 km da sede. A película, que na definição do diretor de fotografia Waldemar Lima é “um filme sobre tropas de mulas no interior da Bahia”⁹³, está incluso na história da cinematografia brasileira como mais uma produção que registra a ambientação geográfica e sociocultural do semiárido nordestino e os conflitos decorridos das relações humanas, do uso da água e propriedade da terra. Esta produção se somou a filмотeca nacional, que de maneira geral quase sempre retratou no cinema daquela época esses elementos como argumentos imperativos que determinavam subserviência, vida e morte na região.

Muitas são as referências na literatura, seja na poesia, na prosa, nos romances, novelas, crônicas ou nos relatos de memória nos quais há, no todo ou em partes das obras, descrição de tropas e tropeiros que circundavam propriedades e quebravam a monotonia das antigas fazendas ou vilas isoladas. Do livro de memórias de Anna Geruzia Bittencourt Ferraz, *Peneirando a vida* (2007), de sua infância vivida na fazenda Boqueirãozinho, esta se recorda com detalhada composição sobre a rotina de permanência das tropas por lá, desenhando em seu relato um quadro tão expressivo que registramos a descrição integral de seu texto:

Como se fora um rio largo cortando a planície sem saber onde vai desaguar, aquela atravessava a fazenda de norte a sul. Caminho por onde passavam boiadas, mascates, tropas com animais e suas cargas, [...] havia uma rancharia (estalagem) construída para os passantes e um mangueiro para o descanso dos animais e gado que eles transportavam. Lembro-me, vagamente, desse lugar onde os tropeiros estendiam seus couros de boi para repousar o corpo cansado das grandes jornadas que duravam dias e dias visto que eles viviam transportando cargas ou tocando boiada de uma fazenda a

Oliveira. Vitória da Conquista, 04/07/2013. Disponível em: <http://blogdabiaoliveira.com.br/producao-de-documentario-lanca-site-oficial-em-conquista%E2%80%8F/>. Acesso em: 14/ nov. 2022.

⁹² Cf. “O filme *O tropeiro* coloca-se no cenário cultural como o primeiro longa metragem filmado em Conquista, realizado em 1964 e conta com Mozart Cintra, Elizabeth Imperial, Carlos Aquino, Jurema Penna, Mozael Silveira. Direção de arte de Agnaldo Siri Azevedo, diretor, trilha sonora de grande Remo Usai. A montagem é de Calazans Neto e a fotografia é de Waldemar Lima, o mesmo iluminador de *Deus e o diabo na terra do sol* do cineasta Glauber Rocha. *O tropeiro* é um longa-metragem de 35mm, produzido no ano de 1964, em Salvador e lançado na cidade do Rio de Janeiro. É um drama produzido por Osaná Sócrates de Araújo Almeida (**Osaná Rocha**), teve como Companhia Distribuidora a União Cinematográfica Brasileira S.A., sob a direção de Aécio Andrade” (Fernandes, 2014, p. 57, grifo nosso).

⁹³ Ver: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CINEMATOGRAFIA. **Entrevista com Waldemar Lima**, ABC. Disponível em: https://abcine.org.br/content/uploads/2023/04/entrevista_com_waldemar_lima.pdf. Acesso em 22 ago. 2023.

outra ou de um estado a outro. Entranhado em minha memória, o lindo boiar que emitiam tocando o gado por aqueles caminhos. Paravam ali para preparar o café adoçado com rapadura e a ração noturna cozida em trempes feitas com três pedras em grandes caldeirões de ferro. A alimentação da noite -viajavam durante todo o dia – era sempre a mesma: feijão cozido com toucinho e carne seca, ou o arroz de carreteiro feito com carne de charque. Aquela rancharia, pela presença constante de tropeiros, exalava forte cheiro de fumo-de-rolô, dos cigarros feitos com palha de milho, que eles enrolavam, pacientemente, enquanto em noites frias se aqueciam ao pé das fogueiras contando “causos” ou dedilhando, na viola, uma bela canção de amor (Ferraz, p.54-55).

Da poesia de Bruno Bacelar de Oliveira (1899 -1988), Euclides Abelardo de Souza Dantas (1888-1943) e Hélio Schiavo (1935-2017), o tropeirismo recebeu versos dramatizados em apresentações e performances teatrais que ilustraram os eventos realizados pela Catrop, respectivamente na ordem de apresentação de seus autores, os poemas: *O tropeiro*, *Madrinheiro de tropa* e *Colheitas*. Tais obras se destacaram em sensibilização estética e aprovação do público participante das Rodas de Conversa e dos alunos do projeto *Memória Histórica do Tropeirismo*, sendo apresentados como suportes que sinalizam vontade em luta contra a desmemória. Sob este ponto de vista, os poemas se converteram em conjuntos de objetos simbólicos que legitimaram ressignificações de valores e vivências em torno da rememoração do Tropeirismo. Exatamente como suportes de memória, haveremos agora de transcrever os três poemas que selecionamos como ilustração nessa dissertação.

O Tropeiro, de autoria de Bruno Bacelar, foi registrado em áudio pelo ator e radialista Gilson Moura (1937-2012). O material hoje faz parte do acervo promocional em audiovisual da Catrop:

Morre a tarde

Na estrada extrema e larga

Vai o tropeiro na cadência lenta

Peito arrojado para a vida amarga

De lutas incessantes, de tormenta

Tomba da tropa um burro

A grande carga o tropeiro a sustém

E vista atenta sonda no ocaso como sombra vaga

A presença da noite pardacenta

No pouso triste, uma fogueira acende

Canta tirana, que sua alma entende
 Na saudade que rói seu coração
 Dorme tranquilo e acorda pressuroso
 Quando a manhã desperta o majestoso lutador incansável do sertão.

A temática dessa poesia-exaltação heroica da figura do tropeiro também já foi objeto de análise e apresentada em comunicação durante o *Colóquio de História e Arte*, promovido pela UFRPE em 2011:

O poema, racionalmente, muito bem assentado em seu tempo, promove o registro histórico do “lutador incansável” que “dorme tranquilo”, mas acorda apressado. Suas subjetivações e sentimentos, a razão não explica, mas, “canta a tirana, que alma entende” e de pouso em pouso segue o homem, o burro e as cargas. Não há problema nenhum aqui, na modernidade, cada um tem o seu lugar certo. É da razão das coisas que elas sejam assim. Ao tempo em que a razão explica, tende a sublimar o mitológico e se dá por explicado. Contudo, o mito permanece, agiganta-se. Descrito pela perspectiva da nostalgia e do romantismo épico, os versos personificam a ideia de uma figura heroica, solitária, vivendo de forma contemplativa e resignada. Desta maneira, a relação mitologia/razão na modernidade converge em um dos mais significativos paradoxos que o poeta evidencia em suas linhas (Schiavo Novaes; Moreno Rocha, 2011, p. 322).

Conforme descrito por Anibal Viana (1982, p. 450) no volume 2 da *Revista Histórica de Conquista*, Euclides Dantas foi professor, jornalista e poeta. Utilizando da metáfora de comparar cabos eleitorais ao madrinheiro de tropa, animal macho ou fêmea que serve de guia orientando o caminho para os demais animais em marcha, em um “soneto satírico dedicado aos bajuladores dos chefes políticos”, o poeta assim descreve em seus versos, *O Madrinheiro*:

Em frente a tropa, segue, sobranceiro,
 Ostentando vistosa cabeçada
 Cheia de guisos, toda ornamentada,
 O mais belo do lote: o madrinheiro

As demais alimárias, do guieiro
 Obedecem, a marcha compassada;
 Grave, marcando o rumo da jornada,
 Tem aspecto de nobre mensageiro...

Entretanto, conduz também a carga,
Dois volumes pesados, igualmente,
Que o destino do burro não larga...

Quantos que a gente, pelo mundo, topa
São no orgulho risível e inconsciente
Madrinheiros legítimos de tropa!...

O que se observa nos três autores que selecionamos são peculiaridades que os aproximam em estilo poético. Enquanto dois deles exaltam o tropeiro, um outro faz uma bem humorada crítica a comportamentos referentes aos apoiadores de políticos conforme observados na sociedade de seu tempo. Mas, ainda que exista esta distinção de argumento, mesmo neste, está mantido o esboço histórico-cultural de sua época e o mesmo significativo padrão literário em vigor na execução dos outros dois poemas, tal seja, documentar a rotina tropeira e sua utilização como metáfora. Em *Colheitas*, o poeta Hélio Schiavo descreve em versos a reificação do homem e da vida tropeira junto aos avanços e conquistas do que o poeta entende ser parte integrante do processo de construção do progresso nacional. Assim registrou ele que:

Nas sofridas caminhadas pelo agreste brasileiro
naqueles tempos idos quando não tinha estrada,
a figura heroica do cidadão tropeiro
não pode ser esquecido nessa pátria amada!

Vale relembrar sim o sacrifício do homem pioneiro
levando carga, comercio e comunicação na bruaca recheada,
varando sertões na trilha cheia de despenhadeiro
com diminuto tempo as vezes pra desnecessário descanso na pousada.

Honra, pois, ao pugilo de bravos enaltecidos nessa poesia
sempre haverá espaço afim de relembrar o esforço de tanta porfia,
não importante sequer o tamanho e importância da comunidade!

O progresso de hoje partiu daquele trabalho ingente no país criança
interligando fazendas, corrutelas e cidades o objetivo alcança
para levar ao Primeiro Mundo a pátria gigante com plena liberdade!

Na imagem a seguir, dramatização do poema *Colheitas* dentro da peça *Memória de tropeiro*, apresentada como atividade cultural durante a 2ª Roda de Conversa, realizada em 2012 no MRVC. Também é da lavra do poeta Hélio o poema que serve de epígrafe na abertura desta dissertação.

Figura 21. Apresentação da peça *Memória de Tropeiro*, dramatização do poema *Colheitas*



Foto: Acervo iconográfico em arte-educação da Catrop.

Por ocasião das manifestações estéticas no campo das artes visuais, do artesanato, música e outras linguagens, o Tropeirismo como manifestação cultural também inspira e motiva diferentes formas de expressão artística e, nesse sentido, movimenta a inspiração de artesãos, musicistas e artistas plásticos. Como elemento figurativo-pedagógico, durante as oficinas educativas realizadas no MRVC, visando aguçar o interesse das turmas e aproximá-las do tema, contextualizando-o diante do cotidiano, foram utilizados jogos, desenhos, canções e com especial destaque a pintura *Imperial Vila da Vitória*, de autoria do artista-plástico J. Murilo⁹⁴. A escolha da obra se deu pela especificidade retratada pelo imaginário do artista sobre o cotidiano dos tempos antigos de Vitória da Conquista, quando moradores

⁹⁴ José Murilo Batista de Oliveira, nome artístico J. Murilo. Adotou como representação estética a técnica francesa “rotulada pelos especialistas como arte naïf, sinônimo de arte ingênua, original, e/ou instintiva, produzida por autodidatas sem formação culta no campo das artes.” (Salgado, 2012, p. 12).

locais, feirantes, vaqueiros e tropeiros transitavam em torno da Rua Grande, atual Praça Tancredo Neves. Segundo o autointitulado “tropeiro das artes”, como assim se definia J. Murilo, em entrevista realizada em seu ateliê no ano de 2011, para a apresentação durante a execução do já citado projeto Memória Histórica, nos relatou que o quadro:

Surgiu de uma encomenda feita pela Prefeitura de Vitória da Conquista que, na ocasião da restauração da Casa Memorial Governador Régis Pacheco, convidou alguns artistas plásticos para criação de uma exposição permanente a constituir um patrimônio artístico daquele memorial. Eu fui um dos artistas que eles convidaram. [...] Eu cresci nesse meio. Vivi muito disso quando menino, porque onde eu morava, naquelas veredas *brabas* carro tinha, mas era muito pouco. O mais era tropa mesmo. E depois de adulto também. Como fiscal da carteira rural do banco, meu dia a dia era na lida com a gente do campo. De modo que, nada disso é estranho. Estranho eu achava isso tudo acabar sem o interesse de alguém documentar, fazer um museu, uma coisa assim...

Natural de Cordisburgo, Minas Gerais, “terra de Guimarães Rosa, cujas famílias eram vizinhas na mesma rua”⁹⁵, J. Murilo tinha a graça e o olhar poético de quem vê o sertão com a generosidade e as cores de olhares encantados. “Pintar é pintar o que você conhece. Eu pinto o sertão porque o sertão está dentro de mim”. No quadro *Imperial Vila da Vitória: Dia de feira* dizia ter se agradado do desafio, pois viu na oportunidade a condição de poder ilustrar a presença do tropeirismo em vários momentos do cotidiano da cidade que escolheu por moradia e onde viveu por mais de três décadas, vindo a falecer em Vitória da Conquista em 18 de abril de 2013, aos 77 anos⁹⁶.

Como é possível perceber nas obras dos artistas citados, a influência do Tropeirismo rompeu fronteiras de tempo, espaço e linguagens estéticas. Dessa maneira, no âmbito da articulação e da comunicação deixou de ser delimitado apenas como sistema operacional de transporte para assumir a condição de fenômeno que aciona projeções de estéticas e linguagens expressas em práticas artísticas de variadas expressões e tempos.

⁹⁵ A arte expressiva da cultura popular, tem no universo urbano sua fonte matricial de inspiração. A riqueza de um trabalho como esse se projeta na inter-relação que amplia o diálogo e a perspectiva que se assume como identidade. Talvez por isso, seja um recurso tão presente na estética do sertão, sendo muito utilizada e referente nas mais diversas expressões do imaginário de artistas plásticos nordestinos. Principalmente, aqueles comprometidos com a revalorização da estética sertaneja, e no ritmo da narrativa visual, de J. Murilo a pintura naïf foi sua técnica de excelência. Cf. J. Murilo: Sertanejo das Artes. Revista Personalité. **Vitória da Conquista**, Ano 4, nº 9, abril de 2013, p.77-81.

⁹⁶ Cf. J.R. Araújo (2011), a arte naïf é a arte do povo, arte popular, especialmente da área rural, embora possa manifestar-se no contexto urbano. Não constitui uma “escola” ou movimento em que se possa delinear suas raízes históricas ou conteúdo formal bem definido. [...] É arte figurativista, de apelo ao imaginário popular, que retrata o dia-a-dia da realidade social [...] Desprovida de elementos heroicos, incorpora, todavia, elementos míticos e lendários da sociedade local, retratando-os de forma bem cotidiana, quase casual. Na verdade, o grande herói é o próprio homem em suas atividades profissionais ou sua aventura pessoal, sempre na busca de uma vida melhor.

3 JOÃO GONÇALVES: O PRIMEIRO TROPEIRO DE CONQUISTA

Neste que é o último capítulo, trataremos aqui da ambientação histórica de João Gonçalves da Costa, o fundador do arraial da Conquista, descrito a partir de um quadro geral que eventualmente o localiza como marco do tropeirismo nesta região.

João Gonçalves era bastante conhecido no seu tempo. Seu nome rompeu fronteiras e ao ser lembrado era sinônimo de valentia, ousadia, audácia, coragem, sobretudo, fidelidade à monarquia portuguesa. Isso transparece nas inúmeras referências a ele feitas pela autoridade coloniais – “não se produz um século um homem de gênio deste capitão-mor, tem 80 e tantos anos e todas as paixões tendem a estas aberturas e descobertas, em que tem gasto o que é seu e arrisca frequentemente a própria vida” - assim escreveu o conde da Ponte em 1807. A importância das suas conquistas situa-se no mesmo nível das principais estradas baianas, comandadas por alguns exploradores que, no entanto, ficaram bem mais famosos que ele [...] para o governo português, o seu mérito reside nas inúmeras tentativas de melhoria da comunicação do interior com o litoral, através das explorações dos rios da região e seus afluentes e da abertura de estradas (Sousa, 2001, p. 57-58).

Apesar de todas as assimetrias e crueldades perpetradas em seu tempo, o panorama traçado demarca a controversa presença desse agente no território do Sertão da Ressaca⁹⁷, sua influência para o bem e para o mal, resultando no surgimento de uma intensa troca cultural realizada em um processo econômico, social e de ocupação forjada nos moldes portugueses, com afastamento dos nativos e apossamento da terra, a peso de toda a desigualdade, manifesta em hierarquia de forças e de direitos. É interessante acompanhar seus passos e descobrir que é plausível identificar, nas pegadas de sua cartografia histórica, a presença do tropeirismo a partir das marcas indeléveis de suas fortes e controversas interações espaciais e sociais no Sertão da Ressaca.

⁹⁷ Ao fim do séc. XVIII e início do XIX, a configuração de Sertão da Ressaca correspondia à área a ser conquistada por bandeirantes sertanistas aos indígenas habitantes daquele imenso território. Segundo Renata Oliveira (2012, p. 41-42), na documentação administrativa do XIX, e também em literatura referente àquela época, já é possível encontrar registro do termo Sertão Ressaca: “quando há referências à porção de terras que tem como limites: ao sul, o alto rio Pardo; ao norte, o médio rio de Contas; a oeste, o rio Gavião, nas proximidades da cidade de Anagé; e a leste, o limite é a mata de cipó. Esse termo também foi utilizado para denominar áreas específicas no interior da região mais abrangente, a exemplo de fazendas e riachos”.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO PASSADO

Quando João Gonçalves chegou aos sertões já existiam colonos residentes na região⁹⁸. Outros homens já haviam estabelecido fazendas, investiam nas primeiras formas de produção como criação de gado, venda de madeira e faziam negócios. Porém, diversos estudos históricos permitem afirmar que as origens de ocupação portuguesa sobre todo o território da Ressaca se consumaram com a formação e organização do povoado, a partir da personificada e intrigante figura do capitão-mor⁹⁹ João Gonçalves da Costa. Ele é “o pioneiro da ocupação econômica” (Sousa, 2001, p. 67), o homem “responsável pela condução da primeira tropa de gado encaminhada para o Sertão da Ressaca” (Ivo, 2012, p. 104). Portanto, neste trabalho, esse capitão-mor também será considerado como referencial de marco histórico. Em nossa linha de reflexão, são suas as digitais que demarcam o limiar do Tropeirismo e a abertura de variadas estradas interligando a região ao litoral.

A abertura de caminhos para ligar o Sertão da Ressaca às capitânicas do sul da Bahia, era desejada por Costa para a condução de gado e para o comércio de outros produtos cultivados nas Capitânicas da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro: “não pode ser o comércio dos gados interessante, mas ainda pode ser de maior utilidade o da lavra dos algodões naquelas caatingas tão próprias para as suas plantações, e tão bem para expedição dos que se lavram nos mesmos sertões”. [...] Vale ressaltar que Costa foi o responsável pela condução da primeira tropa de gado encaminhada para o Sertão da Ressaca (IVO, 2012, p. 103-104 - grifos da autora).

⁹⁸ Cf. De acordo com o historiador jequiense Emerson Pinto de Araújo, João Gonçalves da Costa foi o grande desbravador da região do Sertão da Ressaca. Pouco importa que, antes dele, a região fosse desvirginada por Sebastião Fernandes Tourinho, João Amaro, Maciel Parente, Pedro Gomes França, Pantaleão Rodrigues, André Rocha Pinto, Antônio Veloso da Silva, Domingos Carneiro Baracho, e certamente, por muitos outros [...]” (2017, p.58).

⁹⁹ Segundo Caldeira, o título de “capitão-mor era um procedimento administrativo de 1570. Era tratada como uma delegação completa feita pelo rei ao poder civil. A seus capitães, vistos como homens de missão de fé, outorgavam-se poderes de organização tanto militar quanto temporal e eclesiástica no espaço de sua atuação [...] era uma forma de transformar a caça ao índio, a instalação de atividades econômicas ou a guerra contra inimigos europeus em serviço real, atividade de fidalgo. Como a concessão ampliada gerava controle territorial, defesa e produção de exportáveis, sem despesa para a Coroa, a delegação foi empregada à saciedade” (1999, p.204). Entretanto, essa distinção era concedida a homens brancos. Em Sousa (2001), registra-se a distinção da concessão do título de capitão-mor para o preto-forro João Gonçalves. A ressalva segundo esta autora, se fazia a partir de critérios particulares como atos de bravuras, ou prestação de serviços reconhecidos pela Coroa para composição de um batalhão especial: o Terço de Henrique Dias, milícia que existia desde o século XVII, montada, sobretudo, com o propósito de combater índios, quilombos e outros inimigos da Coroa Portuguesa. A Gonçalves a titulação se deu pela necessidade de regularização das funções a que deveria desempenhar, daí que o governador da Bahia achou por bem recriar o Terço para assim justificar administrativamente a concessão da patente de capitão-mor, quando Gonçalves ainda era membro da bandeira de João da Silva Guimarães. O conde de Galveas, André de Mello e Castro, justificou a comenda nos termos a seguir: “[...] porquanto se faz preciso [...] criar de novo o posto de capitão do terço de Henrique Dias [...] pela presente elejo e nomeio [...] capitão da gente preta que servirá na conquista e descobrimentos do mestre de campo João da Silva Guimarães que Vossa Majestade teve por bem criar de novo na pessoa de João Gonçalves da Costa: preto forro. Patentes e Alvarás do Governo (1738-1745). APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. 356 apud Sousa, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2001, p. 68.

As evidências históricas em torno de sua figura testificam que esse foi um homem perfeitamente integrado aos códigos de regras que impuseram a colonização nesta parte do sertão baiano. João Gonçalves¹⁰⁰ foi um homem violento e ambicioso, mas também ardiloso na cooptação de indígenas, tornando célebres suas investidas intervencionistas nas lutas dos grupos rivais contra outras etnias. Diante da fúria colonialista e do ardil do colonizador e seu bando, conforme atesta Renata Oliveira em “*Índios paneleiros do planalto da conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*” (2012, p. 14), aos indígenas, tendo reduzidas suas opções, restavam: “a resistência ou a aliança. Essa última, muitas vezes, era a arma de sobrevivência para os nativos, ao passo que, para os invasores era o meio de os dominar” e colocá-los aos seus serviços.

Dentro do mecanismo administrativo e da política mercantilista da Coroa, o capitão-mor João Gonçalves da Costa foi mais do que um notável homem de negócios e de ações no Sertão da Ressaca; tanto no que se refere ao fornecimento de mercadorias, quanto na concentração do controle territorial, quanto na defesa e manutenção dos interesses metropolitanos por estas terras, afinal, a cobrança de impostos era uma importante fonte de renda para a Coroa lusitana e o preto forro João Gonçalves tinha uma missão a executar em favor do reino: abrir estradas para o Estado endurecer a fiscalização¹⁰¹. No contexto da implementação dessas tratativas para evitar descaminhos, contrabandos e demais prejuízos à fazenda Real, a figura de João Gonçalves chegou aos sertões e tomou vultos de importância perante a engrenagem social e administrativa de contenções.

Para o governo português, a abertura de estradas pelo sertão significaria desenvolvimento de povoados e possibilidade de transporte de gêneros para as vilas litorâneas, cidade da Bahia e à fronteira Capitania de Minas Gerais ou mesmo em sentido inverso. [...] As estradas permitiam a crescente fixação de ranchos de atendimento de viajantes, boiadeiros e tropeiros, provocando um lento, mas crescente povoamento. A circulação de mercadorias

¹⁰⁰ Em *A Nova história de Jequié*, Araújo (2017, p.58) imbuído de uma visão eurocêntrica e acrítica, observa como justa o reconhecimento de Gonçalves como conquistador dos sertões, Araújo considera que a história favorece a presença do conquistador e “a seu crédito pesa o mérito de ter concorrido mais do que qualquer outra pessoa para a integração definitiva de todo o Sertão da Ressaca à civilização”. A noção de civilidade de Araújo não registra que cooptados ou capturados à força, na condição de escravizados, os indígenas e também negros subordinados ao capitão-mor, não eram senhores de suas vontades e desejos, mas empregados na construção de caminhos que interligassem o Sertão da Ressaca ao norte da Bahia, Recôncavo baiano e às Capitanias de Ilhéus e de Minas Gerais. As coerções da força, desafazem por si mesmas quaisquer noções de civilidade que se possa inferir de tais ações.

¹⁰¹ Segundo a historiadora econômica Maria Bárbara Levy (1979, p. 100-109), em *História financeira do Brasil colonial*, “a política de fiscalização portuguesa sobre a produção das minas jamais conseguiu evitar que se burlasse o fisco na evasão do ouro para o estrangeiro”, durante todo o ciclo da mineração, o contrabando sempre foi um problema a exigir solução da corte. No período pombalino, “a partir de 1750, o empenho da Coroa em aumentar a arrecadação a um progressivo endurecimento fiscal”, impôs medidas que visavam controlar a circulação sobre a produção das zonas mineradoras, estradas e toda forma de comércio e acumulação usurária próprias da economia mercantilista e pré-capitalista que se realizava na Colônia.

estimulava o comércio, estabelecendo fluxos permanentes, integrando a região na dinâmica colonizadora (Sousa, 2001, p. 95).

Figura 22. Rotas comerciais e pousos de tropas em terras de Gonçalves da Costa



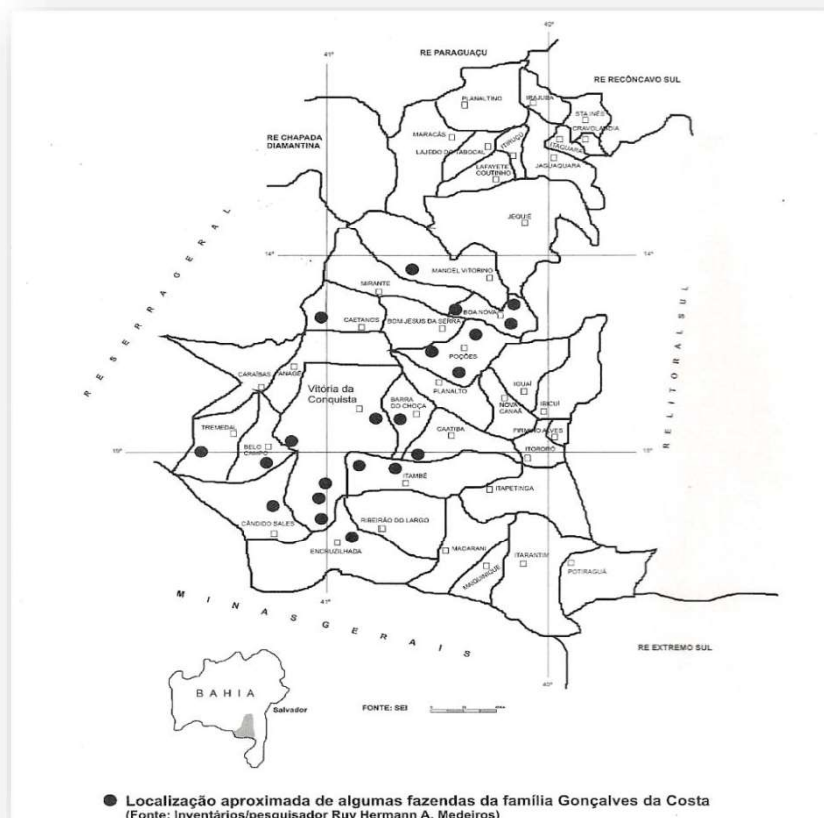
Fonte: (Oliveira, 2012, p. 46).

Durante o século XVIII, período de grande fluxo populacional para as regiões mineradoras, quando exploradores, bandeirantes e tropeiros já transitavam, povoavam e estabeleciam vínculos comerciais e culturais com os territórios por onde passavam, nos sertões baianos, apesar das imensas distâncias separando as localidades, da população rarefeita e muito espalhada, a privilegiada localização geográfica do Sertão da Ressaca entre as lavras diamantinas da Bahia em Rio de Contas¹⁰² que, a esta época, já se encontrava em

¹⁰² A despeito dessa decadência de final de produção, o Intendente Geral do Ouro, João Ferreira Bittencourt e Sá encaminha correspondência ao governo da Bahia demonstrando sua preocupação com “os contrabandos de ouro e diamantes que estavam ocorrendo nos caminhos que ligavam as Capitanias da Bahia e de Minas Gerais. Na avaliação do Intendente, o tesouro português fora lesado através dos responsáveis pelos registros

decadência de produção, e as zonas de mineração em Minas Gerais, empreenderam enormes esforços na abertura e tentativa de ordenamento dos caminhos.

Figura 23. Localização aproximada de algumas fazendas da família Gonçalves da Costa



Fonte: Anexo III (Sousa, 2001, p.117).

Os mapas ilustram saber que a condição de entreposto geográfico a seu tempo foi muito bem explorada por João Gonçalves e seus descendentes ao longo dos séculos, conforme se verifica no traçado das rotas que fomentaram o comércio entre Minas e Bahia, bem como as propriedades distribuídas pelo capitão-mor aos seus descendentes donde serviam de pousos aos tropeiros tocadores de gado e viajantes que transitavam por estas regiões.

O relato abaixo, composto de tantos detalhes e admiração, foi descrito pelo príncipe Maximiliano de Wied-Newied quando de sua passagem pelas terras do Sertão da Ressaca e Planalto da Conquista, em 1817. De acordo com Idelma Novais (2008), o caminho ao qual Maximiliano se refere, durante o século XVIII, era referendado na documentação da época

[...]. Ele acredita que o único homem que, naquelas paragens, teria condições de reverter essa situação, resultando em maior utilidade a Real Fazenda, seria o capitão-mor da Ressaca, “pela grande prática que tem de todos estes sertões, e os ter vadiado por infinitas vezes, sendo o seu emprego o situar e cultivar fazendas de gado”. Cf. Sousa (2001, p. 54).

como “estrada geral da Bahia”, “estrada real do sertão” ou simplesmente de estrada geral, era uma das mais antigas a ligar Minas Gerais a Bahia e o litoral ao sertão” (Novais, 2008, p. 81).

Segundo o príncipe:

O comércio entre Minas e Bahia se faz aqui por diferentes caminhos. Grandes tropas de sessenta a oitenta burros, ou mais, vão e vêm sem parar transportando mercadorias, principalmente sal, que falta em Minas. Descarregam-se os burros em um Valo para serem revistados, depois segue-se comumente pela estrada ao longo do Rio Gavião. É espetáculo interessante o de uma dessas tropas, aliás característica dos campos gerais [...] sete burros formam um lote, devendo ser conduzidos, carregados e alimentados por um homem. O primeiro animal da tropa tem arreios pintados e guarnecidos de em numerosos guizos. O encarregado da tropa vai a cavalo na frente, com alguns de seus companheiros ou ajudantes; todos vão armados de compridas espadas e vestidos de botas de couro castanho que sobem até muito em cima; à cabeça um chapéu de feltro cinzento claro. Essas tropas interrompem às vezes a triste uniformidade desses campos (Wied-Newied, 1989, p. 407).

Com efeito, mediante a minuciosa descrição do príncipe e os mapas o demonstram, a localização geográfica habilitou esta região para sua vocação agropastoril e de entreposto comercial, cortada por estradas onde “passavam boiadas e tropas vindas da região do Rio São Francisco e de outras paragens, pouso obrigatório para descanso de caixeiros viajantes, tropeiros e vaqueiros, bem como de tropas e boiadas” (Aguiar, 2001, p. 33). Foi na esteira dessa ocorrência, através dos mecanismos de circulação, comunicação, intervenções e trocas culturais, que de forma lenta, porém constante ao longo dos séculos, se efetivou o sistema tropeiro por estas regiões, formalizando um sistema econômico que se iniciou com as conquistas e implantação do latifúndio de João Gonçalves da Costa.

3.1.1 A bem do interesse público: é preciso pra limpar as estradas

Segundo os termos da época, limpar as estradas era uma permissão governamental, ainda que não expressa frontalmente, para a captura e extermínio indígenas, bem como de quaisquer outros indivíduos ou grupos humanos que ainda não se submetiam aos controles da colonização e resistiam, promovendo ataques constantes às boiadas, tropeiros e viajantes nos caminhos que conduziam ao litoral, às minas, ou quaisquer outras áreas a interesse da Coroa.

Por outro lado, os códigos e encaminhamentos governamentais emitiam pareceres e normas regimentais de ordenamento público para que os proprietários de terras junto aos caminhos cumprissem obrigações de abertura, cuidados e limpeza das estradas, sob pena de multas para os negligentes, conforme descrito no Código de Posturas de 1842, no artigo 20 da

recém fundada Imperial Vila da Victória. A bem do interesse público, constava na mesma norma sanções de punição semelhante aos que danificasse, destruísse pontes ou causasse qualquer outro dano de agravo aos interesses de utilidade pública; bem como realizasse qualquer obra sem a prévia concessão governamental:

Nenhum proprietário poderá impedir que em suas terras se abram estradas ou caminhos, que o bem público exigir, d'um para outro lugar e que nela se cortem madeiras e se arranquem pedras para a construção ou reparo de alguma ponte ou de qualquer outra obra pública. Pena de 30\$000 rs.

Duplicando-se na reincidência. Todos os moradores, proprietários, rendeiros ou administradores de terras pelas quais passam estradas ou caminhos de servidão pública são obrigados uma vez todo ano a _e-las limpas e desramadas, e isto dentro dos meses de janeiro à março, tirando todas os embaraços que estiverem os viajantes e limpando-as da largura com que foram abertas, como são obrigadas na forma do regulamento e Ordens do governo, sob pena de 100\$000 de multa ou 04 dias de prisão e o dobro nas reincidências, quando forem as ditas estradas ou caminhos passarem em terras comuns a pena imposta será a cada um dos infratores não sendo compreendidos aqueles que tiverem limpado suas costas ou listados que lhe possa pertencer. Fica sem auto a postura nº 20. (sic).¹⁰³

Seja como for, o que a historiografia registra é que desde a chegada de João Gonçalves da Costa, por volta de 1754, à região do Sertão da Ressaca, proveniente de Minas Novas, seguindo o curso do rio Pardo, as estradas sempre foram um motivo de preocupação e um desafio a vencer para favorecimento do trânsito de pessoas, tropas de gado, mercadorias e das produções mineradoras. De acordo com João da Silva Campos em *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus* (2006, p.257-259), em 12 de agosto de 1780, o conde de Lumiar, em ofício ao Ministro Martinho de Melo e Castro, comunica as dificuldades encontradas pela falta de caminhos e meios de transportes e, devido a isso, justificando, assim, não conseguir cumprir as ordens reais de extração e envio de madeira à Lisboa. A solução prevista “para levar a cabo semelhante empreendimento” era encomendar a tarefa ao “famoso sertanista João Gonçalves da Costa”, que a essas alturas já era reconhecido como grande comerciante e abastecia os açougues nas rotas sertão do e Recôncavo baiano. Segundo transcreve Campos, o Conde de Lumiar, em seu ofício, assim descrevia João Gonçalves que:

atraindo a si alguns casais de índios domesticados, aglomerou-os em torno da sua habitação, foi progredindo, comprou escravos. Agora tinha mais de sessenta pessoas à sua sombra e estava livre dos perigos de outrora, possuindo fazendas de gado com que abastecia os açougues da vila de Jaguaripe, da povoação de Nazaré e da Aldeia, hoje cidade de Aratuípe, para o que abrisse extenso caminho até aqueles consumidores.

¹⁰³ APEB, Seção Colonial de Provincial. Série Legislativa. Códigos de Posturas de 1842. Livro 861- 1841-1889.

Seguindo em sua narrativa, Campos (2006, p. 259), nos diz que o Conde convocou João Gonçalves à sua presença e o encarregou da abertura da estrada:

Mandando vir à sua presença o velho sertanista, expôs-lhe as vantagens que decorriam da construção de uma estrada entre suas fazendas, onde se eleva hoje a cidade de Conquista, e as vilas do norte da comarca, onde, mais que nas outras partes, se fazia necessário o gado para sustento dos povos e para o seu trabalho e onde começava a correr dinheiro abundantemente em virtude da nova indústria de extração de madeiras. Metendo mãos-à-obra. João Gonçalves da Costa gastou três anos, quase completos, para levá-la a termo, com insignificante dispêndio do erário real. Atingira, então, o dilatadíssimo caminho o lugar denominado Funis, à margem do rio das Contas, apropriado à irradiação de vias secundárias, que deviam ser abertas pelos particulares, dirigindo-se às seis vilas da comarca. Ao mesmo tempo, pelas informações que tivera da magnífica situação do local, [João Gonçalves] deliberou fundar ali uma vila, com outras povoações menores em derredor, cultivando-se assim, aquelas terras e aproveitando-se as madeiras das suas florestas.

No entanto, após atingir os objetivos previstos, frustrando os interesses pessoais do “velho sertanista”, houve mudança administrativa no governo português e Afonso Miguel de Portugal, o marquês de Valença, governador geral da Bahia, freou a intenção de maiores impulsos e em 1779 mandou fechar a companhia da conquista, composta por “soldados índios e oficiais brancos”, comandados por Gonçalves para a construção das estradas, “derrubada da mata e a fábrica de casas” na região dos Funis, à margem do rio de Contas, local “apropriado à irradiação de vias secundárias, que deviam ser abertas por particulares, dirigindo-se às seis vilas da comarca”. Campos deixa entrever que João Gonçalves não se conformou com o impedimento imposto pelo marques de Valença e movimentou-se politicamente em direção a restituição de retomada de seus planos. Em 1782, o desembargador Francisco Nunes da Costa, ouvidor de Ilhéus, restitui João Gonçalves a aldeia dos Funis do rio das Contas:

Para se ter a estrada menos infestada pelos pataxós, afugentando-os, podendo, ao longo da mesma, estabelecerem-se lavradores com suas roças de legumes e fábricas de farinha para consumo dos habitantes da cidade da Bahia [Salvador], que experimentavam então grande falta de tais gêneros. Além disso, a aldeia garantiria os viajantes [...] desenvolvia-se a estrada pela extensão de oitenta léguas, através de florestas bastas, serras e alagadiços. Nos Funis bipartia-se: um ramo descia para a vila da Barra do Rio de Contas e outro seguia para Camamu, servindo às demais localidades do norte da comarca. **Mal ficou em estado de ser transitada, João Gonçalves da Costa fez vir um lote de gado**, o primeiro que aqueles moradores viram, sendo uma parte adquirida pelos agricultores e outra abatida nos açougues. Tal nunca havia acontecido “desde a descoberta e povoamento daquela comarca” (Campos, 2006, p.260-263 – grifo nosso).

Com efeito, o perigo e a deficiência envolvendo estradas na capitania da Bahia se estenderam pelos dois primeiros séculos de ocupação desta região relegada ao abastecimento

por tropas e boiadas em trânsito e em permanente conflito com os indígenas que resistiam ao domínio estrangeiro, conforme demonstra o ofício do dia 2 de setembro de 1845, enviado pelo juiz municipal Plácido Gusmão à Presidência da Província, solicitando:

providencias a bem público" contra a ação dos índios Mongóio na estrada de Ilheus (...) muito convém a transito livre dos viajantes, porque os criadores de gado deste Município, pela dita estrada botão gado de asougue. Para o consumo da Villa dos Ilheus, bem como para arrastarem a madeira das matas. Para o ponto de embarque e da hi Para a cidade, e os moradores deste Município conduzem sal daquela vila para o mister de suas casas.¹⁰⁴ (sic)

Sem que qualquer providência fosse tomada por parte da Presidência da Província, o Conselheiro Municipal João Nunes Bahiense é designado para administração e limpeza da estrada, emitindo em 27 de julho de 1846 um relatório nos seguintes termos:

Para a Estrada Geral que "vem da Provincia de Minas e vai ter o seu fim nos Portos de Valença, Nazareth, e Aldeia" a Camara acena boas possibilidades de utilização com a realização de algumas melhorias especialmente quanto ao apresamento de agua nos pousos. Sobre a "picada" que "d 'esta vila vai ter a Villa de Ilheus", apesar de caminho precario "he abundantissima d'agua e fertil de postos em todos os pousos." A preocupação com a situação das estradas justifica-se por servir de rota comercial "onde transmitao as boyadas e tropas que passam neste municipio". (sic)¹⁰⁵

De acordo com o memorialista Anibal Viana (1982, p. 13), na chegada de João Gonçalves da Costa ao Sertão da Ressaca “já havia um caminho para o Rio Pardo onde existiam dois moradores um dos quais, de nome Antônio Ferreira Campos¹⁰⁶, com fazenda de gado e comerciante na Barra da Vereda”, embora não identifique o outro morador, o registro de Viana aponta a existência de que nos sertões baianos já existia uma rede de atendimento mercantil, de distribuição de mercadorias e de comunicação em andamento, rede esta que posteriormente foi ampliada por João Gonçalves e seus descendentes.

O que se percebe a partir da literatura consultada é que a abertura e manutenção das estradas sertanejas demandavam muita atenção da administração portuguesa existente na colônia e persistentes embates com os nativos. Durante 48 anos de lutas e tentativas, somente em 1782 João Gonçalves da Costa oficializou a definitiva tomada do território e deu por fundado o arraial. Segundo Araújo (2017, p. 82), todas as tentativas lusitanas de ocupação do

¹⁰⁴ APEB - Seção Colonial e Provincial, Série judiciário 1837 - 1872. Maço 2647.

¹⁰⁵ APEB - Seção Colonial Provincial, Fundo Presidente de Província, Série Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória 1840-1866. Maço 1463.

¹⁰⁶ Segundo Viana (1982, p. 13), Antônio Ferreira, é o mesmo que por sua vez, quando viúvo veio a se casar com uma filha de João Gonçalves da Costa, Joana Gonçalves da Costa. Ou seja, ele se aliou com as figuras que já ocupavam a região, ampliando o seu poder através das relações de parentesco. Mesma conduta utilizada anteriormente quando de seu primeiro casamento, ocorrido com a filha de Mathias João da Costa, homem já bastante rico e estabelecido na região do Brejo das Carnaibas, Rio de Contas e de quem recebeu terras em dote.

Sertão da Ressaca, depois de “longos e acirrados embates contra os gentios”, em diferentes épocas, tiveram por finalidade incorporar a região “à chamada civilização portuguesa deixando o caminho livre para que o viandante pudesse cruzar a região sem os terríveis perigos de outrora”

Como consequência imediata, além das já existentes, novos caminhos, novas picadas, novas estradas, novos acessos, embora rudimentares e incipientes, começaram a rasgar o Sertão da Ressaca em várias direções, abrindo espaço para a formação de povoados que passaram a servir de pouso para as tropas e boiadas, e até mesmo entreposto comercial, como aconteceu com Jequié (Araújo, 2017, p. 82).

Segundo a ótica apresentada por este autor, “perigos de outrora” é alusão direta aos indígenas e povos aquilombados que resistiram aos forçosos empreendimentos da colonização, aos quais João Gonçalves combateu severamente. Aparecida Sousa (2001, p. 48), nos diz que, sob o ponto de vista da administração portuguesa, a “limpeza” dos caminhos fez de Gonçalves um ‘exímio conquistador’, notável por ter sido um ‘violento dizimador de aldeias indígenas da região’.

Ao longo dos anos, de Arraial à cidade, o território onde se localiza Vitória da Conquista se notabilizou historicamente como importante região de trânsito pelos sertões, pois oferecia rotas tão variadas aos viajantes que se dirigiam à “capital da capitania” com a possibilidade de “escolher vários caminhos”, conforme descreve o príncipe renano:

O caminho que as boiadas da zona de Conquista costumam tomar para atingir a capital é o mais curto; foi este que preferi, porque viajantes o frequentam, tanto mais quanto fazia pouco que algumas tropas tinham sido atacadas por salteadores, nas margens do Gavião (Wied-Neuwied, 1989, p. 439).

Contudo, o príncipe e naturalista Maximiliano de Wied-Neuwied alerta quanto aos cuidados que se fizeram necessários, afinal, mesmo após tantas investidas dos colonizadores contra os nativos, àqueles tempos, os caminhos ainda se faziam perigosos devido aos frequentes ataques que se faziam às tropas. O que nos induz a pensar que os indígenas remanescentes que sobreviveram aos ataques de “limpeza” e conluios impostos por João Gonçalves, se mantinham em prontidão e em luta de resistência pela reconquista de seus territórios.

3.1.2 Ampliação das rotas e formação do mercado interno

Quando da passagem do príncipe, Gonçalves já se encontrava residindo na fazenda Cachoeira¹⁰⁷, onde em 1817 recebeu a visita do naturalista. O mesmo relatou em seu diário de viagem ter encontrado o conquistador em idade de 86 anos, em uma “choupana, onde residiam os escravos e índios domesticados” (Wied-Neuwied, 1989, p. 16). Esta fazenda era rota de tropeiros em direção a Nazaré e também fazia interseção com outras rotas do Recôncavo baiano. De acordo com o historiador jequiense:

A circulação de tropas e boiadas pelas vias de comunicação do Sertão da Ressaca e adjacências contribuiu para uma redistribuição racional das terras, culminando com a criação de novos municípios e povoações. O território de Barra do Rio das Contas (Itacaré), por exemplo, era tão extenso que abrangia Boa Nova, Poções, Itagibá, Ubaitaba, Gongogi, Dário Meira, Manoel Vitorino, Iguai, Ibicaraí e Nova Canaã. [...] As picadas abertas por João Gonçalves da Costa ligando suas propriedades a Ilhéus, Camamu, Itacaré, Rio Pardo e Santa Inês, esta última transformada em estrada real a partir daí até Nazaré e Aratuípe por Manoel Esteves de Sousa Santos e seus filhos, foram revitalizadas. O mesmo fluxo, sempre crescente, de viajantes mascates se fez sentir nos caminhos Camamu-Monte Alto, Montes Claros-Caetité, Ubaira-Cachoeira de Manoel Roque, Poções-Descadeirado-Casca (Santa Inês), Jequié-Amargosa, Chapada Diamantina-Brumado-Conquista. A estrada real partindo da Chapada Diamantina até atingir Maracás, ao lado das vicinais, serviu de rotas para dos tropeiros de Minas Gerais em busca do litoral e da capital baiana, em um vaivém constante. Areão, à margem direita do Rio das Contas, assim como Ituaçu e Porto Alegre, experimentou por um algum tempo um comércio promissor. As estradas reais, cujas raízes se perdem no Brasil Colônia e no início do Brasil Império, nada mais eram do que simples picadas por onde passavam tropas e boiadas, em uma época em que inexistiam veículos motorizados. O sertanejo, no seu típico linguajar, costumava chama-las de boiadeiras, quando serviam às boiadas, e muladeiras, quando utilizadas pelas tropas (Araújo, 2017, p. 82-83-84).

Segundo Antonieta Miguel (2000), nesta região, desde o período como Arraial da Conquista, começou a se estruturar por aqui em âmbito regional uma rede de contatos comerciais, rotas tropeiras que envolviam as áreas do Arraial do Rio Pardo, Minas Novas, Chapada Diamantina, Ilhéus, Areia e Nazaré, que figuravam como fortes referências para as trocas que se originavam sobretudo de Salvador, a Cidade da Bahia, porém esta rede intensificou o comércio intraprovincial após a instalação da Imperial Vila da Victória, no século XIX.

A cidade da Bahia aparece como importante fornecedora de produtos estrangeiros que chegavam às vilas sertanejas em lombos de muars sob o comando dos tropeiros em comitiva alegrando os ávidos olhos dos

¹⁰⁷ Onde hoje se localiza o município de Manoel Vitorino, à 116 km de Vitória da Conquista (cf. Araújo, 2017, p. 60).

moradores, principalmente das mulheres, com mercadorias vindas de além mar e que representavam as novidades do mundo civilizado (Miguel, 2000, p. 61).

Porém, a autora não leva em conta que, antes da instalação da Vila, a agricultura de subsistência e a de exportação não estavam dissociadas no período colonial e que, segundo Schwartz (2001, p. 125), “estavam intimamente ligadas em uma relação complexa, multidimensional e em mutação histórica”, onde já se fazia presente um sistema de transporte de cargas. Pois, nesse tempo ainda não havia estradas de ferro nem meios de transportes mais eficientes, o que nos leva ao mesmo entendimento de Simonsen (2005, p. 556) de que “a penetração para o interior tinha de ser feita pela abertura dos caminhos para tropas, e, principalmente, onde houvesse pela utilização dos rios navegáveis”, conforme ocorreu com a cidade de Jequié (Araújo, 2017), diferentemente de Conquista que não possui rio navegável nem estrada de ferro. Mas contou com o engenho de João Gonçalves da Costa na abertura de estradas, com a pecuária, a lavoura de subsistência e as tropas como vias de retenção e circulação mercantil para se inserir no contexto econômico e político dos interesses portugueses na América, que àquele tempo se encontrava sob a chancela de implementação das reformas pombalinas, de encontrar novas reservas de minério, ampliar e controlar as fronteiras internas no território brasileiro.

3.1.3 O tropel da Rua Grande não deixa Conquista dormir

Nas palavras de Zai Orrico (1982, p. 222): “Conquista, no princípio do século, era um ermo encravado nos sertões baianos. Estrada alguma ligava-a parte nenhuma. Existiam as trilhas, sim, por onde as tropas de burros viajavam, transportando mercadorias”. Prossegue seu relato dizendo que “aonde quer que o indivíduo quisesse ir, fazi-o em lombo de animais. [...] Sair daqui só a cavalo”.

Eu fui em Conquista a primeira vez com oito anos de idade. A igreja ainda era a antiga e estava mais ou menos com dois metros de altura. Lembro que eu ainda me admirei da largura das paredes. Daí por diante me peguei de ir na feira [...]. o barracão dos tropeiros era ali na cidade, no meio da Rua Grande mais pra perto da Barão do Rio Branco. Do meio pra cima era um largo aberto, as famílias de importância moravam ali. Essa família Santos é uma família grande, de muita categoria, sabe? [...] Agora, nas casas, ‘num’ entrei. Se tinha de entregá mercadoria, era na calçada. Chamava nas ‘porta’ e alguém lá de dentro vinha buscar as encomenda. Se era na porta da frente eu ficava assim tentando “espiá” pra dentro assim. Mas quando a gente entrava pelo portão de fora eu só via o quintal mesmo. Mas eram casas muito bonita, bem cobertas, com janelas de vidro que o sol batia e ‘espaiava’ as ‘cor’. Eu

achava tudo lindo, não sei como era por dentro porque nunca entrei. Mas devia de ser bem bonito também (Zito Tropeiro, 2008).

A descrição acima é referente a fala de Florisvaldo Leal de Brito, Zito tropeiro¹⁰⁸, residente no distrito de São Sebastião. Do seu relato que se inicia ao rememorar suas primeiras sensações quando ainda criança se admirava com a arquitetura das casas na cidade, chama atenção o quanto a impossibilidade de acesso às residências o marcou em impressões que se perpetuaram em inquietações durante toda sua vida. Em outros depoimentos percebemos nos informantes a mesma indisposição quanto ao lugar de subordinação imposto pela estratificação social daquele contexto histórico. A historiografia local confirma as informações de Zito tropeiro de que, naquela época, a vida urbana se desenvolvia ao redor do grande largo denominado Rua Grande, no qual havia um antigo barracão que eventualmente servia como rancharia aos tropeiros em passagem por Conquista.

Durante o dia, aquele era o palco da feira, a noite, as experiências ali vivenciadas, sob a friagem intensa que fazia no gélido e longo inverno do tempo antigo, quando os tropeiros se esquentavam do frio no calor da fogueira acessa no meio da Rua Grande ou Rua Larga (Viana, 1982, p.658), e que para desespero das famílias do entorno, batiam sambas, bebiam cachaça e cantavam suas saudades. Zai Orrico em seu livro de homenagens às mulheres por ele consideradas matriarcas importantes na história da cidade, dedica algumas de suas linhas a também exaltar o passado de Conquista. É de sua autoria o seguinte registro sobre as impressões que a movimentação das tropas lhe provocava em sua infância:

A entrada das tropas de animais em Conquista constituía espetáculo alegremente aguardado. Para a criança, a longa fila de burros, cascos levantando poeira, tropeiros a estalar os longos chicotes; se chegavam à noite, mais belo o acontecimento. Dos seixos encravados na terra nua, ou nas valetas de pedras que serviam de escoadouro às águas de enxurradas, então existentes na praça XV de Novembro, derramando-as em chuveiro de ouro sobre o chão escuro. Coloriam a noite conquistense.

Motivo de especial satisfação para os adultos igualmente, pois significavam a vinda das últimas notícias lá de fora. Notícias fresquinhas de uma semana ou mais até. (Orrico, 1982, p.222-224).

A convivência na rancharia era animada e também atraía a curiosidade dos locais. Rememorando a existência de um barracão localizado onde hoje finaliza a rua Monsehor Olímpio e inicia o grande largo do viaduto, o autor relembra que nesse rancho: “os condutores

¹⁰⁸ Entrevista concedida à autora por Florisvaldo Leal Brito (Sêo Zito), no dia 20 de janeiro de 2008, em Vitória da Conquista/BA. O material coletado em gravações e sistematizado por transcrição, se constitui em acervos da Catrop e do PMT.

de tropas se alojavam, repousando das longas e cansativas viagens. Geralmente, tinham muito a contar de suas andanças”.

O arroz tropeiro e o feijão com torresmo, duas iguarias de que se orgulhavam, além do papo variado, repleto de novidades, atraíam os amigos para a hora do almoço. Após o golo da insubstituível Riachinho, pinga pura e boa, todos se fartavam. Que chegassem outros tantos, pois havia comida para muitos mais!

Da rancharia memoriada por Zai Orrico, até o momento não ficou nenhuma imagem que se conheça. Porém, do antigo barracão, identificado como o primeiro localizado no centro urbano, resta uma fotografia. A figura abaixo é um registro iconográfico que atesta a existência desse barracão localizado na rua Grande e a proximidade da feira com as tradicionais residências das famílias que viviam no entorno da praça.

Figura 24. Rua Grande barracão da feira com presença de tropeiros

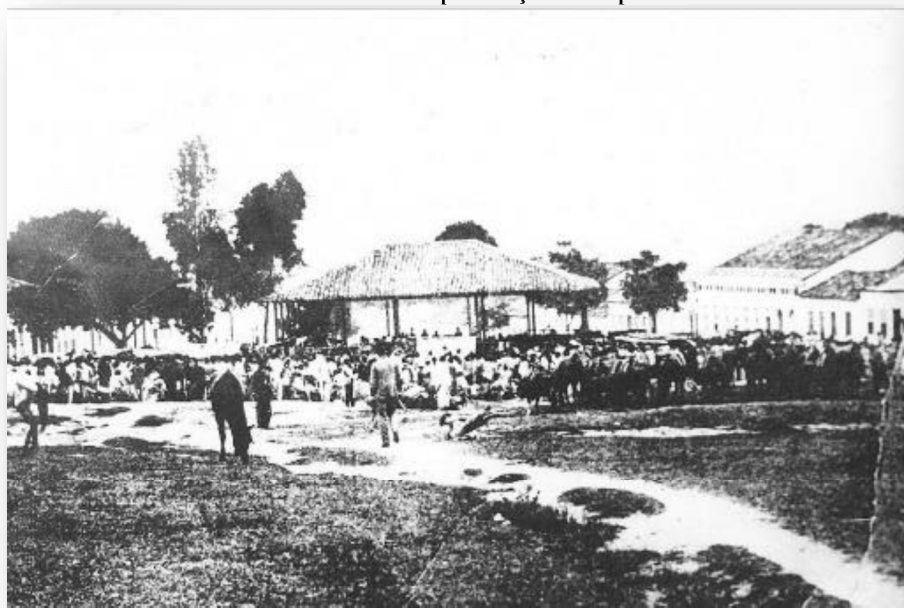


Foto: MRVC/ autoria possível atribuída à Euphrásio Correia ou a seu filho Manoelito Correia¹⁰⁹

Como visto na figura 24, o barracão, mercado público e rancharia era um galpão aberto, e segundo Anibal Viana (1982, p. 539), as tropas eram também a distração e a novidade a romper o isolamento da vida sertaneja. Por isso, também houve quem registrou saudoso o movimento de homens e seus animais, suas bruacas, guizos e novidades. A esse respeito, registra o mesmo autor:

¹⁰⁹ FERNANDES, Luís Carlos. Manoel Euphrásio Correia de Mello, o primeiro fotógrafo de Vitória da Conquista. **Blog do Anderson**. Vitória da Conquista, 19/08/2015. Disponível em: <https://www.blogdoanderson.com/2015/08/19/taborda-da-historia-manoel-euphrasio-correia-de-mello-o-primeiro-fotografo-de-vitoria-da-conquista/>. Acesso em 18 fev. 2023.

Era tão bonito a gente ver os desfiles das tropas na Rua Grande, até o antigo barracão, com os madrinheiros ostentando a cabeçada toda enfeitada, encimada por uma boneca de pano, e os peitorais compostos de uma dúzia de cincerros, cada qual emitindo um som diferente, porém harmônicos, agradando os ouvidos dos que apreciavam a chegadas das tropas, na querida cidade de Vitória da Conquista, no tempo em que ela era “meio civilizada e meio tabaroa”. Bem que na Praça Rio Branco deveria ter um monumento em homenagem ao Tropeiro – este herói desconhecido.

Considerando o registro acima, ainda nos conta Anibal Viana que além das condutas e práticas recreativas dos tropeiros, outro incômodo a exigir meios públicos de solução era a venda e o abate de reses para consumo, cuja matança causava repugnância e horror à população. O problema só foi resolvido no período da Imperial Vila com a transferência do barracão e do “curral da matança”, funcionando até 1925 no local onde atualmente é a Praça da Bandeira, centro de Vitória da Conquista.

Acontece que naquele momento da história as contradições sociais provocadas pela presença das tropas na praça impunham à sociedade local um dilema: deveriam essas continuar arranchadas no antigo barracão localizado próximo às suas residências ou a administração pública deveria lhes proporcionar outra localização mais adequada ao seu ofício e suficientemente longe das famílias? A inquietação social provocou intenso debate junto à comunidade e editoriais publicados nos jornais instavam que as autoridades se pronunciassem em relação a presença das tropas no centro urbano.

Em 1908, a Comissão de Obras Públicas da Câmara discutia uma melhor utilização do espaço coletivo. Estava em votação o *Projeto 130*, que autorizava ao Intendente Municipal, Cel. Gugé, a demolição do barracão da feira. Isso se deu em função de vários fatores, entre eles a considerável importunação social provocada pelo trânsito e pouso dos tropeiros e o desgaste natural do madeiramento do equipamento público, muito antigo e já bastante desgastado por cupins, expondo a vida e a integridade física de todos quantos se utilizassem do local. Com o crescimento e a constância dessa forma de comércio, a polêmica crescia na mesma medida e proporção, e se fez necessário providenciar locais adequados para acomodação de homens e animais longe do vilarejo, para sossego das famílias. Mesmo porque, conforme ilustra a figura 25, o trânsito constante e o aumento da população que servia da feira pressionava pelo remanejamento a locais mais apropriados ao crescente comércio.

Figura 25. Rua Grande ou Larga em dia de feira, atual Praça Tancredo Neves, com os tropeiros em primeiro plano em meio a movimentação da feira.



Foto: MRVC/autoria possível atribuída à Euphrásio Correia ou a seu filho Manoelito Correia.

Conforme dito, inicialmente toda essa dinâmica foi sendo assentada no núcleo formador do povoado, no largo onde era realizada a feira, onde foi edificado um mercado público que às noites era rancharia dos tropeiros. Houve também quem registrou saudosos o movimento das tropas e seus animais, suas bruacas, guizos e novidades, ressignificando em cantorias e outras artes conforme explicitado nas obras de Elomar e J. Murilo, por exemplo.

Porém, ao tempo dos tropeiros, a transferência do mercado foi uma demorada disputa entre os poderes legislativo e executivo da Imperial Vila da Vitória, pois a maior parte dos vereadores eram também comerciantes e priorizaram interesses pessoais diante da questão e clamores populares, assim, o conflito de interesses resultou em causa do adiamento da tão controversa obra.

Os conselheiros Manoel Caetano dos Santos e Francisco Pilôto, que tinham casas comerciais próximas ao barracão e defendiam a presença tropeira no local, se pronunciaram contrários à demolição alegando que “havia obras urgentes como cemitério, matadouro e calçamento” que ainda aguardavam solução, entretanto, a contrariedade e os interesses desses vereadores não foram levados em consideração. Nos idos de 1912 a 1915 a Rua Larga já era

reconhecida como Praça 15 de Novembro, e, quando o Cel. Gugé ocupava a intendência, ou seja, a prefeitura municipal, o barracão foi demolido. Com isso, os tropeiros passaram a utilizar como rancharia uma casa adquirida pela intendência e a feira acontecia no amplo quintal deste rancho, localizado nas imediações da Praça 15 de Novembro, atual Praça Barão do Rio Branco.

Ainda segundo Viana, em 12 de novembro de 1921, o jornal “A Notícia” reabre a polêmica pela construção do mercado municipal e pressiona o intendente Cel. Ascendino dos Santos Melo.

Antes não houvessem derrubado o velho barracão, que havia no centro da Praça 15 de Novembro, já que no momento não fôra possível a edificação de um mercado público em condições de satisfazer as exigências da coletividade. Assim feitas ao ar livre as feiras semanais, sem o menor abrigo, ficando o povo impiedosamente exposto aos incômodos ou das chuvas, não pode continuar por muito tempo, por que isso, além de trazer grandes aborrecimentos, é prejudicialíssimo à saúde pública. [...] enfim, ali se contempla uma verdadeira imundície, que depõe contra o nosso nome de povo civilizado (*Ibidem*, 1982, p. 656).

Conforme faz questão de registrar em sua revista o memorialista Anibal Viana, não se observa, em rua, praça ou monumento, qualquer homenagem pública aos tropeiros conquistenses, sendo essa omissão um atestado de que o tropeirismo e seus sujeitos são marginalizados a pretexto de outras categorias que atuaram no mesmo período, até mesmo em funções bastante semelhantes, conforme ocorrido em relação a outra categoria que também atuou no passado da cidade, os cometas ou caixeiros viajantes¹¹⁰. Segundo Viana, os caixeiros “trouxeram ao alto sertão a semente da civilização e da prosperidade, trazendo novos costumes das cidades mais civilizadas” (1982, p. 665). O autor dedica a eles algumas páginas de sua revista histórica, elencando nomes e feitos destes comerciantes ambulantes que também dependiam do serviço das tropas para fazerem negócios e conquistar a ascensão social. No entanto, o que este autor não considera em suas linhas é a importância do trabalho e da participação dos tropeiros junto aos “representantes itinerantes das casas comerciais”.

Enquanto categoria, os caixeiros possuem notório reconhecimento público em Vitória da Conquista, homenageados com uma praça em local onde antes havia um barracão de

¹¹⁰ Cf. Viana – “Os cometas, amigos de Vitória da Conquista realizaram de 29 de setembro a 1º de outubro de 1953. Houve intensa mobilização na cidade, com sessão solene no “salão da Câmara Municipal, onde se fizeram ouvir muitos oradores. O então governador do Estado, Dr. Régis Pacheco, sincero amigo da grande classe dos caixeiros viajantes esteve presente e ofereceu aos promotores da festa um churrasco na fazenda “Amaralina”. O prefeito Gerson Sales decretou feriado o dia 1º de outubro e colocou uma placa com o nome de Praça dos Caixeiros Viajantes, situada no largo onde finda a Rua Francisco Santos e começa a 2 de Julho. No encerramento houve na Catedral missa solene celebrada por Padre Luiz Soares Palmeira e baile à rigor realizado no Clube Social Conquista” (Viana, 1982, p.667-668).

tropeiros, estes seguem obscurecidos, pouco considerados e identificados como sujeitos na historiografia local. A pesquisa, que ora se apresenta, tem como uma de suas provocações repensar essa estratificação e invisibilidade.

3.1.4 Arriba estrada, tropeiro, que o século XX chegou!

Estudando a urbanização do município, Ana Emília Ferraz (2001, p. 31) concluiu que, no final do século XIX, a Imperial Vila da Vitória possuía: “onze ruas e duas praças [que essas] eram suficientes para abrigar a população urbana. A Vila possuía duas escolas públicas e seis particulares, um cemitério com capela, uma igreja católica e lojas comerciais”, já havendo, assim, uma estrutura de cidade em formação¹¹¹. Com o adensamento populacional aumentava também a demanda por tecidos, perfumes, querosene, sal e produtos variados vindos da Europa ou produzidos em solo brasileiro, e que chegavam até a Vila em lombo de tropa. Nessas condições, o trabalho das tropas era ainda mais dispendioso e arriscado. Contexto esse que foi pouco alterado ao longo do tempo e em Conquista, por força da ação de comerciantes e coronéis, ganhou um espaço dilatado de permanência.

Ao contrário de muitos autores, que enxergam os anos 30 como período de declínio e extinção do Tropeirismo, [...] podemos afirmar que o Tropeirismo se estendeu do início do século XVIII até aproximadamente 1965. É nesse contexto que podemos localizar a cidade de Conquista como parte integrante da história do Tropeirismo no Brasil (Fonseca *et. al.*, 1998, p. 134).

A afirmação de Humberto Fonseca está descrita na primeira pesquisa sobre tropeirismo realizada em Vitória da Conquista. De fato, a década de 1930 é considerada como o período de declínio do tropeirismo como sistema de transportes. Antes do período sinalizado por Fonseca, o então governador de São Paulo (1920 a 1924), Washington Luís, na apresentação de seu plano de expansão viária para o Estado dizia à sua audiência que “governar é abrir estradas”. Assim, interligou cidades paulistas entre si e a outros Estados.

Quando presidente do Brasil (1926 a 1930), avançou em seu projeto de expansão de corredores viários, abrindo a primeira rodovia em 1928, que ligava o Rio de Janeiro, então capital federal, a Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Todavia, essa sanha de expansão

¹¹¹ Resgatando-se a história da urbanização de Vitória da Conquista, constata-se vários elementos importantes para a compreensão do seu espaço. Nas primeiras notícias que se tem sobre esse lugar, afirma-se que, em 1780, já existia um aglomerado humano com mais de sessenta pessoas. No período compreendido entre 1780 e 1816, o Arraial desenvolveu-se lentamente, tendo como centro da economia a venda do algodão produzido na região e a passagem das boiadas, que seguiam do interior em direção à capital, Salvador. Nesse período, constata-se a presença de umas quarenta casas e de uma igreja em construção. No ano de 1840, o Arraial é elevado à categoria de Vila, quando houve uma preocupação inicial com o planejamento territorial (Ferraz, 2001, p. 30).

rodoviária e interesses desenvolvimentistas já seduziam as elites financeiras e governamentais desde o séc. XIX. Se originam dessa fase que o desenvolvimento tecnológico avança colocando o tropeirismo no acostamento, provocando mudanças nos padrões de cultura e modificando sociedades.

Os impactos causados pelos ventos que clamavam por mudanças estruturais no país e que se arrastaram com mais insistência a partir do início do século XX implicaram muito diretamente no desenvolvimento do transporte de cargas. Sobretudo, causando a extinção do sistema tropeiro em substituição a adoção do sistema rodoviário. Essas foram transformações políticas, sociais e econômicas de grande importância e que provocaram alteração na composição populacional em direção aos centros urbanos. “Na Bahia, entretanto, a disputa em torno da redefinição do papel do Estado foi conduzida pelos próprios coronéis, o que revela algumas particularidades regionais” (Fonseca, 1999, p. 39), entre essas, que a manutenção dos serviços das tropas ainda não estava superada.

Na Primeira República, o governo empreendeu medidas de contenção às importações e, com o “efeito renda da economia cafeeira”, foi possível investir no processo de industrialização e integralização do país, favorecendo o mercado interno. Nesse período, ainda sustentado prioritariamente pelas ferrovias e centros distribuidores regionais, mesmo com potencial produtivo já em vias de superação, o uso das tropas ainda era o principal sistema adotado para escoar mercadorias às cidades mais distantes ou devassar os sertões, onde os ventos do progresso ainda não haviam chegado. Enquanto isso, em Conquista, a abertura da primeira estrada foi empreendimento privado da Companhia Rodoviária de Conquista; consórcio realizado entre alguns membros da elite local.

Antes da estrada de rodagem que foi grande o avanço do progresso conquistense, ligando esta à cidade de Jequié que em 1926 já era ponto final da “Estrada de Ferro de Nazaré”, as mercadorias compradas pelos comerciantes em Salvador, Nazaré e Cachoeira, eram apanhadas em consignações de Nazaré, Cachoeira e Jequié e conduzidas pelas tropas [...] à medida que a Estrada de Ferro de Nazaré ia subindo em demanda a Jequié, os tropeiros iam apanhar as mercadorias onde a construção da estrada chegava (Viana, 1982, p. 539).

Em 1934, Getúlio Vargas (1930 a 1945) dá início ao “Plano Nacional de Viação”, com a função de coordenar a política nacional de transportes que incluiu no projeto a abertura da Rodovia Santos Dumont, Br 116, popularmente conhecida como Rio/BA. Passando por Conquista e terminando sem asfalto, no governo Dutra (1946 a 1951), somente foi asfaltada em alguns trechos no governo Juscelino (1956 a 1961), e totalmente finalizada no governo de

João Goulart (1961 a 1964), em 1963, portanto, mais de trinta anos após o início da abertura da rodovia.

Nos anos 1950, quando o presidente Juscelino Kubitschek assumiu a presidência e estabeleceu como meta de ampliação do plano de desenvolvimento ampliar a malha viária e distribuir 80 mil caminhões, estava selada a escolha do Brasil para distribuição de cargas. A decisão pela matriz rodoviária ocasionou no abandono em definitivo do transporte ferroviário e, com esta medida, extinguiu por completo o ciclo produtivo do tropeirismo, finalmente superado nos eixos Sul e Sudeste do Brasil.

Na conjuntura sertaneja, diante de um tempo que demarca o atrofiamento e posterior extinção do tropeirismo como sistema em outras regiões do país, na maior parte da região Sudoeste baiano, a estratégia de escoamento de cargas ainda se seguia aos passos de mulas, que, entre trotes, freios e contrapesos, foi também cedendo muito lentamente lugar aos caminhões e a outros meios mais eficientes para os transportes de cargas. Tanto é que, segundo Humberto Fonseca, em meados do século XX ainda era um grande negócio a criação de muares para constituição das derradeiras tropas (Fonseca *et. al*, 1998, p. 132).

O que em última análise nos leva a considerar que o tropeirismo ainda não havia sido completamente superado como sistema de distribuição no país, muito embora já experimentasse os estertores da completa extinção. Diversos estudos apontam que a partir das décadas de 1940 e 1950 houve no Brasil sucessivas tentativas de expansão da política institucional de industrialização e de substituição das importações. A conjuntura internacional do pós-guerra provocou a reestruturação da economia capitalista, desmantelando de vez as persistentes bases das velhas estruturas coloniais. O que não se pode afirmar em absoluto em relação ao semiárido, onde o poder local ainda se mantinha em mãos das oligarquias estabelecidas sobre laços de endogamia e compadrio. Eram tempos da política dos “coronéis”.

Nota-se, entretanto, que o conjunto dos anseios desenvolvimentista, intelectuais e estéticos, desde o período modernista iniciado nos anos 1930, ambicionava por projetos e investimentos que pudessem vencer os limites da estrutura agrária ainda incorporada na maior parte do território nacional no binômio latifúndio-minifúndio. E na esfera dessas pretensões, o ciclo do tropeirismo, inserido dentro do ciclo econômico, um sistema oriundo do meio agrário, era um obstáculo a ser superado, pois não atendia mais aos imperativos de progresso da nova ordem. Porém, em todo o semiárido nordestino ainda era grande o contingente populacional residindo em áreas rurais sob o comando de lideranças arcaicas, que, segundo Celso Furtado (*op. cit.*, 1997), se beneficiavam da “indústria da seca”. Através de suas manobras políticas perpetradas por suas representações no Congresso Nacional, os coronéis

não pressionavam por mudanças e até trabalhavam contra elas, dificultando a implementação de projetos de infraestrutura e combate à seca.

Nos estados, os “órgãos federais, por via de regra, estavam em mãos de representantes dos interesses rurais ou corporativos” (Furtado, 1997, p. 86), e, dessa forma, estava mantida a assimetria de desigualdade regional e mantidos os privilégios de uma minoria que drenava os recursos federais encaminhados aos estados em investimentos mediados apenas por seus interesses pessoais, particulares e de grupos mais próximos. Foi nessa conjuntura que, por consequência, o tropeirismo teve uma sobrevida no Nordeste, razão que explica as convergências mnemônicas observadas nos depoimentos que a Catrop tem registrado ao longo dos anos na coleta de histórias de vida junto a antigos tropeiros. No que diz respeito mais diretamente a pesquisa que realizamos, se no “Brasil do Sul/Sudeste” a transição para o modo industrial aconteceu tardiamente, no “Brasil do Semiárido” ela não chegou nem mesmo a ser pensada como alternativa. A dicotomia litoral/sertão, registrada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, mais uma vez mostrava sua perversa marca de exclusão ao sertanejo. Na trama das dissenções regionais e das relações interpessoais, o que não se pode negar é que em Vitória da Conquista os tropeiros foram personagens imprescindíveis para o desenvolvimento econômico e sociocultural dessa região, deixando marcas de suas passagens por trilhas as mais diversas, inclusive, na culinária local.

Amélia Barreto de Souza, autora do livro *Alimentação no Planalto da Conquista no período de 1930 a 1950*, coletou em garimpagem sociológica um acervo minucioso para efeito de registro documental de receitas e costumes de parte da antiga população conquistense. Tendo o cuidado de inserir em seu cenário discursivo a presença do sistema tropeiro no cotidiano da cidade. Fazendo questão de incluir na iconografia ilustrativa a figura do tropeiro conquistense com seu animal solitário e um *panicum*¹¹² carregado, seguindo de pés descalços rumo às feiras locais. O desenho em nanquim foi encomendado ao artista Romeu Ferreira.

Segundo Amélia Souza, no período em que se dedicou a investigar, os automóveis já estavam sendo utilizados para abastecimento das feiras e mercados. Porém, a cidade ainda não via meios de dispensar completamente a utilização das tropas nos serviços de distribuição nas rotas onde os carros tinham maiores dificuldades de penetração.

O transporte das mercadorias era realizado por tropas e pelos automóveis. O serviço das tropas era essencial para o abastecimento de gêneros alimentícios

¹¹² O mesmo que panacum; cesta de boca larga utilizada pelo tropeiro aos pares presas a uma em cada lado da cangalha sobre o lombo do animal geralmente mula ou burro, mas segundo depoimento coletados em trabalho de campo, jegues também foram muito utilizados por esta região.

como o açúcar e o sal, e para o transporte da produção excedente. Os produtos industrializados eram geralmente trazidos pelo automóvel, para as regiões de rodovias, e distribuídos pelas tropas os períodos de chuva dificultavam o transporte dos alimentos, seja pelas tropas ou pelo automóvel (Souza, 1996, p. 56).

O efeito narrativo escolhido pela autora apresenta detalhes do cotidiano tropeiro e evidencia aspectos culturais que documentam a culinária regional, tanto quanto presentificações das contribuições históricas e valores em torno do patrimônio cultural decorrente do movimento tropeirista em Vitória da Conquista.

Tanto para os viajantes quanto para os tropeiros, as paradas para alimentação se davam nas rancharias onde havia sempre uma casa ou um galpão para os viajantes e um mangueiro, para os animais e o gado. Após descarregar a bagagem, o cozinheiro ou cuca iniciava o preparo do alimento. Providenciava lenha e água e acendia o fogo entre três pedras em forma de trempe. Preparava-se geralmente o arroz tropeiro ou a carne frita com farofa e o indispensável café. Na vasilha com água, colocava rapadura e, quando fervente, colocava o pó de café acompanhado de algumas brasas para assentar o pó. Durante a noite, o feijão com carne era cozido para refeição da manhã seguinte, antes de iniciar a viagem. [...] nas rancharias, enquanto descansavam, os tropeiros e viajantes aproveitavam as noites enluaradas e frescas de verão para contar “causos”, cantar repentes e as tiranas. Os percursos diários da jornada de 15 km para as tropas com gado e de 25 km para tropas de gêneros e outros viajantes” (*Ibidem*, 1996, p. 62).

O que o livro de Amélia Souza não contextualiza são as dissidências e conflitos em torno da presença das tropas em meio à cidade. Notadamente, a década de 1950 no Brasil é referendada como uma época de apelo urbano e expansão das cidades.

Embora em ritmo mais lento, os ecos dos ventos de que era ‘preciso’ se modernizar também se faziam ressoar por Vitória da Conquista. Entretanto, mesmo que mediante conjuntura em conflitos, na região Sudoeste da Bahia, o tropeirismo ainda perduraria como sistema empregado no transporte de cargas, mesmo que no projeto desenvolvimentista e de urbanidade se configurasse como expressão de um país arcaico, embrutecido, ignorante e incivilizado. Essa era a postura crítica do editorial do jornal *O Conquistense*, denunciando que as tropas com levas de 500 muares ainda transitavam pela avenida João Pessoa, antiga rua da Boiada. O editorial chamava a atenção da cidade para o fato de que mesmo tendo sido pavimentado e trocado de nome, o traçado das tropas ainda se serviam do mesmo logradouro, o que diante das novas circunstâncias o jornal considerava totalmente inapropriado.

A Prefeitura vai calçando as ruas da cidade. Ultimamente foi concluída a pavimentação da Rua João Pessoa, antiga da Boiada. [...]. Agora, o que não pode satisfazer os moradores é o fato de boiadas e tropas, como aconteceu, há dias, em que passaram, em disparada, cerca de quinhentos muares, tocados por tropeiros, pondo em risco a vida de inúmeras criancinhas, além de estragarem o magnífico calçamento. É preciso que se tomem providências

imediatas para coibir esse abuso, pois a rua não tem mais o nome de boiada¹¹³ (O Conquistense, Ano – I n°. 23 em 02/06/1956).

No calor desses debates, na necessidade de se perceber em processo de ‘civilidade e progresso’, pressionada pelo crescimento demográfico acelerado do núcleo urbano, as críticas ao ‘atraso de Conquista’ eram registradas em editoriais da imprensa local de Vitória da Conquista em 1956. Segundo o editorialista, em protesto contra o trânsito de tropas nas ruas da cidade e cobrando providências públicas de contenção, a relação da cidade com as tropas era de tensão e incômodo.

Do lugar de trânsitos e passagens, “aos poucos, servindo durante muito tempo de ponto de apoio para tropeiros, boiadeiros e de pouso para os habitantes das fazendas quando se reuniam para assistir aos cultos religiosos”, a povoação que se formou no núcleo urbano cresceu lentamente, segundo o memorialista Mozart Tanajura em *História da Conquista* (1992, p. 46-47). Prossegue o autor dizendo que nos dois primeiros séculos, na quietude modorrenta de seu período de arraial e Vila, “vez por outra, a solidão era quebrada pelo tilintar das tropas que demandavam o Sertão” (p. 28).

No caso de Vitória da Conquista, da vocação inicial agrária, pastoril e de comércio por tropas, a pretexto do atraso tecnológico, das limitações do mercado interno, deficiências de transporte e comunicações da região ao longo dos séculos, na atualidade a cidade se tornou a terceira do Estado da Bahia e se configura como um dos mais importantes municípios do país. Na esteira dessa ocorrência, o Tropeirismo, através dos mecanismos de circulação, comunicação, intervenções e trocas culturais promovido em um permanente diálogo intercultural, teve uma participação bem maior e mais representativa que a de ser mero coadjuvante no processo de implantação de um sistema econômico que se iniciou com as conquistas e investidas do latifúndio de João Gonçalves da Costa e suas gentes.

¹¹³ Jornal “O Conquistense” Ano – I n°. 23 em 02/06/1956. – Arquivo Público de Vitória da Conquista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado ao longo de todo o trabalho, toda a saga de João Gonçalves se fez durante o expansivo crescimento demográfico e da já citada decadência nas regiões auríferas. Dada essas condições, o período consolidou um mercado interno, situação que foi plenamente explorada e controlada pela família do colonizador, que na esteira dos laços de endogamia, com forte concentração agrária, demarcaram, e nós o dissemos, o início do Tropeirismo nesta região. Os estudos de Isnara Pereira Ivo (2012), Idelma Novais (2008), Aparecida Sousa (2001), entre demais pesquisadores locais, que aprofundam mais a compreensão de todo o contexto do período colonial nos possibilitaram afirmar que a própria instalação do Arraial da Conquista, ocorrida no século XVIII, surgiu na esteira do crescimento da demanda de abastecimento por alimentação e produtos manufaturados nas áreas mineradoras, assim como da necessidade de expansão de fronteiras que uniram, na Bahia, o sertão ao litoral, o que de fato ocorreu pela expansão da pecuária, mas cuja colaboração do tropeirismo, que se evidenciou a partir do agente João Gonçalves, foi indispensável.

A plausibilidade e a ilustração dos mapas, que expusemos, - figuras 22 e 23 -, nos permitem inferir que ao manterem a rede de atendimento em funcionamento e sob contenção de seus interesses, os Gonçalves da Costa mantiveram o fluxo comercial e mercantil em poucas mãos. A concentração prejudicou que outros interessados pudessem se incorporar ao sistema, o que ampliaria a rede. Contudo, a concentração familiar, ainda que incipiente, possuiu dinamismo suficiente não só para manutenção do sistema, como também construiu em torno de si, perpetuado por sua descendência, instituições memoriais e histórias de legado patrimonial que representam identidades que se equilibram na dialogia entre memória/desmemória. Sobretudo, pela pegada histórica que ainda ressoa operante no manuseio de algumas chaves interpretativas da preservação do Tropeirismo local, que “realizam mediações importantes entre o passado e o presente entre o imaterial e o material, entre a alma e o corpo” (Gonçalves, 2007, p. 219) da cidade de Vitória da Conquista. Dessas mediações, podemos considerar que um legado identificado na região como uma cultura tropeira, que surgida das fazendas, mangueiros e pousos, edificou as bases de uma sociabilidade ainda presente em diversos meios de expressão na sociedade conquistense, e que é retratada no cancionário de Elomar, nos versos dos poetas, na sertanidade expressa de artistas plásticos e do audiovisual, no folclore local, nas narrativas e histórias de vida dos depoentes, por exemplo. Expressões, estéticas e patrimoniais que a Catrop busca reconhecer,

salvaguardar, para contribuir na difusão e apreensão histórica comunitária desse fenômeno social manifesto por saberes incorporados, conforme apresentado no corpo desta dissertação.

Também, de acordo com o que expusemos ao longo de todo o trabalho, a ONG Carreiro de Tropa surgiu de uma inquietação inicial e essa questão se tornou um problema intelectual e de natureza prática que avançou para outras rotas de influências como a militância política, o ativismo em arte e educação, em produções culturais, em esforços vários que tem por fim último aprimorar a história e confrontar a acelerada desmemoriação em relação ao fenômeno pesquisado. Portanto, esta dissertação é resultante não mais de uma inquietação primeva, mas de determinadas inquietações e constatações referentes ao Tropeirismo existente na cidade de Vitória da Conquista – no Sudoeste baiano. Sobretudo, há também nesta dissertação, e na matriz da própria Catrop, a intenção de ser mais um elemento na direção de contribuir com o debate da atualização do tema tropeirista e seus derivativos conceituais. Nos capítulos expostos foram apresentados, com o máximo de riqueza possível, e mapeados os trajetos que interligaram possibilidades de respostas às questões apresentadas.

Abordar o Tropeirismo como categoria mais abrangente do que uma comunidade imaginária, de entorno pequeno, foi um trabalho árduo. Em primeiro momento, pelas fontes que discorrem do tema em si; em segundo momento, pela questão do próprio imprinting tropeirista, com suas marcas normativas que formalizam paradigmas, estruturas de reprodução, nas quais seus elementos sociais regem conhecimento, comportamentos, ideais e estereótipos retroalimentadores do imaginário tropeiro. Evidentemente, a dialogia das diferenças regionais também possuem seus imprintings, (in) determinismos e suas efervescências autonomizadas, adquiridas pela dialogia do calor cultural, contemporâneo em torno da atualização desse temário, concepções e diferenças regionais que também estiveram sob estudo nesta dissertação.

Dentro do campo da relação teórica com o temário tropeiro, a problematização que fizemos em torno da questão dos marcadores todos que utilizamos não se fez por desmerecer a relevância dos autores clássicos, tampouco desconsiderar a eficácia explicativa de suas interpretativas fundamentalmente ancoradas nas raízes históricas ou na criação de seus mitos fundadores. O fizemos pela intenção de contribuir com a esfera pública do debate em torno da memória, imaginação social e construção hegemônica que deram a conotação mais aceita do que foi o tropeirismo enquanto sistema e como abordá-lo a partir das ideias estruturais. Daí a insistirmos na ênfase de discutir a clivagem regional por entendermos que os tempos são chegados para a assunção de uma abordagem crítica a respeito de toda essa projeção de sentidos e lugares sociais.

No que tange a Museologia e seus universos conceituais, seguramente, no âmbito do debate contemporâneo nesse campo, nossa ambição se faz na concepção imperativa de que, no entendimento que aplicamos como existência real da Catrop como museu, estamos diante de um lugar que se manifesta na ordem da percepção, justamente porque atua no âmbito da intervenção social. No sentido de que os agenciamentos dos processos de musealização são considerados a partir das articulações das memórias estruturadas no campo da historicidade e dos afetos. Estruturas essas que são emitidas por lógicas que subvertem a forja do controle sobre os corpos individuais e sociais em favor de estratégias voltadas à uma “pedagogia da memória” (Bruno, 2006) embasada nos costumes. É nesse rastro que assumimos a tração mobilizadora de nossos atos como percepções concretas de ações museológicas, raciocínio que nos permitiu insistir na legitimidade do que já afirmamos reiteradamente nesta dissertação até aqui.

O Museu do Tropeirismo que defendemos não tem sede em pedra e cal, mas tem gosto de natureza e chão de cidade do interior, e assim como o fenômeno que abraça, segue sua trajetória em um processo contínuo de construção e de ressignificação. Mas, como é sabido, em um ritmo de tropa a caminhada é lenta, e, ao longo dos carreiros e rotas, busca-se a todo tempo superar obstáculos, perseverando em um roteiro permeado pelos sons e silêncios das pessoas e do tempo. Tropeirismo pensado e repensado, que vai e volta, que leva e traz coisas, que apura os sentidos de olhar e do gosto que existe entranhado na poesia das coisas. Fenômeno de muitos sotaques e referências culturais, esperamos ter ficado evidente que a Catrop se efetiva em ser ela mesma o Museu do Tropeirismo. Assim se afirma ao empreender esforços que ambicionam ampliar a visibilidade do seu objeto de estima no painel das culturas nacionais e locais, elencando-o como expressão singular, também constitutivo da intrincada teia sócio-histórica dos sertões nordestinos tecida em tempos trinos, tempos em que numa das Rodas de Conversa realizada pela Organização, a filosofia do tropeiro Bidô resumiu assim: "Aquele é o tempo em que as famílias eram grandes e as dificuldades bem maiores. A gente lembra, tem saudade e tem respeito, mas, eu reconheço que em termos de conforto, hoje é bem melhor. E ainda queria ter mais vida pra viver, porque o futuro vai ser melhor ainda. Eu creio!" (Bidô, 2ª Roda de Conversa, 2011).

A pretexto de todos os esforços empreendidos por toda a cadeia operacional de qualificação da museologia e dos museus no Brasil, ao nosso entendimento, acreditamos que o Museu do Tropeirismo, conforme o apresentamos nesta dissertação, favorece à população conquistense no sentido de estender o campo de observação e o alcance do fenômeno, auxiliando na busca de entendê-lo não mais como suporte circunstancial dos ciclos

econômicos, mas como representação de uma variável cultural que é parte da estrutura na sociabilidade do Brasil e desta região desde o período de colônia, daí ao Império e de parte da República. Desta maneira, se constituiu como um fenômeno de largo alcance, com reflexos presentes na forma como a cultura se edificou e se mantém até hoje.

Ratificamos de forma peremptória que Tropeirismo não se trata de um fenômeno de alcance limitado, circunscrito à condição geográfica ou temporal, mas de patrimônio cultural que agregou uma série de fatores muito diversificados que ressoam culturalmente. Surgido sob a dinâmica da implementação de um sistema de transporte de mercadorias e da formação de capitais contextualizado no jogo de competição entre as nações. O sistema foi inicialmente integrado enquanto ofício, e posteriormente migrando sua importância em dimensão histórica, econômica, comunicacional e sociocultural, se associando ao folclore, à cultura popular e se direcionando para o campo do imaginário e da construção de narrativas identitárias, donde se mantém assentado. No que se refere aos relatos de memória e histórias de vida, o trabalho que a Catrop desenvolve propicia que antigos tropeiros e parentes possam, ao relembrar importantes momentos de sua juventude, adquirir um valor de pertença e autoestima a partir do reconhecimento de suas vivências, que de histórias pessoais passam a ter para a construção de um discurso coletivo.

Ao fim e ao cabo, a dissertação se fecha como registro da efetiva musealização do Tropeirismo como legado da construção coletiva de caráter societário tanto em Conquista quanto no Brasil. Os rituais de uma pesquisa desta natureza são exaustivos, porquanto se estabelecem basicamente na tentativa de manter o equilíbrio entre relações interpessoais, construídas por quem pesquisa, depoentes, análises de conjuntura local, consulta e debates entres as fontes; porém, é deste amálgama que se faz assegurada a continuidade do trabalho no tempo e no espaço. Por fim, espera-se que o resultado desse trabalho seja utilizado como referência a outras pesquisas, outras dissertações, teses e artigos científicos, que também possam vir a contribuir para despertar interesses de novos pesquisadores para outras releituras e considerações acerca do tropeirismo e que essas venham a atualizar ainda mais as representações e ressignificações do Tropeirismo. Este estudo se pretendeu ser uma contribuição neste caminho.

REFERÊNCIAS

- A GAZETA. **Ibatiba é a Capital Estadual dos Tropeiros, mas o museu está fechado.** A Gazeta. Ibatiba. 16 dez. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/sul/ibatiba-e-a-capital-estadual-dos-tropeiros-mas-museu-esta-fechado-1219>. Acesso em: 15 out. 2020.
- A GAZETA. **Museu do tropeiro será reformado.** A Gazeta. Ibatiba, 07 jul. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/apos-interdicao-museu-do-tropeiro-em-ibatiba-sera-reformado-0720/>. Acesso em: 15 out.2020. Acesso em 22 ago. 2023.
- AGUIAR, Itamar Pereira. **As religiões afro-brasileiras em Vitória da Conquista: Caminhos da Diversidade.** 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3957?mode=full>. Acesso em 25 mar. 2020.
- AGUIAR, Itamar Pereira. **Do Púlpito ao Baquiço: Religião e Laços Familiares na Trama da Ocupação do Sertão da Ressaca.** 2007. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3827?mode=full>. Acesso em 25 mar. 2020.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. As imagens retirantes. A constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, p. 225-251, jan/abr 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v33n61/1982-4343-vh-33-61-00225.pdf>. Acesso em: 12/09/2023.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 3ª ed. Recife: FJN, São Paulo: Cortez, 2006.
- ALMEIDA, Aluísio. **O Tropeirismo e a feira de Sorocaba.** Ed. do autor. Sorocaba. 1968.
- ALMEIDA, Aluísio. **Vida e Morte do Tropeiro.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII.** 2012. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.
- ALMEIDA, Leonardo Daniel. **Diversidade genética de raças asininas criadas no Brasil, baseada na análise de locos microssatélites e DNA mitocondrial.** 2009. Dissertação (Mestrado em Agronomia e Medicina Veterinária) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/7043>. Acesso em: 19 mar. 2023.
- ALMEIDA, Maria da Conceição. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição.** 1ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.
- ALVES, Luiz Antônio; OLIVEIRA, Sérgio Coelho de Oliveira. **Linguajar Tropeiro.** 1ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

Anais do IV CoBICET – Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia. 2023. Disponível em: www.even3.com.br/cobicet2023. Acesso em 29 ago. 2023.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Oswald. O manifesto antropófago e Manifesto da Poesia Pau-Brasil. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas**. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>. Acesso em 19 mar. 2019.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem modernidade e imaginário na Paraíba e região**: tramas políticas-econômicas e práticas culturais (1880-1925). 2001. Tese (Doutoramento em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Unicamp, Unicamp, SP: [s.n.], 2001. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/218829>. Acesso em 03 nov. 2019.

ARAÚJO, Emerson Pinto. **A nova história de Jequié**. Salvador, Assembleia Legislativa, 2017.

ARAÚJO, Homero da Costa. **Caminho das tropas**. Florianópolis: Insular, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CINEMATOGRAFIA. **Entrevista com Waldemar Lima, ABC**. Disponível em: https://abcine.org.br/content/uploads/2023/04/entrevista_com_waldemar_lima.pdf. Acesso em: 03 nov. 2019.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/UNB, 1971.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARROS NETO, Evandro Elias. **Teatro e ditadura em Campina Grande**: história e memória (1970-1985). 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2017. Disponível em <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/586>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA. 1989.

Bonfim, Luís Américo Silva. **O signo votivo católico no nordeste oriental do Brasil**: mapeamento e atualidade (volume I). 2007. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 10, p. 1-4, 15 jan. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm. Acesso em:

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus** / organização e textos, José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. – Brasília: MinC, 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Diversidade Cultural. **Análise e avaliação qualitativa das metas e o monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC)** / Ministério da Cultura. Secretaria da Diversidade Cultural. – Salvador: UFBA, 2018. 256 p.

BRASIL. **Nota sobre transferência da Secretaria Especial da Cultura**. Disponível em: <http://cultura.gov.br/nota-sobre-a-transferencia-da-secretaria-especial-da-cultura/>. Acesso em: 12/11/2019.

BRAYNER, Vânia. Uma gota de sangue no Museu do Homem do Nordeste. **Revista do curso Gestão da Comunicação**. Ano XIV. Vol. 2. 2009.

BRULON, Bruno César Soares. **Quando o museu abre portas e janelas: O reencontro com o humano no Museu contemporâneo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO / Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. 2008.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (org.). **As Várias Faces do Patrimônio**. Santa Maria: Pallotti, 2006. p. 119- 140.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CABRAL FILHO, Severino. A memória em disputa: O Museu do Algodão de Campina Grande-PB, 1973-2013. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.4, n11, Jul/Dez 2014.

CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CALDEIRA, Jorge. **Nem céu nem inferno: ensaios para uma visão renovada da história do Brasil**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

CALDEIRA, Jorge. **O banqueiro do sertão: Padre Guilherme Pompeu de Almeida, v.2**. São Paulo: Mameluco, 2006.

CALMON, Pedro. **A conquista - história das bandeiras bahianas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Ilhéus, BA: Editus, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Folclore do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

CHAGAS, Mário. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHICO CÉSAR. **Museu**. Faixa 10 do disco Estado de Poesia, 2015. Disponível em <https://www.chicocesar.com.br/index.php/release/estado-de-poesia-cddvd/>. Acesso em 09 out. 2019.

CLETO, Benedicto. **Tropeirismo e folclore**. Sorocaba, SP: Academia Sorocabana de Letras, 2020.

CORDEL, Tuíca do. **Mestre Vitalino um artista naïf**. Luz de Fifó. Vitória da Conquista, 02 set. 2011. Disponível em: <http://luzdefifo.blogspot.com/2011/09/mestre-vitalino-um-artista-naif.html>. Acesso em 03 nov. 2019.

CÔRTEZ, João Carlos D'Ávila. Paixão. **Folclore gaúcho: estas, bailes, música e religiosidade rural**. Porto Alegre: CORAG, 2006.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 31 ago. 2023.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2006.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (Eds.) **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DOMINGUES, Ângela Maria Vieira. **Quando os índios eram vassalos: Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. 1998. Tese (Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão) - Universidade Nova de Lisboa, 1998.

DORNAS FILHO, João. **Aspectos da economia colonial**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.

DUTRA, José Dirceu. **Paixão Côrtes, o modelo gaúcho**. Portal das Missões. 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/2494/paixao-cortes-o-modelo-gaucho.html>. Acesso em 17 dez. 2019.

ELLIS JR., Alfredo. O ciclo do luar. **Revista de História**, a. I, Jan-Mar 1950.

FERNANDES, Adão Lopes; SOUZA, Denise Dias de Carvalho. Da Península Ibérica à colônia brasileira: a cultura do reisado numa cidade do sertão da Bahia. **Revista Prolíngua** – ISSN 1983 - 9979 Página | 7 Volume 13 - Número 1 - mai/jul de 2018, p. 7-18. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/42341>. Acesso em: 16 jun. 2023.

FERNANDES, Aílton. **Rancho Tropeiro na Vila Junina**. Luz de Fifó. Vitória da Conquista. 15 jun. 2012. Disponível em: <https://luzdefifo.blogspot.com/2012/06/rancho-tropeiro-na-vila-junina.html>. Acesso em: 06 set. 2023.

FERNANDES, Aílton. **Um rancho tropeiro na praça**. Conversa de balcão. Vitória da Conquista, 13/06/2011. Disponível em: <https://debalcao.blogspot.com/2011/06/um-rancho-tropeiro-na-praca.html>. Acesso em: 06 set. 2023.

FERNANDES, Luís Carlos. Manoel Euphrásio Correia de Mello, o primeiro fotógrafo de Vitória da Conquista. **Blog do Anderson**. Vitória da Conquista, 19/08/2015. Disponível em: <https://www.blogdoanderson.com/2015/08/19/taberna-da-historia-manoel-euphrasio-correia-de-mello-o-primeiro-fotografo-de-vitoria-da-conquista/>. Acesso em 18 fev. 2023.

FERRAZ, Ana Emília Quadros. **O urbano em construção: Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas.** Edições UESB. Vitória da Conquista, 2001.

FERRAZ, Luiz. Catrop presente no lançamento do Plano Municipal de Turismo Sustentável em Vitória da Conquista. **Carreiro de Tropa.** Vitória da Conquista, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2022/06/17/catrop-presente-no-lancamento-do-plano-municipal-de-turismo-sustentavel-de-vitoria-da-conquista/>. Acesso em 23/03/2024.

FILIPAK, Francisco. **Tropeirismo: Platino-Peruano & Platino-Brasileiro.** Curitiba: Juruá, 2010.

FLORES, Moacyr. **Dicionário do Tropeirismo.** Porto Alegre: Edições Est, 2006.

FLORES, Moacyr. O tropeirismo e a economia colonial. In: SANTOS, Lucila S. et al. (Orgs.). **Bom Jesus e o Tropeirismo no Brasil Meridional.** Porto Alegre: EST, 1995.

FLORES, Moacyr. **Tropeirismo no Brasil.** Porto Alegre: Nova dimensão, 1998.

FONSÊCA, Humberto José et al. História e Cotidiano no Planalto da Conquista. In: **Museu Regional de Vitória da Conquista/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,** (Memória Conquistense nº 3). Vitória da Conquista, BA, 1998, p. 118-145.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e paisagem.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1921.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil:** Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista.** 7ª ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996, p.47-75. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Novas Reflexões Novas Reflexões em torno de Uma reorientação para o Desenvolvimento Brasileiro: a Rurbana.** In: *Rurbanização: Que é?* Recife: Massangana, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: que é?** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica: aventuras de um economista brasileiro, a fantasia desfeita.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1997.

GARRIDO, Loan del Alcazar I. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de História – Memória, História, Historiografia:** Dossiê Ensino de História. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, vol. 13, n. 25/26, 09/1992 – 08/1993.

GIBSON, William. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Porto Alegre: Atlas, 2008.

GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. **Significações e ressignificações do patrimônio cultural: as fazendas históricas e o turismo nos Campos Gerais do Paraná**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Ponta Grossa: UEPG, 2007. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/326>. Acesso em 07 jul. 2023.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Revista Horizontes Antropológico**, Porto Alegre, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GRANDI, Guilherme. *Considerações sobre o transporte pré-ferroviário em São Paulo*. In **Transportes e formação regional: contribuição à história dos transportes no Brasil/** Alcides Goularti Filho, Paulo Roberto Cimó Queiroz (organizadores) Dourados: ED. UFGD, 2011, p. 269-297.

GRANDI, Guilherme. **Estado e capital ferroviário em São Paulo: Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre 1930 e 1961**. 2010. Tese (Doutoramento em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-19092011-133824/publico/2010_GuilhermeGrandi.pdf. Acesso em 07 jul. 2023.

GUERREIRO, Simone da Silva. **Tramas do sagrado: a poética de Elomar Figueira Mello**. 2005. Tese (Doutoramento em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28756>. Acesso em 9 jul. 2020.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História da Civilização Brasileira**. Tomo III. As Áreas de Criação de Gado. 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O espírito e a letra**. Vol. I. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IBRAM, OEI. **Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social/** Instituto Brasileiro de Museus. Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília (DF): Phábrica, 2016.

IBRAM, **Rede Nacional de Identificação de Museus**. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/tag/portal-museubr/> Acesso em 05 out. 2019.

IBRAM, **Rede Nacional de Identificação de Museus**. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/>. Acesso em 23 ago. 2023.

ICOM. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. UNESCO, Paris. 2004.

ICOM. **Nova definição de Museu**. Disponível em: http://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 06 set. 2023.

IRMÃO, José Bezerra Lima. **Lampião – A Raposa das Caatingas**. Salvador: JM Gráfica & Editora, 2014.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2012.**

JENKINS, H; GREEN, J; FORD, S. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2014.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KAYSER, Jakzam. Ordem e progresso: **O Brasil dos gaúchos: etnografia sobre a diáspora gaúcha**. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: Editora Insular, 1999.

KIDDER, D.P. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**. São Paulo, Martins, 1951.

KOSS, Lucimara. **Comércio & sociedade: a múltiplas funções dos armazéns de Ivay-PR na primeira metade do século XX**. Curitiba, 2013.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação - O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento de Documentação e informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LEVY, Maria Bárbara. **História financeira do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2005.

LIMA, Thuca Kércia Morais de. História pública, memória e identidade no Museu Digital de Campina Grande. In: **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro/RJ, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628540798_ARQUIVO_fba41419c9eb039926258f1025a213ac.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

MEDRADO, Joana. **Terra de vaqueiros: Relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MELLO, Elomar Figueira. **Porteira Oficial de Elomar**. Vitória da Conquista, s/d. Disponível no endereço eletrônico: www.elomar.com.br/. Acesso em 09/ out. 2019.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: Editora A Girafa, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. **Iº Fórum Nacional do Patrimônio Cultural | vol. 1**. Ouro Preto. IPHAN. 2009. p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.

MENEZES, Durval. **Mistério na Serra do Periperi**. Conversas de Balcão. Vitória da Conquista, 10 nov. 2012. Disponível em: <http://conversadebalcao.com.br/durval-menezes-misterio-na-serra-do-piripiri/>. Acesso em 22 out. 2019.

MIGUEL, Antonieta. **Vida Material e Cotidiano: A Imperial Vila da Vitória na segunda metade do séc. XIX**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: A cultura popular revisitada**. São Paulo, Contexto. 1992.

MORENO ROCHA, Saulo. **Do tropeiro a benzedeira ou da benzedeira ao tropeiro: paixão e conhecimento**. Carreiro de Tropa Memória Histórica do Tropeirismo na Bahia. Vitória da Conquista, 20 ago. 2010. Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2010/08/20/do-tropeiro-a-benedeira-ou-da-benedeira-ao-tropeiro-paixao-e-conhecimento/>. Acesso em: 07 set. 2023.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **O método 04: as ideias, o habitat, vida, costumes**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MORIN, Edgar. **O Método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Lisboa: Europa-América, 2000.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO. **História do MTG**. Disponível em https://www.mtgrs.ubtg.com.br/documentos/17/20190831011540_6972.pdf. Acesso em 17 dez. /2019.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 16 jul. 2023.

NATURAL COTTON COLOR. **A Serra da Borborema tem muito a contar sobre os tropeiros e o algodão**. Natural Cotton Color. João Pessoa/PB. 23 maio 2016. Disponível em

<https://www.ecofriendlycotton.com/2016/05/a-serra-da-borborema-tem-muito-a-contar-sobre-os-tropeiros-e-o-algodao/?lang=pt-br>. Acesso em 11 jul.2019.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. 2003. Tese (Doutoramento em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife: [s.n.], 2003. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20041028135821.pdf>. Acesso em 22 maio. 2023.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. 2ª ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em 22 maio. 2020.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-1888)**. 2008. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008.

NOYA PINTO, Virgílio. **O Ouro brasileiro e o comércio Anglo-Português**. São Paulo: Nacional, 1979.

OLIVEIRA, Bia. **Produção de documentário lança site oficial em Conquista**. Blog da Bia Oliveira. Vitória da Conquista, 04 jul. 2013. Disponível em: <http://blogdabiaoliveira.com.br/producao-de-documentario-lanca-site-oficial-em-conquista%E2%80%8F/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ORRICO, Israel Araújo. **Mulheres que fizeram história em Conquista**. Vitória da Conquista: Artes Gráficas, 1982.

PAES, Jurema Mascarenhas. **Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PARAÍBA ONLINE. **Museu Digital de Campina Grande é inaugurado**. Campina Grande, Paraíba, 08 nov. 2017. <https://paraibaonline.com.br/2017/11/museu-digital-de-campina-grande-e-inaugurado/>. Acesso em 07 nov. 2019.

PENNA, Maura. **O que faz o nordestino?** São Paulo: Cortez, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1989.

POLLO, Cacilda. Tropeirismo no Paraná: Documentos para a memória e o ensino de história. In: **O professor e os didáticos PDE e os desafios da escola pública paranaense**. 2009. Produção Didático-Pedagógica – volume II. Londrina. 2010. p.47. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_ue1_historia_md_cacilda_pollo.pdf. Acesso em: 01 fev. 2023.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA. **Museu do Tropeiro**. Ibatiba. 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ibatiba.es.gov.br/noticia/ler/1363/museu-do-tropeiro>. Acesso em 04 set. 2023.

RAPOSO, Thiago Acácio. **Um barco que veleje nesse informar: a história pública de Campina Grande (2009-2020)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande: UFPB, 2020. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/17344>. Acesso em: 01 fev. 2023.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **O caminho do Ananguera: El camino del Ananguera**. São Paulo: Via das Artes, 2014. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002807115>. Acesso em: 01 fev. 2023.

RIBEIRO, Tayrone, Félix. **O turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico e de equilíbrio territorial: uma análise do turismo na Região Sudoeste e do Estado da Bahia – Brasil**. 2016. Tese (Doutoramento em geografia Ambiental) - Universidade de Barcelona, 2016.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura política**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. José Olympio Editora. Rio de Janeiro. 1982.

SÁ, Luiz Conrado de Lorena e. **Serra Talhada 250 anos de história, 150 anos de emancipação política**. Serra Talhada-PE, Sertagráfica, 2001.

Salgado, Gabriel Melo. *Retratos de Guimarães Rosa*. In **Conterrâneos- Revista de comunicação interna dos funcionários do Banco do Nordeste**. 2012.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: João Luís Ribeiro Fragoso, Carla Maria Carvalho de Almeida. Antônio Carlos Jucá de Sampaio (Org.). **Conquistadores e negociantes**. Rio de Janeiro: Record, 2007, p.262.

SANTOS JÚNIOR, Reinaldo Toscano dos. **Implementação de Recursos Interativos através do protocolo Open Sound Control: um experimento com arte digital no SESI Museu Digital de Campina Grande**. João Pessoa: UFPB, 2021.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. Tese (Doutoramento em História Social) – Universidade de São Paulo: USP, 2010.

SANTOS, Márcio. **Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil**. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SATHLER, Evandro Bastos. **Tropeiros & Outros Viajantes**. Niterói: PPGSD-UFF/ Edição do Autor, 2003.

SCHEINER, Tereza Cristina Molleta. **Apolo e Dionísio no templo das musas**. Museu: gênese, ideia e representações na cultura ocidental. 1998. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 1998.

SCHEINER, Tereza Cristina Molleta. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. In **Simpósio museologia, filosofia e identidade na América Latina e Caribe**. Coro, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, 1999, pp.133-143

SCHEINER, Tereza Cristina Molleta. **Imagens do não-lugar: comunicação e os novos patrimônios**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004. 256 p.

SCHEINER, Tereza Cristina Molleta. O museu como processo. **Cadernos de Diretrizes Museológicas 2: mediação em museu: curadorias, exposições, ação educativa**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

SCHEINER, Tereza Cristina Molleta. O Museu Como Processo. In: Sahra Fassa Benchetrit; Rafael Zamorano Bezerra; Aline Montenegro Magalhães. (Org.). **Museus e Comunicação: exposição como objeto de estudo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, v. 1, p. 47-68.

SCHIAVO NOVAES, M. S. S.; SILVA, R. de C. M. da; NOVAES, M. A. S. Terno de reis e Tropeirismo: Processos folkcomunicacionais entre brilhos e cargas culturais. **Revista Internacional de Folkcomunicação, [S. l.]**, v. 17, n. 39, p. 91–105, 2019. DOI: 10.5212/RIF.v.17.i39.0006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/19187>. Acesso em: 12 set. 2022.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella. **1ª Roda de Conversa Sobre Tropeirismo em Vitória da Conquista: relato de Humberto Alves**. Carreiro de Tropa Memória e História do Tropeirismo na Bahia. Vitória da Conquista, 30 set. 2010. Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2010/09/30/1a-roda-de-conversa-sobre-tropeirismo-em-vitoria-da-conquista-essa-reuniao-me-deixou-emocionado-por-isso-porque-em-mente-eu-trouxe-os-meus-familiares-aqui-pra-dentro-humberto-alves/>. Acesso em 07 set. 2023.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella. **A Importância do Tropeirismo para a Gênese de uma Racionalidade Comercial em Vitória da Conquista - BA**. 2006. Monografia. (Pós-Graduação Educação, Cultura e Memória de Pesquisa) - Museu Pedagógico, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2006.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella. A influência do tropeirismo em Conquista. **Jornal O Planalto** – Ano 01 – nº 07/01 de outubro de 2007/ Vitória da Conquista – BA.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella. **Algodão e Tropeirismo: uma costura em três tempos nas tramas do tecido social paraibano**– Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio: **GECIMP/ Provocações Literárias**: UFPB – Campus I, Lot. Cidade Universitária – Paraíba. Disponível em <http://gecimp.com.br/provocacoes-literarias/>. Acesso em 05 ago. 2021.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella. Conheça os vencedores do concurso de mini presépios. **Carreiro de Tropa, Memória e História do Tropeirismo na Bahia**. Vitória da Conquista, 9 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2011/01/09/conheca-os-vencedores-do-concurso-de-mini-preseprios/>. Acesso em 06 set. 2023.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella. O rancho tropeiro 2011 abre suas portas em clima de fortes emoções. In: **Carreiro de Tropa Memória e História do Tropeirismo na Bahia**. Vitória da Conquista, 21 jun. 2011. Disponível em: <https://wordpress.com/post/carreirodetropa.wordpress.com/750/>. Acesso em: 07 set.2023.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella. Tropeirismo: Do “escuricimento” de Mané Rico à Luz de uma Consciência Histórica no Sertão da Bahia. In: **Anais do XVI Ciclo de Estudos do Imaginário: Imaginário e Dinâmicas do Segredo**. Recife: 2013, p. 847-843.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella; MORENO ROCHA, Saulo. **Cartilha Memória Histórica do Tropeirismo em Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista, 2011.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella; MORENO ROCHA, Saulo. Tudo segue o tempo: relatos de memória, poesia e tropeirismo no sudoeste da Bahia. In: **Anais do Colóquio de História & Arte: “História e arte – encontros”** – Edição 2011. Recife: EDUFRPE, 2011, p. 315-326.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella; OLIVEIRA, J.C.A. Nas rotas de um novo percurso: utilização da folkcomunicação em uma pesquisa sobre tropeirismo. In: **Caderno de resumos, Congresso Pesquisa, Ensino e Extensão da UFBA**, 16 a 18 de outubro, Salvador-Bahia. 2017. Disponível em: http://www.congresso2017.ufba.br/wp-content/uploads/congresso-ufba_caderno-resumos.pdf.p. 1101. Acesso em 12 jun. 2020.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella; OLIVEIRA, J.C.A. Rodas de conversa, memória histórica e outras contribuições para a preservação patrimonial do Tropeirismo em Vitória da Conquista. **XIII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 12 a 15 de setembro, Salvador-Bahia. 2017. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/programacaoxv/apresentacao-em-grupos-de-trabalho-nos-14-eixos-tematicos/anais/> Acesso em: 17 maio. 2019.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella. **Conflitos políticos, econômicos e sociais em Vitória da Conquista: a trajetória de Maneca Santos**. 2004. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Departamento de História, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2004.

SCHOUTEN, André-Kess de Moraes. **Peregrinos do Sertão Profundo: uma etnografia da música de Elomar Figueira Mello**. 2005. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

SILVA, Margarida do Amaral. **Paisagem, experiência e representações sociais: O olhar etnográfico para um fenômeno de cultura**. 2013. Tese (Doutoramento em Psicologia) - Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/1766>. Acesso em 06 set. 2023.

SILVA, Margarida do Amaral. **Um certo sertão goiano: Trilhas de palavras sob(re) o Rio Quente**. 2008. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural) - Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/2313>. Acesso em 06 set. 2023.

SILVA, Margarida do Amaral. **Etnografando a Paisagem Sertão**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2011. Acesso em 06 set. 2023. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/8d949fb9-98a9-4e6c-aaa0-956814b9395c>. Acesso em 06 set. 2023.

SILVEIRA, Regina Paula da Silva. **(Re)lendo “História de Campina Grande” de Elpídio de Almeida**: uma construção histórica da “Grande” Campina. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: UFRN, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19730>. Acesso em 01 fev. 2023.

SIMÕES FILHO, Afrânio Mário. **Política de abastecimento e economia mercantil: celeiro público da Bahia (1785-1866)**. 2011. Tese (Doutoramento em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17604/1/Tese%20de%20Afr%C3%A2nio%20M%C3%A1rio%20Sim%C3%B5es%20Filho.pdf>. Acesso em 17 set. 2023.

SIMONSEN, Roberto. C. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal. 2005.

SOARES, Valter Guimarães. **Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.

SOLERA, Carlos Roberto. **História e bruacas: ensaio histórico-cultural**. Curitiba: Progressiva, 2006.

SOLERA, Carlos Roberto. **O Alvorecer do Purunã: Diários de um imortal em viagens pela História**. Curitiba: Nouvelle, 2010.

SOLERA, Carlos. **Relatório Técnico: 1º seminário internacional de tropeirismo- Ipoema-Itabira-Minas Gerais, 2011**. Distrito de Ipoema- Itabira- MG. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/valter1962/relatrio-tecnico-sit-ipoema-30012012-nata-01-11616607>. Acesso em 07 fev. 2019.

SOUSA, Maria Aparecida. **A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Edições UESB. 2001.

SOUZA JÚNIOR, José Alves. **Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório**. Afro-Ásia, Salvador, n. 48, 2013. DOI: 10.9771/aa.v0i48.21296. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21296>. Acesso em 10/02/2019.

SOUZA JÚNIOR, José Alves. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará dos setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina**. Belém: Ed UFPA, 2012.

SOUZA, Aline Matos de; et al. **Memórias de Trabalho e Identidade: Relato sobre os riscos inerentes ao trabalho de Tropeiros de Vitória da Conquista -BA**. In:

SOUZA, Amélia Barreto de. **A Alimentação no Planalto de Conquista de 1930 a 1950**. Vitória da Conquista. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996.

SOUZA, Belarmino de Jesus. **Uma polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro: imprensa e memória nas disputas políticas em Vitória da Conquista**. 2010. Tese (Doutoramento em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2010.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UNB, 2000.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STRANFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba: TCM Comunicações, 2001.

STRANFORINI, Rafael. **Tropas e tropeiros em Sorocaba: a importância dos muare na produção de um lugar**. Geografia. Rio Claro. Vol. 23, n.2, ago., 1998.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Comércio de animais de carga no Brasil imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/90035>. Acesso em: 17 dez. 2019.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista, 1992.

TORRES, Tranquilino Leovigildo, (1859-1896). **O município da Conquista**. Vitória da Conquista, BA: Museu Regional / Universidade Estadual do Sudoeste, (Série Memória Histórica nº 02), 1996, p.98-99.

TRAILER do documentário sobre a vida e obra de Paixão Côrtes - Tropeiro Cultural. [S. l.: s.n], 2010. 1 vídeo (0,50 min.). publicado pelo canal Luzimar Stricher. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uBD1zIdSy74>. Acesso em 17 dez. 2019.

TRINDADE, Jaelson Bitran. **Tropeiros**. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações Ltda, 1992.

UNESCO. **Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular (1989)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. Entre representações e estereótipos: o sertão na construção da brasilidade. In **Cultura dos Sertões**/ Organizado por Alberto Freire. Salvador: EDUFBA, 2014. p.209-216.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. **Ser-tão Baiano: O lugar da Sertanidade na Configuração da Identidade Baiana**. Salvador: EDUFBA, 2011.

VIANA, Aníbal Lopes. **Revista histórica de Conquista**. Vitória da Conquista: Gráfica de “O Jornal de Conquista”, 1982 v. 1 e 2.

VIANNA, Oliveira. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987.

WIED-NEWIED, M. (príncipe de). **Viagem ao Brasil (1815-1817)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

ZALLA, Jocelito. **O centauro e a pena: Barbosa Lessa e a invenção das tradições gaúchas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

ZEMELLA, Mafalda P.: **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. Hucitec-Edusp, São Paulo, 1990.

ZIMMERMANN, Florisbela Carneiro. **Biribas: a contribuição do tropeiro na formação histórico-cultural do Planalto Médio Sul-rio-grandense**. Sorocaba (SP): Fundação Ubaldino do Amaral, 1991.

GLOSSÁRIO

Barrigueira	Espécie de cinta larga com uma argola em cada ponta, confeccionada em couro, serve para cingir a barriga das mulas para apertar a sela de montaria ou a capa da cangalha para proteção e ajuste da carga. Também chamada de cilha.
Bruaca	tipo de malote costurado em couro cru, que disposto sobre a cangalha é utilizado para transporte de mercadoria.
Cabeçada	também chamada de cabresto é uma peça confeccionada em couro retorcido ou trançado que serve para segurar a embocadura e as rédeas da mula. Peça indispensável para o manuseio e controle do animal pelo tropeiro.
Cangalha	Armação de madeira colocada sobre o dorso da mula para acomodar as cargas em ambos os lados do dorso do animal.
Chicote	Açoite feito de couro retorcido ou trançado usado para tocar a tropa. Geralmente possuem cabo de madeira. O mesmo que relho.
Couro	Pele de animal, geralmente bovino, usado para cobrir as cargas colocadas sobre as cangalhas para proteção contra sol, chuva e poeira. Também utilizada pelos tropeiros como cama ou manta.
Encosto	Pouso em campo aberto onde não havia rancharia.
Esporas	Peça de montaria utilizada para o cavaleiro apoiar os pés para pressionar e direcionar os animais.
Estribos	Espécie de degrau que serve de apoio para o embarque e/ou desembarque do cavaleiro e que serve de apoio durante a montaria.
Laço	Trançado de couro cru do tipo corda, muito utilizado em diversas atividades no campo, é peça indispensável ao serviço da tropa.
Panacum	Cesto fundo e largo, confeccionado em trançado de cipó. Por ser muito resistente é bastante utilizado para transporte da produção agrícola.
Rancho	Abrigo construído para proteção e descanso aos tropeiros durante o intervalo dos pousos
Rebenque	Tipo de chicote de com tala curta. Para os tropeiros do sul e sudeste é conhecido por relhador.
Selas	Peça de montaria colocada sobre o dorso do animal.
Silhão	Peça em desuso, montaria antiga feita para mulheres onde se senta de lado.
Taca	Tipo de chicote fabricado artesanalmente.